

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**FRANCISCO ALEXANDRE GOMES**

**UM FIO DA MEADA: EXPERIÊNCIA E LUTA DOS TRABALHADORES  
TÊXTEIS EM FORTALEZA (1987-1991)**

**FORTALEZA-CE**

**2012**

**FRANCISCO ALEXANDRE GOMES**

**UM FIO DA MEADA: EXPERIÊNCIA E LUTA DOS TRABALHADORES  
TÊXTEIS EM FORTALEZA (1987-1991)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História Social.

Orientador (a): Profa. Dra. Adelaide Gonçalves.

**FORTALEZA-CE**

**2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

G612f            Gomes, Francisco Alexandre.  
Um fio da meada: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987-1991) /  
Francisco Alexandre Gomes. – 2012.  
254 f. : il. color., enc. ; 31 cm.

Mestrado (dissertação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,  
Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2012.  
Orientação: Profa. Dra. Adelaide Gonçalves.

1. Trabalhadores têxteis – Ceará – Atitudes. 2. Comportamento organizacional – Ceará. 3.  
Greves e lockouts – Ceará. I. Título.

CDD 331.7677098131

**FRANCISCO ALEXANDRE GOMES**

**UM FIO DA MEADA: EXPERIÊNCIA E LUTA DOS TRABALHADORES  
TÊXTEIS EM FORTALEZA (1987-1991)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História Social.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Adelaide Gonçalves (orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes (membro)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Telma Bessa Sales (membro)  
Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA)

---

Prof. Dr. Franck Ribard (suplente)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A minha mãe/avó (Dona Chiquinha), exemplo de virtude da mulher sertaneja. Sua importância para minha vida é imensurável.

A meu pai/avô, Francisco Rodrigues Gomes (in memoriam). Eu ainda não tinha dez anos, e ele já comentava com os parceiros de pé de balcão: "aquele menino ainda vai ser dotô". É o sonho dos simples na história.

Aos trabalhadores da Finobrasa, eles lutaram, eles viveram o que procuro narrar nestas páginas.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar rendo gratidão Àquele em quem tenho fé, pois sei que é poderoso para fazer infinitamente mais do que pedimos ou pensamos.

Meus sinceros agradecimentos se dirigem também:

A minha família, formada por trabalhadores, que desde minha infância fizeram todo esforço para que eu tivesse acesso à educação. Em especial, a minha “mãe/vó”, Francisca Maria Gomes (Dona Chiquinha), sem o apoio dela não teria chegado até aqui.

A minha esposa, para alguns “Val”, para mim “Nega”, que esteve ao meu lado durante este difícil processo de gestação da dissertação. Seu companheirismo, carinho, compreensão e amor, adoçaram os momentos de amargor que surgiram nesta trajetória.

A professora Adelaide Gonçalves, pela orientação rigorosa, pelo empréstimo e doação de livros, pelos momentos de reflexão sobre este mundo que nos rodeia, pelos cafezinhos nas cantinas do Benfica ou em sua própria, antes casa biblioteca, agora somente casa. A dissertação como ai está, deve muito às suas inúmeras e preciosas lições, uma delas não me sai da mente; fazer história social não é simplesmente encampar a perspectiva dos mais fracos, dos “de baixo”, mas acima de tudo posicionar contra os opressores, os “de cima”. Com a professora Adelaide, construí mais do que uma relação de orientando e orientador, aprendi a ter admiração, afeição e respeito, não apenas pela profissional, mas também pela pessoa.

A professora Telma Bessa Sales, pela concessão das fontes da pesquisa que realizamos juntos, pela orientação fundamental no período inicial da pesquisa, ainda na graduação, e na construção do projeto de pesquisa. Foi à professora Telma que me “apresentou” aos têxteis e eles a mim. Sou grato ainda pela disponibilidade em participar da minha banca de defesa.

Aos professores do Departamento de História da UFC, principalmente aqueles com quem tive aulas na Pós-Graduação: Frederico de Castro Neves, Franck Ribard, Kênia Souza Rios, Eurípedes Antônio Funes, os dois últimos, também participaram de minha banca de qualificação, quando fizeram importantes apontamentos para o andamento e conclusão do trabalho. Ao professor Eurípedes, agradeço ainda, por participar da banca de defesa.

Aos colegas do mestrado da turma de 2010, a turma do “R”. Com eles compartilhei momentos de angústias e incertezas, mas principalmente alegrias e conquistas. Juntos, viajamos, comemoramos, discutimos, compramos e até esquecemos de pagar! Para não ficar a impressão de uma hierarquia de afinidades, farei menção aos nomes em ordem alfabética: Barbara, Cícera, Fabiano, Fagner, Gildemberg, Joyce, Laércio, Rafaela, Reginaldo, Renata, Roberta, Rones e Val.

A Flávia, Jormana, Davi e John Wayne, companheiros de sótão/porão, no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis.

A todos os funcionários e servidores da Universidade Federal do Ceará e das instituições onde realizei pesquisa: Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região, Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Biblioteca Pública Menezes Pimentel e Pastoral Operária de Fortaleza.

Aos trabalhadores têxteis de Fortaleza, seus exemplos de vida, marcada por um cotidiano de lutas, mas cheio de sonhos e esperança, nos fazem crer na possibilidade de um mundo melhor.

A CAPES, pelo fomento à pesquisa.

*“Ceará Têxtil, Santa Inês, Santa Cecília, é triste o pai  
de família que trabalha nestas três.  
Muito mais triste, muito mais se arrasa, é quem vai  
pra “Finobrasa” ser mandado por Menezes.*

*Pai de família sai de casa e deixa a mulher,  
sem açúcar, café e pão.  
E quando já quase de manhãzinha,  
acha a sua criancinha, chorando estirando a mão.*

*Pai de família não vem mais de madrugada,  
que a empresa está parada e acabou-se a produção.  
Vamos em frente companheiros corajosos,  
vamos ser vitoriosos prá derrota do patrão.*

*Já ouvi dizer que o Menezes perdeu o prazer.  
Já ouvi dizer que vai para o exterior.  
Por que aqui tem que respeitar a louça,  
ele vai saber a força, que tem o trabalhador.*

*Já ouvi falar que ele vai pro Equador,  
se pro Chile ou pro Japão,  
nossa batalha sei que ele não aguenta,  
sei que vai numa jumenta sem cela e sem direção.”*

José Marcelo – operário da Finobrasa.  
(Pastoral Operária, nº 22, Fortaleza, julho de 1988)



## RESUMO

O fio da meada desta investigação tem seu foco na experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza, com ênfase nos operários da fábrica Finobrasa, entre os anos 1987 e 1991. O objetivo principal consiste em identificar a natureza dos conflitos entre os trabalhadores e a Companhia, bem como, compreender o contexto, as circunstâncias e os desdobramentos das lutas específicas, como o direito à sindicalização e o fim do trabalho aos domingos; e de ações coletivas de resistência aberta, a exemplo da greve de maio de 1988 e a adesão à greve geral de 1991. A construção da história destes trabalhadores se deu a partir de um leque variado de fontes, dentre elas: narrativas de trabalhadores da Finobrasa e sindicalistas, jornais, informativos de organismos patronais; documentos da Finobrasa, documentos do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza e processos do judiciário trabalhista. O estudo encontra na história social do trabalho sua principal inspiração, tanto os estudos de historiadores de ofício, bem como os de antropólogos, sociólogos e economistas. A análise, é centrada na conjuntura das políticas de industrialização, que subsidiavam com fundos públicos os empreendimentos fabris no Ceará, quando a indústria têxtil cearense teve um crescimento acentuado. Nesta proclamada fase das mais produtivas e competitivas do Brasil, do ponto de vista do capital, o estudo examina as condições de vida e trabalho: trabalhadores perdem a audição, a tuberculose era 'moléstia comum', as máquinas "engoliam" trabalhadores e mutilavam o corpo operário. Quando reivindicavam direitos, eram demitidos ou ficavam marcados em "listas negras" e criminalizadas suas formas de organização. Foram à luta. Pela garantia e ampliação dos direitos sociais e políticos; de construção de um movimento sindical de base, com forte referencial de classe e mais afeito às ações coletivas, os trabalhadores têxteis de Fortaleza construíram greves, foram à Justiça, negociaram diretamente com os patrões, fecharam ruas em manifestação; fiaram e teceram lutas por melhores condições de vida e trabalho. "Um fio da meada" encharcado de sensibilidades, conquistas, revezes, lutas, indignação, revolta, sonho e esperança, é a tessitura deste trabalho.

**Palavras-chave:** Indústria Têxtil. Mundos do Trabalho. Sindicato. Greve. Ceará.

## **ABSTRACT**

The aspect of this investigation has your focus in experience and fight of textile workers in Fortaleza, with emphasis on workers factory Finobrasa, between the years 1987 and 1991. The main goal is identify the nature of conflicts between workers and company, moreover, understand the context, circumstances and the developments of specific struggles, as the right to unionize and the end of work on Sundays; collective actions of open resistance, as example of the strike on may of 1988 and accession the general strike on 1991. The Construction of history those workers happened from many sources, including narratives of workers of the Finobrasa and unionists, newspapers, informative from employers organizations, documents of Finobrasa, documents of Textile Workers Union of Fortaleza and processes of the judiciary labor. The main inspirations of the study were founds in social work history, as also in both the studies of historians of metier, besides of anthropologists, sociologists and economists. The analysis were centered at the juncture of the policies of industrialization, that subsidized with public funds the manufacturing enterprises in Ceará, when the textile factory in Ceará had a strong growth. In this proclaimed phase of the most productive and competitive in Brazil, of the point of the view of capital, the study examines the conditions of life and work: workers lose their hearing, tuberculosis was “common disease”, and machines “swallowed” employees and the mutilated body worker. When claiming rights, they were fired or they stayed marked in “black lists”, and criminalized your forms of organization. They went to fight. To guarantee and expand the social and political rights; of construction of a trade union movement of base, with strong reference class and more accustomed to collective actions, the textile workers of Fortaleza built strikes, they were justice, they negotiated directly with employers, they closed streets in manifestation; they spun and wove struggle for better conditions of life and work. “The thread of the argument” is soaked of sensibilities, achievements, failures, struggles, outrage, anger, dream and hope, is the organization of this work.

**Key words:** Textile Industry. Worlds Work. Syndicate. Strike. Ceará.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Operária da Têxtil Bezerra de Menezes.....	48
FIGURA 2 – Bilhete sobre “álbum negro” com trabalhadores da Têxtil Bezerra de Menezes.....	87
FIGURA 3 – Trabalhadores do grupo “CCQ Cristal” da Finobrasa.....	95
FIGURA 4 – Fila de trabalhadores em frente a Finobrasa.....	100
FIGURA 5 – Recrutamento de operários para fábrica de linhas da Finobrasa.....	102
FIGURA 6 – Vista aérea da Finobrasa.....	107
FIGURA 7 – Charge sobre surdez dos trabalhadores na indústria cearense.....	132
FIGURA 8 – Máquina de carda.....	138
FIGURA 9 – Capa do Manual de Integração da Finobrasa.....	144
FIGURA 10 – Fotografia de Adauto Ferreira dos Santos, operário da Finobrasa....	146
FIGURA 11 – Convocação para Assembleia Geral, domingo, 02 de abril de 1989.....	155
FIGURA 12 – Convocação para Assembleia Geral, domingo, 26 de janeiro de 1991.....	156
FIGURA 13 – Adesivo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis.....	163
FIGURA 14 – Telegrama da Finobrasa, ameaçando o trabalhador Francisco Rosa de demissão.....	172
FIGURA 15 – Telegramas com respostas escritas de caneta pelos trabalhadores em greve.....	173
FIGURA 16 – Trabalhadores em passeata na Av. Santos Dumont, em maio de 1988.....	182
FIGURA 17 – Passeata rumo a Finobrasa no dia 09 de maio de 1988.....	186
FIGURA 18 – Trabalhadores com pernas e braços quebrados por policiais no dia 09 de maio de 1988.....	187
FIGURA 19 – Trabalhadores em frente à Finobrasa no dia 09 de maio de 1988....	191
FIGURA 20 – Policiais militares interditando a Av. Sargento Hermínio em frente à Finobrasa.....	194
FIGURA 21 – Trabalhadores espancados por policiais no dia 09 de maio de 1988.....	195

FIGURA 22 – Manifestantes em Ato de protesto contra violência praticada na Finobrasa.....	196
FIGURA 23 – Telegrama enviado pelo Pe. Ermano Allegri em apoio aos trabalhadores em greve.....	203
FIGURA 24 – Trabalhadores em Assembleia na Igreja de São Judas Tadeu.....	203
FIGURA 25 – Manifestação de trabalhadores na Praça José de Alencar no dia 11 de maio de 1988.....	206
FIGURA 26 – Trabalhadores no refeitório da Finobrasa.....	228

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
CCQ	Circulo de Controle de Qualidade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNT	Conselho Nacional do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
FINOBRA	Fiação Nordeste do Brasil S.A.
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IPC	Índice de Preços do Consumidor
JCJ	Junta de Conciliação e Julgamento
JT	Justiça do Trabalho
LCT	Legião Cearense do Trabalho
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PO	Pastoral Operária
RH	Recursos Humanos
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SESI	Serviço Social da Indústria
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TBM	Têxtil Bezerra de Menezes
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UMC	União das Mulheres Cearenses

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPITULO I – NO RASTRO DOS FIOS: INDÚSTRIA TÊXTIL E TRABALHO.....	22
1. Experiência, luta e solidariedade no cotidiano fabril.....	28
2. Tecendo a trama da greve.....	43
3. A fabrica para e a greve vai parar na Justiça.....	60
CAPITULO II – FIANDO E TECENDO A RESISTÊNCIA.....	89
1. Aquela foi à campanha mais linda que eu já pude ver!.....	109
2. O Sindicato vai à fábrica.....	118
3. A vida por um fio.....	124
4. Disciplina, norma e controle.....	144
5. O direito ao dia do domingo.....	153
CAPITULO III – O NÓ DA MEADA NA FÁBRICA DE CONFLITOS.....	168
1. O pavio da greve.....	175
2. E a peia comia!.....	184
3. Dói no corpo e na alma.....	189
4. Um fio de três dobras é mais forte: a solidariedade.....	199
5. Um pé na frente e outro atrás.....	207
6. Desembaraçando o nó.....	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
FONTES.....	239
REFERÊNCIAS.....	242

## INTRODUÇÃO

*“Somente o rico na terra  
tem seu nome na história  
quando o pobre vence a guerra  
o rico alcança a vitória.”*

(Patativa do Assaré)

Os estudos, pesquisas e a produção acadêmica que abordam a história dos trabalhadores no Brasil tem um lugar de destaque a partir dos anos 1980. Atualmente, a história social do trabalho é um campo de estudos consolidado, inclusive como área de concentração e linha de pesquisa em vários Programas de Pós-Graduação em História no país. Além disso, tem proliferado a publicação de livros e periódicos, específicos ou em associação com outros temas, como ainda, encontros acadêmicos, onde a história operária é discutida e difundida<sup>1</sup>.

Esta nova história dos trabalhadores rompeu as amarras das interpretações que subordinavam a temática ao chão da fábrica e ao campo institucional dos sindicatos e partidos. Observa-se ainda a ampliação dos marcos temporais, com a inclusão de estudos sobre o século XIX e as últimas décadas do século XX. Este tipo de recorte possibilitou uma renovação da historiografia, que passou a tratar de novas questões e vertentes de investigação, antes desconsideradas, estabelecendo outras possibilidades de pesquisas<sup>2</sup>.

Surgiram investigações específicas que se diferenciavam da tradição das grandes sínteses sociológicas. Estudos sobre categorias – têxteis, gráficos, portuários, ferroviários, entre outros – focalizaram

[...] suas formas de organização, trabalho fabril, movimentos específicos e dinâmicas próprias, o cotidiano operário fora das fábricas, abrangendo aspectos como cultura, educação e moradia, os imigrantes e suas formas de sociabilidade, a repressão ao movimento operário, práticas culturais dos trabalhadores, tais como rituais, festas, celebrações e lazer, tornaram-se tema de dissertação de pesquisas<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas. In: **anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**: 50 anos. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

<sup>2</sup> CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In: **Cadernos AEL: trabalhadores leis e direitos**, Campinas: UNICAMP, v. 14, nº 26, p. 11-46, 2009., p. 31.

<sup>3</sup> CECULT. Centro de Pesquisa em História Social da Cultura. **Trabalhadores do Brasil: identidades, direitos e política** (séculos XVII a XX). Campinas: UNICAMP, 2006., p. 12.

Os trabalhadores passaram a ser vistos como sujeitos autônomos, com uma dinâmica própria, construída a partir de suas próprias agências, na condição de sujeitos históricos, com ideias e estratégias de mobilização particulares. Em razão desse processo, o conceito uníssono de classe passou a ser questionado, para incorporar diferenças e rivalidades raciais, nacionais e de gênero, entre outras que também faziam parte das vivências cotidianas e dos modos de inserção nas relações de trabalho<sup>4</sup>.

Ainda nesta seara de inovações, a participação política, a negociação com os patrões e com o Estado, a formulação de políticas que envolviam amplas parcelas da população e a interlocução com um vasto conjunto de instituições passaram a ser objetos de análise. Assim, o estudo do movimento sindical tornou-se um exercício de interpretação bem mais complexo do que supunham as clássicas análises sociológicas<sup>5</sup>.

Inserida nesta proposta de história operária, “o fio da meada” desta investigação se desenrola com foco na experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza, com ênfase nos operários da fábrica Finobrasa<sup>6</sup>, entre os anos 1987 e 1991. O objetivo principal consiste em identificar a natureza dos conflitos entre os trabalhadores e a Companhia, bem como compreender contexto, circunstâncias e desdobramentos de lutas específicas como o direito à sindicalização e o fim do trabalho aos domingos; e de ações coletivas de resistência aberta, a exemplo da greve em maio de 1988 e da adesão à greve geral de 1991.

No intuito de conhecer melhor a história destes trabalhadores pesquisei em vários locais e recorri a diversas tipologias de fontes. Os primeiros passos seguiram na direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fortaleza (doravante, Sindicato dos Trabalhadores Têxteis), e da hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel<sup>7</sup>. Ao longo da pesquisa, esmiucei documentos sindicais e de entidades patronais, realizei entrevistas com

---

<sup>4</sup> CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. op. cit., p. 40.

<sup>5</sup> CECULT. Centro de Pesquisa em História Social da Cultura. op. cit., p. 14-15.

<sup>6</sup> A Fiação Nordeste do Brasil S/A (Finobrasa), localiza-se na Avenida Sargento Hermínio, nº 2965, no bairro de Monte Castelo, região Oeste de Fortaleza. Entre meados dos anos 1980 e final dos 1990, chegou a ter 2.500 trabalhadores, sendo a maior indústria têxtil do Ceará e uma das maiores do Brasil. Atualmente encontra-se desativada, desde meados de 2008.

<sup>7</sup> A época, estudante de graduação e bolsista da pesquisa “Memórias e experiências dos trabalhadores têxteis no Ceará (1980 – 2000)”; desenvolvida pela Professora Telma Bessa Sales, entre os anos de 2007 e 2010.



sindicalistas e operários, e acompanhei a cobertura jornalística sobre determinados episódios da trajetória dos trabalhadores têxteis em Fortaleza no final do século XX.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em História da UFC em 2010, ampliei as andanças, no intuito de alargar o universo empírico. Assim, a pesquisa junto ao Memorial e ao Arquivo da Justiça do Trabalho do Estado do Ceará, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, possibilitou contato com um vasto corpus documental, em particular, os processos trabalhistas referentes aos sindicatos e trabalhadores têxteis do Ceará.

Deste levantamento de fontes, resultou um alentado corpus documental, onde se destacam: entrevistas de trabalhadores da Finobrasa (Antônio Clemente Gomes<sup>8</sup>, Maria Cristina da Silva Gomes<sup>9</sup>, Geraldo Ferreira<sup>10</sup>, João Batista Rodrigues<sup>11</sup>, Tarcísio Araújo do Nascimento<sup>12</sup> e Valdeci Lopes da Silva<sup>13</sup>) e com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, entre 1987 e 1993 (Antônio Ibiapino da Silva<sup>14</sup>); material impresso dos jornais O Povo, Diário do Nordeste, Tribuna do Ceará e O Estado, em várias edições, e versando sobre variados fatos da conjuntura local envolvendo principalmente as lutas, campanhas salariais, manifestações de protesto, acidentes de trabalho, entre outros; Jornal e Revista da Fiec, informativo Viajante (da Finobrasa), edições variadas; ofícios, telegramas, folhetins das campanhas salariais, atas de assembleias, informativo Fio da Meada (do Sindicato), imagens e demais documentos do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis; e dissídios coletivos<sup>15</sup> dos trabalhadores têxteis.

Em simultâneo a análise das fontes, busquei o aporte teórico-metodológico na história social do trabalho, com destaque aos estudos de Edward

<sup>8</sup> Antônio Clemente Gomes, 69 anos, trabalhador da Finobrasa, entrevista de 04 de agosto de 2007.

<sup>9</sup> Maria Cristina da Silva Gomes, 32 anos, trabalhadora da Finobrasa, entrevista de 04 de agosto de 2007.

<sup>10</sup> Geraldo Ferreira, 61 anos, trabalhador da Finobrasa, entrevista de 29 de agosto de 2007.

<sup>11</sup> João Batista Rodrigues, 63 anos, trabalhador da Finobrasa, entrevista de 02 de agosto de 2008.

<sup>12</sup> Valdeci Lopes da Silva, 57 anos, trabalhador da Finobrasa, entrevista de 01 de outubro de 2007.

<sup>13</sup> Tarcísio Araújo do Nascimento, 50 anos, trabalhador da Finobrasa, entrevista de 21 de julho de 2008.

<sup>14</sup> Antônio Ibiapino da Silva, 53 anos, trabalhou na fábrica Santa Cecília entre 1977 e 1987; dirigente sindical, entrevista de 30 de julho de 2008.

<sup>15</sup> Processo TRT7, nº 265/76; Processo TRT7, nº 186/79; Processo TRT7, nº 175/80; Processo TRT7, nº 332/81; Processo TRT7, nº 370/82; Processo TRT7, nº 212/83; Processo TRT7, nº 556/84; Processo TRT7, nº 739/85; Processo TRT7, nº 350/86; Processo TRT7, nº 419/89; Processo TRT7, nº 826/90; Processo TRT7, nº 966/91; e Processo TRT7, nº 682/92.

Thompson<sup>16</sup>, bem como nas reflexões em curso da historiografia brasileira, como se observa na bibliografia presente ao longo do trabalho. Tentei examinar detidamente a produção de estudos locais e regionais, ampliando as leituras em direção aos estudos de economia, antropologia, administração, sociologia, arquitetura, geografia, entre outros. De destaque também foram às leituras no campo da memória e da história oral e a consulta aos periódicos especializados.

Importa ressaltar que ao longo do curso de mestrado, a pesquisa rendeu alguns frutos. Refiro-me a apresentação de comunicações e publicação de artigos em eventos<sup>17</sup> e revistas, inclusive internacionais<sup>18</sup>. Esta experiência tornou possível o contato com o estado das pesquisas sobre o mundo do trabalho e o intercâmbio com outros pesquisadores, o que favoreceu o conhecimento de pertinentes sugestões metodológicas, indicações de fontes e bibliografia atualizada.

Esta dissertação é apresentada em três capítulos; no primeiro “No rastro dos fios: indústria têxtil e trabalho”, narro, sucintamente, a história da indústria têxtil no Ceará, recuando de seus primórdios até o final do século XX, apresentando, em traços largos a trajetória de luta dos trabalhadores têxteis no Ceará – suas primeiras experiências de organização, associações de socorro mútuo e círculos operários no início do século XX; a criação dos sindicatos na década de 1930; as greves, alianças intersindicais e disputas trabalhistas nos anos 1950 e 1960.

Essa análise evidencia o cotidiano fabril na indústria têxtil cearense, desde o final do século XIX, marcado por intensa exploração, baixos salários, extensas jornadas de trabalho, constância de ‘acidentes de trabalho’, relações de trabalho caracterizadas pelo autoritarismo e o pleno desrespeito à dignidade dos trabalhadores.

---

<sup>16</sup> Dentre os trabalhos deste autor cito: THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária Inglesa**: a árvore da liberdade. Vol. I. Tradução: Denise Bouttman. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004a.; \_\_\_\_\_. **A formação da classe operária Inglesa**: a maldição de Adão. Vol. II. Tradução: Renato Busatto Neto; Cláudia Rocha de Almeida. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004b.; \_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.; \_\_\_\_\_. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Tradução: Denise Bouttman. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>17</sup> Dentre os eventos que apresentei trabalhos e publiquei resumos e/ou textos completos nos anais, cito aqui: X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: história e política. Recife: UFPE, 2010.; XII Encontro Estadual de História – ANPUH-CE: políticas públicas e práticas culturais. Crato: URCA, 2010.; II Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: práticas de extermínio. Fortaleza: UFC, 2010.; IX Reunião de Antropologia do Mercosul: encontros e desigualdades. Curitiba: UFPR, 2011.; XXVI Simpósio Nacional de História: Anpuh – 50 anos. São Paulo: USP, 2011.

<sup>18</sup> GOMES, Francisco Alexandre. Um fio da meada: experiência e memórias de luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987-1991). In: **Theomai**. Buenos Aires: UBA, v. 2, nº 24, p. 94-114, 2012.

A partir dos anos 1960, na esteira das políticas de industrialização, que subsidiavam com fundos públicos os empreendimentos fabris no Ceará, a indústria têxtil cearense teve um crescimento acentuado; em quarenta anos tornou-se, segundo as fontes oficiais, entre as mais produtivas e competitivas do Brasil.

A chamada “modernização”, na segunda metade do século XX, privilegiou o aspecto produtivo, a inserção no mercado internacional, a absorção de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento, o que provoca a intensificação do processo de exploração dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que se instalam ou ampliam plantas industriais, o processo produtivo se reestrutura e as empresas batem recordes de produção; a liberdade sindical é cerceada, os operários trabalham de domingo a domingo, e quando reivindicavam seus direitos, a questão se tornava, literalmente ‘um caso de polícia’.

Participa ainda do primeiro capítulo, a construção da greve dos operários da Têxtil Bezerra de Menezes (TBM)<sup>19</sup>, em Fortaleza, no maio de 1986. Esta parece ter sido a primeira greve realizada por trabalhadores têxteis no Ceará, desde o golpe militar de 1964. A greve dos trabalhadores da TBM teve grande repercussão em Fortaleza e recebeu considerável cobertura da imprensa escrita.

A greve parou a fábrica e foi parar na Justiça. Os patrões requereram do judiciário trabalhista a instauração do dissídio coletivo de greve e a decretação de sua ilegalidade. No propósito de compreender melhor o que estava em jogo no processo jurídico gerado em consequência da ação patronal, recorro ao balanço da historiografia nacional sobre o tema: trabalho, Justiça e direitos. Realizo, também, um breve debate sobre a legislação de greve no Brasil, para em seguida debruçar-me sobre o Processo TRT7, nº 350/86, referente à greve dos trabalhadores da Têxtil Bezerra de Menezes em Fortaleza.

O uso de documentos do judiciário trabalhista como fonte de pesquisas históricas é recente no Brasil, ou seja, dos anos 1980 em diante, quando os historiadores ampliam os temas de pesquisa e a tipologia de fontes. Atualmente, existe considerável bibliografia sobre o assunto, como veremos no decorrer do trabalho, demonstrando que a Justiça do Trabalho, seus trâmites e decisões passaram a ser objeto relevante dos estudos acadêmicos.

---

<sup>19</sup> A Têxtil Bezerra de Menezes S.A. (TBM), localiza-se na Avenida dos Expedicionários, nº 9.981, no bairro do Itaperi em Fortaleza. Na época da greve era a segunda maior fábrica de fiação do Ceará e empregava aproximadamente 800 trabalhadores. Atualmente, é considerada uma das maiores fabricas de fiação do Brasil.

O segundo capítulo: “fiando e tecendo a resistência”, apresenta a investigação sobre aqueles que deram origem e são o objeto principal da pesquisa, os trabalhadores da fábrica Finobrasa. Participam da narrativa a trajetória da Companhia, a história recente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza, o processo de sindicalização dos trabalhadores da Finobrasa, as condições de trabalho na indústria têxtil cearense no último quarto do século XX, o regime de controle e disciplina instaurado na Finobrasa e a luta pelo fim do trabalho aos domingos nesta empresa.

Inicialmente apresento as mudanças pelas quais passou a fábrica Finobrasa, principalmente, a implantação do processo de reestruturação produtiva, iniciado nos anos 1980. Analiso como novos modelos de gestão do trabalho e da produção, a exemplo do Círculo de Controle de Qualidade (CCQ) e reengenharia, bem como a instalação de máquinas com dispositivos microeletrônicos, permitiram a empresa aumentar e diversificar a produção, não criando melhores condições de trabalho ou ganhos salariais para os trabalhadores.

Ainda neste capítulo, comparecem as estratégias de luta sindical e as bandeiras de luta do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, a partir de 1987. Neste ano um grupo de oposição sindical assumiu a direção do Sindicato, inaugurando um novo padrão de ação sindical, com bandeiras de luta estratégicas. Tal fato possibilitou a construção de uma relação mais estreita e de confiança entre o órgão de classe e os trabalhadores da Finobrasa, a maior indústria têxtil do Ceará à época.

No período, duas questões ganharam relevo, a sindicalização dos trabalhadores da Finobrasa e a luta pelo fim do trabalho aos domingos. A empresa não permitia que os trabalhadores se filiassem ao Sindicato, além disso, os operários eram submetidos a um regime de trabalho que os obrigava a trabalhar praticamente todos os domingos; pelo sistema denominado de “cinco por um” implantado a partir de 1983, os trabalhadores só folgavam no domingo, apenas, a cada 42 dias.

Destaca-se ainda, as condições de trabalho na indústria têxtil do Ceará nos anos 1980 e 1990, com ênfase na Finobrasa, o que possibilita observar a insalubridade do ambiente fabril, gerando as doenças do trabalho, os acidentes e descumprimento das leis trabalhistas. Observa-se também o rigoroso sistema de controle fabril, a aplicação de normas próprias de vigilância, controle e punição aos “desobedientes”.

No terceiro capítulo: “O nó da meada na fábrica de conflitos”, discuto os momentos de conflito aberto entre os trabalhadores e a empresa, notadamente na greve dos vinte e três dias, em maio de 1988. Aquela foi a primeira vez que a fábrica teve paralisada sua produção desde o início de sua atividade em abril de 1973. Procuo compreender as circunstâncias em que os trabalhadores da Companhia atuaram como sujeito coletivo na construção da greve, identificando ainda, os modos de organização dos trabalhadores no espaço fabril e no Sindicato.

Estudos anteriores, diretamente ou de forma secundária, já focalizaram esta greve, dentre eles: “A greve dos têxteis em maio/88 e sua repercussão no plano da consciência do operariado”, de Evania Maria Oliveira Severiano; “Espaço e trabalho na indústria têxtil cearense” de Marcos Antônio Bezerra Costa; “Fé e Política: a Pastoral Operária e a greve da Finobrasa em Fortaleza – 1988”, de Ana Joeline Carneiro; “Reespacialização industrial, emprego e práticas trabalhistas e ambientais: o caso da Vicunha Têxtil S/A”, de Valdênia Apolinário; e “Tecelões de histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias”, de Telma Bessa Sales.

Estes trabalhos apresentam grande contribuição a pesquisa. Nesta dissertação, retorno à greve na Finobrasa em maio de 1988, observando seu desenrolar como um processo de construção coletiva e tomando parte em um conjunto de lutas mais amplo no mundo do trabalho. Ela se compreende também em vista das lutas específicas da categoria que se intensificaram a partir de 1987, e do programa da nova direção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis.

Vários aspectos da greve recebem atenção no capítulo; a repercussão na cidade de Fortaleza, a repressão sofrida pelos trabalhadores e militantes das causas sociais; as expressões de apoio e solidariedade dos setores progressistas da Igreja Católica, da prefeita de Fortaleza, à época, Maria Luiza Fontenelle, entre outros.

Com a pesquisa espero contribuir para o conhecimento dos trabalhadores têxteis cearenses no final do século XX, tantas vezes ocultado pelo discurso empresarial, endossado pelo Estado e, em alguns casos, por determinados estudos, que põem em relevo as novas plantas industriais, a alta tecnologia da indústria têxtil, a qualidade e produtividade do setor e as incursões no mercado internacional.

Aqui se tentou observar, desde a história social, as condições de vida e trabalho, as pautas de reivindicação, as formas de controle e repressão, chegando inclusive à interdição patronal do direito à livre organização e participação dos

trabalhadores em seu sindicato, o que se evidencia com o recurso constante às demissões, à criminalização dos trabalhadores em greve – marcados em “listas negras” – e dos dirigentes sindicais.

A investigação procurou observar, desde a experiência e luta dos trabalhadores têxteis a construção de um movimento sindical apoiado na base, seu referencial de classe e sua ação coletiva quando tentaram fiar e tecer formas de luta por melhores condições de vida, trabalho, dignidade e respeito.

Espero que a dissertação participe, ao lado de outros estudos e pesquisas, de uma história dos trabalhadores, desde suas estratégias de recusa à lógica do capital, que os recruta como um apêndice do maquinário e do processo produtivo. Como na reflexão sociológica e autobiográfica do ‘moleque de fábrica’, esta pesquisa intentou uma narrativa atenta “[...] a insurgência dos simples que foram reduzidos à condição de objeto, reclamando o reconhecimento de sua humanidade no âmago mesmo da consciência de quem sobre eles refere e sobre eles escreve”. (MARTINS, 2011, p. 439). Ao leitor se apresenta esta história como “Um fio da meada” encharcado de sentimentos, emoções, conquistas, revezes, lutas, ideias e ideais, indignação, revolta e esperança.

## CAPÍTULO I

### NO RASTRO DOS FIOS: INDÚSTRIA TÊXTIL E TRABALHO NO CEARÁ

A industrialização no Estado do Ceará teve início com o setor têxtil. O primeiro empreendimento fabril a inaugurar o padrão industrial propriamente dito, foi a fábrica Progresso, da família Pompeu, no início dos anos 1880<sup>20</sup>. Após esta, ainda no século XIX, outras fábricas se instalaram no Estado: Cia. Fabril de Tecidos União Comercial (1891), em Fortaleza; Cia. Fabril Cearense de Meias (1891), também Fortaleza; Fábrica Santa Tereza (1893), em Aracati; Fábrica Ceará Industrial (1894), em Fortaleza; e Fábrica Sobral (1895), na cidade de Sobral<sup>21</sup>.

Novas indústrias foram implantadas durante as três primeiras décadas do século XX. Entre 1900 e 1930, surgiram oito fábricas de fiação e tecelagem no Ceará: Fábrica Santa Elisa (1904), Usina Gurgel (1916); Fábrica Santa Maria (1918), Fábrica São José (1926), Fábrica Baturité (1927) e Fábrica São Luís (1928), ambas localizadas em Fortaleza, bem como a Fábrica Maranguape (1924), situada em Maranguape.

Já no período entre 1930 e 1960, o surgimento de empreendimentos têxteis praticamente cessou, excetuando-se a fábrica Santa Cecília, fundada em 1945, nenhuma outra indústria do setor se estabeleceu no Estado. Apesar da redução da instalação de novas fábricas, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a indústria têxtil cearense vivenciou um momento de apogeu. A guerra abriu espaço para o escoamento da produção nacional perante a menor concorrência dos produtos manufaturados estrangeiros. As fábricas passaram a expandir sua capacidade produtiva, chegando, até mesmo, a funcionar em um número maior de turnos e a contratar um número maior de trabalhadores.

Com o fim do conflito internacional, o processo de substituição das importações sofre um declínio, no caso do setor têxtil cearense, grande parte das fábricas entraram em crise – o número de trabalhadores da Fábrica Santa Maria, por

---

<sup>20</sup> NOBRE, Geraldo da Silva. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: FIEC, 2001., p. 96 e 348.

<sup>21</sup> ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **O fiar e o tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará**. Fortaleza: FIEC, 2002., p. 77.

exemplo, caiu de 450 para 250 em 1957 – e algumas chegaram a fechar como a Fábrica São José, que faliu em 1959 deixando 1.800 operários desempregados<sup>22</sup>.

Na bibliografia consultada, é corrente a análise que o processo de industrialização no Ceará, com ênfase na indústria têxtil, obedeceu a determinados parâmetros até meados do século XX; o período, no Nordeste, pode ser caracterizado pela inexistência de políticas de desenvolvimento industrial. Ou seja, são implementadas ações de caráter emergencial, em vista das secas periódicas, mudando quase nada, ou muito pouco, a estrutura de produção da região.

A partir dos anos 1950 começa a se delinear um modelo de desenvolvimento industrial pautado pelo fomento estatal, com o intuito de diminuir as disparidades regionais existentes no Brasil e integrar o Nordeste à reprodução de capital a nível nacional. O primeiro impulso dado nesse sentido foi a criação do Banco do Nordeste. Por meio da Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952, o governo Vargas instituiu o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cujo o objetivo era desenvolver a região. O segundo passo, se deu em 1956, com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo economista Celso Furtado. Esse grupo desempenhou papel decisivo na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, cujo primeiro administrador foi Celso Furtado<sup>23</sup>.

Especificamente no setor têxtil, os incentivos federais visando a industrialização do Nordeste foram aproveitados pelo Estado do Ceará. Com base em diagnóstico realizado pela SUDENE, o setor têxtil nordestino necessitava de apoio principalmente em dois aspectos: assistência técnica para melhorar a administração e qualificar a mão de obra e assistência financeira para fornecer recursos às empresas no processo de modernização dos equipamentos.

Nesse sentido, foi elaborado um programa de reequipamento, tendo por principal finalidade recuperar o parque industrial existente. Tal programa estabelecia a troca dos equipamentos que já tivessem mais de 30 anos de uso, sendo proibida a

---

<sup>22</sup> JUCÁ, Gisafra Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza**. São Paulo: Annablume, 2000., p. 48 e 61.

<sup>23</sup> Sobre a criação do Banco do Nordeste e da SUDENE e o papel deste órgãos no processo de industrialização da região Nordeste, ver dentre outros: ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Celso Furtado, o Nordeste e a construção do Brasil. In: ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. (Org.). **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: BNB, 2005, p. 209-236.; \_\_\_\_\_. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**. Heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.; NOBRE, Geraldo da Silva. op. cit.



sua reutilização<sup>24</sup>. No Ceará, cinco empresas do setor têxtil aderiram ao programa e tiveram projetos aprovados: Progresso, Santa Tereza, Santa Cecília, Sobral e Gasparian<sup>25</sup>.

A partir de 1965 houve a ampliação do projeto, quando praticamente todas as empresas do setor têxtil cearense aderiram ao Programa Têxtil. No geral, entre 1963 e 1970, foram instaladas dez grandes indústrias têxteis no Ceará<sup>26</sup>. A intervenção do governo federal, além de evitar que a crise dos anos 1950 desarticulasse o setor, possibilitou que novas fábricas fossem fundadas; das dez empresas instaladas na década de 1960, oito utilizaram recursos oriundos da SUDENE<sup>27</sup>.

A conjuntura interna do Ceará também facilitou a consolidação dos incentivos federais. Até o início dos anos 1960, o desenvolvimento industrial não fazia parte da pauta central dos governos estaduais. Excetuando-se o setor têxtil, a conjuntura econômica, caracterizada pela industrialização subsidiada, não havia impactado significativamente a indústria no Estado.

No governo de Virgílio Távora, iniciado em 1963, a estratégia de industrialização do Estado adota como diretriz a alteração no perfil econômico do Ceará, adotando uma política de atração de novas plantas industriais. No campo institucional, vigora o Plano de Metas Governamentais (PLAMEG I). Na dimensão estrutural, dois empreendimentos evidenciam-se: a criação do primeiro Distrito Industrial do Ceará, localizado em Maracanaú, onde os empresários tinham à disposição terrenos, linhas telefônicas, tratamento dos resíduos industriais e vias de acesso, e a transmissão de energia da hidrelétrica de Paulo Afonso na Bahia, fato concretizado em 1964.

A partir destas medidas, novas plantas industriais se instalaram no Estado, na primeira metade dos anos 1970, por exemplo, cinco novas indústrias

<sup>24</sup> CAVALCANTE, Alexandre Lira. **O impacto da abertura comercial sobre a competitividade da indústria têxtil da região Nordeste**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002., p. 49.

<sup>25</sup> ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. op. cit., p. 90.

<sup>26</sup> São elas: Gasparian/Cia. Ceará Têxtil (1961/1966); Algodões Finos Quixadá/Fiação Jangadeiro (1964/1969); Indústrias de Meias Finas S/A, Linhas Seridó S/A e Santa Inês (Politêxtil), ambas fundadas em 1967; Passamanaria do Nordeste (1968); Fábrica Santa Lúcia (1969); Indústria Têxtil Armando Pinto S/A (1970), todas elas localizadas em Fortaleza; Induchenil (1966); Chenosa – Chenille do Nordeste S/A (1967), as duas últimas localizadas em Maranguape. Cf: ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. op. cit., p. 93.

<sup>27</sup> Entre 1963 e 1969, foram aprovados 26 projetos de instalação de empresas têxteis no Nordeste, tendo sido o Ceará o Estado mais beneficiado, com 8 empresas, seguido por Pernambuco com 6 e Paraíba com 5. Ver: ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. op. cit., p. 92.

têxteis passaram a produzir no Ceará: Master (1971), Finobrasa (1973), Grupo Unitêxtil<sup>28</sup> (1973), Pemalex (1974), em Fortaleza, e, em Maranguape, a Tapetelene (1975).

Na década de 1970 os empreendimentos têxteis no Ceará – formados em sua maioria por capital acionário de famílias locais – passaram a concorrer com empresas de maior estrutura e mais capital. Até 1974, apenas um empreendimento têxtil de vulto pertencente a um grupo empresarial do Centro-Sul do País havia se instalado no Ceará, fruto de uma fusão de capitais entre empresários cearenses (famílias Otoch e Baquit) e paulistas (Grupo Vicunha), a fábrica Finobrasa<sup>29</sup>.

Entre 1979 e 1982, anos equivalentes ao segundo governo de Virgílio Távora, foi lançado o PLAMEG II. Durante esse período intensificaram-se as pressões ao executivo estadual no sentido de conseguir o provimento de créditos públicos ao capital privado; quando então são implementados vários mecanismos para viabilizar a expansão industrial do Estado<sup>30</sup>.

Enquanto isso, o que se viu a partir do final dos anos 1970 foi uma completa mudança de direção do processo de industrialização no Brasil; por conta, aliás, da crise do padrão de industrialização baseado na substituição de importações. O crescimento alicerçado no financiamento externo ou estatal, através do investimento direto do Estado ou do investimento privado subsidiado, que tinha prevalecido durante os anos 1970, no período classificado como “milagre econômico”, entrou em crise<sup>31</sup>.

Não obstante o problema externo espelhado pela crise da dívida e a recíproca resposta recessiva, um outro gargalo que caracterizou aquele período foi à aceleração inflacionária. Portanto, o aumento da dívida externa e as altas

<sup>28</sup> O Grupo Unitêxtil correspondia à fusão das seguintes fábricas: Santa Thereza, Santa Lúcia, Santa Cecília e Santa Inês (Ind. Politêxtil).

<sup>29</sup> COSTA, Marcos Antônio Bezerra. **Espaço e trabalho na indústria têxtil cearense**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005a., p. 74.

<sup>30</sup> Dentre as ações deste governo, tem-se a consolidação de um distrito industrial e infraestrutura habitacional e de transportes subsidiários ao distrito; liderança do movimento para constituição do Estado como III Polo Industrial do Nordeste; e empenho pessoal para aprovação, pela Sudene, de projetos privados de investimentos, como dos grupos Gerdau, Vicunha, Têxtil Machado e Artex. Ver: LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: ANNABLUME, 1995., p. 35.

<sup>31</sup> Sobre o tema ver dentre outros: BAER, Mônica. **O Rumo Perdido: a crise fiscal e financeira do Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Bem como: SALLUM JR, Brasília; KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 5, nº. 13, p. 145-159, 1991.

taxas inflacionárias impediram o crescimento da economia brasileira, inclusive da indústria têxtil.

No Ceará, o setor têxtil reagiu à crise, tanto em relação aos demais estados do Nordeste, quanto ao restante do Brasil. O Ceará, na condição de “polo têxtil” do País, com o estímulo das políticas para o setor e ampliação dos mercados, registrou crescimento<sup>32</sup>. Entre 1980 e 1985, por exemplo, enquanto houve retração de 6,76 por cento no Brasil e no Nordeste o crescimento ficou em apenas 8,9 por cento, a indústria têxtil cearense cresceu aproximadamente 20,15 por cento<sup>33</sup>.

Um aspecto fundamental para entender o crescimento da indústria têxtil no Ceará é explicado pela baixa remuneração do trabalho. Nos anos 1970, as indústrias têxteis pagavam vencimentos inferiores aos de outros estados brasileiros, bem como o tamanho médio das unidades fabris cearenses era inferior ao da indústria têxtil brasileira. Entretanto, o tamanho das fábricas cearenses cresceu e superou a média nacional ainda na primeira metade dos anos 1980. Quanto aos salários, continuou um dos mais baixos do Brasil. Entre os anos 1970 e 1980, por exemplo, a produtividade do setor têxtil no Ceará aumentou em torno de 417 por cento, já os salários tiveram aumentos não maiores há 50 por cento<sup>34</sup>.

As empresas têxteis do Ceará, principalmente do setor de fiação, levaram vantagem em relação às localizadas, por exemplo, em São Paulo. Os custos de produção no Ceará, entre o final dos anos 1980 e meados da década seguinte, eram bem menores do que no Sudeste. A maior diferença, dessa comparação, advinha justamente dos salários pagos aos trabalhadores. Comparados o valor do salário pago a um operador de máquinas têxteis em Santa Bárbara D'Oeste-SP com o de um trabalhador que exercesse a mesma função em Fortaleza, o resultado permitiria ver que a remuneração do primeiro seria, aproximadamente, 80 por cento maior do que a do segundo<sup>35</sup>.

No Grupo Vicunha, por exemplo, havia disparidades salariais entre os trabalhadores de unidades localizadas no Ceará e em São Paulo; os salários pagos

<sup>32</sup> CAVALCANTE, Alexandre Lira. op. cit., p. 51.

<sup>33</sup> COSTA, Marcos Antônio Bezerra. op. cit., p. 76.

<sup>34</sup> JORGE NETO, Paulo de Melo. A estrutura produtiva do Ceará nas décadas de 1970-1980. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. (Org.). **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais**. Campinas: Pontes, 2009, p. 31-53., p. 46.

<sup>35</sup> SAMPAIO, Áurea Lígia Duarte. **Análise da competitividade dos segmentos de fiação e tecelagem no Brasil na década de 90**. 2002. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002., p. 25.

aos trabalhadores cearenses, em média, correspondiam à metade dos salários pagos aos trabalhadores paulistas:

Conquanto, tendo em vista a Faixa de Remuneração Média, se aprofunda a diferença de remuneração entre os trabalhadores de São Paulo e Ceará, uma vez que tanto em 1989 quanto em 2000, a grande maioria dos trabalhadores cearenses mantiveram-se na faixa de remuneração entre 1 e 2 salários mínimos, sendo também bastante significativa a participação dos que recebem até 1 salário [...]. Ao passo que nos municípios paulistanos os maiores percentuais são verificados nas faixas entre 2 e 3, 3 e 5 salários mínimos, sendo relevantes os percentuais dos que recebem acima de 5 salários mínimos [...]. No outro extremo, o Ceará apresenta os mais baixos percentuais dos que recebem de 3 a 5 e acima de 5 salários mínimos<sup>36</sup>.

Quanto aos efeitos da automação em curso, logo se observa que [...] não representaram vantagens diretas para os trabalhadores na forma de salário”. (FARIAS FILHO, 1999, p. 189), acarretando, ainda, o desemprego tecnológico, a destruição de tarefas e vários impactos sociais que atingem diretamente o trabalhador.

Ante o exposto, pode-se afirmar que em meados dos anos 1980, pelo menos do ponto de vista empresarial, a indústria têxtil no Ceará já estava consolidada; na medida em que já havia se inserido no mercado globalizado. As empresas se profissionalizaram e executivos passaram a gerir os negócios. Intensificaram-se ainda a reestruturação dos processos produtivos e a vinda de empresas e empresários das regiões Sul e Sudeste, configurando um processo de reespecialização industrial<sup>37</sup>.

Várias das empresas que se instalaram no Ceará a partir dos anos 1960, beneficiadas pelos fundos públicos, conseguiram crescer, alcançando, desse modo, destaque no mercado nacional e internacional. Dentre essas, pode-se citar a Têxtil Bezerra de Menezes, PELNYTEX S/A, Cia. Têxtil do Ceará, FINOBRASA e Vicunha Nordeste S/A. Estas cinco empresas foram as que mais captaram recursos via SUDENE<sup>38</sup>.

A indústria têxtil cearense tornou-se a mais expressiva no Nordeste e sua produção aumentou significativamente a importância na balança comercial do

<sup>36</sup> APOLINÁRIO, Valdênia. **Reespecialização industrial, emprego e práticas trabalhistas e ambientais: o caso da Vicunha Têxtil S/A.** 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002., p. 66-67.

<sup>37</sup> Id., ibidem.

<sup>38</sup> JORGE NETO, Paulo de Melo. op. cit., p. 45-46.

Estado e da região. Dos anos 1980 até o início do século XXI, houve um salto na produção e uma forte modernização do maquinário, principalmente no setor de fiação, considerado o mais moderno do Brasil, sendo que o Estado figurou entre os três maiores pólos de produção e exportação têxtil do Brasil<sup>39</sup>.

Essa “moderna” indústria têxtil do Ceará se consolida à custa dos fundos públicos, isenções fiscais, concessão de infraestrutura e, principalmente, da intensa exploração dos trabalhadores. A tônica do discurso empresarial se fixa na decantada modernização do parque fabril e nas mudanças nos padrões de gestão do trabalho e da produção, com a reestruturação produtiva.

Como veremos neste trabalho, no quadro da reestruturação produtiva, intensificam-se os mecanismos de repressão, disciplina e controle. Neste tópico procurei reconstruir em traços largos a trajetória da indústria têxtil no Ceará, para em seguida, apresentar, desde as fontes historiográficas, o itinerário de luta dos trabalhadores desse setor industrial, com ênfase em suas formas de organização e práticas de resistência.

## 1. Experiência, luta e solidariedade no cotidiano fabril

O cotidiano dos primeiros trabalhadores fabris no Ceará caracterizou-se pelas péssimas condições de vida e trabalho a que eram submetidos. Eram comuns as longas jornadas de trabalho, a exploração do trabalho das mulheres e das crianças, os baixos salários, o despotismo patronal, a proliferação de doenças, a

---

<sup>39</sup> Em 1985, no Ceará, identificava-se algo em torno de 22 por cento dos estabelecimentos têxteis no Nordeste. Cinco anos depois (1990), o Ceará assumiu o primeiro lugar, nessa relação. Das 547 empresas do setor têxtil existentes no Nordeste, 159 delas se encontravam no Ceará. Além disso, no final do século XX, esse estado se consolidou como o maior empregador têxtil da região nordestina, uma vez que o Ceará era responsável por 30 por cento dos empregos concernentes ao setor têxtil em 1989, passando para 40 por cento em 2000. Ver dentre outros: APOLINÁRIO, Valdênia. op. cit., p. 50.; ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. op. cit. p. 105.; COSTA, Marcos Antônio Bezerra. Verticalização na indústria têxtil: o caso da Fiação Ceará. In: **Espaço & Geografia**, Brasília: UNB, v. 8, nº. 1, p. 71-98, 2005b.; PAREDES, Hugo Leonardo Feitosa Albuquerque. **Os impactos da implementação dos programas da qualidade na indústria têxtil cearense – um estudo de caso: Vicunha têxtil S/A**. 2003. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003., p. 15, 16 e 19.; SOUSA JÚNIOR, Kerginaldo Cândido. **Gestão ambiental e competitividade do setor têxtil do Estado do Ceará**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2007., p. 53.

carestia de vida e a falta de moradia<sup>40</sup>; além da ausência de proteção social e de uma legislação específica sobre as relações de trabalho<sup>41</sup>.

Face às adversidades da vida e soletrando o vocabulário da união e da solidariedade, se vão construindo as associações de socorro mútuo, as beneficentes, os círculos operários católicos, centros artísticos, sindicatos de resistência e partidos políticos<sup>42</sup>. Algumas dessas organizações produziram veículos informativos, folhetins e jornais, geralmente de pequeno porte e com poucas tiragens, mas de grande relevância para a mobilização e organização dos trabalhadores no Ceará, bem como para divulgar os horrores aos quais estava submetida a classe operária<sup>43</sup>.

Neste cenário, ocorre a deflagração dos movimentos grevistas no Ceará. Destacam-se, as dos trabalhadores da Estrada de Ferro Baturité em 1891, 1892, 1902, 1912 e 1921; a dos trabalhadores ferroviários contra a *The South American*

<sup>40</sup> Sobre o tema ver, dentre outros: GONÇALVES, Adelaide. **Ceará Socialista**: anno 1919. Edição Fac-Similar. Florianópolis: Insular, 2001b.; LIMA, Ana Cristina Pereira. “**Obreiros pacíficos**”: o círculo de operários e trabalhadores católicos São José. (Fortaleza, 1915 – 1931). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.; MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. **Mutualismo ferroviário**: prover e proteger na sociedade beneficente do pessoal da estrada de ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.; PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em Movimento**: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceara Light (Fortaleza, 1917 – 1932). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

<sup>41</sup> O Estado brasileiro só veio a intervir mais incisivamente nas relações de trabalho a partir dos anos 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). No tocante a uma legislação especificamente trabalhista, o marco se dá em 1943, com a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ver, dentre outros: BIAVASCHI, Magda Barros. **O direito do trabalho no Brasil – 1930/1942**: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.; FRENCH, John. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. Tradução: Paulo Fontes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. Para uma crítica as interpretações que identificam “1930” como marco fundador da regulamentação das relações de trabalho no Brasil, ver: GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.; \_\_\_\_\_. **Burguesia e Trabalho**: política e legislação social no Brasil 1917 – 1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.; \_\_\_\_\_. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

<sup>42</sup> Sobre as associações operárias no período, com ênfase nas mutuais ver, por exemplo: HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Globo, 1982.; DE LUCCA, Tânia Regina. **O sonho do futuro assegurado**: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990. Especificamente sobre o Ceará, ver: LIMA, Ana Cristina Pereira. op. cit.; MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. op. cit.; OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os caixeiros no Ceará**: trabalho e educação na Revista Phenix (1891-1916). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.; SILVA, Marcos José Diniz. **No compasso do progresso**. A maçonaria e os trabalhadores cearenses. Fortaleza: NUDOC, 2007.

<sup>43</sup> Sobre o tema, ver: GONÇALVES, Adelaide. **A imprensa dos trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920**. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001a.

*Railway Construction Limited*, empresa arrendatária inglesa que administrava a Estrada de Ferro de Sobral, em 1914; a dos catraieiros em 1904; a dos portuários, em 1920; e, ainda, as dos trabalhadores da Cia. Inglesa *The Ceará Tranway Ligth Power*, nos anos de 1917, 1919, 1925, 1929 e 1932<sup>44</sup>.

Nas fontes pesquisadas não há registros de greves deflagradas por trabalhadores têxteis cearenses na Primeira República, mas isto não significa que eles estavam ausentes do processo de organização dos trabalhadores no período. No catálogo sobre o Ceará, elaborado pela Comissão de Expansão Econômica do Brasil, publicado em Paris em 1908, encontra-se o registro de uma associação beneficente de trabalhadores têxteis, a Caixa Econômica da União e Trabalho. Organizada pelos trabalhadores – sendo 35 em serviços internos e mais 300 em trabalhos externos, atinentes à confecção de varandas, tranças e outros – da fábrica de redes União e Trabalho, que em 1903 havia sido incorporada à Fábrica Ceará Industrial. Segundo a aludida fonte,

[...] foi creada neste estabelecimento uma caixa a cargo dos proprietários a quem os operários confiam uma quantia descontada de seus vencimentos por ocasião das férias que são feitas aos sábados. Quantia recolhida a caixa semanalmente – 340\$000<sup>45</sup>.

Outra entidade a congregar trabalhadores têxteis foi o Centro Artístico Cearense, fundado em 08 de fevereiro de 1904. Esta associação congregava operários de vários ramos fabris. Mas importa ressaltar que sua sede localizava-se na Rua Tristão Gonçalves, nº 338, região central de Fortaleza; endereço estratégico, pois se achava nas imediações das primeiras fábricas têxteis, de onde mobilizava a maioria de seus sócios, que em 1920 conformavam um total de 1.600 trabalhadores<sup>46</sup>.

<sup>44</sup> Sobre estas greves ver, respectivamente: ALMEIDA, Nilton Melo. **Rebeldes pelos caminhos de ferro**: os ferroviários na cartografia de Fortaleza. Fortaleza: Secult, 2012.; CÂNDIDO. Tyrone Apollo. **Trem da seca**: sertanejo, retirantes e operários (1877-1880). Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.; MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. op. cit.; SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha**: a militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-Ce (1927-1950). Fortaleza, NUDOC, 2005.; MORAIS, Nágila Maia de. **“Todo cais é uma saudade de pedra”**: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.; ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. **Onde moram os operários...** Vilas operárias em Fortaleza (1920-1945). 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.; PARENTE, Eduardo Oliveira. op. cit.

<sup>45</sup> Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. In: **Comissão de expansão econômica do Brasil**. (Catálogo). Paris: A. Henalt, 1908., fl. 834.

<sup>46</sup> Ver: MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. op. cit.; SILVA, Marcos José Diniz. op. cit., p. 48.

Em 1915 fundou-se na cidade de Fortaleza, os Círculos Operários e Trabalhadores Católicos São José. Neste período a entidade congregava aproximadamente 800 membros<sup>47</sup>. Como o setor têxtil era o maior empregador fabril naquele período<sup>48</sup>, é provável que muitos dos sócios da entidade eram trabalhadores têxteis. Em 1919, são criadas a União Geral dos Trabalhadores Cearenses e a “União dos Tecelões e Redeiros” – a primeira abrangia trabalhadores de diversas categorias e a segunda, especificamente, operários têxteis<sup>49</sup>. Nos anos 1920, os trabalhadores da Fábrica Santa Tereza, em Aracati, fundaram o Círculo Operário Católico São José<sup>50</sup>. Fundou-se ainda a Sociedade dos Alfaiates e Associação Beneficente dos Tecelões, esta última, em 1928<sup>51</sup>.

Como se vê, os trabalhadores têxteis do Ceará participaram do processo de organização, seja em associações de ofícios e categoria profissional – a exemplo da Caixa Econômica da União e Trabalho, da União dos Tecelões e Rendeiros e da Associação Beneficente dos Tecelões –, de mutuais abertas como o Centro Artístico Cearense e a União Geral dos Trabalhadores Cearenses; seja como membros dos Círculos Operários e Trabalhadores Católicos São José em Fortaleza e Aracati.

Outro fato que remete aos trabalhadores têxteis, nas primeiras décadas do século XX, diz respeito à construção das vilas operárias das fábricas de fiação e tecelagem. A construção dessas vilas no período de expansão do setor têxtil, é examinado como mecanismo de

[...] repressão ao trabalhador fora da fábrica nos períodos de conflito, no sentido de evitar a mobilização dos operários nos movimentos grevistas, com a ameaça poderosa de despejo e demissão [...], a vila operária é utilizada pelo capital industrial para garantir e controlar a força de trabalho<sup>52</sup>.

<sup>47</sup> PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **Anauê: os camisas verdes no poder**. Fortaleza: UFC, 1986., p. 49-55. Ver, ainda: LIMA, Ana Cristina Pereira. op. cit., bem como: SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos operários no Ceará**: “instruindo, educando, orientando, moralizando”. (1915-1963). Fortaleza: NUDOC, 2007.

<sup>48</sup> Segundo Margarida Andrade, entre 1907 e 1927, a indústria têxtil empregava em média 960 operários, configurando o setor com maior número de trabalhadores no Estado. ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. op. cit., pp. 52-65. Ver, também: PARENTE, Francisco Josênio Camelo. op. cit., p. 83.

<sup>49</sup> PARENTE, Francisco Josênio Camelo. op. cit., p. 58.

<sup>50</sup> MOTA, Kleiton Nazareno Santiago.; VIRGÍNIO, José Hercílio Silvério. Tecendo a memória do Aracati: fábrica Santa Thereza. In: **anais do XII Encontro Estadual de História do Ceará – Anpuh-Ce**: políticas públicas e práticas culturais. Crato: Urca, 2010., p. 13.

<sup>51</sup> LIMA, Ana Cristina Pereira. Op. Cit., p. 28-29.

<sup>52</sup> ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. op. cit., p. 213-215.



Paralelamente à construção das vilas operárias, os empresários realizaram outras medidas como, por exemplo, o fomento a caixas de auxílio, utilizadas amiúde em caso de acidentes e outras práticas de viés paternalista<sup>53</sup>.

No governo Vargas observa-se a montagem de uma nova estrutura para mediar os conflitos trabalhistas. Entre 1930 e 1946, são conhecidos os vários decretos, leis, departamentos, inspetorias, delegacias, dentre outros mecanismos, com o intuito de regular as relações de trabalho no Brasil<sup>54</sup>.

Ressalte-se nesta conjuntura a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, no dia 26 de novembro de 1930, em 1934 a Justiça do Trabalho (JT) e os Tribunais do Trabalho. Vários são os estudos que se debruçam sobre o período e analisam as tendências do período, quanto à estrutura sindical, seu controle, a unicidade, o imposto compulsório, como exemplos dessas medidas de controle e regulação no mundo do trabalho. Outro marco no processo de regulamentação deu-se com a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); por intermédio do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943<sup>55</sup>.

No período, as tendências internas ao movimento operário no Ceará, se agrupam em campos distintos. De um lado, o Bloco Operário Camponês, de orientação comunista; de outro, as tendências conservadoras, na Legião Cearense do Trabalho (LCT); fundada em Fortaleza, no dia 23 de agosto de 1931. Segundo Sângela de Sousa, desde a criação da LCT, seu Tribunal de Arbitragem é o lugar de mediação dos conflitos desde o mundo do trabalho. Em 1932, instituiu-se a Junta de

<sup>53</sup> Sobre o tema ver: ALMEIDA, Nilton Melo. op. cit.; ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. op. cit.; GONÇALVES, Adelaide. (2001a). op. cit.; LIMA, Ana Cristina Pereira. op. cit.; MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. op. cit.; PARENTE, Eduardo Oliveira. Op. cit.; PINTO, Rodrigo Márcio Souza. **Do passeio público a ferrovia: O futebol operário em Fortaleza (1904-1945)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.; RIO, Cristiane Porfírio de Oliveira do. **O movimento operário e a educação dos trabalhadores na Primeira República: a defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.; SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE, 1920-1970**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.; SANTOS, Jovelina Silva. op. cit.; SILVA, Marcos José Diniz. op. cit.

<sup>54</sup> Ver: MOREL, Regina Lucia M.; PESSANHA, Elina G. da Fonte. A Justiça do Trabalho. In: **Tempo Social**. São Paulo: USP, v. 19, nº. 2, p. 87-109, 2007.

<sup>55</sup> Ver: BIAVASCHI, Magda Barros. op. cit., p. 41.; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007., p. 29.; MOREL, Regina Lucia M.; PESSANHA, Elina G. da Fonte. op. cit., p. 90.

Conciliação e Julgamento de Fortaleza e, em 1941 o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região<sup>56</sup>.

Nessa conjuntura, núcleos de trabalhadores de diversas categorias socioprofissionais se organizam em associações e sindicatos. Uma das características do movimento operário no Ceará, a partir dos anos 1930, refere-se à multiplicação dos jornais operários, tais como O Trabalhador Gráfico, Voz Proletária, O Edificador, entre outros<sup>57</sup>. Os trabalhadores têxteis utilizavam constantemente a imprensa operária para reivindicar “[...] respeito e justiça aos seus direitos trabalhistas [...]”. (SILVA, 2006, p. 40). Tornou-se uma prática destes trabalhadores solicitar junto à 5ª Inspeção Regional do Trabalho do Ceará – implantada neste Estado em 1935, e transformada, em 1940, na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) –, a realização de inspeção nas fábricas a fim de que fossem cumpridas as leis trabalhistas<sup>58</sup>.

Desse período é o primeiro Sindicato de trabalhadores têxteis em Fortaleza, o Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria, fundado no dia 04 de abril de 1933. As filiações ao Sindicato começaram em 07 de maio 1933, cuja dinâmica sindical declina a partir de 1935, sendo extinto em 1938<sup>59</sup>. Mesmo período em que ganha proeminência o Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil do Ceará, fundado em 15 de agosto de 1935, contando apenas 155 sócios, mas que em 1938 já contava com 540 associados<sup>60</sup>.

O Ministério do Trabalho oficializou o Sindicato da categoria em setembro de 1936. No final dos anos 1930, o Sindicato dos Operários da Indústria Têxtil conseguiu congrega as demais organizações dos trabalhadores têxteis de Fortaleza, tais como o Sindicato dos Operários da Fábrica Santa Maria, Sindicato da Fábrica Santo Antônio, Sindicato da Fábrica de Tecidos São José, Sindicato dos Operários da Fábrica Progresso, Sindicato dos Operários da Fábrica Ceará Industrial, Sindicato dos Trabalhadores na Usina Ceará e, por fim, a Sociedade

<sup>56</sup> PARENTE, Francisco José Camelo. op. cit. Ver principalmente o capítulo IV: *Surge a 'Legião Cearense do Trabalho'*, p. 83-103.

<sup>57</sup> GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allynson. **O Trabalhador Gráfico**. Edição Fac-Similar. Fortaleza: UFC, 2002., p. 43-44.

<sup>58</sup> SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. Justiça e Trabalho: os processos trabalhistas de Fortaleza nos anos 1930 e 1940. In: **Revista de Humanidades**. Fortaleza: UNIFOR, v. 21, nº. 1, p. 39-50, 2006, p. 40.

<sup>59</sup> Id. **A organização dos operários têxteis, Fortaleza/CE (1933 a 1938)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

<sup>60</sup> Id., *ibidem.*, p. 108.

Beneficente dos Tecelões<sup>61</sup>. Além dessas organizações concentradas em Fortaleza, Geraldo Nobre registra a existência dos Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Aracati e dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Sobral<sup>62</sup>.

A organização dos trabalhadores têxteis em seus órgãos de classe é uma história da luta por melhoria das suas condições de vida e trabalho. Nos anos 1940 e 1950 em Fortaleza, os trabalhadores têxteis, bem como outras categorias, recebiam baixos salários, trabalhavam em ambientes insalubres, moravam em casebres e, como é verdade em relação a outros direitos fundamentais, tinham pouco (ou nenhum) acesso à educação.

No início dos anos 1950, a indústria têxtil em Fortaleza empregava um contingente de 2.636 trabalhadores, sendo 1.337 homens e 1.299 mulheres<sup>63</sup>. A crise do setor piorou a situação dos trabalhadores, obrigados a trabalhar em condições desumanas para garantir a produção mínima de fábricas obsoletas. Os salários, com a justificativa da crise, eram baixíssimos. Eles variavam de acordo com a estrutura das fábricas, de modo a se observar em determinadas situações a ocorrência de remunerações díspares para uma mesma atividade. Na Fábrica de Tecidos São José, por exemplo, os abonos e os reajustes só atingiam uma parte dos trabalhadores que em média recebiam uma diária de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros)<sup>64</sup>.

Essa fábrica, do grupo Philomeno Gomes, empregava 800 trabalhadores, boa parte deles menor de idade, incluindo crianças de até nove anos. Trabalhavam, amiúde, durante dez horas; isto é, de oito horas da noite às seis horas da manhã, com um pequeno “descanso” de apenas trinta minutos à noite. Essa a sua jornada diária, pela qual recebiam somente Cr\$ 8,00. Os menores eram responsáveis pelo

<sup>61</sup> Por meio do Decreto nº 1.402 de julho de 1939, instituiu-se a dissolução dos sindicatos não reconhecidos pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC). Ver: GOMES, Ângela Maria de Castro. (2007). op. cit., p. 43.

<sup>62</sup> O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores na indústria da Construção Civil de Fortaleza, Sindicato de Trabalhadores na Indústria de Calçados de Fortaleza, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Curtimento de Couros e Peles de Fortaleza, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de óleos Vegetais e Animais de Fortaleza, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Aracati e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Sobral, fundaram, em 29 de junho de 1950, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Ceará.

<sup>63</sup> SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. A experiência dos trabalhadores no campo jurídico: dissídios coletivos de Fortaleza nos anos de 1946 a 1964. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região**. Fortaleza: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, ano: XXXI, nº 31, p. 109-130, 2008., p. 121.

<sup>64</sup> JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. op. cit., p. 56.

transporte de fardos de fios de algodão que pesavam entre vinte e quarenta quilos. Além de trabalharem como auxiliares no corte dos tecidos ou no setor de tecelagem. Mesmo com esta pesada rotina, as crianças pagavam ainda multas de Cr\$ 0,25 a Cr\$ 0,50 por centímetro de tecido danificado.

Para completar o quadro caótico, a fábrica não dispunha de banheiros nem água potável; quem quisesse tomar água de razoável qualidade deveria trazer de casa, em recipientes de barro. Além disso,

[...] na fábrica São José [...], eram cobradas multas de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100, que equivalem à perda de dois ou três dias de trabalho, por qualquer falha registrada como a quebra de algum fio de tecido, por exemplo. Havia uma multa de Cr\$ 10,00 a quem usasse o sanitário por mais de três vezes ao dia. Em apenas um mês, 120 operários foram demitidos ao completarem dez meses de serviço, a fim de não obterem estabilidade<sup>65</sup>.

Mas existiam fábricas que pagavam salários inferiores aos da São José, como era o caso da Santa Cecília. Nesta empresa, em 1945, a maioria dos operários recebia Cr\$ 11,60 pela jornada diária, já a minoria ganhava Cr\$ 15,00. Quanto ao pagamento de horas extras, dificilmente pagava-se o valor integral. No caso da Cia. Têxtil José Pinto do Carmo, que também pagava Cr\$ 11,60 pela jornada diária, alguns trabalhadores recebiam Cr\$ 16,00, Cr\$ 18,00 ou Cr\$ 20,00 desde que produzissem o suficiente para tanto (mas quem regulava essa suficiência eram os patrões).

Frente às mazelas cotidianas do trabalho fabril, em 1950, “[...] os operários de diversas fábricas entraram em greve, reivindicando o aumento de 100% sobre a diária de Cr\$ 11,60, pois somente no ano seguinte haveria aumento”. (JUCÁ, 2000, p. 57). Parece ter sido essa a primeira greve de trabalhadores têxteis no Ceará. Segundo Jovelina dos Santos, publicou-se, à época, um artigo no jornal dos Círculos Operários, “A Fortaleza”, onde se anunciava que “a greve dos tecelões [era]: um exemplo e uma advertência aos empregadores”. (SANTOS, 2007, p. 156).

Nesse artigo, observa-se uma crítica aos patrões que desrespeitavam as leis trabalhistas, principalmente o direito ao repouso semanal remunerado, haja vista que o descumprimento dessa prerrogativa contribuía para o acirramento dos conflitos e, conseqüentemente, para a deflagração de greves. O informativo

---

<sup>65</sup> Id., *ibidem.*, p. 59.

apresentava ainda sugestões aos empregadores, no sentido de estabelecerem relações de harmonia com os operários<sup>66</sup>.

A classe patronal do setor têxtil procurou seguir a risca as instruções dos circulistas católicos, que buscavam neutralizar os conflitos e semear a ideologia do conformismo. A greve dos anos 1950, motiva um maior proselitismo das “[...] organizações da Ação Católica, tal como a Juventude Operária Católica e os Círculos Operários, investem com mais empenho, nos anos posteriores, na realização de páscoas coletivas nesses estabelecimentos [...]”. (SANTOS, 2007, p. 157).

Na Fábrica São José, por exemplo, a páscoa coletiva era comemorada assiduamente em 19 de março, dia consagrado a São José, padroeiro dos Círculos Operários, e protetor da fábrica, “batizada” com o nome do santo. As páscoas coletivas também foram realizadas na Fábrica Progresso, em 11 de março de 1954, e na Usina Ceará. Mesmo diante dos baixos salários e das exaustivas jornadas de trabalho, nessas celebrações, “[...] embora patrões e empregados se diferenciasssem na relação capital/trabalho, comungavam os mesmos ideais cristãos e nesse particular eram semelhantes”. (SANTOS, 2007, p. 156).

A luta dos trabalhadores têxteis, nos anos 1950, visava centralmente a conquista de acordo salarial único para todas as empresas do setor. O acordo individual, em vigor no período, dificultava a ação do Sindicato da categoria e a construção de greves unificadas. Em 1956, estabeleceu-se que o novo salário mínimo seria de Cr\$ 2.250,00 em Fortaleza e de Cr\$ 1.800,00 nos demais municípios do Estado. O descumprimento desse reajuste salarial ensejou uma grande mobilização dos trabalhadores têxteis na capital cearense, culminando na greve geral de 1956.

O movimento grevista teve início na Fábrica Santa Cecília quando cerca de 1.300 operários paralisaram as atividades<sup>67</sup>. A greve desencadeou um processo de mobilização e solidariedade dos trabalhadores das outras fábricas, que também aderiram ao movimento. A repressão, por sua vez, não demoraria a se impor no horizonte da greve. Muitos carros de polícia foram enviados às portas das fábricas

<sup>66</sup> SANTOS, Jovelina Silva. op. cit., p. 156.

<sup>67</sup> JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. op. cit., p. 60. Ver também: SANTOS, Bárbara Cacau. **“Trabalhadores cearenses, uni-vos!”: o Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009., p. 49.

para evitar piquetes. Mas os grevistas não se intimidaram e poucos operários voltaram ao trabalho. A greve continuou e teve como ponto alto uma passeata que saiu da Avenida João Pessoa, nas proximidades da Fábrica Santa Cecília, rumo à Sede do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, na Rua Agapito dos Santos, no Centro de Fortaleza.

Da referida passeata, participaram trabalhadores de várias indústrias têxteis de Fortaleza, uma vez que

[...] aderiram à greve trabalhadores de diferentes empresas: 2.200 na Santa Cecília, 1.800 na São José, 700 na Baturité, 560 na Ceará Industrial, 200 na Siqueira Gurgel, 300 na Santa Maria, 190 na Santa Elisa e 25 na Ibram. Mais de três mil operários reuniram-se no Sindicato e os empregadores. A greve continuou, pois os patrões só pagariam o novo salário depois da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o Mandato de Segurança impetrado pela Federação das Indústrias do Distrito Federal. Após três dias de paralisação foi firmado um acordo, segundo o qual os patrões se comprometiam a pagar o salário mínimo desde 1º de agosto. Cinco mil grevistas dirigiam-se ao Palácio da Luz, onde houve entendimento entre uma comissão de grevistas, o Governador do Estado, Paulo Sarasate, o Delegado Regional do Trabalho e Empregadores<sup>68</sup>.

Aproximadamente, 6.000 operários das fábricas Santa Cecília, São José, Baturité, Ceará Industrial, Siqueira Gurgel, Santa Maria, Santa Elisa e Ibram construíram o movimento grevista. Após a concessão do aumento, firmado entre patrões, empregados, com a mediação da Delegacia do Trabalho e do então governador do Estado, Paulo Sarasate, houve represália aos grevistas. Na Fábrica Ceará Industrial,

[...] mais de cem operários foram demitidos, apesar de ter sido uma das primeiras a pagar o novo índice salarial. A maioria já contava tempo superior a um ano de serviço. A possibilidade de substituir os demitidos por operários de remuneração inferior era a solução encontrada pelos patrões<sup>69</sup>.

Na Fábrica Santa Cecília, vinte e cinco operários foram demitidos e mais cinquenta e quatro foram suspensos. A empresa justificava as demissões, afirmando que os operários haviam praticado atos de insubordinação e indisciplina. Velha lorota patronal. Na verdade, o motivo concernia à participação na greve. Alguns desses já contavam com vários anos de serviços prestados à empresa, o que

<sup>68</sup> JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. op. cit., p. 60.

<sup>69</sup> Id., ibidem., p. 61.

não lhes assegurou o emprego e nem, quando de sua demissão, o recebimento das devidas indenizações<sup>70</sup>.

Não pagar indenização a trabalhadores demitidos era uma prática que não se limitava aos momentos pós-greves, antes, tratava-se de um método recorrente nas indústrias têxteis cearenses nos anos 1950. Dois anos antes da greve geral de 1956, a Fábrica Maranguape<sup>71</sup> havia demitido e recusado pagar as indenizações das operárias Maria de Lourdes Paulina Lima, Maria Nunes de Moura e Teresinha Rufino de Sousa<sup>72</sup>.

As operárias, demitidas sem a devida indenização, procuraram a Federação dos Círculos Operários do Ceará, no sentido de conseguir solução mais adequada e célere para o conflito. Na ocasião, foram recebidas pelo Assistente Eclesiástico da Federação dos Círculos Operários, padre Arimatéia Diniz, que se comprometeu em procurar a direção da empresa a fim de buscar uma saída para as questões denunciadas<sup>73</sup>.

Portanto, durante os anos 1950, a greve não foi a única arma utilizada pelos trabalhadores têxteis para reivindicar direitos. Procurar a mediação de organizações operárias, bem como recorrer à Justiça do Trabalho passaria a ser prática frequente, quando nesta última, de modo geral, reivindicavam aumentos salariais<sup>74</sup>.

A legislação social e trabalhista constituiu instrumento relevante na configuração das lutas dos trabalhadores têxteis cearenses, mas não apenas destes, ao longo dos anos 1950. De acordo com John French, os sindicatos foram fundamentais para a mediação do processo em que a ida à Justiça do Trabalho passou a ser recorrente<sup>75</sup>.

Em Fortaleza, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis “[...] se constituiu enquanto espaço social, responsável por instruir os trabalhadores em seus direitos e encaminhá-los à Justiça do Trabalho, o que possibilitou uma maior frequência de

---

<sup>70</sup> Id., *ibidem*.

<sup>71</sup> Nesta fábrica era exigido uma cota de produção, impossível de ser atingida, pois as máquinas deterioradas falhavam constantemente. Assim como a ventilação era precária; existiam poucos banheiros, um para atender 50 homens e outro para 100 mulheres; faltava privacidade nos vestiários, que não tinham portas; e a água consumida pelos operários não era potável, retirada de um tanque em quartinhas, que muitas vezes estava seco. Cf: SANTOS, Jovelina Silva. *op. cit.*, p. 169.

<sup>72</sup> SANTOS, Jovelina Silva. *op. cit.*, p. 169.

<sup>73</sup> Id., *ibidem*.

<sup>74</sup> SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. (2008). *op. cit.*, p. 121.

<sup>75</sup> FRENCH, John. *op. cit.*, p. 63

trabalhadores ao Sindicato”. (SANTOS, 2009, p. 29). Por outro lado, o (re) conhecimento da legislação trabalhista e o papel dos sindicatos ajuizando as ações, possibilitou considerável aumento no número de operários sindicalizados<sup>76</sup>.

Buscar direitos, via Justiça do Trabalho, é pratica corrente entre os trabalhadores têxteis de outras cidades do Ceará, como exemplo, os têxteis de Aracati que, em 1953, entraram na Justiça do Trabalho reivindicando aumento salarial<sup>77</sup>. O pedido de reajuste, em 100 por cento do salário, foi prejudicado pela decretação do novo salário-mínimo regional. Mas, pelo menos, seria garantido àqueles trabalhadores “[...] a revisão da tabela de preços, tarefas e peças e que os operários entrassem com outro processo para complementação salarial, caso sua produção não atingisse o mínimo”. (SILVA, 2008, p. 119).

O cotidiano de trabalho da Fábrica Santa Tereza também era marcado por uma série de irregularidades: a água de beber era suja, inclusive com restos de animais mortos (ratos); a burla entre o salário recebido e o registrado na carteira (alguns trabalhadores ganhavam meio salário, e o registro era de um salário); trabalho de crianças; além de outras práticas de desrespeito ao trabalhador.

Mesmo tendo seguido corretamente os trâmites junto à Justiça do Trabalho e, comprovado o descumprimento das leis trabalhistas, os trabalhadores têxteis de Aracati não obtiveram êxito imediato,

[...] pois o aumento pleiteado não foi atendido, ficando assegurado que o operário poderia recorrer à Justiça do Trabalho para reivindicar complementação salarial, embora esse processo fosse uma reivindicação dessa questão. Quanto às condições inadequadas da fábrica, ficou resolvida que o proprietário resolveria os problemas de higiene, iluminação, ventilação e água, embora a longo prazo [...] <sup>78</sup>.

De fato os trabalhadores têxteis de Aracati não conquistaram ganhos reais ao recorrerem ao judiciário trabalhista. Conforme Sângela de Sousa, nos anos 1950, a Justiça do Trabalho não se mostrou efetiva, em relação aos processos ajuizados, o que, na pratica favorecia o descumprimento, pelos patrões, das obrigações legais<sup>79</sup>.

O desrespeito à lei era patente na maioria das fábricas têxteis do Ceará. De acordo com Bárbara Cacau,

[...] as tentativas dos empregadores em burlar o cumprimento legal eram inúmeras. Eram recorrentes nos anos de 1950, por exemplo, as

<sup>76</sup> SANTOS, Bárbara Cacau. op. cit., p. 29.

<sup>77</sup> SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. (2008). op. cit., p. 119.

<sup>78</sup> Id., ibidem., p. 09.

<sup>79</sup> Id., ibidem., p. 10.



denúncias dos trabalhadores têxteis da Fábrica Ceará Industrial quanto ao fornecimento deficiente de água potável, da falta de higiene sanitária e ao não pagamento do salário mínimo estipulado em acordo coletivo<sup>80</sup>.

Em determinadas ocasiões, o descumprimento da lei levou os trabalhadores a uma resistência direta; como quando, em 12 de março de 1957, o tecelão Antônio Rabelo Vieira, demitido do Cotonifício Leite Barbosa fere de morte o diretor industrial e superintendente da empresa. Assim é o relato da tragédia em depoimento do operário, veiculado no jornal O Povo:

Tempos atrás, fui demitido da Fábrica, por causa da luta por melhores salários. Recorri à Justiça do Trabalho, pois julgava-me com direito a boa indenização. Entrei no Cotonifício a três de maio de 1954 e fui despedido [...]. Não recebi indenização, por isso fui procurar os meus direitos. Ontem, como a questão estava demorando muito a ser resolvida, procurei o advogado da Fábrica para negociar um acordo. Fui informado pelo doutor que só quem podia decidir o caso era 'seu' Bonorandi. Hoje, pela manhã, procurei falar com 'seu' Bonorandi, mas ele não me recebeu. Pelo contrário, mandou dizer que eu não tinha direito a receber nada, que havia sido demitido por justa causa. Fiquei indignado. Fui para casa, pensei bastante e resolvi matá-lo<sup>81</sup>.

O trabalhador fora demitido por participar das lutas da categoria por melhores salários. Como não recebeu a indenização prevista em lei, recorreu à Justiça do Trabalho; A morosidade da justiça e as frustrações acumuladas impulsionam Antônio Rabelo em busca de solução diretamente com os patrões. Além de não ser atendido pelo superintendente da empresa, foi informado que não receberia indenização, pois a demissão havia sido por justa causa. O resto do drama saiu no jornal: "Fiquei indignado. Fui para casa, pensei bastante e resolvi matá-lo".

O fato, repercutido na imprensa local, é apresentado aqui como tragédia na vida de um trabalhador acuado e indefeso ante à autoridade patronal, busca na memória ancestral os restos de sua dignidade e respeito. À palavra negada, ao veredito da demissão, segue-se a saída individual como tragédia. Do episódio, restam sinais de solidariedade e apoio ao tecelão:

Com a palavra, o companheiro José Valdenor adiantou que um advogado, no caso o Dr. Evandro Martins e alguns alunos da Faculdade de Direito, se ofereceram para funcionar como defesa do operário. Para isso, pediu ao Senhor Presidente para ir em comissão à Faculdade, pedir a cooperação dos alunos no caso. Com a palavra, o companheiro Porcidônio de Freitas, apoiando a proposta feita pelo

<sup>80</sup> SANTOS, Bárbara Cacau. op. cit., p. 34.

<sup>81</sup> O Povo, Fortaleza, 13/04/1957. *apud*. SANTOS, Bárbara Cacau. op. cit., p. 32-33.

companheiro José Valdenor. Com a palavra o Senhor Presidente fez uma longa explanação do caso, e propôs que se organizasse uma comissão para ir visitar o operário na polícia, ficando a mesma acertada para as quinze horas. A seguir, foi entregue na mesa pelo companheiro José Monteiro a importância de trinta e sete cruzeiros, como solidariedade dos companheiros presentes à sessão ao operário que se encontra preso<sup>82</sup>.

A atitude solidária dos companheiros têxteis lembra a narrativa de Richard Hoggart sobre a vida do proletariado inglês. Para o autor, os trabalhadores têm uma visão muito clara de que fazem parte de um grupo, portanto precisam ser cooperadores, amigáveis, bons vizinhos e, inclusive, amorosos com os demais membros do grupo. E cabe, a propósito, atinar para o aspecto de que a referência ao amor atesta a influência da cultura cristã entre os trabalhadores<sup>83</sup>. De sorte que, a mesma tradição cristã, que condena o assassinato, pode ter contribuído para reforçar os laços de solidariedade em relação ao operário preso.

Ainda nos anos 1950, o movimento sindical buscava romper a tutela do Estado e formar organismos intersindicais para se contrapor à estrutura sindical da era Vargas. No Ceará, se constrói o Pacto de Unidade Sindical (PUS) como deliberação do I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará (CTEC), realizado no período entre 12 e 15 de dezembro de 1957. Dentre os organizadores do Congresso e do Pacto Sindical, destacaram-se

José de Moura Beleza, Valdir de Aquino e Misael Queiroz de Saraiva, representantes do Sindicato dos bancários; Raimundo Lopes Gondim, do Sindicato dos Têxteis; Carlos Jatahy, do Sindicato dos Gráficos; Pedro Barbosa, do Sindicato dos Metalúrgicos; Pádua Campos, do Sindicato dos Jornalistas; Pedro Paulo Macedo, do Sindicato dos Calçadistas, e Dager Serra da União dos Servidores Públicos<sup>84</sup>.

Já o ambiente do início dos anos 1960 caracterizou-se pela efervescência política. Em 1962, o movimento sindical brasileiro organizou uma greve geral, deflagrada no dia 15 de setembro. A pauta de reivindicações tratava, dentre outras questões, do aumento de 100 por cento do salário mínimo; do voto do soldado e do analfabeto; da reforma agrária radical, da revogação da lei de segurança e da realização do plebiscito popular sobre a forma de governo a ser adotada no

<sup>82</sup> Ata de Reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 14/04/1957. *apud.* SANTOS, Bárbara Cacau. *op. cit.*, p. 33.

<sup>83</sup> HOGGART, Richard. "Nós" E "Eles". In: OLIVEIRA, Paulo Salles (Org.). **O lúdico na cultura solidária**. São Paulo: Hucitec, 2001., p. 178.

<sup>84</sup> SANTOS, Bárbara Cacau. *op. cit.*, p. 40.

Brasil. Portanto, a greve revestiu-se de uma conotação política abrangente, na medida em que não se limitava aos ganhos trabalhistas. A greve constituiu uma demonstração de apoio ao então Presidente João Goulart. Sob a coordenação do Pacto da Unidade Sindical, os têxteis de Fortaleza aderiram à greve. “Em conformidade com o divulgado na imprensa comercial, em Fortaleza aderiram à greve os ferroviários e os portuários e, parcialmente, os têxteis, bancários e gráficos”. (SANTOS, 2009, p. 105).

Nota-se, portanto, que os trabalhadores têxteis da capital cearense, pelo menos suas lideranças sindicais, entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, participaram de um processo mais abrangente relativo às experiências dos trabalhadores no Ceará.

O golpe militar, com amplo apoio de empresários e políticos e deflagrado em abril de 1964, atingiu os trabalhadores de forma implacável, em suas organizações e formas de luta sindical. Conforme Márcia Leite,

[...] só nos dois primeiros anos após o golpe, 432 sindicatos sofreram intervenção, mais de dez mil sindicalistas tiveram seus mandatos cassados, o CGT, o PUA e as demais organizações intersindicais criadas no período anterior foram fechadas e várias lideranças aprisionadas<sup>85</sup>.

Os trabalhadores têxteis de Fortaleza foram alcançados e perseguidos pela ditadura: “Desde 1964, o presidente chamado seu José Ferreira Lima, foi preso, passou 10 anos preso, e o Sindicato foi pras mãos do interventor”. (Entrevista com Antônio Ibiapino, 30/07/2008). Esta memória do sindicalista indica que com a instauração da ditadura militar, as lutas sindicais dos trabalhadores têxteis cearenses são alcançadas pela perseguição aberta e o arbítrio. ‘Seu’ José Ferreira, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza, é preso e o Sindicato é alvo de intervenção.

Uma sondagem preliminar nos Arquivos da Justiça do Trabalho, demonstra a tentativa de atuação do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis; é o que se depreende da leitura dos dissídios coletivos suscitados pelo órgão de classe. As pesquisas sobre o período, a partir desta documentação e dos arquivos do Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS), indicarão novos elementos sobre

---

<sup>85</sup> LEITE, Márcia de Paula. **O movimento grevista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987., p. 50.

as lutas de resistência dos trabalhadores têxteis, bem como de outras categorias, durante a ditadura no Ceará.

Mas a repressão à organização dos trabalhadores têxteis em Fortaleza continuou existindo, obstante, o final do regime ditatorial em 1985. Logo veremos que os patrões e o Estado não cessaram de lançar mão de mecanismos de repressão e controle, como na greve da Têxtil Bezerra de Menezes em 1986, quando a Polícia Militar, acionada pelos patrões, agiu com truculência espancando e prendendo operários em greve.

## 2. Tecendo a trama da greve

Dentre os episódios da história recente dos trabalhadores têxteis no Ceará, tem-se a greve dos operários da indústria Têxtil Bezerra de Menezes, em maio de 1986. Esta empresa originou-se, como várias outras fábricas desse setor, a partir do capital acumulado por seus proprietários com o cultivo, comercialização e beneficiamento de algodão.

Desde o início do século XX, a família Bezerra de Menezes esteve envolvida com a cotonicultura. Mas a expansão de seus negócios só ocorreu a partir dos anos 1950, ao mesmo tempo em que, não por acaso, os irmãos Bezerra ingressaram na política. Com efeito,

[...] ao final dos anos 1950 e inícios dos 60 dá-se o início da carreira política de Aduino Bezerra como deputado estadual e de seus dois irmãos, Humberto e Orlando, respectivamente, como prefeito e vereador do município de Juazeiro do Norte. É neste período que passam a condição de proprietários de uma usina de beneficiamento de algodão<sup>86</sup>.

Em 1956, a família Bezerra de Menezes adquiriu uma usina de beneficiamento, registrada com o nome de Irmãos Bezerra, na cidade do Crato. Em 1959, comprou uma segunda usina, localizada em Juazeiro do Norte. Esta também foi incorporada à firma Irmãos Bezerra, que logo se tornou a maior compradora de algodão do Ceará e estendeu seus negócios aos Estados de Piauí e Goiás.

A posição política dos Bezerra foi vital no processo de transição da condição de latifundiários a empresários. No período em que governou o Ceará, durante a ditadura e mediante indicação do presidente Geisel, Aduino Bezerra

<sup>86</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. op. cit., p. 76-77.

“mandou construir”

[...] a “Estrada do Algodão”, interligando vários municípios produtores a Fortaleza. Embora servindo aos interesses imediatos dos proprietários de terra, a obra beneficia também industriais. Dada a interdependência entre a produção industrial, predominantemente têxtil, as ações que visam beneficiar o setor agrário-algodoeiro respondem, também, aos interesses daqueles que tem o algodão como matéria-prima. Ainda pode favorecer industriais-latifundiários na medida em que uma estrada com a extensão da referida valorizou terras ao longo de seu percurso<sup>87</sup>.

Para a família Bezerra de Menezes, o acesso direto ao poder formal significou uma estratégia eficaz na acumulação de capitais, principalmente pela antecipação de recursos públicos disponibilizados durante o regime de exceção.

Na medida em que houve a diversificação das atividades econômicas do grupo familiar – Banco Industrial do Ceará (BIC), fazendas de criação de gado, plantação de algodão e fábricas de beneficiamento, além da ampliação dos interesses políticos em nível estadual –, a estratégia escolhida foi

[...] a do estabelecimento de uma divisão das responsabilidades principais entre os Irmãos e a incorporação de uma segunda geração da família às atividades políticas. Humberto Bezerra retira-se da política para comandar o banco, e Ivan Bezerra, que nunca havia ocupado formalmente nenhuma função política, dedica-se ao comando do setor industrial. Orlando Bezerra, Jarbas Bezerra, José Arnon Bezerra – os dois últimos compõem a segunda geração – ocupam-se das representações no Legislativo, sob a liderança de Aduino Bezerra, que alterna suas posições ora no Executivo, ora no Legislativo<sup>88</sup>.

Apesar da diversificação econômica, o comércio algodoeiro concorre como principal meio de acumulação dos Bezerra de Menezes. Até a crise que abateu completamente a cotonicultura cearense no final dos anos 1970, a especulação comercial e financeira sobre a economia do algodão foi o que formou a base do capital daquela família<sup>89</sup>.

Ainda nos anos 1970, dá-se o processo de deslocamento das atividades econômicas dos irmãos Bezerra, até então concentrada no Cariri cearense, principalmente no município de Juazeiro do Norte, para Fortaleza.

O movimento é marcado pela incorporação de um banco e a transferência da matriz do Banco Industrial do Cariri para Fortaleza. Neste mesmo tempo tem início a elaboração de um projeto para

<sup>87</sup> Id., *ibidem.*, p. 140.

<sup>88</sup> Id., *ibidem.*, p. 108-109.

<sup>89</sup> Id., *ibidem.*, p. 163.

implantação de uma indústria de fiação, também na capital<sup>90</sup>.

A fiação foi formalmente instituída em 1974 com a denominação de Organização Têxtil Bezerra de Menezes, com o fim de solicitar a concessão de créditos (via FINOR) à SUDENE. Nesse período, a sede da empresa era em Juazeiro do Norte. Mas dois anos após a aprovação do financiamento, a sede da empresa foi transferida para a capital. Os Bezerra justificaram a transferência alegando a proximidade da rede bancária que se concentrava em Fortaleza e, também, a necessidade de gozar de acesso mais fácil ao porto, já que a produção visava à exportação. Ademais, o cálculo desses empresários ainda contava com a propalada necessidade de mão de obra qualificada<sup>91</sup>.

Apesar do projeto da indústria de fiação ter sido aprovado em 1976, a fábrica só começou a funcionar efetivamente em 1980. A empresa foi instalada na Avenida dos Expedicionários, nº 9.981, no bairro do Itaperi, com 26.400 m<sup>2</sup> de área coberta. Já no começo da década, foi elaborado o projeto para uma segunda unidade fabril, a ser localizada no mesmo endereço. Se bem que a legislação sobre os incentivos à indústria, em voga nos anos 1980, determinava que uma empresa só pudesse receber incentivos para implantação uma única vez. Nesse sentido, a Organização Têxtil Bezerra de Menezes poderia requisitar somente recursos para “modernização”, “ampliação” e “diversificação” de suas unidades fabris. No entanto, esses expedientes eram menos vultosos do que os destinados a “implantação”.

De todo modo, a fim de promover aumentos sucessivos de capital, o grupo familiar encontrou uma forma de driblar a legislação e receber um duplo financiamento na categoria implantação. Alterou, para tanto, a razão social da empresa de Organização Têxtil Bezerra de Menezes para Têxtil Bezerra de Menezes S/A e teve um segundo projeto de implantação aprovado<sup>92</sup>.

Para Auxiliadora Lemenhe, essa prática dos irmãos Bezerra evidencia que a eficiência administrativa desses empresários alicerçava-se no seu poder político, pois

[...] é por meio dele que créditos maiores e constantes são assegurados, e é sob ele que se ocultam estratégias espúrias de enriquecimento pela apropriação e manipulação de recursos públicos. Na mobilização do poder político para acumulação, valendo-se de ações legais e ilícitas resguardadas pela solidariedade

---

<sup>90</sup> Id., *ibidem.*, p. 168.

<sup>91</sup> Id., *ibidem.*, p. 168-169.

<sup>92</sup> Id., *ibidem.*, p. 173.

familiar, encontram os Bezerra meios para metamorfose, em curto espaço de tempo, de proprietários rurais em industriais e banqueiros<sup>93</sup>.

A Unidade II da Têxtil Bezerra de Menezes, localizada no mesmo parque fabril da primeira, foi instalada com 29.600 m<sup>2</sup> de área coberta, em 1986. Após a concretização da segunda fábrica, esse complexo industrial aumentou a produtividade, passando de uma média de 300 para 1.300 toneladas de fios por mês. Na época, as duas unidades detinham 85.000 fusos e 1.176 rotores *open-end*<sup>94</sup>.

Juntamente à sua expansão física, a Têxtil Bezerra de Menezes investiu na aquisição de equipamentos de alto nível tecnológico, considerados mais eficientes do que os de empresas localizadas no Centro-Sul do País. Para tanto, importou-se mais da metade das máquinas (55 por cento) de países como Suíça, Alemanha, Itália e Japão<sup>95</sup>.

Também, em meados dos anos 1980, a Têxtil Bezerra de Menezes buscou expandir suas vendas, principalmente para o mercado externo. Conforme Melina Telles, entre 1985 e 1988, menos de 20 por cento da produção total da TBM destinava-se às vendas para o exterior, de sorte que o restante destinava-se ao mercado interno. Mas logo

[...] observou-se sucessivos crescimentos da produção total anual da TBM, conforme declaração feita pelo Sr. Paulo Facchine (gerente administrativo financeiro da TBM), quando este destacou o resultado do desempenho desta empresa, com o intuito de expandir o volume de vendas e abocanhar uma maior fatia do mercado. Para isso foi preciso a execução de uma política interna de conscientização objetivando 'qualidade' e 'produtividade', assunto bastante em pauta nos dias atuais, foram incluídas inclusive campanhas contra desperdícios, tanto no setor administrativo (energia, papel, etc), quanto no setor produtivo (fios recicláveis para produção de estopa)<sup>96</sup>.

Do ponto de vista empresarial, para atingir as metas de produtividade e qualidade, assim como “abocanhar uma maior fatia do mercado”, sobretudo o externo, foi necessário por em prática novas formas de gestão e organização da

<sup>93</sup> Id., *ibidem.*, p. 177.

<sup>94</sup> As informações sobre a Têxtil Bezerra de Menezes, que não receberam notas específicas, foram retiradas de: ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. *op. cit.*, p. 259-262.

<sup>95</sup> SOUZA, Melina Telles de. **A indústria têxtil: uma análise comportamental**. 1993. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1993., p. 53-54.

<sup>96</sup> Id., *ibidem.*, p. 60.

produção. O objetivo era “conscientizar” os trabalhadores da necessidade de ficarem do lado da empresa e, para isso, deviam seguir um conjunto de regras e normas que envolveriam aumento de tarefas, maior cobrança e vigilância.

Importa atentar para o fato de que nesse caso há uma inversão no sentido da palavra conscientização. No mundo do trabalho, ela significa a capacidade dos trabalhadores reconhecerem a exploração da qual são alvo e se organizar para lutar pela conquista e garantia de direitos. Na Têxtil Bezerra de Menezes, a “política interna de conscientização” representou o propósito de inculcar nos trabalhadores a ideia de que era necessário todo e qualquer esforço para que a empresa conseguisse adentrar com êxito na seara do comércio internacional.

Enquanto a empresa atingia suas metas de produtividade e qualidade, a maioria dos operários recebia apenas um salário mínimo. No início de 1986, os trabalhadores ganhavam Cz\$ 864,00 (oitocentos e sessenta e quatro cruzados) mensalmente. E somente os que trabalhavam por produtividade, como o operário Antônio Martins da Rocha que exercia a função de reserva geral de acabamento, recebiam um pouco mais que um salário mínimo, em torno de Cz\$ 1.000,00 mensais<sup>97</sup>.

Mas os problemas enfrentados pelos trabalhadores não concerniam apenas aos baixos salários. Também, era corriqueiro o abuso de autoridade e perseguição da parte dos supervisores, bem como a distribuição de alimentos estragados nos refeitórios.

[...] eles [os operários] denunciam o sistema opressor existente na indústria, executado principalmente pelos supervisores, e ainda a oferta de alimentos estragados em seus refeitórios. [...] alguns grevistas garantem já ter comido macarronada azeda, linguiça podre e fígado deteriorado<sup>98</sup>.

Outras fontes de tensões eram a obrigatoriedade de trabalhar aos domingos sem receber nenhuma remuneração extra e a não liberação do labor diário, pelo departamento médico da empresa, de operários doentes.

Os grevistas afirmam que os supervisores da empresa exercem sobre eles um sistema de trabalho opressor, lhes negando qualquer direito enquanto trabalhador. Reclamam também serem obrigados a trabalharem no domingo sem receber uma remuneração extra para isso. O operador de cargas Antônio Gomes Maciel ressaltou ainda

<sup>97</sup> Entrevista com o operário da Têxtil Bezerra de Menezes, Antônio Martins da Rocha, publicada no jornal Diário do Nordeste, terça-feira, 20 de maio de 1986., p. 10.

<sup>98</sup> Diário do Nordeste, terça-feira, 20 de maio de 1986., p. 10.



que o médico da empresa não dispensa o trabalhador quando ele está doente<sup>99</sup>.

Cerca de 30 por cento dos trabalhadores da empresa eram do sexo feminino.

FIGURA 1 – Operária da Têxtil Bezerra de Menezes



Fonte: Jornal da Fiec, 02/1997, p. 04.

As operárias se tornavam vítimas de maus tratos logo que chegavam ao local de trabalho. Diante disso, juntamente com duas representantes da União das Mulheres Cearenses (UMC), Fátima Carvalho e Inês Sampaio, algumas operárias da Têxtil Bezerra de Menezes procuraram a imprensa para denunciar que

[...] a perseguição às funcionárias começa tão logo elas adentram na indústria, às 5h30min. Proibidas de utilizar os sanitários por mais de cinco minutos, elas tem que aguardar até as sete horas para tentar uma incursão ao banheiro. Até as 14 horas, o esquema é o mesmo, o que faz com que algumas 'empregadas façam suas necessidades nas calças', afirma Inês Sampaio. Essa discriminação é patente, segundo ela, pois os homens não enfrentam esse problema não. 'Os banheiros deles está sempre aberto, porque não suportam a pressão e quebram a porta'<sup>100</sup>.

A descrição é enfática quanto ao nível de vigilância e disciplina implantado na fábrica. Os trabalhadores eram proibidos de utilizar os banheiros quando sentiam

<sup>99</sup> Diário do Nordeste, domingo, 18 de maio de 1986., p. 10.

<sup>100</sup> Diário do Nordeste, terça-feira, 20 de maio de 1986., p. 10.

necessidade de fazê-lo. Eles ficavam várias horas sem poder ir ao sanitário. As mulheres, particularmente, chegavam a fazer “as necessidades nas calças”, o que só não acontecia com os homens, porque derrubavam a porta do banheiro masculino. Quem conseguia acessar o sanitário tinha o tempo de permanência cronometrado, podendo permanecer ali por no máximo cinco minutos.

Como se não bastasse tal restrição, as operárias viam-se proibidas de manter qualquer tipo de comunicação com quem quer que fosse fora da fábrica. Inclusive, sobre essa determinação,

Inês Sampaio também faz questão de ressaltar a discriminação por parte da direção da empresa que proíbe a utilização do telefone – tanto para ligar, como para receber chamadas. As funcionárias não desejam onerar os custos da empresa com mais uma despesa, e, sim, que a mesma instale um telefone público nas dependências do parque têxtil e que as deixam utilizar o aparelho quando necessário<sup>101</sup>.

Uma vez mais, a medida proibitiva afetava principalmente as operárias. Muitas delas tinham filhos pequenos, alguns em fase de amamentação, de sorte que, mesmo no trabalho, precisavam ficar cientes do seu estado. Mas, a empresa não permitia, nem ao menos, a instalação de um telefone público nas dependências do parque fabril, bem como não permitia o uso do aparelho da empresa. Como se depreende daí, a Têxtil Bezerra de Menezes procurava controlar os trabalhadores o tempo todo, em todos os espaços da fábrica (e para além deles).

Portanto, ao mesmo tempo em que ampliou o parque fabril, renovou o maquinário e reorganizou o processo produtivo, a empresa encetou um rígido controle sobre o tempo e o espaço na fábrica. As medidas se destinavam aos trabalhadores em geral, mas as mulheres foram as mais prejudicadas, na medida em que não podiam usar o banheiro na hora que necessitavam, já que não podiam (ou não queriam) arrambar a porta, como faziam os homens. Além do que, as operárias, especialmente as mães, eram constrangidas a se “desligar do mundo” – no que tocava, inclusive, o cuidado com os filhos.

Tal relação de dominação não constitui uma novidade no mundo fabril. Considerando-se as devidas peculiaridades, o sistema de controle em vigor na Têxtil Bezerra de Menezes, em meados dos anos 1980, remete ao implantado na

---

<sup>101</sup> Diário do Nordeste, terça-feira, 20 de maio de 1986., p. 10.

Cerâmica São Caetano no final dos anos 1950. Como informa José de Souza Martins,

[...] outra evidência da nova vigilância eram buracos de cerca de 5 centímetros de diâmetro abertos no centro das portas dos banheiros dos operários para que o encarregado respectivo controlasse o que os trabalhadores faziam no sanitário. A vigilância e a disciplina se deslocavam do controle pessoal e moral do mestre de cada seção para um olho vigilante (difuso e móvel) presente nos lugares mais inesperados do imenso território da fábrica<sup>102</sup>.

Para José Martins, as mudanças que ocorreram na cerâmica nos anos 1950 – visando a diminuir o uso de matéria-prima, reduzir a importância do saber prático de mestres e operários e aumentar a qualidade e a quantidade dos ladrilhos –, foram acompanhadas da implantação de um sistema de controle, não mais exercido de forma pessoal e específico do local da produção, mas institucionalizado, permanente e onipresente<sup>103</sup>.

Na Têxtil Bezerra de Menezes, a opressão sofrida pelas mulheres operárias não se restringia a um rígido controle sobre o tempo e o espaço. Elas vivenciavam um cotidiano fabril permeado de perseguições, principalmente por parte dos chefes de seção e supervisores:

Elas sofrem os mais diversos tipos de pressão, principalmente de origem sexual, segundo denúncia feita ontem por um grupo de trabalhadoras aos membros da União das Mulheres Cearenses, Fátima Carvalho e Inês Sampaio. A pressão sofrida pelas funcionárias é tamanha que elas fizeram constar na pauta de reivindicações encaminhada para apreciação pela diretoria da empresa, um item específico pedindo a 'extinção das perseguições sexuais por parte dos servidores e chefe de seção', requerendo a demissão de seis deles<sup>104</sup>.

Os supervisores costumavam ameaçar as operárias com suspensão caso elas recusassem ter encontros amorosos com eles. Evidentemente que ao serem admitidas, não existia no contrato de trabalho uma cláusula definindo que deviam manter relações sexuais com os superiores hierárquicos da Companhia. Contudo, no dia a dia do trabalho, em que se consumavam as relações de controle e vigilância, as mulheres se deparavam com certa noção de que, caso recusassem o assédio das chefias, passariam a sofrer ameaças. Quem vivia semelhante situação, deparava-se com um dilema cruel: ceder às investidas libidinosas ou lidar com o

<sup>102</sup> MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. In: **Tempo Social**. São Paulo: USP, v. 5, nº 01/02, p. 01-29, 1993., p. 12.

<sup>103</sup> Id., *ibidem.*, p. 19.

<sup>104</sup> Diário do Nordeste, terça-feira, 20 de maio de 1986., p. 10.

risco de ter as condições de trabalho elevadas ao limite do aceitável – tanto do ponto de vista moral, quanto do prático.

As perseguições às operárias existiam também em outras indústrias têxteis de Fortaleza, na fábrica Santa Cecília, por exemplo, as operárias que não aceitavam sair com determinado supervisor eram demitidas:

Essa empresa Santa Cecília, tinha um supervisor lá e ele obrigava as moças a sair com ele, ou então elas eram demitidas, algumas se submetiam outras não. Nós denunciávamos fortemente, escrevia isso e tal, cheguei a falar com o próprio dono da empresa, o Dr. Carlos, não é mais vivo não, ele. Eu guardei isso como uma coisa de aprendizado na vida, ele olhou pra mim e disse: ‘rapaz, esse supervisor aí, ele trabalha comigo a mais de 20 anos, eu não acredito em você não. Mas eu vou averiguar, se for verdade eu tomo as providências, peço tantos dias’. Na metade dos dias que ele disse, ele ligou pra mim, e disse, pela primeira vez ele ligou e talvez a única vez: ‘o que você disse era verdade e eu já demiti o cara’. Então, pra mim ele foi muito ético nessa questão. Primeiro ele disse que não acreditava em mim, também ele não tava tendo nenhum compromisso comigo, mas disse que ia averiguar e que não concordava com isso<sup>105</sup>.

Esta era a situação da indústria têxtil cearense que, em meados dos anos 1980, pretendia-se “moderna”. Os salários eram defasados; o uso do banheiro era restrito a determinados horários, sendo o tempo de uso reduzido para cinco minutos; não era permitido qualquer tipo de comunicação com pessoas fora da fábrica, inclusive familiares e, ainda; as operárias eram alvo de assédio moral e sexual da parte dos chefes de seção e supervisores, bem como tinham de optar entre tirar licença médica ou férias.

Em 1986, os trabalhadores da Têxtil Bezerra de Menezes resolveram fazer frente a este cenário arbitrário, quando então iniciou-se um movimento que contou com a participação dos operários da empresa, de um grupo de oposição sindical têxtil, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da União das Mulheres Cearenses. O propósito da mobilização era a realização de uma greve na TBM. Trabalhadores e militantes se reuniam, ao final do expediente, com o fito de organizar os preparativos da paralisação. O processo que antecedeu a eclosão da greve contou também com o apoio dos familiares dos operários<sup>106</sup>.

<sup>105</sup> Entrevista com Antônio Ibiapino, concedida em 30/07/2008.

<sup>106</sup> Sobre o processo que antecedeu a eclosão da greve, ver matérias publicadas nos jornais: O Povo, quinta-feira, 22 de maio de 1986., p. 08 e Tribuna do Ceará, sexta-feira, 23 de maio de 1986., p. 08.

O processo de construção da greve foi além dos muros da fábrica, na medida em que se expandiu pelas residências dos trabalhadores, bares e ruas da Maraponga, Serrinha e José Walter, bairros, próximos à fábrica, onde moravam a maioria dos operários. As reuniões preparatórias ocorriam nas casas dos trabalhadores, de maneira alternada – um dia na casa do operário A, no outro, na casa do operário B – para que nenhum local ficasse “marcado”.

Essas reuniões passaram a contar com um número cada vez maior de trabalhadores que percebiam a necessidade de organização para reivindicar direitos. Um fato deu maior fôlego ao movimento, a suspensão de um reajuste salarial de 46,41 por cento que a empresa pagaria aos trabalhadores no final de março de 1986<sup>107</sup>.

Durante o mês de abril, era possível ouvir carros de som na porta da fábrica denunciando as arbitrariedades cometidas pela empresa e conclamando os trabalhadores à greve. O clima de tensão era evidente, os ânimos se acirravam frente às ameaças de demissão dos trabalhadores envolvidos com o movimento. Enfim, a revolta contida durante anos de humilhações estava na iminência de se deflagrar.

No final de abril, mais uma vez os trabalhadores esperavam receber o reajuste acordado. Entretanto, a expectativa foi igualmente frustrada, como no mês anterior. Daí em diante, o início da greve seria apenas uma questão de tempo. E como não se via outra saída, os operários decidiram mostrar a força e a capacidade de paralisar a produção.

A Têxtil Bezerra de Menezes funcionava em três turnos: das 06 horas da manhã às 14 da tarde, das 14 às 10 horas da noite e das 22 às 06 horas da manhã. A greve irrompeu no sábado, 17 de maio de 1986, no momento em que os operários da turma B (14 às 22 horas) iriam bater o ponto. Paralelamente ao deflagrar da greve, articulou-se a estratégia de repressão da mesma. Segundo denúncias dos trabalhadores, o ex-governador Adauto Bezerra, sócio proprietário da Têxtil Bezerra de Menezes, requereu, junto aos órgãos de segurança do governo do Estado, um destacamento de policiais para conter o movimento grevista<sup>108</sup>.

Essa não foi a primeira nem a última ocasião em que os irmãos Bezerra recorreram à polícia para combater conflitos trabalhistas no interior de suas

---

<sup>107</sup> O Povo, segunda-feira, 19 de maio de 1986., p. 07.

<sup>108</sup> Diário do Nordeste, domingo, 18 de maio de 1986., p. 10.

empresas. Em meados dos anos 1970, um operário “descontente” da fábrica de beneficiamento de algodão, localizada em Juazeiro do Norte e pertencente àquela família de empresários, foi brutalmente assassinado, nas dependências do seu lugar de trabalho, por policiais militares; provavelmente a mando de Aduino Bezerra, que então exercia o cargo de governador do Ceará<sup>109</sup>.

Em 1986, por volta das 20 horas do dia 17 de maio, um grupo de policiais portando armas de grosso calibre entrou em confronto com trabalhadores desarmados. O conflito resultou na prisão de três trabalhadores, bem como na agressão de um quarto. Como se vê, o governo atendeu ao pedido da classe patronal, agindo com severa violência no sentido de debelar o movimento grevista. Para os patrões, trabalhador que fizesse greve era bandido e deveria ser tratado como tal. Em todo o caso, há um aspecto a ser ressaltado. Trata-se de uma experiência de luta dada no contexto da “Nova República”, não no da “República Velha” ou, ainda menos, no da ditadura; não obstante, os conflitos trabalhistas, também ali, continuaram a ser tratados como questão de polícia<sup>110</sup>.

Mas o uso recorrente da repressão policial não esvaneceu o ímpeto dos grevistas. No domingo dia 18, a maioria dos trabalhadores das demais turmas (A e C) aderiu ao movimento. De acordo com o que se veiculou na imprensa, dos 720 funcionários da empresa, 520 cruzaram os braços<sup>111</sup>. O advogado do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Dalton Rosado, afirmou que a greve atingiu 80 por cento dos trabalhadores e os (20 por cento) que continuavam indo ao local de trabalho, devido à coação, não produziam praticamente nada<sup>112</sup>.

A julgar pelo que declara o advogado, parte dos trabalhadores, tendo em vista a forte pressão dos patrões, continuou frequentando a fábrica, porém só realizava o processo produtivo parcialmente, reduzindo, desse modo, significativamente a capacidade produtiva da empresa, que já tinha cerca de 80 por cento dos trabalhadores paralisados. Justamente com o objetivo de prejudicar a produção, o movimento grevista incluiu várias táticas de luta, como a operação

---

<sup>109</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. op. cit., p. 78.

<sup>110</sup> Sobre o tema ver, dentre outros: FRENCH, John. “Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos: a questão social como caso de polícia, 1920 – 1964”. In: LARA, Sílvia Hunold.; MENDONÇA, Joseli Nunes. (Orgs.). **Direitos e Justiça no Brasil**. São Paulo: UNICAMP, 2006, p. 379-416.

<sup>111</sup> O Povo, segunda-feira, 19 de maio de 1986., p. 07.

<sup>112</sup> Diário do Nordeste, terça-feira, 20 de maio de 1986., p. 10.

tartaruga. Esta que é uma das práticas de resistência mais comuns no mundo do trabalho também fez parte da greve na Têxtil Bezerra de Menezes.

A grande adesão dos trabalhadores estava relacionada às iniciativas de organização que vinham sendo realizadas há meses, e intensificadas no período da greve. A dinâmica grevista, de fato, incluiu uma série de estratégias de mobilização. Para fortalecer a paralisação, realizaram-se piquetes e a mobilização continuou intensa. Os piquetes foram fundamentais para que, nos dias seguintes à eclosão da greve, o movimento conseguisse manter uma média de 80 por cento dos trabalhadores paralisados.

Mário Alencar Araripe, assessor de Ivan Bezerra, numa tentativa de influenciar a opinião pública contra os trabalhadores procurou desqualificar as ações do movimento em entrevista concedida ao jornal Diário do Nordeste. Nesse meio de comunicação,

Mario Araripe declarou que: 'Além de promoverem piquetes na porta da fábrica para impedir a entrada dos trabalhadores – os agitadores estão ameaçando os funcionários nas suas próprias casas para que não compareçam ao trabalho'<sup>113</sup>.

O piquete consiste numa tática de mobilização de largo uso no movimento operário. A sua utilização reflete, dentre outros aspectos, o propósito de impedir que a produção retorne à normalidade, mediante o retorno, ao trabalho, dos operários que não aderem à greve. Além disso, esse recurso de luta fortalece o movimento ao garantir a adesão daqueles mais reticentes.

Se, no período anterior a greve, os trabalhadores se reuniam nas próprias casas, após o início da paralisação as reuniões adquiriram o caráter de assembleia, passando a ser realizadas em locais públicos. A título de exemplo, mencione-se a que fora realizada a partir das oito horas da segunda-feira, 19 de maio, no Centro Comunitário do bairro José Walter. Nessa assembleia, elegeu-se uma comissão que representaria os grevistas nas negociações<sup>114</sup>.

Também ali, definiu-se a agenda de reivindicações<sup>115</sup> que contava com 18 itens. As principais exigências diziam respeito à pretensão de um reajuste salarial em 41,46 por cento; à ratificação do piso de dois salários mínimos para os

<sup>113</sup> Diário do Nordeste, quarta-feira, 21 de maio de 1986., p. 09.

<sup>114</sup> O Povo, segunda-feira, 19 de maio de 1986., p. 07.

<sup>115</sup> Sobre a pauta de reivindicações dos grevistas, ver matérias publicadas nos jornais: Diário do Nordeste, veiculadas nos dias 18 e 20 de maio de 1986, ambas na página 10; O Povo, no dia 22 de maio de 1986, na página 08, e Tribuna do Ceará, no dia 20 de maio de 1986, na página 08.

trabalhadores que ganhavam acima do ordenado da categoria; ao pagamento de 10 por cento relativos à produtividade e de cinco por cento de insalubridade; pagamento de hora extra em dobro; à concessão de prêmio para a turma C<sup>116</sup>, um adicional noturno; e, finalmente, abolição do desconto em folha da multa de Cz\$ 120,00 por cada falta, valor que era superior ao pago por um dia trabalhado.

Além das reivindicações de caráter econômico, havia também aquelas referentes à garantia de direitos que eram desrespeitados pela empresa, a exemplo da coação dos operários a cumprirem jornada de trabalho nos dias de domingo. Contra a continuidade do trabalho dominical, os operários apresentaram a proposta de trabalhar seis dias consecutivos e folgar dois – arranjo bem diferente do sistema onde trabalhavam cinco dias e folgavam apenas um. Além disso, inseriam-se as reivindicações por melhorias na qualidade da alimentação, na estrutura de bebedouro e banheiros, bem como o fim das perseguições sexuais às funcionárias pelos supervisores.

Os trabalhadores lutavam por salários mais justos, melhores condições de trabalho, pela conquista e garantia de direitos que a Têxtil Bezerra de Menezes, frequentemente, desrespeitava. Portanto, as reivindicações refletiam a realidade dos trabalhadores; diferentemente, aliás, do que a direção da empresa divulgava na imprensa. Porque, afinal, nos discursos empresariais, veiculados nos jornais de maior circulação na capital, fica patente a tentativa de dissociar o movimento grevista, enquanto processo coletivo e dinâmico, da capacidade organizativa dos trabalhadores. Com esse intuito, tornavam-se recorrentes argumentos construídos de forma a imputar aos “ativistas” da CUT a responsabilidade exclusiva pela organização da greve. Procurou-se, ainda, diluir o caráter reivindicatório da greve, como se esta não espelhasse as péssimas condições de trabalho dos operários. Na perspectiva da direção da empresa, a paralisação refletiria a ideologia política de militantes estranhos ao mundo fabril.

O comando grevista buscou a imprensa para rebater as críticas patronais de que a greve não seria motivada pela própria experiência no chão da fábrica. “Os operários concentrados defronte a Têxtil Bezerra de Menezes na manhã de ontem, afirmaram que, ao contrário do que dizem os patrões, a greve foi gerada pelas

---

<sup>116</sup> A turma C trabalhava de 22 às 06 horas da manhã.



próprias condições salariais e de trabalho da empresa”. (O POVO, 20/05/86, p. 08).  
Visão essa que também foi questionada pela direção da CUT.

Ronaldo Rogério, membro da CUT Estadual, presente à mobilização, explicou que a versão dos patrões, sobre a influência de pessoas estranhas à categoria, são inverídicas. Segundo ele, a greve é um resultado das péssimas condições de trabalho na empresa<sup>117</sup>.

A despeito da pressão patronal, os trabalhadores em greve permaneceram firmes no propósito de só voltar ao trabalho quando as reivindicações fossem atendidas. Para dar suporte à paralisação, foi criado um fundo de greve que, dentre as formas de arrecadação, contou com a realização de pedágios<sup>118</sup>. O dinheiro arrecadado seria utilizado para alimentação, transporte, confecção de faixas e demais atividades referentes à greve.

O fundo de greve é uma invenção dos trabalhadores de grande significado no mundo do trabalho, na medida em que constitui um modo de solidariedade operária que possibilita resistir com mais consistência à pressão patronal nos momentos de conflito aberto. Na greve da Têxtil Bezerra de Menezes em 1986, o aludido recurso permitiu a realização de ações de mobilização, bem como contribuiu para suprir necessidades pontuais dos grevistas.

O comando de greve utilizou o fundo para fortalecer a paralisação, mesmo porque, a instituição que representava a categoria, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, tinha na sua direção um grupo de sindicalistas cuja concepção sindical não considerava a suspensão da produção uma estratégia adequada para solucionar conflitos trabalhistas.

Jonas Augusto da Rocha, presidente do Sindicato desde 1978, entendia que as querelas entre operários e patrões deviam ser resolvidas por meio de diálogos, de negociações de gabinete, sem o prejuízo, enfim, da produção. Segundo declarou em entrevista, concedida seis anos antes da greve da Têxtil Bezerra de Menezes,

[...] o trabalhador nortista, presentemente, não tem condições de nem preparo para enfrentar uma greve. Sua vida já se encontra num limiar de privações da qual não pode fugir. Atribuiu, no entanto, a força do Estado Moderno, equipado e repressor a diluição das lutas operárias. Antes, segundo ele, ‘o operário fazia greve, eu mesmo já participei

<sup>117</sup> O Povo, quinta-feira, 22 de maio de 1986., p. 08.

<sup>118</sup> Diário do Nordeste, terça-feira, 20 de maio de 1986., p. 10.

de várias e conseguia o que queria com os patrões. Hoje se o operário fizer greve vai preso<sup>119</sup>.

A postura da liderança do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis foi alvo de severas críticas do grupo de oposição sindical que integrava o comando da greve. A cisão entre as lideranças sindicais dos trabalhadores foi explorada pela classe patronal:

Quanto à acusação de que o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis é pelego e comprado pelos patrões, José Pompeu afirmou que cabe aos trabalhadores elegerem um candidato melhor. 'Essas alegações estão sendo feitas por causa das disputas de lideranças. Quem quiser tomar conta melhor do Sindicato que se eleja', disse<sup>120</sup>.

José Pompeu de Souza Brasil Junior aproveitou a disputa entre as diferentes concepções sindicais para desqualificar o movimento dos trabalhadores. O presidente do Sindicato patronal procura dá relevo ao desentendimento entre a liderança grevista e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. Sobre a acusação de pelego, da qual o segundo era alvo, o dirigente patronal fez um comentário provocativo; as disputas internas ao sindicato dos operários constituiria um problema dos trabalhadores, portanto caberia a eles resolver os possíveis deslizes de seus representantes sindicais.

Nessa mesma tendência, outras falas do líder patronal continuaram a ser veiculadas na imprensa. De certo modo, elas concorriam no sentido de deslegitimar o movimento. Para tanto, esses discursos davam relevo ao fato da greve não contar com o apoio da direção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis:

Como salientou José Pompeu, o movimento dentro da fábrica teve acima de tudo, um caráter ativista, haja vista que nenhum dos sindicatos ou Federação interligados à classe foi consultado. Nas palavras do presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem 'aqueles órgãos envolvidos diretamente com os trabalhadores dessas indústrias, no caso são Sindicatos, não chegaram nem mesmo a participar dessas agitações'<sup>121</sup>.

O presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral de Estado do Ceará, José Pompeu de Souza Brasil Junior, revelou que o motivo da solicitação deveu-se ao fato de que a greve aconteceu à revelia do Sindicato dos trabalhadores, sem que

<sup>119</sup> ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **Relações de trabalho na indústria de Fortaleza**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992., p. 127.

<sup>120</sup> O Povo, quinta-feira, 22 de maio de 1986., p. 08.

<sup>121</sup> Tribuna do Ceará, quinta-feira, 22 de maio de 1986., p. 08.

nenhum pleito relacionado em favor da greve tenha sido registrado entre os funcionários<sup>122</sup>.

Um aspecto importante para compreender o impasse entre determinadas lideranças da greve e a direção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, trata-se das concorrentes concepções de organização sindical a partir das quais se contrapunham, de um lado, um grupo de oposição sindical cutista que participou ativamente do processo de construção da greve e, de outro, a então diretoria do Sindicato. A disputa envolvendo esses dois grupos se acirrou ainda mais com a proximidade das eleições para definir a direção daquele órgão, o que se daria no ano seguinte.

Se, por um lado, os trabalhadores em greve não receberam suporte decisivo do Sindicato da categoria, outras instituições da sociedade civil, principalmente a Central Única dos Trabalhadores e a União das Mulheres Cearenses, apoiaram amplamente à paralisação. Essas entidades, atuantes no mundo do trabalho, participaram do processo de composição da greve; haja vista haverem colaborado com a mobilização e organização dos operários tanto no momento anterior ao início da greve, quanto após o estopim da mesma. Tanto assim que, integrantes da CUT e da UMC participaram efetivamente das manifestações e negociações. Inclusive, acionaram a imprensa para denunciar, por exemplo, a repressão aos trabalhadores.

No intuito de intensificar a dinâmica de solidariedade, os trabalhadores aprovaram em assembleia a busca do apoio do arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, bem como o de Maria Luíza Fontenelle, então prefeita de Fortaleza. A administração de Maria Luíza Fontenelle, era vista como uma gestão que se contrapunha à exploração do capitalismo, de modo a fortalecer as organizações e lutas populares.

Não obstante a solidariedade que o movimento conseguiu junto a militantes das causas sociais, o fôlego inicial foi arrefecendo. Para tal circunstância deve-se levar em conta a dificuldade de negociação com os patrões; a falta de apoio da direção do Sindicato da categoria; e o aumento da repressão policial, com o fim de impedir qualquer tipo de manifestação que ocorresse na porta da fábrica. A presença ostensiva da polícia prejudicou a formação de piquetes, tática que, nos primeiros dias da greve, contribuiu para paralisação de muitos operários.

---

<sup>122</sup>

Diário do Nordeste, quinta-feira, 22 de maio de 1986., p. 11.

Nessa altura do movimento, quem insistiu nas manifestações foi preso. Pode-se citar, a propósito, a prisão de dois militantes que tinham uma agenda contendo um roteiro das fábricas que seriam palco de novas greves.

Em poder dos grevistas, as autoridades policiais encontraram uma agenda na qual há um roteiro de empresas que deverão sofrer problemas de paralisação de atividades de seus funcionários. Diante disso, o Presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Ceará, José Pompeu de Souza Brasil Junior, disse lamentar que indivíduos especializados em agitação possam infiltrar-se facilmente junto a trabalhadores e influenciá-los a entrar em greve causando transtornos à economia regional. Ao mesmo tempo adverte aos empresários do setor para gravidade da situação<sup>123</sup>.

A descoberta do planejamento de mais paralisações aumentou a repressão aos trabalhadores da Têxtil Bezerra de Menezes. A determinação era a de que deveriam ser punidos com severidade; de modo que as medidas punitivas representassem exemplos para dissuadir os operários das demais empresas de empreitadas nesse mesmo sentido. A prisão dos líderes grevistas, como ainda a apreensão da agenda, além de revelar o local onde seriam realizadas as greves, evitou a adesão dos trabalhadores destas fábricas. A partir de então, houve o recrudescimento da vigilância patronal e policial sobre os operários, principalmente sobre aqueles que trabalhavam nas fábricas em que ocorreriam manifestações.

Na quinta-feira, 23 de maio, sexto dia de paralisação, a greve conheceu o seu fim. A despeito da sua curta duração e das principais reivindicações não terem sido atendidas, a construção da greve na Têxtil Bezerra de Menezes – que envolveu cerca de 80 por cento dos trabalhadores, realizou assembleias, piquetes, operação tartaruga e a criação de um fundo de greve – mostrou que por meio da organização é possível à classe operária construir suas lutas. Ao paralisar a produção da empresa, justamente no momento em que ela buscava se inserir no contexto do mercado internacional, os trabalhadores expressaram a sua força enquanto classe.

Um aspecto a ser retido dessa experiência coletiva, concerne ao fato de que, no calor da greve, o projeto de oposição sindical têxtil cutista ganhou força. Os sindicalistas integrantes do grupo opositor, também pelo aprendizado político construído na greve da Têxtil Bezerra de Menezes, modificaram a forma de luta sindical dos trabalhadores têxteis em Fortaleza, fazendo daquela paralisação a primeira de uma série de mobilizações da categoria que irromperiam na segunda

---

<sup>123</sup>

O Povo, sexta-feira, 23 de maio de 1986., p. 10.

metade dos anos 1980. Mas antes de adentrar nesta discussão, veremos quais os desdobramentos da greve da TBM no judiciário trabalhista.

### 3. A fábrica para e a greve vai parar na Justiça

Estudos referentes à legislação trabalhista, bem como aos direitos sociais concernentes às relações de trabalho no Brasil, ganharam relevo por mobilizar um significativo número de pesquisadores, conquanto, paralelamente à consolidação dessa abordagem, existam diversas perspectivas e enfoques possíveis para tratar o mundo dos trabalhadores.

Os trabalhos apresentam distintas abordagens e questionamentos, marcando a maneira como a legislação trabalhista e seus mecanismos de execução têm sido estudados. Conforme Samuel de Souza<sup>124</sup>, nos anos 1960 e 1970, algumas sínteses sociológicas tenderam a identificar a legislação trabalhista e a Justiça do Trabalho como mecanismos de uma estratégia de controle e manipulação política do Estado e, ainda, como instrumentos de dominação da classe burguesa sobre os operários.

Para Samuel de Souza, os estudos interessados na regulamentação das relações de trabalho estiveram, em grande medida, preocupados com a legislação sindical. A lei que definiu a obrigatoriedade de oficialização dos sindicatos foi apontada como ponto fundamental da legislação trabalhista por vários desses trabalhos<sup>125</sup>. Alexandre Fortes, por sua vez, afirma que, já nos anos 1980, estudos tendo como referência o conceito de populismo enxergaram nos referidos organismos a derrota da classe trabalhadora – pois, nesse momento, a heteronomia substituiria a autonomia dos trabalhadores<sup>126</sup>.

Enquanto que Fernando Teixeira argumenta que tais interpretações cristalizaram a imagem de que a Justiça do Trabalho se tratava de

[...] uma instituição ideológica do Estado, destinado a reproduzir as relações capitalistas de produção, dirigir o mercado de trabalho, traduzir as relações entre capital e trabalho para a linguagem jurídica

<sup>124</sup> SOUZA, Samuel Fernando de. **“Coagidos ou subornados”**: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007., p. 13.

<sup>125</sup> Id., *ibidem*.

<sup>126</sup> FORTES, Alexandre. **‘Nós do Quarto Distrito...’** a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. 2001. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001., fl. XX.

e normativa do direito, servindo de anteparo ao conflito aberto de classes<sup>127</sup>.

Mais recentemente, Fernando Teixeira em coautoria com Sidney Chalhoub produziu artigo<sup>128</sup>, no qual asseverou que a partir do final dos anos 1970, em (e em meio à) decorrência da mobilização dos trabalhadores brasileiros, que tiveram como foco inicial as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, três matizes investigativas da agência dos trabalhadores ganharam relevo: as análises acadêmicas centradas no movimento operário da Primeira República, abordando a sua inspiração anarquista e estratégias de recusa em relação ao Estado; o retorno às tentativas de interpretação do populismo e, como um terceiro viés recorrente, o alargamento de horizontes conceituais e de possibilidades de pesquisa. A partir desse período, final dos anos 1970 e começo da década de 1980,

[...] a história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado, novos temas também foram incorporados, tais como processo de trabalho, condições de vida e mulheres trabalhadoras. A história operária deixou também de ter como palco apenas as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, alargando suas fronteiras para outras regiões do país. De lá para cá, houve ainda uma ampliação do campo documental, com a utilização de processos judiciais, imprensa operária, correspondências diplomáticas, fontes policiais, depoimentos orais [...]<sup>129</sup>.

Neste bojo, surgem alguns estudos abordando, direta ou secundariamente, aspectos das leis no Brasil e dos seus impactos no mundo do trabalho. Benito Schmidt acredita que, no tocante a essa dimensão da historiografia brasileira, “[...] os principais debates ocorreram entre estudiosos da escravidão e entre os pesquisadores da história da classe operária brasileira durante a chamada ‘Era Vargas’ e o subsequente período populista”. (SCHMIDT, 2010, p. 32).

À medida que a renovação historiográfica dos anos 1970 se consolidou, o retrato obscuro, espelhando a Justiça do Trabalho, foi paulatinamente sendo desconstruído. Para tanto, as contribuições teóricas de Edward Thompson foram fundamentais. Principalmente os estudos em que aborda o paternalismo, a cultura plebeia e o direito costumeiro, dentre os quais assume especial destaque a obra

<sup>127</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. **Os doqueiros do porto de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968)**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992., p. 187.

<sup>128</sup> CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. op. cit., p. 30 a 40.

<sup>129</sup> Id., ibidem., p. 33-34.

“Senhores e Caçadores”<sup>130</sup>, onde o autor trata das circunstâncias sociais e políticas em que se aprovou a Lei Negra, na Inglaterra do século XVIII – código que, aliás, serviu de base legal para punir com pena de morte práticas costumeiras, que tinham a ver com o direito de uso das florestas, não com a noção de direito de propriedade que então se estabelecia com a mediação da justiça, mas que foram tornadas crimes, como a “[...] caça, ferimento ou roubo de gamos ou veados, e a caça ou pesca clandestina de coelhos, lebres ou peixes”. (THOMPSON, 1997, p. 22).

Edward Thompson desenvolveu, ali, uma visão bastante sutil acerca do processo de concepção da lei. As leis são elaboradas a partir de referências evidenciadas pelas relações sociais, portanto, não são meras abstrações de uma classe dominante, antes perpassam dimensões da realidade social. Segundo o historiador, o aspecto capital para conceber uma lei refere-se ao fato de que, a fim de exercer papel hegemônico, ela tem que parecer justa, ou seja, deve conter elementos que contemplem minimamente o senso de justiça dos trabalhadores e pessoas comuns. Nesse sentido, espera-se que as leis, de fato, constituam um conjunto de normas e procedimentos que ofereçam regras claras e formas igualitárias e universais para todos – de modo que não concorra apenas para aprofundar a distinção entre senhores ou caçadores.

Edward Thompson, a esse respeito, avalia que “[...] é inerente ao caráter específico da lei, como corpo de regras e procedimentos, que aplique critérios lógicos referidos a padrões de universalidade e igualdade”. (THOMPSON, 1997, p. 353). Portanto, conforme interpretação que se pode envidar daí, tanto dominantes, quanto dominados deveriam se adequar as regras e respeitar a lei. Afinal,

[...] se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa<sup>131</sup>.

De acordo com Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira, os trabalhos de Edward Thompson ensejaram a possibilidade de

[...] pensar os problemas da legislação e aplicação dos direitos trabalhistas como ‘campo de força comum’ em que diferentes atores se movimentavam, ou, dito de outra forma, como recursos e

<sup>130</sup> THOMPSON, Edward Palmer. (1997). op. cit., p. 354.

<sup>131</sup> Id., ibidem., p. 354.

significados sociais gerais passíveis de diferentes apropriações políticas pelos sujeitos históricos. As mediações institucionais, a lei, justiça, as encenações e retóricas públicas traçavam os limites daquilo que seria politicamente possível não apenas para trabalhadores, mas também para autoridades públicas e patrões<sup>132</sup>.

Já Benito Schmidt<sup>133</sup> afirma que a perspectiva thompsoniana, a respeito da lei, forneceu subsídios, tanto do ponto de vista metodológico quanto do interpretativo, para identificar e abordar com maior perspicácia as diversas táticas por meio das quais os trabalhadores acessavam a justiça a fim de reivindicar direitos, com que construíam outros significados para as formas da lei, ao tempo em que, desvelavam as regras e contradições do campo judicial. Esta abordagem inspirou pesquisadores como José Sérgio Leite Lopes<sup>134</sup> e Maria Célia Paoli<sup>135</sup>, dois dos primeiros pesquisadores brasileiros a atentar para o fato de que

[...] a difusão da 'ousadia' de 'botar questão' proporcionada pela burla sistemática de direitos e pelas demissões empreendidas pela fábrica [...], faz interiorizar, no conjunto dos operários, a lógica e a prática dos direitos, acionados nas pequenas disputas dentro da fábrica, instrumentalizando não somente a ida individual ou em grupo à Justiça, mas a própria ação coletiva direta, a negociação direta precedida por greves de seções. A própria preparação 'espontânea' dos operários entre si para a ida às audiências da justiça destaca esse exercício da concertação coletiva proporcionado pelas 'questões'<sup>136</sup>.

Para Benito Schmidt, o *boom* dos estudos sobre justiça, leis e direitos no Brasil ocorreu da segunda metade dos anos 1990 em diante. A partir deste período, consolidaram-se as investigações que davam ênfase

[...] às múltiplas e contraditórias compreensões que o justo e o legal tiveram em diversos momentos da história brasileira e para os conflitos simbólicos e físicos decorrentes de tais divergências. Nessa ótica, 'a lei e a justiça' (especialmente a Justiça Trabalhista) deixaram de ser vistas como simples instrumentos de dominação de classe para se configurarem como recursos que poderiam ser apropriados por diferentes sujeitos históricos que lhes atribuíam significados

<sup>132</sup> CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. op. cit., p. 35.

<sup>133</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Trabalho, Justiça e Direitos: perspectivas historiográficas. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil**: pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010., p. 32.

<sup>134</sup> LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

<sup>135</sup> PAOLI, Maria Célia. **Labour, Law and the State in Brazil: 1930 – 1950**. 1988. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, University of London, Londres: Birkbeck College, 1988.

<sup>136</sup> LOPES, José Sérgio Leite. op. cit., p. 368.



sociais distintos. Podiam, de fato, configurar direitos pelos quais valia à pena lutar<sup>137</sup>.

Muitos dos estudos realizados nessa perspectiva têm como recorte temporal o período de institucionalização da legislação trabalhista (de 1930 a 1945) e o período populista (de 1946 a 1964)<sup>138</sup>. Na visão de Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira, esses estudos de certo modo questionam as interpretações que tendem a afirmar que os propósitos desmobilizadores do projeto corporativista foram plenamente alcançados na experiência dos trabalhadores, pois, de outra forma, o papel desempenhado pelos trabalhadores e suas organizações, no arranjo das novas relações que se estabeleceram entre o Estado e as classes a partir de 1930, estaria sendo subestimado. Excluindo assim, “as demandas e o apoio de organizações operárias as leis trabalhistas, bem como a adesão militante dessas

<sup>137</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. op. cit., p. 33.

<sup>138</sup> À guisa de consulta, cito: BIAVASCHI, Magda Barros. op. cit.; CORRÊA, Larissa Rosa. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho**: leis e direitos na cidade de São Paulo – 1953 a 1964. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.; INÁCIO, Pedro Henrique Dias. **Estado, Trabalho e Justiça**: trabalhadores do Recife no tempo de Pelópidas da Silveira (1955-1959). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.; FORTES, Alexandre. op. cit.; FRENCH, John. (2001). op. cit.; LOBO, Valéria Marques. O processo trabalhista como fonte para a pesquisa em história. In: **anais do I Seminário Internacional de História do Trabalho**: “Histórias do Trabalho no Sul Global” – V Jornada Nacional de História do Trabalho. Florianópolis: UFSC, 2010.; MOREL, Regina Lucia M.; MANGABEIRA, Wilma. “Velho” e “Novo” Sindicalismo e Uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional. In: **Dados**. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 37, nº. 1, p. 103-124, 1994.; PACHECO, Jairo Queiroz. **Guerra na fábrica**: cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – o caso de Juiz de Fora/MG. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.; PEREIRA NETO, Murilo Leal. **A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”**: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo – a fábrica, o bairro, o sindicato e a política, 1950-1964. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.; SILVA, Fernando Teixeira da. (1992). op. cit.; \_\_\_\_\_. **Operários sem patrão**: da Barcelona á Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras). 2000. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.; SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. (2000). op. cit.; \_\_\_\_\_. (2006). op. cit.; \_\_\_\_\_. Os trabalhadores têxteis e a Justiça do Trabalho: os processos trabalhistas nos anos 1950. In: **anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH**: história e ética. Fortaleza: ANPUH-CE, 2009.; \_\_\_\_\_. (2008). op. cit.; SOUZA, Ednaldo Antônio Oliveira. **Lei e Costume**: Experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.; SOUZA, Samuel Fernando de. op. cit.; VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história**: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.; VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. **Nos fios da resistência feminina**: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960-1964). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.; VARUSSA, Rinaldo José. **Trabalho e Legislação**: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Jundiá-SP, décadas de 1940 a 1960). 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

organizações e de lideranças de distintas vertentes políticas a estrutura sindical oficial que estava sendo criada”. (CHALHOUB; SILVA, 2011, p. 35).

Dentre os estudos cujo recorte temporal compreende os referidos períodos, alguns tiveram como foco de investigação os trabalhadores têxteis – ou estes juntamente a outras categorias, como a dos metalúrgicos. Nesta seara, convém aludir ao trabalho de Rinaldo Varussa<sup>139</sup>, no qual se discute as articulações entre Justiça do Trabalho e experiências dos trabalhadores têxteis e metalúrgicos, num contexto de industrialização, transformações urbanas e migração por que passara a cidade de Jundiaí, entre os anos de 1940 e 1960.

Tendo como ponto de partida ações trabalhistas, instauradas na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Jundiaí, o autor procura entender como os trabalhadores dos dois setores industriais (têxtil e metalúrgico) resistiram a um processo de reestruturação da produção, permeado por novas exigências de qualificação profissional e de ritmos de trabalho. Busca ainda, compreender as disputas judiciais desde o ambiente fabril, das interações e perspectivas constituídas em relação ao trabalho e à atuação profissional na fábrica.

De acordo com Rinaldo Varussa, se, por um lado, a consolidação da legislação trabalhista se deu pautada em critérios exteriores aos trabalhadores, por outro, as experiências que articularam e informaram as ações trabalhistas apontam para certo universo, permeado por concepções do direito e da justiça, exterior e, ao mesmo tempo, contraditório às regulamentações firmadas na Consolidação das Leis do Trabalho. Os trabalhadores pautaram-se nos significados e expectativas estabelecidos, inclusive, em relação à Justiça do Trabalho, para pleitear prerrogativas que não estavam contempladas na CLT. Como assinala Varussa,

[...] mais que ‘ovelhas conduzidas ao matadouro’, os processos trabalhistas parecem firmar-se como opções práticas e políticas assumidas por trabalhadores, conjuntamente ou à margem de outras, tais como a constituição de organizações que objetivavam, por exemplo, o enfrentamento e resistência direta aos governos, grupos e situações adversas. De maneira geral, estes processos se apresentam como um conjunto de situações vividas por trabalhadores que, em determinados momentos e para além das perspectivas que orientaram a formulação da JT, acreditaram, conceberam e fizeram das vias judiciais uma possibilidade de enfrentar diferentes situações de conflito vividas nas e a partir das relações de trabalho<sup>140</sup>.

<sup>139</sup> VARUSSA, Rinaldo José. op. cit.

<sup>140</sup> Id., ibidem., p. 136.

Outro trabalho que tem como foco os têxteis, mais especificamente mulheres operárias, é o de Luciana Varejão<sup>141</sup>. A autora, usa como principal fonte as ações trabalhistas impetradas por trabalhadoras têxteis no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, em Recife, na primeira metade dos anos 1960. O foco ajustou-se a fim de melhor perceber os liames dos embates travados pelas mulheres operárias, inseridas num conjunto maior de lutas dos trabalhadores no período. E mais, Varejão não restringiu sua análise somente às disputas encaminhadas via Sindicato, na medida em que atinou também para os enfrentamentos particulares, concernentes à dimensão mais próxima à vida de cada operária, que acabaram se transformando em disputas judiciais.

O “botar questão na justiça” constituiu uma das principais formas de reivindicação das operárias têxteis. Dentre as demandas diretamente orientadas pelas necessidades femininas, estava o auxílio maternidade, bem como o salário gestante e o fim das demissões em caso de gravidez. A fim de conformar um amplo suporte documental, Luciana Varejão declinou-se sobre os desfechos dos processos individuais ou coletivos, com o cuidado de verificar suas especificidades e de identificar as perdas e ganhos, tanto materiais como simbólicos, das trabalhadoras.

Conforme Luciana Varejão, conquanto existisse uma legislação trabalhista que tinha como fito proteger os/as trabalhadores/as no setor têxtil de Recife, no início dos anos 1960, essa legislação era burlada constantemente pelos donos das fábricas – contra o que havia pouca ou nenhuma punição. Nesse sentido, mesmo levando em consideração que a Justiça do Trabalho constituiu-se num importante espaço para as trabalhadoras lutarem contra a exploração da qual eram alvo, cabe ponderar que tal espaço também concorreu como lugar onde se institucionalizou e legitimou-se o surrupio de direitos, a exemplo das propostas de conciliações em que elas eram praticamente obrigadas a se contentar com indenizações irrisórias<sup>142</sup>.

Larissa Corrêa<sup>143</sup>, por sua vez, investiga os trabalhadores têxteis e metalúrgicos, em São Paulo, dos anos de 1953 a 1964. Por meio da análise de processos trabalhistas, localizados no Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região da cidade de São Paulo, Corrêa procura conhecer a experiência dos trabalhadores têxteis e metalúrgicos em relação às leis e ao direito,

---

<sup>141</sup> VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. op. cit.

<sup>142</sup> Id., ibidem., p. 111.

<sup>143</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. op. cit.

observando como essas categorias acionavam os sindicatos e a Justiça do Trabalho para defender seus interesses.

Para tanto, nota-se que os trabalhadores contavam com a orientação de advogados que representavam um elo entre os operários e a Justiça do Trabalho. As causas ganhas contribuía para os sindicatos aumentarem o número de sócios e para aglutinar militantes ao processo de lutas operárias. Mas a morosidade da Justiça gerava forte descrédito, junto aos operários. Eles reclamavam que a lentidão da justiça trabalhista, além de não ser compensada com correção monetária das indenizações, praticamente forçava a que se tomasse a escolha da conciliação.

Larissa Corrêa afirma que, em muitos casos, a justiça deu ganho de causa aos trabalhadores. Mas os patrões desenvolveram diversas estratégias para conseguir descumprir o decidido no judiciário trabalhista, o que, aliado à burocracia dessa justiça, prejudicou quaisquer possibilidades de ganhos reais dos operários. De toda sorte, as lutas dos trabalhadores combinavam instrumentos legais com táticas do chão da fábrica como forma de pressionar empregadores e justiça, quanto à efetivação de direitos. Corrêa mostra que

[...] a utilização dos instrumentos legais pelos trabalhadores não significou o abandono de outras estratégias de luta travadas no chão de fábrica. Trabalhadores e sindicatos haviam aprendido que não era possível lutar por uma única via. Afinal, era preciso pressionar empregadores e a própria JT para obter sucesso nas negociações realizadas no âmbito legal<sup>144</sup>.

Contudo, as investigações não se restringiram aos contextos até então referidos. No que se refere ao alargamento do recorte temporal nas pesquisas acerca das relações da classe trabalhadora com a justiça, pode-se atentar para as quatro últimas décadas do século XX como um momento histórico sobre o qual existem diversos estudos<sup>145</sup>, que vêm procurando desvelar como trabalhadores,

<sup>144</sup> Id., *ibidem.*, p. 237.

<sup>145</sup> Ver por exemplo: ESPERANÇA, Clarice Gontarskia. **A greve da oficina de chumbo**: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2007.; FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos exauridos**: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.; MENDES, Alexandre Marques. **Classe Trabalhadora e Justiça do Trabalho**: experiências, atitudes e expressões do operário do Calçado - Franca-SP, 1968-1988. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2005.; MOREL, Regina Lucia M.; MANGABEIRA, Wilma. *op. cit.*; REZENDE, Vinícius Donizete de. **Anônimas da história**: relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980 (Franca – SP). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História,

magistrados, advogados, patrões e governo se comportaram na arena do judiciário trabalhista, principalmente entre a segunda metade dos anos 1960 e final dos anos 1980.

As investigações, que abordam a história dos trabalhadores de 1960 em diante, apontam para uma crescente judicialização das relações de trabalho e dos conflitos trabalhistas<sup>146</sup>. Samuel de Souza, quanto a essa tendência, considerou que, para os trabalhadores das fábricas de sapatos de Franca (objetos de suas análises), a estratégia de luta via Justiça do Trabalho significou, pelo menos, a possibilidade de amenizar a sensação de injustiça:

O fato é que a lei instituída proporcionava um campo de atuação que nos anos 70 já era vislumbrado como passível de utilização. Embora pudesse ser visto como recurso contraditório, uma vez que nem sempre as sentenças favoreciam o empregado, a perspectiva de equidade, proposta no funcionamento da instância jurídica, proporcionava ao trabalhador uma possibilidade interessante quando a sensação de injustiça se instaurava<sup>147</sup>.

Já Clarice Esperança<sup>148</sup>, que realizou estudo com recorte temporal concernente ao final do regime de exceção, investiga circunstâncias e desdobramentos do movimento grevista ocorrido entre o final de 1983 e início de 1984, na Empresa Jornalística Caldas Júnior, em Porto Alegre. A greve durou 56 dias e foi declarada legal pelo Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul. O trabalho de Esperança discute como essa paralisação se tornou possível, a partir do exame de suas peculiaridades – como, por exemplo, a união de três categorias de trabalhadores, a saber, a dos jornalistas, dos gráficos e dos rodoviários –; características estas que são analisadas com a atenção voltada para perceber como se inscrevia, naquele contexto histórico, a conjuntura do movimento sindical. Dito isso, a autora elege quatro eixos investigativos principais: a relação entre mudança tecnológica verificada no setor gráfico e a mobilização grevista, a ruptura das

---

Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.; SILVA, Claudiane Torres da. **Justiça do Trabalho e Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985):** atuação e memória. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.; SOUZA, Samuel Fernando de. **Na esteira do conflito:** trabalhadores e trabalho na produção de calçados em Franca (1970-1980). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2003.

<sup>146</sup> Sobre o processo de judicialização das relações de trabalho no Brasil, ver, dentre outros: MENDES, Alexandre Marques. op. cit. Bem como: NORONHA, Eduardo Garuti. “**O modelo legislado de relações de trabalho e seus espaços normativos**”. 1998. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

<sup>147</sup> SOUZA, Samuel Fernando de. (2003). op. cit., p. 121.

<sup>148</sup> ESPERANÇA, Clarice Gontarskia. op. cit.

relações de dominação de caráter paternalista no nível da produção, as possibilidades de articulação entre os três sindicatos envolvidos e, por fim, a questão jurídica.

No concernente à relação da greve com a legislação e a Justiça do Trabalho, Clarice Esperança entende que, ao procurarem a Justiça Trabalhista, os trabalhadores foram

[...] impulsionados por um ideal de Justiça, dado pelas circunstâncias do acontecimento já citadas (sua legitimidade econômica e social), eles tiveram uma compreensão do Direito não como modelo de conduta, mas como campo de estratégias e possibilidades. Não foram subservientes à lei; procuraram utilizá-la em benefício próprio, como participantes de um mundo do trabalho regido há décadas por centenas de leis tão protecionistas quanto ineficazes. Exigir seu cumprimento, mais do que submeter-se a uma estrutura jurídica controladora, integra a própria constituição do trabalhador brasileiro enquanto classe. O legal difere do justo neste universo, mas é o segundo que impulsiona a busca pelo primeiro<sup>149</sup>.

Em meio aos trabalhos mais recentes, com foco na relação entre trabalho, justiça e direitos no período da ditadura, encontra-se a dissertação de Marcelo Ferreira Filho<sup>150</sup>. O estudo é inovador, pois incorpora neste campo de investigação a presença do trabalhador rural, mais especificamente os dos engenhos e usinas de açúcar da Zona da Mata pernambucana. Ao pesquisar 3.256 processos trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento das cidades de Escada e Palmares, que cobrem os anos de 1964 a 1968, Marcelo Ferreira analisa, dentre outros aspectos, os discursos de trabalhadores, patrões e magistrados em torno das questões trabalhistas e condições de vida e trabalho na zona rural de Pernambuco.

Para Ferreira, a incorporação da legislação trabalhista nas relações de trabalho no campo, por meio do Estatuto do Trabalhador Rural, pouco alterou a situação dos trabalhadores da região investigada. Isto porque, na prática os direitos assegurados aos trabalhadores, como a tabela de tarefas, foram na maioria das vezes desrespeitados. Não obstante, o autor reconhece a relevância da Justiça do Trabalho enquanto instância reguladora das relações do trabalho rural; afinal, essa interpretação é testificada pelo fato de poder-se dar conta de um grande número de trabalhadores que a acionavam com o objetivo de fazer valer os seus direitos.

<sup>149</sup> Id., *ibidem.*, p. 217.

<sup>150</sup> FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *op. cit.*

Contudo, convém sempre ponderar sobre os limites e ambiguidades da justiça trabalhista, quanto a assegurar ganhos reais aos trabalhadores. Pois,

[...] pode-se afirmar com precisão que a Justiça do Trabalho na Zona da Mata de Pernambuco entre os anos de 1964 e 1968 funcionou, basicamente, como um órgão administrativo. Uma análise detalhada dos termos de rescisão de contrato de trabalho, elaborados pelas empresas, permitiu identificar as estratégias na construção dos documentos. Sua estrutura narrativa ocultava, em certa medida, os instrumentos de pressão utilizados pela classe patronal, fazendo com que a maior parte dos trabalhadores nada recebesse quando do fim da relação empregatícia. [...] À Justiça cabia apenas aprovar oficialmente o fim da relação de trabalho<sup>151</sup>.

De acordo com Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira, a difusão de estudos sobre trabalho, justiça e direitos não significa que o campo esteja esgotado. Pelo contrário, pois, especialmente em se tratando da Justiça do Trabalho, existe a necessidade de estudos mais detalhados que possibilitem enxergar as peculiaridades da cultura jurídica dos trabalhadores de categorias profissionais específicas; inclusive, considerando-se a realidade de cada Estado. E mais, há certa carência pela realização de sínteses que proporcionem compreensão mais abrangente da função das leis trabalhistas no processo histórico brasileiro<sup>152</sup>.

No intuito de contribuir com esse debate, que alarga o conhecimento sobre a experiência dos trabalhadores com o judiciário trabalhista, analisarei o dissídio coletivo<sup>153</sup> suscitado pelo Sindicato das Indústrias Têxteis do Estado do Ceará, devido à greve dos trabalhadores da Têxtil Bezerra de Menezes em 1986.

Para melhor entender o que estava em jogo no “dissídio jurídico de greve”, originado a partir da paralisação da referida greve, faz-se necessário esmiuçar de modo incisivo a legislação que subsidiou a discussão judicial em torno do referido processo.

O direito de greve no Brasil foi assegurado pela primeira vez na Constituição de 1946. As determinações gerais estipuladas no Decreto-lei nº 9.070,

<sup>151</sup> Id., *ibidem.*, p. 146.

<sup>152</sup> CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. *op. cit.*, p. 39.

<sup>153</sup> Dissídios coletivos são ações propostas à Justiça do Trabalho por pessoas jurídicas (Sindicatos, Federações ou Confederações de trabalhadores ou de empregadores) para solucionar questões não resolvidas por meio da negociação direta entre trabalhadores e empregadores. Os dissídios coletivos podem ser de natureza econômica ou jurídica. Os de natureza econômica criam normas que regulamentam os contratos individuais de trabalho como, por exemplo, cláusulas que concedem reajustes salariais ou que garantem estabilidades provisórias no emprego. Os dissídios de natureza jurídica, conhecidos também como dissídios coletivos de direito, visam à interpretação de uma norma legal preexistente que, na maioria das vezes, é costumeira ou resultante de acordo, convenção ou dissídio coletivo. Sobre o tema ver, por exemplo: MATSUMOTA, Leandro. Dissídio Coletivo. In: **Revista Idea**. Uberlândia: ESAMEC, v. 1, nº. 2, p. 01-18, 2010.

de 15 de março de 1946, exigiam várias prerrogativas para que uma greve fosse considerada legal. Entre outros requisitos, para tanto, a decisão deveria ser submetida a tentativas prévias de conciliação ou a decisão do Tribunal Regional do Trabalho e as greves deveriam se restringir às atividades não consideradas essenciais ao bem-estar da nação. De modo que, competiria ao Ministério do Trabalho, que gozava desse poder, definir quais atividades se enquadravam nessa categoria. Obedecendo à mesma lógica, os governos, nos níveis federal e estadual, tinham o mérito de declarar qualquer greve ilegal<sup>154</sup>.

Com a instauração da ditadura militar, foi promulgada uma legislação complementar para regulamentar as greves: a Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964. Por essa legislação, as medidas restritivas se voltavam principalmente contra as paralisações de funcionários públicos. Como, aliás, depreende-se do seu artigo 4º, que determina

[...] a greve não pode[r] ser exercida pelos funcionários e servidores da união, Estados, Territórios, Municípios e autarquias, salvo se se tratar de serviço industrial e o pessoal não receber remuneração fixada por lei ou estiver amparado pela legislação do trabalho<sup>155</sup>.

Entre 1967 e 1978, os governos ditatoriais instituíram várias legislações que não deixavam muitas brechas à realização de greves. Na Constituição de 1967, por exemplo, ficou estabelecido que as greves fossem proibidas nos serviços públicos, bem como em atividades consideradas essenciais. Já o Decreto-lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978, definiu quais seriam essas atividades:

[...] as relativas a serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias, bem assim as de indústrias definidas por decreto do Presidente da República<sup>156</sup>.

Ainda em 1978, a Lei de Segurança Nacional instituiu punições para quem influísse

<sup>154</sup> BRASIL. **Decreto-lei nº 9.070, de 15 de março de 1946.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9070-15-marco-1946-16878-publicacaooriginal-1-pe.html>.

<sup>155</sup> BRASIL. **Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4330-1-junho-1964-376623-publicacaooriginal-1-pl.html>.

<sup>156</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1632-4-agosto-1978-350976-exposicaodemotivos-1-pe.html>.



– ou por participar ou simplesmente apoiar – em movimentos grevistas<sup>157</sup>.

De acordo com os princípios restritivos criados pelo regime ditatorial, uma greve só poderia ser deflagrada se preenchesse as seguintes condições:

- 1) A greve precisaria ser autorizada por assembleia geral da entidade sindical (dois terços dos associados em primeira convocação e um terço na segunda, com intervalo mínimo de dois dias entre elas). Em sindicatos que representassem mais de 5 mil trabalhadores, o quórum em segunda convocação era de um oitavo dos associados;
- 2) A assembleia seria convocada com a publicação de edital em jornais com antecedência mínima de 10 dias;
- 3) A decisão da assembleia seria tomada por voto secreto (cédulas ‘sim’ e ‘não’, especifica a lei);
- 4) A mesa apuradora da votação seria presidida por membro do Ministério Público do Trabalho ou por alguém designado pelo procurador-geral do Trabalho ou procuradores regionais;
- 5) Se a decisão fosse por greve, a diretoria do sindicato notificaria o empregador por escrito, dando-lhe prazo de cinco dias para o atendimento das reivindicações e informando o dia, mês e hora do início da greve, com intervalo mínimo de cinco dias nas atividades consideradas ‘acessórias’ e 10 dias nas ‘fundamentais’;
- 6) Cópias autenticadas da notificação ao empregador e da ata da assembleia deveriam ser encaminhadas ao Delegado Regional do Trabalho, que ‘tentaria conciliar ambas as partes’<sup>158</sup>.

Ou seja, embora existisse a possibilidade de uma greve ser considerada legal, cumprir todos os pré-requisitos exigidos pela legislação era praticamente impossível. O governo recorreu aos seus poderes coercitivos para evitar que as greves acontecessem. Nessas circunstâncias, o movimento sindical, que ganhou relevo no final dos anos 1970, elegeu a derrubada da Lei nº 4.330 como uma de suas principais bandeiras de luta. Apelidada de lei “anti-greve”, a lei limitava a construção da estratégia grevista como forma de reconquista da cidadania política<sup>159</sup>.

Como Clarice Esperança<sup>160</sup> argumenta, a atitude encabeçada pelos trabalhadores do ABC paulista era oportuna – mesmo que o recrudescimento das greves naquele período tenha desvelado a ineficácia da lei, principalmente depois que o TRT paulista declarou ilegal a greve dos metalúrgicos do ABC, em maio de

<sup>157</sup> BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6620-17-dezembro-1978-365788-publicacaooriginal-1-pl.html>.

<sup>158</sup> ESPERANÇA, Clarice Gontarskia. op. cit., p. 185-186. Ver, também: SANDOVAL, Salvador Antônio Mireles. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1990)**. São Paulo: Editora Ática, 1994., p. 28.

<sup>159</sup> NORONHA, Eduardo Garuti. **Greves na transição brasileira**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992., p. 83.

<sup>160</sup> ESPERANÇA, Clarice Gontarskia. op. cit., p. 186.

1978, e mesmo assim o sindicato patronal aceitou negociar com os trabalhadores, concedendo um reajuste salarial superior ao máximo previsto pela política econômica do Governo<sup>161</sup> –, pois

[...] a lei pairava como uma ameaça constante aos sindicalistas. Em 1979, por exemplo, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, ocupou uma rede nacional de rádio e TV para explicar com detalhes os artigos da lei e intimidar os participantes das greves do país com sua aplicação rigorosa<sup>162</sup>.

As pressões contra a Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964 não foram suficientes para que ela fosse revogada ainda no final dos anos 1970 e início dos 1980. A lei permaneceu em vigência até 1989, quando foi promulgada a Lei nº 7.783, de 28 de Junho de 1989, que revogou as normatizações anteriores que dispunham sobre o exercício do direito de greve<sup>163</sup>. Portanto, foi com base na denominada lei “anti-greve” que, em 1986, os representantes da Justiça do Trabalho, a classe patronal, os trabalhadores e seus representantes legais travaram a disputa judicial referente ao dissídio sobre a greve da Têxtil Bezerra de Menezes, ocorrida em 1986.

“Vamos à greve! Vamos nos impor! Vamos à Justiça!” (LOPES, 1988, p. 367). Estas exclamações foram pronunciadas por um trabalhador da Companhia de Tecidos Paulista durante uma greve realizada nesta empresa, no final dos anos 1950. De acordo com José Sérgio Leite Lopes, “botar causa na Justiça” representou um importante instrumento no processo de formação política e cultural dos trabalhadores, bem como na mobilização e organização das lutas operárias por direitos no Brasil<sup>164</sup>.

Aquelas mesmas sentenças também poderiam ter sido proferidas por um trabalhador da Têxtil Bezerra de Menezes, em Fortaleza. Porém, foi a classe patronal que procurou a Justiça no intuito de que se fizesse cumprir a lei de greve. No terceiro dia da paralisação, a direção da fábrica e o Sindicato das Indústrias Têxteis do Ceará, ao reconhecer a disposição dos trabalhadores em não desistir das reivindicações, solicitaram que a Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região enviasse ao Tribunal Regional do Trabalho o pedido de ilegalidade da greve.

<sup>161</sup> NORONHA, Eduardo Garuti. (1992). op. cit., p. 84.

<sup>162</sup> ESPERANÇA, Clarice Gontarskia. op. cit., p. 186.

<sup>163</sup> BRASIL. **Lei nº 7.783, de 28 de Junho de 1989**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1989/lei-7783-28-junho-1989-372139-publicacaooriginal-1-pl.html>.

<sup>164</sup> LOPES, José Sérgio Leite. op. cit., p. 367-368.

Alegando a necessidade da Lei nº 4.330 ser cumprida, os patrões, por intermédio do advogado Miguel Agostinho Marques da Costa, encaminharam à Justiça do Trabalho um verdadeiro opúsculo onde se realiza uma operação de criminalização do movimento dos trabalhadores:

O SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO ESTADO DO CEARÁ, [...] vem expor e requerer a V. Exa. O seguinte: 1. – No dia 17 do mês em curso, no estabelecimento fabril, de propriedade da firma TÊXTIL BEZERRA DE MENEZES S.A., [...] irrompeu um movimento grevista entre os seus empregados, trabalhadores do setor de PRODUÇÃO, parcialmente atingido, porém de modo bastante significativo, pois as turmas B e C funcionaram com 93 empregados, tendo deixado de comparecer ao trabalho 177 (cento e setenta e sete) operários; 2. – A referida GREVE teve prosseguimento no dia 18 corrente, com maior intensidade, pois as turmas A, B e C, funcionaram com, apenas, 139 empregados, notando-se a ausência injustificada ao trabalho, de 266 (duzentos e sessenta e seis) operários do setor de PRODUÇÃO; 3. – No dia de hoje (19), a primeira turma a iniciar o serviço, no caso, a turma A está funcionando com 61 empregados, tendo deixado de comparecer ao trabalho, 81 (oitenta e um) operários do setor de PRODUÇÃO, havendo perspectiva de que o movimento paredista prosseguirá atingindo as outras turmas; 4. – De acordo com as informações da nossa filiada, a GREVE irrompeu sem que os trabalhadores grevistas tivessem apresentado à direção da empresa, ou a seus propositos, qualquer reivindicação ou reclamação, não contando, segundo se depreende, com o patrocínio ostensivo do Sindicato da respectiva categoria profissional, cujos dirigentes também não procuraram referida empresa; 5. – Ainda, de conformidade com informações da nossa filiada a mencionada GREVE se reveste de caráter ideológico e político, sendo dirigida e manobrada por conhecidos ativistas, estranhos ao quadro social de empregados da empresa e não integrantes da categoria profissional, que ficam nas imediações da Fábrica, fazendo agitações e promessas absurdas, com o objetivo de atrair os trabalhadores e retirá-los, ilegalmente, do seu trabalho; 6. – Essa agitação, que se iniciou em abril último, teve seu recrudescimento nos dias que precederam à greve, e ficando mais intensa agora no curso do movimento grevista, quando tais ativistas utilizam-se de veículos e possante sistema de som, nas imediações da fábrica, fazendo comícios, divulgando inverdades, prometendo o impossível e aliciando os trabalhadores a deixar o trabalho e a participarem de reuniões, a cujo locais são conduzidos nos veículos utilizados por tais ativistas, que dizem ser membros da CUT; 7. – A referida GREVE não foi autorizada por decisão adotada em Assembléia Geral do Sindicato da respectiva categoria profissional, regularmente convocada e realizada nos termos do art. 5º. E seguintes, da Lei nº. 4.330, de 1º de junho de 1964; 8. – É, portanto, referida GREVE, profundamente ilegal, estando caracterizada a sua ilegalidade, nos termos do art. 22, itens I, III e IV, da Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, em plena vigência; 9. – Por outro lado, está causando referida GREVE enormes prejuízos a aludida empresa, à economia cearense e ao desenvolvimento nacional, que precisa de produtividade e divisas e está sendo afetado, porque parte da

produção se destina à exportação; 10. – Em face do exposto, vem este Sindicato requerer a V. Exa. Imediatas providências no sentido de promover, perante Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 7ª. Região, que seja declarada a ilegalidade da mencionada greve, e adotadas as demais providências cabíveis em lei, notadamente as previstas no art. 23, da Lei nº 4.330, cit., como é de direito<sup>165</sup>.

Em meio à riqueza de informações contidas no documento, salta aos olhos, o nítido propósito de criminalizar o movimento grevista. Na petição encaminhada a Justiça do Trabalho, é patente o objetivo de mostrar que não havia motivos para a paralisação. As denúncias de maus tratos, de baixos salários e péssimas condições de trabalho, vistas no tópico anterior, seriam inverídicas, haja vista partirem de “ativistas” da Central Única dos Trabalhadores, não dos próprios operários. A petição procura convencer os membros do judiciário trabalhista que não seriam os trabalhadores os protagonistas do processo de articulação da greve, mas, antes, ativistas bem equipados para o que se propunham causar; inclusive, com sistema de som potente e vários veículos para transportar trabalhadores por eles aliciados.

Nos três primeiros tópicos do documento, tem-se uma narração de como a greve vinha acontecendo, sua preparação, eclosão e desdobramentos. Do quarto tópico em diante, o que se lê é uma elaborada estratégia de convencimento dos integrantes do judiciário trabalhista da perspectiva da greve haver desrespeitado os prazos e as normas previstas na legislação.

Interpretando em seu benefício a legislação de greve em vigor, a petição patronal se estrutura à medida que arrola, um por um, os pontos pelos quais a greve deveria ser considerada ilegal. Primeiro, menciona-se a falta de uma negociação prévia com a empresa; segundo, a não realização da assembleia com anuência do Sindicato e de representante da Justiça do Trabalho; terceiro, a inexistência do aviso prévio à empresa sobre a data de deflagração da greve; alude-se, ainda, a falta de elaboração de uma pauta de reivindicações em tempo hábil e, por fim, ao caráter político do movimento, que estaria sob insuflação de “elementos estranhos” à categoria.

Caso tais motivos não fossem suficientes para que o movimento fosse considerado criminoso e ilegal, a petição patronal alegaria ainda que a greve causava muitos prejuízos à empresa e, por extensão, à economia do Estado e do

---

<sup>165</sup> TRT7. Processo, nº 350/86., fls. 03-05.

País. Essa medida deixava claro que para os patrões a greve era criminosa, e caberia à Justiça do Trabalho dar cabo ao movimento, permitindo assim que as demais “providências cabíveis” fossem tomadas – o que para a classe patronal significava aplicar toda sorte de retaliações aos grevistas.

Logo que foi acionado pelo Sindicato patronal, o Ministério Público do Trabalho, por meio da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região,

[...] visando manter a ordem requer a este Egrégio Tribunal, com fulcro no art. 162 da Constituição Federal, no Enunciado de Súmula nº 189 do Egrégio TRT e art. 1º do Dec. Lei nº 1.632, de 04/08/1978, a declaração da ilegalidade da greve deflagrada pelos Trabalhadores do Setor de Produção da firma TÊXTIL BEZERRA DE MENEZES S.A., atendendo solicitação do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Ceará<sup>166</sup>.

A Procuradoria requereu ainda, como se lê no mesmo documento, “[...] a instauração do competente Dissídio Coletivo e intimação das partes para audiência de conciliação, tendo em vista o que dispõe o art. 856 da CLT e art. 23 da Lei 4.330 de 01/06/64”. (TRT7, Proc., nº 850/86, fl. 02).

A imprensa de Fortaleza acompanhou atentamente a disputa judicial. No dia 22 de maio, o Diário do Nordeste publicou matéria, na qual se veiculou a versão de José Pompeu de Souza Brasil Junior sobre a ida dos patrões à Justiça do Trabalho:

Sindicato patronal e diretoria da Indústria Têxtil Bezerra de Menezes solicitaram ontem junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), pedido da ilegalidade da greve ocorrida entre os funcionários da empresa no último final de semana. O presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral de Estado do Ceará, José Pompeu de Souza Brasil Junior, revelou que o motivo da solicitação deveu-se ao fato de que a greve aconteceu à revelia do Sindicato dos trabalhadores, sem que nenhum pleito relacionado em favor da greve tenha sido registrado entre os funcionários. ‘Não houve nenhum entendimento prévio entre a direção da empresa e seus funcionários, tanto que a pauta de reivindicações só foi apresentada quando a greve já contava com três dias’, assinalou José Pompeu<sup>167</sup>.

Também aqui, trata-se de uma tentativa de criminalizar o movimento grevista. Na matéria, José Pompeu de Souza Brasil Junior elabora um resumo dos motivos expostos na petição encaminhada ao judiciário trabalhista que, em sua opinião, atestavam a ilegalidade da greve.

<sup>166</sup> TRT7. Processo, nº 850/86., fl. 02.

<sup>167</sup> Diário do Nordeste, quinta-feira, 22 de maio de 1986., p. 11.

Nesse embate, a correlação de forças pendeu, uma vez mais, contra o lado dos trabalhadores quando a imprensa corroborou com o viés patronal acerca da mobilização operária. A esse propósito, num editorial do jornal O Povo, a greve dos trabalhadores da Têxtil Bezerra de Menezes foi apresentada como processo “à margem da lei”, vez que havia sido deflagrado sem o consentimento do Sindicato da categoria. Num trecho da referida seção do periódico, destacou-se que o Tribunal Regional do Trabalho

[...] será chamado a se pronunciar sobre a greve deflagrada por empregados da Indústria Têxtil Bezerra de Menezes, à revelia do próprio Sindicato da categoria, que a considera ilegal e manipulada pela CUT. A sociedade tem, por conseguinte, o direito de exigir que se cumpra a lei regulamentadora do direito de greve. [...] À Justiça do Trabalho cabe, aliás, um papel importante no sentido de evitar que as coisas continuem a ocorrer à margem da lei, naturalmente quando provocada a se pronunciar<sup>168</sup>.

Novamente, a operação de criminalização da greve vem à tona. Conforme o editorial, como a greve não contava com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, sendo antes arregimentada pela Central Única dos Trabalhadores, ela não cumpriria o rito procedimental exigido pela legislação. De sorte que, a sociedade deveria exigir que a lei fosse cumprida, isto é, que a Justiça do Trabalho declarasse a greve ilegal.

Importa ressaltar que o fato da greve contar com o apoio da Central Única dos Trabalhadores constituiu um dos motivos de sua criminalização. Para o editor do jornal O Povo, a luta sindical cutista, que organizava os operários por locais de trabalho – garantindo legitimidade para uma ação mais combativa – seria ilegal. Ao se posicionar contra a greve, o jornal expôs ao mesmo tempo uma visão autoritária e patronal, corroborando, desse modo, com a tentativa de criminalizar o movimento dos trabalhadores.

A despeito das tentativas de transformar em crime uma greve legítima e também das expectativas de José Pompeu de Souza Brasil Junior, para quem a greve teria fim, tão “[...] logo que o juiz do trabalho decreta a ilegalidade do movimento [...]” (TRIBUNA DO CEARÁ, 22/05/1986, p. 08), a decisão do judiciário trabalhista cearense foi a seguinte:

O Tribunal Regional do Trabalho sob a presidência do Juiz João Nazareth Cardoso, se reuniu ontem a tarde, para julgar o pedido formulado pela Procuradoria de decretação da legalidade da greve

<sup>168</sup>

O Povo, quinta-feira, 22 de maio de 1986., p. 06.

que perdura entre os empregados da Indústria Têxtil Bezerra de Menezes. A decisão do Tribunal, por maioria, dentre os seis juízes, apenas um voto contra, foi se dar por incompetente aquela corte para declarar a legalidade ou não, resolvendo então se instalar o dissídio coletivo<sup>169</sup>.

Portanto, na sessão ordinária<sup>170</sup> realizada no dia 21 de maio de 1986, o judiciário trabalhista do Estado do Ceará chegou ao seguinte veredito: “Falece competência ao Tribunal Regional do Trabalho para, em Dissídio Coletivo, declarar a ilegalidade da greve”. (TRT7. Proc., nº 350/86, fl. 08). Decisão que, apesar de atípica, não constituiu uma novidade no judiciário trabalhista brasileiro.

Conforme vários estudos<sup>171</sup>, em abril de 1980, sob a coordenação de mais de 30 sindicatos, os metalúrgicos da região do ABC e do interior de São Paulo iniciaram uma greve geral. Eles reivindicavam estabilidade de emprego e acréscimo real de 15 por cento dos salários. O caso foi levado ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, que negou o pleito da estabilidade, concedeu aumento de sete por cento e em decisão, vista na época como surpreendente, declarou que não cabia ao Tribunal decretar a legalidade ou ilegalidade da greve.

De acordo com Clarice Esperança<sup>172</sup>, essa decisão do TRT de São Paulo teve grande repercussão na imprensa. A revista “Isto é”, por exemplo, publicou uma matéria apontando que um dos fatores que teriam pesado na aludida deliberação diria respeito à ameaça, feita anteriormente pelo Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, de intervenção nos sindicatos com base na declaração de ilegalidade da greve. Na matéria, um juiz – que estava no pleno que inicialmente não declarou a greve ilegal – criticou o ministro por interpretar a lei previamente. Segundo a autora, “[...] a decisão do TRT paulista foi interpretada pela imprensa como uma forma de reafirmar a autonomia do Judiciário”. (ESPERANÇA, 2007, p. 187).

Bem, o fato é que aquele tribunal exigiu o retorno imediato dos operários ao trabalho, o que não ocorreu. Mas, ao prosseguir com a greve, os trabalhadores

<sup>169</sup> Tribuna do Ceará, quinta-feira, 22 de maio de 1986., p. 10.

<sup>170</sup> Participaram da sessão os seguintes juízes: João Nazareth Pereira Cardoso (presidente), Manoel Arízio Eduardo de Castro (relator), José Ronald Cavalcante Soares (revisor), Laís Maria Freire Monteiro, Elias da Cunha (vogal) e Raimundo Feitosa de Carvalho (vogal).

<sup>171</sup> Ver, por exemplo: ESPERANÇA, Clarice Gontarskia. op. cit., p. 187.; MOURA, Alessandro de. Movimento operário do ABC paulista: da disputa classista à dispersão neoliberal. In: ALVES, Giovani; FIGARI, Claudia. (Orgs.). **La precarización del trabajo em América Latina: perspectivas del capitalismo global**. Londrina: Praxis, 2009., p. 341-342.; PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, Hélio. **A administração do conflito trabalhista no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1987., p. 73.; SANDOVAL, Salvador Antônio Mireles. op. cit., p. 144-145.

<sup>172</sup> ESPERANÇA, Clarice Gontarskia. op. cit., p. 187.

estavam desobedecendo à decisão judicial, por isso, após muita pressão do patronato e dos governos estadual e federal, o TRT de São Paulo revogou a decisão anterior. E no dia 14 de abril de 1980 decretou a ilegalidade da greve. A sentença abriu caminho para violenta repressão da parte do governo. Houve intervenção nos sindicatos; o Ministério do Trabalho afastou a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, inclusive Lula; 16 líderes sindicais foram presos e tropas do exército ocuparam a região do ABC.

No Ceará, a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região de se considerar incompetente para declarar legal ou não a greve da Têxtil Bezerra de Menezes causou alarde em Fortaleza. Haja vista o fato de que, até aquela data, na única oportunidade em que tinha se pronunciado sobre a legalidade ou ilegalidade de uma greve – a saber, a dos professores das escolas particulares de Fortaleza, iniciada em 22 de abril de 1986 e encerrada uma semana depois – o TRT7, no dia 05 de maio de 1986, declarou a greve ilegal<sup>173</sup>.

A postura do Tribunal repercutiu na imprensa, o Jornal O Povo, inclusive, publicou ampla matéria sobre o fato. Nela, reafirmou ter o Tribunal a prerrogativa dessa decisão e apontou desdobramentos da posição daquele tribunal no mundo da justiça, como, por exemplo, a posição da Procuradoria do Trabalho inclinada a recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho. Além, disso trouxe declarações do juiz relator do processo:

O juiz Manoel Arízio Eduardo de Castro afirma que não entra no mérito da lei de greve, se é boa ou ruim, ‘apenas a interpreto e tenho posição firmada, como agora aconteceu, de que a lei é omissa quanto à competência dos TRT. Por isso, externei meu ponto de vista. Se o TST achar que temos competência, será outra coisa’. Com a lei de greve nas mãos, o juiz aponta o único artigo onde se fala da intervenção da Justiça do Trabalho. É o artigo 23, que diz o seguinte: ‘Caso não se efetive a consolidação prevista no artigo 11, o Ministério Público do Trabalho comunicará a ocorrência ao Presidente do respectivo TRT, instalando-se o dissídio coletivo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho’. E finaliza o juiz Arízio de Castro: ‘Como se pode notar, nada há na lei que aponte a competência dos TRT. O que se espera é que o Executivo ou o Legislativo federal tome decisão mais coerente sobre o assunto. Que o Congresso Nacional legisla sobre uma nova lei de greve, apontando claramente de quem é a competência para julgar a ilegalidade de uma greve’<sup>174</sup>.

<sup>173</sup> Tribuna do Ceará, terça-feira, 06 de maio de 1986., p. 01-11.

<sup>174</sup> O Povo, quinta-feira, 22 de maio de 1986., p. 08.



As afirmações do magistrado são claras. Ao mesmo, não importava se a lei de greve era boa o ruim, mas o que se tornava relevante era a interpretação que se fazia da mesma. Aliás, quanto a isto, tinha posição firmada: a lei não dava competência ao TRT7 para julgar se a greve era legal ou não. Da fala do juiz, percebe-se ainda uma reafirmação do “domínio da lei”<sup>175</sup>. Todos estavam sujeitos à lei, tanto trabalhadores como patrões.

Mas, como visto, nas entrevistas concedidas aos jornais e na petição enviada à Justiça do Trabalho, a classe patronal criminalizou o movimento grevista. E, interpretando a lei à sua maneira, exigia que a greve fosse julgada ilegal. Seria preciso cumprir a lei em favor da empresa. Portanto, de acordo com as declarações de Manoel Arízio de Castro, a decisão do TRT7 pode ser vista, também, como uma forma de reafirmar a autonomia do judiciário trabalhista cearense à época, que, contrariando todas as expectativas, não apenas se considerou incompetente para julgar a greve, como não declarou a greve ilegal.

Tal interpretação fica mais evidente quando se lê o texto apresentado por Manoel Arízio de Castro para apreciação dos demais juízes antes da votação no dia 21 de maio:

2ª PRELIMINAR: Incompetência do TRT para declarar a ilegalidade da greve.

A greve – um direito constitucionalmente assegurado – é, indubitavelmente um instrumento de pressão do trabalhador. (CF – art. 165, XX).

Ela configura, sem sombra de qualquer dúvida, o mais sério conflito coletivo de trabalho, trazendo em seu bojo consequências traumáticas à economia.

A disciplina da greve no direito positivo brasileiro é feita através da questionada Lei nº. 4.330/64, que a torna quase impossível.

Sem que a lei indique, os Tribunais do Trabalho vêm declarando ilegais muitas e muitas greves, conferindo ao empregador um título que lhe assegura alegar justa causa para a demissão dos empregados que, muitas vezes, por força dos piquetes ficam impossibilitados de trabalhar, culminando por perderem o emprego e, ainda por cima, as verbas indenizatórias e grande parte do FGTS.

Em tais casos, data vênia das respeitáveis opiniões contrárias, a Justiça do Trabalho funciona como se fosse o seu próprio avesso, num autêntico papel de algoz, refugindo a sua competência.

Daí se conclui, [...] que o Tribunal Regional do Trabalho (ou mesmo o TST), não pode declarar a legalidade ou a ilegalidade da greve nos Dissídios Coletivos, porque a matéria não se amolda ao figurino da ação declaratória, nem aos termos da Lei de Greve (Lei nº. 4.330/64). Escapa, inclusive, ao poder normativo previsto na Constituição Federal (art. 142, § 1º).

<sup>175</sup>

THOMPSON, Edward Palmer. (1997). op. cit., p. 360-361.

A decisão das Cortes Trabalhistas acatando o pedido da ilegalidade de uma greve, além de desfocada da lei, configura uma perigosa invasão ao território dos direitos individuais, eis que, no anfiteatro de uma greve, sob os mais variados prismas, nós vamos encontrar situações as mais díspares, desde aqueles que a encabeçaram, passando por aqueles que a puseram em prática, até aqueles que com a mesma jamais concordaram apesar de, por força da atuação dos piquetes, não puderam comparecer ao trabalho.

É, portanto, por demais cômoda para os administradores a posição adotada pelos Tribunais, declarando com rapidez e eficiência a ilegalidade das greves.

É irrelevante saber-se sobre a greve em si mesma, o que interessa, ao final, é que, como está posta a legislação, falece competência aos Tribunais do Trabalho, em Dissídio Coletivo ou fora dele, para declarar a legalidade ou ilegalidade de uma greve.

As consequências da greve, estas sim, podem e devem ser examinadas, na primeira instância, através dos casos (isolados ou em grupo), porém jamais através de uma decisão em ação coletiva<sup>176</sup>. (Grifos no original).

O texto esclarece porque não era da alçada do TRT7 declarar a legalidade ou ilegalidade da greve. Logo no início, a fonte faz referência à “questionada” Lei nº 4.330 enquanto código regulamentador do tema, mas que, ao invés de regular, proibia a realização de greves. Em seguida, critica os TRT`s que, ao interpretar a lei por um viés diferente do que ela indicava, decretavam a ilegalidade das greves. Esse tipo de sentença abriria brechas para que os empresários, alegando justa causa, sursupiassem direitos assegurados aos trabalhadores.

Buscando recuperar os padrões de “universalidade e igualdade”, necessários para que a lei funcione como um conjunto de normas e regras, ao qual todos devem respeito, o relator critica as decisões equivocadas e sem base legal do judiciário trabalhista. Para esse, à Justiça do Trabalho competia garantir e assegurar direitos aos trabalhadores, mas ao declarar as greves ilegais, favorecendo apenas a classe patronal, transformava-se numa Justiça às avessas.

O relator continua sua exposição afirmando que nem o TRT7, muito menos o Tribunal Superior do Trabalho, baseado na lei de greve ou na Constituição Federal, poderia declarar uma greve ilegal em meio a um dissídio coletivo. Ao agir dessa forma, o judiciário trabalhista, além de fugir dos preceitos legais, interferia nos direitos individuais dos sujeitos envolvidos na paralisação. Pois, em uma greve, há atitudes e posições diferentes entre os trabalhadores, desde os que lideram

---

<sup>176</sup> TRT7. Processo, nº 350/86., fls. 10-11 e fls. 32-33.

movimento até aqueles que discordam desses líderes. Mas, quando a greve é considerada ilegal, todos, indistintamente, ficam passíveis das punições decorrentes da decisão de ilegalidade do movimento.

O relator entendia que a preocupação com a greve, em si mesma, era menor. O que se mostrava relevante em todo o caso dizia respeito ao fato de que a legislação em vigor não dava competência aos tribunais para julgá-la legal ou ilegal. As consequências da greve, no entanto, eram passíveis de análise. No que se refere tanto a processos individuais, como a de um determinado grupo de sujeitos, embora estes não pudessem ser julgados enquanto ação coletiva.

Portanto, com base em uma legislação batizada de “anti-greve”, o judiciário trabalhista no Ceará se negou a declarar ilegal a greve dos trabalhadores da Têxtil Bezerra de Menezes. Conforme Edward Thompson, mesmo a lei mais severa não pode ser entendida apenas como instrumento de dominação, pois ela também limita as pretensões dos dominantes, ao passo que, enseja direitos aos “de baixo”, embora restritos. Neste sentido, cabe enxergar a lei e o direito não somente como

[...] um meio pomposo e mistificador através do qual se registra e se executa o poder de classe, então não precisamos desperdiçar nosso tempo estudando sua história e formas. Uma lei seria muito semelhante a qualquer outra, e todas, do ponto de vista dos dominados, seriam Negras<sup>177</sup>.

Ora, feitas essas considerações, resta perguntar sobre quais leituras os trabalhadores teriam feito acerca do conflito levado às sendas dos tribunais? Bem, podem-se arriscar alguns elementos no sentido de refletir acerca desse problema. A perspectiva dos operários sobre a Justiça do Trabalho provavelmente levava em consideração experiências, geralmente, negativas quanto à sua relação com esse poder. Uma sorte variada de sentidos permeava seu espaço de experiência nessa seara: um Estado violento e repressor dos movimentos grevistas; uma lei de greve que na prática tornava-se “anti-greve” e uma vivência negativa com a JT, haja vista o que ocorrera no início do mês de maio de 1986, quando o TRT7 declarou ilegal a greve dos professores dos colégios particulares de Fortaleza, sob a alegação de que a mesma fora realizada sem o respaldo do Sindicato dos Professores<sup>178</sup>; situação semelhante a da greve na Têxtil Bezerra de Menezes.

<sup>177</sup> THOMPSON, Edward Palmer. (1997). op. cit., p. 354.

<sup>178</sup> Tribuna do Ceará, terça-feira, 06 de maio de 1986., p. 11.

Foi neste cenário aparentemente desfavorável aos trabalhadores, que foi sentenciada a decisão, no mínimo inusitada, do judiciário trabalhista cearense. Com o cuidado de não incorrer em generalizações, a declaração de incompetência do TRT7 leva-me a questionar as visões que abordam a Justiça do Trabalho como um mero instrumento de barrar conflitos diretos entre trabalhadores e patrões. E mais, permite me situar ao lado daqueles que a veem como um campo de conflitos e disputas amiúde ambíguo<sup>179</sup>, mas que, ao mesmo tempo, evita que a classe patronal imponha sua vontade plenamente. Como assevera Fernando Teixeira, a esse respeito, “[...] às injustiças e às arbitrariedades do poder privado, podia contrapor-se o poder público como um árbitro mais justo”. (SILVA, 1992, p. 188). Daí poder-se dizer que, aos industriais têxteis do Ceará, foi imposto o domínio da lei. A Justiça do Trabalho, por meio de suas regras jurídicas, restringiu-lhes o poder arbitrário<sup>180</sup>.

Na imprensa, a classe dirigente não questionou a decisão judicial, entretanto, procurou minimizar a importância da mesma.

‘O movimento exauriu-se por si mesmo’, afirmou José Pompeu. Na terça-feira o Sindicato patronal e a diretoria da indústria solicitaram ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que declarasse a ilegalidade do movimento. No entanto, conforme explicou José Pompeu, não foi preciso a intervenção da Justiça devido ao fracasso da tentativa de greve<sup>181</sup>.

Além disso, a classe patronal procurou justificar a postura autoritária de não negociar com os trabalhadores em greve, alegando que estes não apresentavam reivindicações. Os patrões tentaram, ainda, atribuir uma conquista dos trabalhadores a uma concessão da empresa, a saber, os faltosos não seriam punidos com o desconto dos dias parados:

Ivan Bezerra, da diretoria da Indústria Têxtil Bezerra de Menezes, disse que não houve negociação com os grevistas por que não havia nenhuma reivindicação. Mesmo assim, a diretoria da empresa achou por bem não cobrar dos faltosos os dias parados<sup>182</sup>.

Esse aparente desprezo pela derrota no campo jurídico, não correspondia à realidade. Tanto assim que, tão logo proferida, a decisão do TRT7 foi questionada pelo Sindicato das Indústrias Têxteis do Ceará. No dia 22 de maio de 1986, o

<sup>179</sup> Sobre o aspecto ambíguo da Justiça do Trabalho no Brasil, principalmente nos seus primórdios, conferir, dentre outros: SILVA, Fernando Teixeira. (1992). op. cit., p. 180-190.

<sup>180</sup> THOMPSON, Edward Palmer. (1997). op. cit., p. 360-361.

<sup>181</sup> Diário do Nordeste, sexta-feira, 23 de maio de 1986., p. 10.

<sup>182</sup> O Povo, sexta-feira, 23 de maio de 1986., p. 10.

presidente do Sindicato patronal enviou ao Tribunal Superior do Trabalho, um *telex*, pedindo que a instância superior do judiciário trabalhista brasileiro tomasse as devidas providências, como se lê a seguir:

O Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Ceará [...], vem por seu presidente, infra-assinado, em caráter excepcional e atípico, inconformado com decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região da sessão de ontem, dia 21 que se julgou incompetente para apreciar pedido de declaração da ilegalidade da greve irrompida na empresa Têxtil Bezerra de Menezes S/A, recorrer dizendo o seguinte:

1. – Inadmissível e revolucionário o decisório ora recorrido diante das graves e imprevisíveis consequências econômicas e trabalhistas em nosso Estado diante da conduta adotada pelo TRT – 7a. Região. Em que pese o fundamento da decisão que se fundamenta na ausência de dispositivo legal expresso que defina a competência dos tribunais regionais para apreciar e julgarem pedidos de tal natureza, existem pronunciamentos de vários tribunais regionais bem como de ilustres ministros reconhecendo tal competência como dos tribunais regionais.,

2. – Diante da divulgação dada pela imprensa em torno do comportamento adotado pelo egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região, já detectamos programação de ‘greve’ em outra empresa filiada, marcada para domingo próximo. Sabe-se que se trata de trabalho desenvolvido por ativistas que visam desestabilizar a atual realidade econômica do país numa manifestação dirigida contra as medidas adotadas pela presidência da república.,

3. – Por força das graves consequências imediatas já sentidas, por força do reflexo em outras categorias, por força da peculiaridade da situação atual, por força da expectativa gerada e causada nos mais diversos segmentos da sociedade, por força da ausência do Poder Judiciário para coibir tamanha ilegalidade que se propõe alastrar-se, impõe-se a admissibilidade do recurso ora interposto visando a restauração do estado de direito com base na legislação vigente evitando a prática de atos de depredação e atitudes ligadas ao direito do trabalho sem qualquer amparo legal.,

4. – Todas as classes empresariais encontram-se temerosas e apreensivas diante da decisão do TRT-7a. Região que se deu por incompetente para apreciar o pedido de declaração da greve já antes referida.,

5. – Na hipótese de qualquer dúvida, poderá ser suscitado ao ilustre presidente do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região a confirmação do decisório ora atacado, via telex, para efeito de melhor apreciação do mérito.,

6. – Nestas condições, com a urgência que o caso requer, de forma atípica diante das consequências imediatas já sentidas, diante do temor da existência do surgimento do estado de anarquia sem qualquer pronunciamento do poder judiciário, vem pedir a V. Exa., que, recebendo o recurso ora interposto, se digne dar por procedência, julgando competente o Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região para apreciar e decidir o pedido de declaração da ilegalidade da greve existente na empresa Têxtil Bezerra de Menezes S/A, nossa filiada.

Pede ainda que após julgado este recurso, seja dado imediato conhecimento ao presidente do TRT local, visando decisão em torno do mérito em questão<sup>183</sup>.

O documento expressa o incômodo patronal mediante a decisão do TRT7. Observa-se que de instância julgadora, a Justiça do Trabalho é transformada em ré, na medida em que os patrões não só julgam como condenam a decisão do judiciário trabalhista cearense. Há uma nítida politização do fato, até a repercussão que a decisão teve na imprensa foi usada como pretexto para convencer o Tribunal Superior do Trabalho de que ela deveria ser revogada.

A linguagem remete à criminalização da organização dos trabalhadores, por isso o documento patronal enfatiza que já havia sido detectada a programação de outras greves arregimentadas por “ativistas”. Os patrões se apropriam do poder de polícia para investigar os trabalhadores – todos os passos destes seriam dignos de vigilância.

Também aí, fica patente o sentido de classe. Pelo que se lê, a decisão do TRT7 havia provocado um verdadeiro pandemônio, um mal que estava se alastrando deixando “temerosas e apreensivas todas as classes empresariais”. Diante do estado de “anarquia” instaurado pela peculiar decisão, caberia ao Tribunal Superior do Trabalho tomar as devidas providências no sentido de conter os trabalhadores e restabelecer a ordem requerida pelos patrões.

Como a decisão em primeira instância não correspondeu às expectativas da classe patronal, buscou-se divulgar uma argumentação complexa no intuito de criminalizar as ações dos trabalhadores, bem como de desqualificar a decisão do TRT7. Apesar do grau de intimidação sugerido no quadro caótico pintado no *telex*, este não era o caminho legal para interpor um recurso. A Justiça do Trabalho tinha suas regras e ritos, que deveriam ser seguidos. Nesse sentido, o recurso ordinário contra a decisão daquele tribunal só foi encaminhado ao Tribunal Superior do Trabalho, quase um mês após a decisão tomada pelo tribunal cearense (21/05) e o final da greve (22/05).

Somente no dia 17 de junho de 1986, o Sindicato das Indústrias Têxteis do Estado do Ceará, agora na forma da lei,

[...] estando inconformado com decisão proferida pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, da 7ª. Região, no processo em epígrafe, Acórdão nº 365/86, vem, por seu Presidente e por seu

<sup>183</sup> TRT7. Processo, nº 350/86., fl. 36.

advogado e procurador judicial, infra-assinados, no prazo legal, com fundamento no disposto nos arts. 893, item II, e 895 alínea B, da Consolidação das Leis do Trabalho, interpor RECURSO ORDINÁRIO para esse Colendo Tribunal, contra o mencionado decisório, o que faz nos termos e pelos fundamentos e razões, de fato e de Direito [...] <sup>184</sup>.

Após seguir o devido trâmite, o recurso foi julgado e, em 21 de setembro de 1988, foi proferida a sentença final:

[...] A C O R D A M os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, por maioria, dar provimento ao recurso para, julgando competente o Tribunal Superior do Trabalho, para apreciar a questão, declarar ilegal a greve, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Fernando Vilar, Orlando Teixeira da Costa, Norberto Silveira de Souza e Sebastião Machado Filho (Juiz Convocado), que negavam provimento ao recurso. Brasília, 21 de setembro de 1988 <sup>185</sup>.

Portanto, enquanto, o TRT7 declarou-se incompetente para julgar a legalidade ou ilegalidade da greve, abalizando tal decisão no fato de que a legislação em vigor não lhe credenciava a proferir aquele tipo de sentença, o Tribunal Superior do Trabalho, curiosamente amparado na mesma legislação, pronunciou-se de forma diferente, como se percebe nesta fonte:

No caso concreto, a deflagração do movimento paredista não observou os requisitos da Lei 4.330/64 e, inclusive do Decreto-Lei nº 1.632/78. Havia Convenção Coletiva, com vigência de um ano, a partir de 01/05/86, e o movimento grevista iniciou-se em 17/05/86, sem que tivesse ocorrido pedido de revisão ou revogação daquele instrumento coletivo. Nestes termos, tenho como ilegal a greve e dou provimento ao recurso para assim declarar <sup>186</sup>.

O fato de o TRT7 e de o Tribunal Superior do Trabalho terem manifestado decisões distintas, conquanto estivessem alicerçadas na mesma lei, corrobora com a interpretação de que a Justiça do Trabalho e a legislação trabalhista são territórios permeados de embates e tensões. Neste caso, não apenas entre trabalhadores e empresários, mas também entre as diferentes instâncias do judiciário trabalhista <sup>187</sup>.

<sup>184</sup> TRT7. Processo, nº 350/86., fl. 42.

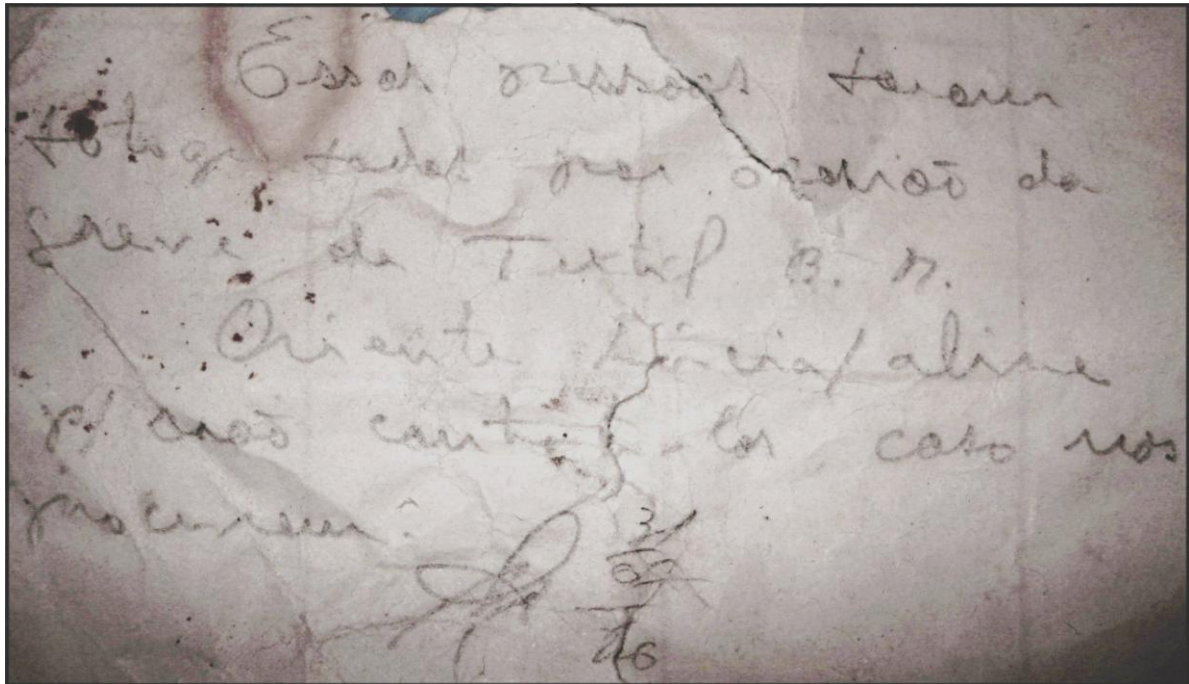
<sup>185</sup> TRT7. Processo, nº 350/86., fls. 79-81.

<sup>186</sup> Id., ibidem., fl. 80.

<sup>187</sup> Analisando o processo gerado a partir da greve dos trabalhadores da empresa jornalística Caldas Júnior, em Porto Alegre no ano de 1983, Clarice Esperança chega a interpretação semelhante. No caso por ela investigado, o TRT gaúcho e o TST concordaram quanto à legalidade da greve, porém divergiram quanto à “[...] multa de 50% e a obrigatoriedade dos depósitos do FGTS e da Previdência Social. No seu relatório, o ministro Marcelo Pimentel fez uma censura à multa instituída pela primeira sentença, afirmando que o TRT ‘exorbitou de sua competência normativa, chegando à arbitrariedade’”. (ESPERANÇA, 2007, p. 183).

Bem, constatar esse aspecto pertinente ao funcionamento da justiça trabalhista, não significa admitir que os desentendimentos em torno da interpretação dos códigos legais e das sentenças repercutissem imediatamente no mundo do trabalho. Basta ver, a propósito, que a decisão do Tribunal Superior do Trabalho, proferida acerca de dois anos após a realização da greve, não teve implicações diretas nas relações de trabalho na Têxtil Bezerra de Menezes. Muitos trabalhadores que participaram da greve, inclusive, já haviam sido demitidos quando o *acórdão* foi homologado. A prova disso é que a direção da Têxtil Bezerra de Menezes enviou, às indústrias têxteis de Fortaleza um “álbum” com fotografias dos trabalhadores demitidos devido à sua participação na greve. No álbum enviado à fábrica Santa Cecília, por exemplo, anexou-se um bilhete com a seguinte mensagem: “essas pessoas foram fotografadas por ocasião da greve da têxtil Bezerra de Menezes. Oriente Lúcia e Aline para não contratá-las caso nas procurem: 31/07/86”.

FIGURA 2 – Bilhete sobre “álbum negro” com trabalhadores da Têxtil Bezerra de Menezes



Fonte: Arquivo pessoal do sindicalista Antônio Ibiapino.

De acordo com o sindicalista Antônio Ibiapino, o bilhete foi encontrado no setor de Recursos Humanos da fábrica Santa Cecília – empresa onde ele trabalhou como tecelão entre 1977 e 1987. O documento aponta para existência de um “álbum negro” com fotografias de trabalhadores que participaram da greve na Têxtil Bezerra de Menezes, em 1986. Devido à participação na greve, foram demitidos. Mas não



só, foram-no mediante a contraindicação do antigo empregador para dificultar-lhes a recolocação no mercado de trabalho.

A “lista negra” evidencia os mecanismos de controle e repressão utilizados pela direção da Têxtil Bezerra de Menezes. Bem como, indica a necessidade de relativizar até que ponto a legislação trabalhista e as decisões judiciais são de fato cumpridas. Como a greve não foi declarada ilegal, nenhum trabalhador poderia ser demitido por adesão ao movimento; ademais, o processo ainda estava em trâmite, em vista do recurso impetrado pelos patrões junto ao Tribunal Superior do Trabalho. Dito de outro modo, ilegais eram as demissões. Mas, a despeito da decisão do TRT7 e da jurisprudência gerada a partir de situações similares, a TBM demitiu vários trabalhadores que aderiram a greve e em retaliação, “orientou” aos patrões e dirigentes das demais fábricas têxteis de Fortaleza que não contratassem os operários demitidos.

Portanto, mesmo conquistando vitórias parciais na Justiça do Trabalho, o mundo da fábrica e a “lei dos patrões” deixava claro aos trabalhadores que existia uma distancia muito grande entre o que referendava a lei e o contexto das relações de trabalho. Como afirma John French, “[...] as leis trabalhistas tornaram-se ‘reais’ nos locais de trabalho à medida que os trabalhadores lutaram para transformar a lei de um ideal imaginário em uma realidade futura”. (FRENCH, 2001, p. 10).

Neste capítulo procurei narrar, sucintamente, a história da indústria têxtil cearense, recuando aos seus primórdios até o final do século XX; e apresentei, em traços largos, a trajetória dos trabalhadores têxteis no Ceará até meados dos anos 1980. Ressaltou-se que a decantada “modernização” do setor, a partir dos anos 1960, no contexto da industrialização subsidiada, privilegiou o aspecto produtivo, a inserção no mercado internacional, a absorção de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento, mas não trouxe ganhos para os trabalhadores.

No próximo capítulo, enfatizo as relações de trabalho nessa indústria, com foco nas bandeiras de lutas construídas por dentro de uma nova concepção sindical, desde a experiência organizativa da oposição sindical que assume a direção do Sindicato da categoria. A abordagem trata, em especial, das lutas específicas dos trabalhadores na maior indústria têxtil do Ceará nos anos 1980, a fábrica Finobrasa. Veremos que os trabalhadores se organizaram para conquistar, na prática, direitos assegurados. Fiaram e teceram práticas de resistência no intuito de enfrentar o despotismo patronal.

## CAPITULO II

### FIANDO E TECENDO A RESISTÊNCIA

*“Nesta vida  
morrer não é difícil.  
O difícil  
É a vida e seu ofício.”*

(Maiakóvski, 1926)

No final dos anos 1960, foi criada a Fiação Nordeste do Brasil S/A – Finobrasa. A empresa foi registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará em dezembro de 1968; na época, 50 por cento das ações pertenciam a empresários cearenses (famílias Otoch e Baquit) e as demais, a industriais paulistas (famílias Steinbruch e Rabinovich – Grupo Vicunha<sup>188</sup>).

A fusão de capitais entre os referidos grupos empresariais foi registrada pela história oficial do Grupo Vicunha da seguinte maneira:

Mendel (diretor geral do Grupo Vicunha no final dos anos 1960) manifestou sua vontade de investir em outros estados aos sócios, que concordaram. Dentre inúmeras partes do Brasil que analisou, a região Nordeste era a mais atraente, visto que dispunha de condições favoráveis criadas pela política de estímulos fiscais e créditos operada pela SUDENE e pelo Banco do Nordeste. Mendel foi um dos primeiros empresários paulistas a enxergar a potencialidade do Nordeste. A primeira associação da Vicunha foi com os grupos cearenses Otoch e Baquit, em 1973, para a fundação da Fiação Nordeste do Brasil, a Finobrasa, na cidade de Fortaleza, Ceará<sup>189</sup>.

Ora, vê-se aí uma declaração nítida de que a política de atração de capitais subsidiados concorreu como motivo principal para que o Grupo Vicunha decidisse associar seu capital ao de empresários cearenses com o objetivo de fundar uma fábrica de fiação no Ceará. Com o fito de expandir seu raio de atuação,

<sup>188</sup> O Grupo Vicunha surgiu da fusão de capitais entre as famílias Steinbruch e Rabinovich, judeus russos que vieram para o Brasil na primeira metade do século XX. A sede do Grupo Vicunha está localizada na cidade de São Paulo, o grupo atua em vários ramos: siderurgia (CSN), ele detém 46 por cento das ações da Companhia Siderúrgica do Ceará (CSC); metalúrgico; têxtil e couro; mineração; agricultura; leasing; telecomunicações; financeiro (Banco Fibra), entre outros investimentos. O Grupo Vicunha, considerado o maior conglomerado têxtil da América Latina, iniciou suas exportações em 1982, já tendo exportado, para mais de 80 países, sempre de 35 a 40 por cento de sua produção. Conta com vários escritórios fora do Brasil, como, por exemplo, na Colômbia, Argentina, China, Europa e nos E.U.A.

<sup>189</sup> VICUNHA TÊXTEL S/A. **Nossa História – Vicunha 40 anos.** In: [http://www.vicunha.com.br/site\\_40anos](http://www.vicunha.com.br/site_40anos). Acesso em: 30 de dezembro de 2009.

antes concentrado em São Paulo, o Grupo resolveu investir no Nordeste, “a região mais atraente”. Dentre os Estados nordestinos, o Ceará foi o escolhido, haja vista o fato de que, além dos incentivos federais via SUDENE e BNB, sucessivos governadores haviam criado vários mecanismos para atrair parques industriais.

Na passagem transcrita, alega-se o pioneirismo do Grupo em enxergar as potencialidades do Nordeste. Mas convém admitir que o potencial de crescimento que essa região apresentava a especuladores industriais concernia, antes, à mão de obra farta e barata, aos terrenos doados ou vendidos por preços subvalorizados, à energia elétrica subsidiada, à isenção de impostos, à facilidade de empréstimos, bem como fusão de capitais com empresários locais.

Portanto, para o Grupo Vicunha, investir no Ceará significou aproveitar as vantagens, criadas a partir de meados dos anos 1960, dadas pelo Governo com o fim de atrair grupos empresariais que tivessem o interesse de instalar seus complexos fabris numa região que se desse à exploração. Noutras palavras, um lugar que lhes concedesse as condições necessárias para combinar crescimento rápido sem maiores investimentos. De certo, esses benefícios possibilitaram que o Grupo ampliasse seu capital, chegando a se tornar um dos maiores conglomerados do setor têxtil no mundo.

A Finobrasa foi oficialmente registrada em 1968, sendo que o projeto enviado à SUDENE foi aprovado em 1970. Não obstante, a produção só iniciou em abril de 1973, como se lê na matéria publicada pela revista Indústria Cearense:

A partir de abril mais uma grande empresa apoiada pela Sudene se integrará ao parque industrial cearense, produzindo fios de algodão puro e poliéster para atender os mercados nacionais e internacionais. A Fiação Nordeste do Brasil S.A., antes de entrar em funcionamento já está pleiteando ampliação, passando a contar com um investimento total da ordem de 110 milhões de cruzeiros.

Os empresários José Otoch e Alberto Baquit, dirigentes do grupo empreendedor, receberam a visita do secretário de Indústria e Comércio, Sr. Ernesto Gurgel Valente, que após percorrer as dependências da Finobrasa manteve reunião para debater as necessidades de apoio do Governo do Estado, tendo se colocado a disposição para entendimento junto a organismos regionais de desenvolvimento.

Implantada numa área de 17 mil metros quadrados, em terreno localizado à Rua Sargento Hermínio, em Fortaleza, A Fiação Nordeste do Brasil S.A., teve seu projeto aprovado em 1970 pelo Conselho Deliberativo da Sudene, destacando-se sua colocação na faixa “A” de prioridade, pela importância da produção que se destinará quase que totalmente a mercados internacionais. Falando durante reunião que mantiveram com o secretário Ernesto Gurgel

Valente, os Srs. José Otoch e Alberto Baquit, Presidente e Superintendente da Finobrasa, respectivamente, afirmaram que todo o equipamento foi importado dos Estados Unidos, Alemanha e Suíça, destacando-se entre as mais modernas do Brasil. A Fiação Nordeste do Brasil S.A. começará a funcionar em abril próximo, absorvendo mão-de-obra qualificada de cerca de 300 pessoas, treinadas em escolas profissionais.

Por outro lado o projeto de ampliação que o grupo da Finobrasa encaminhará à SUDENE objetivará a modificação do seu parque, passando as fases de tecelagem, malharia e confecção, compreendendo um parque total com todos os setores em funcionamento. A importância do projeto da Finobrasa foi destacado pelo secretário Ernesto Gurgel Valente como mais um esforço ao processo de desenvolvimento econômico do Ceará, no momento em que a Secretaria de Indústria e Comércio se esforça para comemorar o Ano Nacional da indústria no Ceará<sup>190</sup>.

Com relação a essa matéria, dentre os pontos a serem destacados, tem-se o fato de o governo do Estado haver se colocado à disposição de intermediar as negociações entre as agências de fomento estatal (SUDENE e BNB) e a Finobrasa. É relevante perceber como esses órgãos transferiam ao capital privado a conexão com o mercado internacional. Tanto que, o projeto para instalação da Finobrasa recebeu prioridade, principalmente porque a sua produção seria, em grande medida, destinada ao mercado externo. Ademais, cabe mencionar o planejamento de ampliação que a empresa estava elaborando, contando, é claro, com o apoio da SUDENE, mais uma vez.

Outro aspecto, trata-se da ênfase nas máquinas. Estas eram todas importadas, de última geração e as mais modernas do Brasil. O que a matéria não põe em relevo é que a geração de postos de trabalho foi inexpressiva, não obstante todo esse aparato tecnológico tão propalado. De fato, a geração de apenas 300 empregos é algo insignificante, considerada a dimensão do empreendimento.

Apesar do pequeno impacto na geração de empregos, o secretário de governo avaliava que a instalação da empresa era motivo de comemoração. Isto porque, conforme o modelo de desenvolvimento em voga no Ceará, que enxergava na industrialização o vetor principal para o desenvolvimento econômico do Estado, o desenvolvimento econômico da sociedade dependia diretamente da instalação de plantas industriais.

---

<sup>190</sup> FIEC. Finobrasa é nova fiação a partir de abril. In: **Indústria Cearense**. Fortaleza: FIEC, ano: 6, nº. 66, 1973., p. 19. Ver também matéria semelhante publicada em: O Povo, sexta-feira, 23 de março de 1973., p.08.

Dez anos após a sua inauguração, a empresa já era uma das maiores do setor têxtil no Ceará. Em meados dos anos 1980, ela incorporou novos parâmetros de gestão da produção, tendo como base o modelo japonês de reestruturação produtiva. Nessa tendência de inovação, a Finobrasa constituiu uma das primeiras indústrias no Ceará a incentivar a criação do Círculo de Controle de Qualidade – CCQ.

Tal mecanismo encerra uma forma de organização/gestão do trabalho que teve origem no Japão, na década de 1960, mas, a partir dos anos 1970, passou também a ser aplicado por empresas brasileiras. Na Finobrasa, o CCQ teve suas devidas peculiaridades, como se nota na matéria publicada pelo jornal O Povo:

Participação valoriza mão-de-obra e incrementa produtividade  
A Finobrasa foi uma das primeiras empresas a iniciar o processo de gestão participativa através do CCQ no Ceará – há cinco anos [...]. Para que a administração participativa funcione, entretanto, é necessário que haja o comprometimento da direção da empresa. ‘Se o funcionário não estiver motivado, não estiver satisfeito ele será um inimigo da empresa’, afirmou, Francisco Nunes Neto, coordenador de CCQ da Finobrasa e presidente da Associação Cearense de Qualidade, fundada em julho de 1990.

Este é um consenso entre todos os que trabalham com CCQ. ‘Administração participativa não é fácil de ser implementada por que além do investimento exige uma mudança comportamental em nível de diretoria, gerência, chefias e supervisores’, afirma Neto. Ele revela inclusive, que durante a implantação do programa alguns chefes e supervisores que não se adaptaram às mudanças tiveram que sair da empresa. ‘Os primeiros treinamentos são realizados com a direção da empresa que passa a constituir um Comitê de Qualidade que se reúne periodicamente para avaliar os resultados do programa’, explica Neto.

Para incentivar os funcionários a participarem dos grupos de CCQ as empresas cearenses ainda não se dispuseram a distribuir uma parcela de seus lucros, como já o fazem as empresas em que o processo de administração participativa está mais adiantado. Mas procuram conceder prêmios em dinheiro e realizar concursos internos como incentivo. Na Finobrasa o melhor trabalho do ano é escolhido numa convenção interna e os participantes do grupo – normalmente em número de 10 – têm como prêmio uma viagem a outro Estado. Neto revela, que a empresa ainda não pensou em participação nos lucros [...]<sup>191</sup>.

Dentre as particularidades do Círculo de Controle de Qualidade na Finobrasa, observa-se a diferença em relação a empresas localizadas no Sul e Sudeste, a exemplo da Volkswagen, Embraer e IBM. Enquanto estas ofereciam, aos trabalhadores que faziam parte dos grupos de CCQ, participação nos lucros; a

<sup>191</sup> O Povo, terça-feira, 08 de janeiro de 1991., p. 03D.

Finobrasa procurava “motivar” os trabalhadores oferecendo uma viagem para o grupo de maior destaque durante o ano.

Daí poder-se sugerir que, na Finobrasa, a exploração da mão de obra era maior. Enquanto requeria o comprometimento dos trabalhadores, no sentido de aumentar a produtividade, reduzir os custos e melhorar a eficiência, especialmente no que se refere à qualidade dos produtos e do trabalho, se recusava a ceder aos operários uma parcela mínima dos lucros.

Importa atentar para como a matéria associa a implantação do CCQ a termos de uso eufemístico (participação, comprometimento, motivação, satisfação pessoal, avaliação, administração participativa), reproduzidos pela imprensa como transparentes, neutros, por se tratarem de vocábulos pertinentes a um discurso técnico (por isso, naturalmente competente e legítimo). Contudo, sabe-se que essas palavras não são gestadas naturalmente, menos ainda são neutras. Podem pertencer a um vocabulário técnico, no sentido de que aludem a técnicas de gestão de pessoas ou, mais propriamente, de exploração do trabalhador. Baseado nisso, a reestruturação implantada pela Finobrasa, de maneira nenhuma, pretendia dar mais autonomia aos trabalhadores durante o processo produtivo.

Muito pelo contrário, o que se observa nas empresas que adotam o modelo toyotista<sup>192</sup>, incluindo o CCQ, utilizam estratégias para aprimorar a participação e o comprometimento do trabalhador com sua própria exploração; e justamente, por isso, a alienação do processo produtivo não deixa de existir, antes, refina-se no sentido de tornar mais racional a usurpação da mão de obra. Ora, se,

---

<sup>192</sup> Modelo toyotista ou toyotismo é um sistema de organização do trabalho e da produção criado no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno, o sistema foi aplicado inicialmente na fábrica da Toyota – daí a origem do nome toyotismo. O sistema espalhou-se a partir da década de 1960 por várias regiões do mundo e até hoje é aplicado em muitas empresas. Dentre suas principais características podemos citar: mão-de-obra multifuncional, os trabalhadores são treinados para conhecer todos os processos de produção, podendo atuar em várias áreas do sistema produtivo da empresa; sistema flexível de mecanização, voltado para a produção somente do necessário, evitando ao máximo o excedente; uso de controle visual em todas as etapas de produção como forma de acompanhar e controlar o processo produtivo; implantação do sistema de qualidade total em todas as etapas de produção, além da qualidade dos produtos, busca-se evitar ao máximo o desperdício de matérias-primas e tempo. Para maiores informações sobre o tema, ver dentre outros: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.; \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.; BERNARDO, Marcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível:** uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.; OLIVEIRA, Eurenice de. **Toyotismo no Brasil:** desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2004.; PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.; SALES, Telma Bessa. **Trabalho e Reestruturação Produtiva:** o caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo/SP. São Paulo: Annablume, 2002.

grosso modo, a alienação é um distanciamento do trabalhador daquilo que ele produz, ela está presente no modelo japonês de produção. Só aparentemente existe a diminuição da ruptura entre quem projeta e quem executa, bem como do grau de hierarquia nos locais de organização e nos espaços gerados para resoluções de problemas. A subjetividade, emergida nesse processo, tende a ser estranhada em relação ao que se produz<sup>193</sup>.

Para conseguir a adesão dos trabalhadores, a empresa criou vários mecanismos como, por exemplo, o incentivo à participação em concursos estaduais e nacionais, a exemplo do promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI):

A Fiação Nordeste do Brasil S/A (Finobrasa) conquistou pela segunda vez consecutiva, a nível estadual, o Prêmio CNI de incentivo a Qualidade e Produtividade. A idéia sugestão vencedora é a de modificação do sistema de funcionamento das esteiras transportadoras das canilhas nas máquinas modelo Sanic. A Finobrasa conquistou também o segundo lugar com a substituição dos selos mecânicos nos tubos de tingimento, bombas aspiradoras de lodo da estação de tratamento e tubinho do laboratório químico, por gaxetas. Participante do prêmio desde 1991, a Finobrasa ficou na terceira posição naquele ano. Ano passado conquistou o primeiro lugar e ficou entre as dez maiores em nível nacional. Este ano obteve os dois primeiros lugares e espera boa performance no concurso. Esta é a crença da direção da empresa e também dos integrantes do Circulo de Controle de Qualidade (CCQ) existente na empresa há dez anos. O CCQ é formado pelos próprios operários. Hoje são 52 grupos ativos com participação, em cada, de cinco (mínimo) a dez (máximo) pessoas.

O grupo que concorreu ao Prêmio Nacional é o CCQ Cristal. O líder do grupo, Lázaro Ferreira da Silva, o vice, José Ferreira de Sousa, o secretário, Francisco de Assis Mendes, a vice-secretária, Maria Julia M. Moreira de Sousa, os circulistas Carlos Ferreira de Menezes, José Albísio de Sousa, Raimundo Nonato da Silva, Narcélio Agostinho de Brito, Paulo Ferreira Rodrigues, João Pereira de Oliveira, e o facilitador Enos Alves de Paiva fizeram uma adaptação do relé de tempo nas máquinas, deixando as esteiras funcionando conforme o tempo programado, proporcionando redução no consumo de energia, maior vida útil das esteiras e melhores condições de trabalho.

A proposta que ficou em segundo lugar é do CCQ Conquista. O líder Antônio Moraes Sabóya; o vice, Francisco de Assis Carvalho e os demais circulistas: Aldo da Silva Feitosa, Afonso do nascimento Gomes (secretário e vice, respectivamente), Antônio Edvardo Arcanjo, Marcos Antônio Lima Oliveira, José Airton da Costa, Francisco Augusto Pontes, Vicente Simão Gomes, Francisco Alves Ferreira e o facilitador Adones dos Santos apresentaram a sugestão que proporciona redução de custos e de tempo de serviço na mão-de-obra dos mecânicos, além de eliminar vazamentos quando do desgaste dos selos mecânicos.

<sup>193</sup> ANTUNES, Ricardo. (1999). op. cit., p. 34-231.

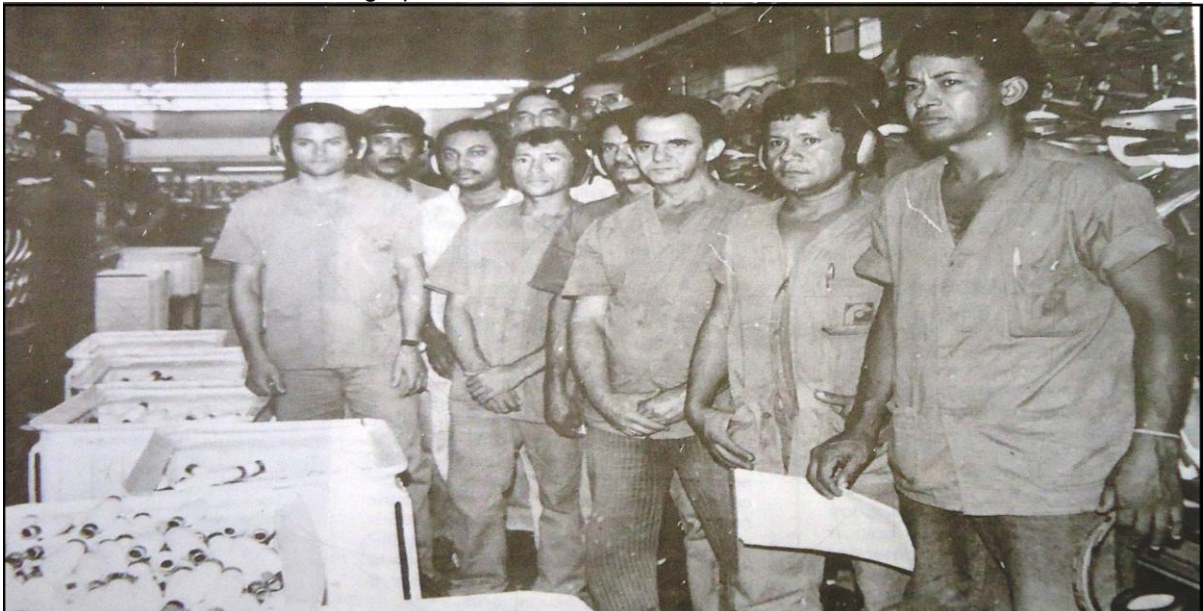
O gerente de qualidade da Finobrasa, Mairton Correia, afirma que são das simples idéias que surgem grandes descobertas. ‘estamos preocupados com a qualidade de vida. Por isso, incentivamos a questão da qualidade de nossos produtos e das condições de trabalho e bem-estar dos nossos operários’ salienta<sup>194</sup>.

O que se lê é uma operação ideológica, para mostrar a relevância do trato zeloso com as máquinas, a estas – “peças principais”, na perspectiva patronal, do processo produtivo – deveria ser dada completa atenção a fim de que tivessem uma maior vida útil. Por outro lado, o trabalhador configuraria apenas um instrumento irrelevante, invisível e descartável da engrenagem:

Porque as mentes, na fábrica, são mentes capturadas pela rotina, pelo previsível, pelo repetitivo, pelos gestos, sobretudo das mãos, e não pelos rostos, pelas fisionomias, pelas identidades. De fato, não é necessário prestar atenção em gente. Mais importante é prestar atenção em máquinas. Por isso determinadas pessoas ficam invisíveis: são substituíveis e descartáveis. São uma função. O disfuncional perturba, desperta, pede indagações. A condição de pessoa, a pessoa propriamente dita, no processo produtivo e de reprodução ampliada do capital, é disfuncional<sup>195</sup>.

A matéria jornalística trata de trabalhadores da Finobrasa, integrantes de grupos de CCQ vencedores do Prêmio CNI, realizado em nível estadual.

FIGURA 3 – Trabalhadores do grupo “CCQ Cristal” da Finobrasa



Fonte: Jornal da Fiec, outubro de 1993, p. 04.

O CCQ era um dos aspectos da reestruturação produtiva, em voga na empresa, que procurava dar “visibilidade” àquelas pessoas que contribuíssem para o

<sup>194</sup> Jornal da Fiec. Ano: V, nº 65, outubro de 1993., p. 04.

<sup>195</sup> MARTINS, José de Souza. **Uma Arqueologia da Memória Social**: autobiografia de um moleque de fábrica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011., p. 405.



bom funcionamento da fábrica. José de Souza Martins, a esse respeito, argumentou ser recorrente a prática das indústrias criarem estratégias no intuito de extrair dos trabalhadores o seu saber. Para tanto,

[...] havia também estímulos a que os trabalhadores se tornassem visíveis. A fábrica estimulava operários e mestres a fazerem ou sugerirem inovações que pudessem aumentar a produtividade ou diminuir os custos. Oferecia prêmios em dinheiro caso houvesse alguma sugestão aproveitável<sup>196</sup>.

Portanto, faz-se certa louvação à participação e comprometimento dos trabalhadores dos CCQ's premiados. Afinal, conseguiram melhorar a produtividade e qualidade da empresa, na medida em que concorreram para reduzir custos. Talvez por isso, tenha sido publicada no jornal patronal uma imagem do grupo "vencedor".

Torna-se necessário atentar para o fato de que a instalação do CCQ representou a criação de distinções internas ao mundo do trabalho. O mecanismo instituiu padrões hierárquicos, comportamentos exemplares e parâmetros de conduta. Os grupos tinham determinadas hierarquias com suas devidas nomenclaturas: Lázaro Ferreira da Silva, líder; José Ferreira de Sousa, vice; Francisco de Assis Mendes, secretário; Carlos Ferreira de Menezes, circulista.

Cada trabalhador tinha sua função, de modo a não necessitar da vigilância externa. Eles próprios se responsabilizavam por fiscalizar o cumprimento das metas que competiam ao grupo. Se um falhasse, todos falhariam e o grupo inteiro ficaria prejudicado. Essa relação de hierarquia, vigilância e pressão entre os trabalhadores, sem dúvidas, gerava atritos e disputas, além de criar um mecanismo individual de autovigilância e controle.

Existiam, também, as disputas entre os grupos. Cada grupo de CCQ queria ser o melhor, pois esta condição garantia prêmios e prestígio. Os grupos eram batizados: "CCQ Cristal", "CCQ Conquista", possivelmente existam o "CCQ Vitória", o "CCQ Valente" e outros de topônimos dessa natureza. Tal nomenclatura evidencia o clima de confronto e disputa que existia entre as equipes de operários. O local de trabalho se transforma em arena, onde cada pequeno coletivo se esforçava o máximo para se destacar.

Esse era o objetivo da empresa, pois a disputa entre os grupos significava aumento de produtividade e qualidade, assim como redução de gastos. O que se deu à custa, num certo sentido, da divisão dos trabalhadores, na medida em que a

---

<sup>196</sup> Id., *ibidem.*, p. 406.

implantação do CCQ na Finobrasa gerou vários mecanismos de competição entre eles, facilitando, desse modo, a dominação patronal e prejudicando os vínculos de solidariedade operária.

De acordo com Ricardo Antunes, a “falácia da qualidade total”, institucionalizada por meio do CCQ, traduz uma nova forma do capital

[...] se apropriar do *savoir-faire* intelectual do trabalho. O despotismo taylorista torna-se mesclado com a manipulação do trabalho, com o envolvimento dos trabalhadores, por meio de um processo ainda mais profundo de interiorização do trabalho alienado (estranhado). O operário deve pensar e fazer pelo e para o capital, o que aprofunda (em vez de abrandar) a subordinação do capital ao trabalho<sup>197</sup>.

Márcia Leite, quanto ao tema, admoesta que no Brasil o marco do processo de acumulação flexível<sup>198</sup> se deu no início dos anos 1990. Mas sua presença fora percebida já em meados da década de 1980, com a introdução de dois novos formatos na organização do trabalho: a implantação do Círculo de Controle de Qualidade – que operou primeiramente entre os trabalhadores mais especializados para em seguida alcançar diferentes setores – e a introdução de novas tecnologias<sup>199</sup>.

Márcia Leite assinala, ainda, que a introdução do CCQ no Brasil se deu ao mesmo tempo em que o movimento dos trabalhadores em seu processo reivindicatório, desde o final dos anos 1970. A pressão exercida pela classe trabalhadora exigiu respostas do empresariado, que introduziu na indústria brasileira modelos mais elaborados de controle. Quanto ao desenvolvimento tecnológico, a partir do final dos anos 1980, ocorreram importantes investimentos no parque industrial brasileiro<sup>200</sup>.

Embora esses elementos preconizassem uma ruptura do modelo fordista de produção para a produção de tipo toyotista, Márcia Leite sustenta a perspectiva

<sup>197</sup> ANTUNES, Ricardo. (1999). op. cit., p. 231.

<sup>198</sup> De acordo com David Harvey, acumulação flexível representa “[...] um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas”. (HARVEY, 1992, p. 140).

<sup>199</sup> LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. et al (Org.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Página Aberta, 1994., p. 570.

<sup>200</sup> Id., ibidem.

de que não houve grandes alterações no campo da organização do trabalho, uma vez que ocorreu uma adaptação do modelo internacional de inovação tecnológica e organizacional da produção *just in time*<sup>201</sup> pelo empresariado brasileiro. O que modificou, inclusive, a essência dos modelos difundidos pelas empresas japonesas, vez que no Brasil se desautorizava a tomada de decisão dos trabalhadores. Em vez das mudanças organizativas possibilitarem o interesse espontâneo dos operários, elas significaram uma maior coerção para que as metas de produção fossem alcançadas, “[...] onde as estratégias careciam do envolvimento e compromisso, dependeram mais da coerção e da pressão sobre os trabalhadores”. (LEITE, 1994, p. 570).

Nessa linha administrativa, em meados dos anos 1980, a Finobrasa intensificou seu processo de reestruturação. Durante o período, a empresa recebeu vultoso financiamento do Banco do Nordeste para modernizar o maquinário de seu parque fabril, como ilustra o trecho seguinte do jornal O Povo:

A indústria têxtil cearense foi uma das mais beneficiadas com os empréstimos. O segmento como um todo ficou com 14 bilhões de cruzados, recursos aplicados na modernização de empresas como a Vicunha Nordeste S/A (Cz\$ 2 bilhões); e a Fiação Nordeste do Brasil S/A (Finobrasa), que recebeu Cz\$ 1.3 bilhões. Para importação de equipamentos destinados à modernização de parques industriais<sup>202</sup>.

Os investimentos com dinheiro público surtiram efeito. Tanto assim que, a referida empresa cresceu de forma considerável. Um dos indicadores desse crescimento é o aumento do número de trabalhadores. Em 1973, a Finobrasa começou operando com 300 trabalhadores, em 1984 esse número alcançou os 1.300, acerca de dois anos depois passou para 1.645, em 1987 para 2.169 e, no final de 1988, esse dado já compreendia o contingente de 2.500 trabalhadores<sup>203</sup>.

---

<sup>201</sup> “*Just in Time*”, em uma tradução livre do inglês, significa “em cima da hora”. É um princípio de gestão empresarial popularizado pelos japoneses desde os anos 1960, que se caracteriza pela administração dos recursos, com a manutenção apenas de quantidades suficientes, sem nenhum excesso, tanto das matérias-primas ou insumos, quanto dos produtos acabados. Esse tipo de gestão da produção diminui os gastos com armazenagem, espaço e reduz o número de trabalhadores. Para uma discussão sobre a interferência desse sistema nas relações de trabalho, ver, por exemplo: ANTUNES, Ricardo. (1995). op. cit.; \_\_\_\_\_. (1999). op. cit.; BERNARDO, Marcia Espanhol. op. cit.; OLIVEIRA, Eurenice de. op. cit.; PINTO, Geraldo Augusto. op. cit.

<sup>202</sup> O Povo, segunda-feira, 26 de setembro de 1988., p. 10.

<sup>203</sup> Os dados sobre o número de trabalhadores da empresa foram compulsados nos seguintes documentos: CEARÁ. Secretária de Indústria e Comércio. **Cadastro Industrial do Ceará**. Fortaleza, várias edições, 1980 a 1990.; FIEC. **Revista Indústria Cearense**. Fortaleza: FIEC, ano: 06, nº. 66, 1973., p. 19.; Jornal O Povo, várias edições, 1970 a 1990.

O processo de ampliação da empresa pode ser demonstrado, ainda, pelos seguintes dados: em 1985, foi construída uma fábrica de beneficiamento químico, onde os fios passaram a ser tingidos; em 1986, a Companhia já ocupava o segundo no Brasil no que se referia à produção de fios, sendo, no Ceará, a segunda maior empresa em termos de patrimônio líquido; em 1988, a Finobrasa era responsável pela sexta maior arrecadação entre as empresas cearenses; em 1990, considerando as empresas de fiação do Brasil, a Finobrasa atingia a maior receita operacional líquida, alcançando a cifra de Cr\$ 27.964,00 milhões. Além de tudo isso, em meados dos anos 1980, iniciou-se a venda das ações da Finobrasa no mercado financeiro – Bolsa de Valores.

As modificações ocorridas na Finobrasa nos anos 1980 se inseriram num processo mais abrangente pelo qual passou a indústria brasileira naquele contexto. Como mostra Ely Massuda, a quantidade e a intensidade das mudanças estão diretamente ligadas ao porte da empresa. Nas grandes indústrias exportadoras, interligadas ao mercado internacional, como a Finobrasa, o ritmo das mudanças foi mais acentuado<sup>204</sup>.

Mas as modificações não se restringiram aos anos 1980. Logo no início da década seguinte, em 1991, a empresa passou a produzir linhas para costura industrial e doméstica, concretizando sua estratégia de expansão e diversificação dos produtos. Nessa nova empreitada, mais uma vez, o financiamento de bancos públicos constituiu aporte primordial. Um convênio entre o BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) garantiu os recursos para a compra dos equipamentos da fábrica de linha:

O Banco do Nordeste aprovou financiamento de Cr\$ 623,8 milhões para a Fiação Nordeste do Brasil S.A. (Finobrasa), destinado a importação de equipamentos previstos no projeto de otimização da fiação. Os recursos são oriundos de convênio entre o BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O projeto permitirá acréscimo de 116 toneladas/mês na produção de fios da empresa, além de permitir a produção de artigos com padrões internacionais e de grande competitividade. Prevê, também ampliação da oferta de empregos por parte da empresa, de 2.298 para 2.430 empregados<sup>205</sup>.

A diversificação da produção na Finobrasa gerou um dos episódios mais constrangedores – para os trabalhadores – da história da empresa. A Companhia

<sup>204</sup> MASSUDA, Ely Mitie. Transformações recentes da indústria têxtil brasileira (1992-1999). In: **Acta Scientiarum**. Maringá: UEM, v. 24, nº. 1, p. 243-251, 2002.

<sup>205</sup> O Povo, terça-feira, 08 de outubro de 1991., p. E.

abriu vagas para a contratação de 250 operários, que seriam lotados na nova fábrica de linhas. No dia do teste de admissão milhares de desempregados se acotovelavam em frente à fábrica.

FIGURA 4 – Fila de trabalhadores em frente a Finobrasa



Fonte: O Povo, 04/06/1991, p. 01.

Contudo, para a decepção de muitos dos candidatos, a espera na fila foi em vão. Só podia pleitear uma vaga quem passasse no “teste da trena”; ou seja, quem tivesse a estatura mínima 1,65 metros:

A Av. Sargento Hermínio viveu, na manhã de ontem, cenas que invejam os personagens chaplinianos do filme ‘Tempos Modernos’. Em frente à Fiação Nordeste do Brasil S.A. (Finobrasa), dezenas de desempregados se acotovelavam em filas extensas, que se formavam desde a noite do domingo. Desempregados de diversas categorias profissionais tentavam uma das 250 vagas oferecidas pela Fiação. Mas o principal requisito exigido pela empresa era uma altura de um metro e 65 centímetros. Um teto muito alto para grande maioria dos candidatos que num clima patético, eram eliminados quando enfrentavam o exame ergométrico.

‘Pra que eles querem tanta altura? Deve ser prá segurar o teto da empresa’ – dizia Antônio de Pádua, 19 anos revoltado com as exigências da empresa. Medindo pouco menos de um metro e sessenta e com experiência de mais de dois anos na área têxtil, Antônio não compreende porque não foi selecionado para concorrer as 250 vagas. O mesmo sentimento de perplexidade estava estampado na cara de todos os que eram eliminados sem nenhuma explicação. Muitos em tom de piada riam da situação desagradável. ‘Quem mandou não crescer’ – diziam alguns. Conceição Lima, 32 anos, antes de enfrentar o teste de altura já mostrava desânimo. ‘Tenho mais de três anos na indústria têxtil, mas sou muito baixa’ – disse.

O gerente de recursos humanos da Finobrasa, Antonio Nunes Menezes matou a curiosidade em torno da exigência da altura. Ele

disse que a Finobrasa entrou na produção de linha para costura, com um parque de máquinas modernas, que exige operário de um metro e 70 centímetros de altura. Ele reconhece que a exigência é fora da realidade do mercado. 'Mas, as máquinas são importadas e para funcionar precisam de operários com determinada altura' – disse Menezes, acentuando que a altura já foi rebaixada para um metro e sessenta e cinco, por conta da dificuldade de mão-de-obra. Com uma capacidade inicial de produzir 70 toneladas de linha por mês, a Finobrasa corre contra o risco de não iniciar a produção no tempo previsto, por falta de mão-de-obra.

'De cada turma de 20 pessoas 50% são eliminados' – calcula Menezes. Ele, entretanto, fez uma avaliação otimista, porque o que se viu foi à sistemática eliminação da grande maioria dos candidatos que entravam na fila de medição. Reconhecendo que a estatura normal do Cearense é de 1,60 metros, os funcionários encarregados da seleção estavam irritados. É porque não havia tempo para explicar aos candidatos o porquê da exigência. 'As máquinas são computadorizadas e os painéis de leitura ficam na parte de cima, precisando de operários altos' – tentava explicar um dos funcionários da fiação. Segundo Menezes, a orientação é de que 'se selecione maior número de candidatos do que as vagas ofertadas e, com certeza muitos vão ser eliminados' – disse Menezes. Sem condições de calcular a quantidade de candidatos que compareceu a seleção, Menezes disse que há muito não ocorria uma demanda tão grande de emprego. Com 2.200 funcionários, a Finobrasa, segundo Menezes, vem enfrentando a crise sem demissões. Ele não sabe explicar porque a indústria têxtil, um dos setores que dá sustentação à economia do Estado, vive esta contradição: a falta de mão-de-obra 'qualificada' capaz de responder as exigências do mercado<sup>206</sup>.

Convém, neste ponto, ter cuidado para não aderir ao discurso da fonte e atribuir à baixa estatura dos cearenses a dificuldade da empresa em encontrar trabalhadores que operassem as máquinas. Na verdade, fica patente, nesse requisito para a contratação, o processo de completa adaptação do homem a máquina, vista como a peça central da engrenagem produtiva. Diante dessa lógica, de nada valia os mais de três anos de experiência de Conceição Lima. Por ser de baixa estatura, a senhora Conceição não alcançaria os botões, nem conseguiria enxergar as luzes do maquinário para fabricar linhas.

O discurso patronal ancorava-se na recorrente alegação de escassez de mão de obra qualificada. Mas, a partir da matéria do jornal O Povo, pode-se considerar que a tendência de introdução de máquinas à base da microeletrônica no processo produtivo da empresa inverteu completamente a concepção tradicional de qualificação da mão de obra, haja vista o fato de que a capacidade cognitiva não concorre mais como requisito básico no processo seletivo.

---

206

O Povo, terça-feira, 04 de junho de 1991., p. 09A.

O recrutamento feito pela Finobrasa desprezou qualquer tipo de qualificação advinda da experiência acumulada em trabalhos anteriores, priorizando apenas o aspecto físico. O saber fazer do trabalhador não teria nenhuma importância, desde que o mesmo contasse com envergadura suficiente, para enxergar os botões e as luzes das máquinas que ficavam a certa altura.

FIGURA 5 – Recrutamento de trabalhadores para fábrica de linhas da Finobrasa



Fonte: O Povo, 04/06/1991, p. 09A.

Em certo sentido, tal situação remete ao que afirma André Gorz em suas análises sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. Para Gorz, a revolução microeletrônica, dentre outros aspectos, ensejou a conformação de um cenário tal no mundo do trabalho, no qual tanto os sem qualificação profissional, quanto os qualificados sofrem dificuldades para encontrar emprego<sup>207</sup>.

---

<sup>207</sup> GORZ, André. **Los caminos del paraíso**: para comprender la crisis y salir de ella por la izquierda. Barcelona: Laia, 1986., p. 167.

Seguindo a interpretação de Gorz, a organização produtiva capitalista, com a introdução de mecanismos computadorizados, possibilitou a destruição da consciência dos operários, bem como reduziu sua contribuição na produção de mercadorias. Nesse sentido, o “poder operário” – entendido enquanto o domínio do trabalhador sobre o processo técnico da produção – sofreu forte deterioração<sup>208</sup>.

A matéria veiculada pelo jornal O Povo, em junho de 1991, deixa transparecer, ainda, uma triste realidade vivenciada pelos trabalhadores no Ceará, o desemprego estrutural combinado com o desemprego tecnológico. Tal processo fica evidente quando se observa o enorme contingente de trabalhadores pleiteando as 250 vagas de trabalho abertas pela Finobrasa.

Decorrido um ano desde a inauguração da fábrica de linhas, as ações da Finobrasa foram completamente adquiridas pelo Grupo Vicunha. Daí em diante, intensifica-se o processo de reestruturação produtiva, em vigor na empresa desde os anos 1980 – a exemplo da reengenharia, modelo de gestão e organização da produção, implantado em 1994.

Uma matéria publicada no Jornal da Federação das Indústrias do Estado do Ceará deixa claro o objetivo da empresa ao implantar tal modelo. O primeiro passo era reduzir os intermediários, ou seja, eliminar etapas e trabalhadores do processo produtivo; o segundo, diminuir os “gargalos”, através da multifuncionalidade, o que significava treinar trabalhadores para atuar em diversos setores do processo produtivo; e o terceiro, concentrar todas as etapas da produção num único operário:

A reengenharia, nova filosofia adotada pela Finobrasa, é um método de gerenciamento que obriga a empresa a repensar seus procedimentos, forma de trabalho e estrutura da organização e de produção teoricamente, a reengenharia propõe o desmonte da estrutura da empresa, que será remontada sob novas bases, mais enxuta e mais horizontalizada. Originário dos Estados Unidos, o conceito de Reengenharia concentra-se em três pontos-chave: reduzir a verticalização; eliminação de gargalos e centralização do processo em uma só pessoa.

Em primeiro lugar, para adotar o processo de reengenharia, a empresa deve aproximar a cúpula da base, ou seja, a área estratégica deve se interligar à base operacional com o objetivo de reduzir a verticalização da empresa. Isso implica na eliminação de intermediários. ‘Trata-se de vivenciar o dia a dia da empresa com mais objetividade’, afirma o administrador da Finobrasa, Augusto César Lima de Oliveira.

---

<sup>208</sup> Id. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987., p. 85.



O segundo o ponto a ser observado na implantação do processo de reengenharia é a eliminação de ‘gargalos’ que entravam a produção. O instrumento para viabilizar essa eliminação é promover um ganho real de produtividade, é treinar trabalhadores multifuncionais, capacitados a operar nas diversas áreas da empresa. ‘Através desse treinamento, o funcionário aumenta seu conhecimento técnico do processo, estimula o trabalho de equipe e torna este profissional mais completo’, complementa.

O terceiro ponto-chave para implantar a reengenharia é centralizar todas as etapas de um determinado processo dentro da empresa nas mãos de um só responsável. Oliveira diz que a Reengenharia exige a reeducação de todas as áreas operacionais da empresa. Atualmente, a Finobrasa conta com 2.600 funcionários que deverão ser treinados dentro do novo modelo de reengenharia. A médio prazo, cada funcionário da empresa será multifuncional, ou seja, deve-se tornar capaz de desempenhar várias atividades dentro do processo de produção da empresa<sup>209</sup>.

A Finobrasa, na verdade, constituía-se num complexo onde funcionavam cinco fábricas<sup>210</sup>. Em cada uma dessas, havia uma equipe completa de trabalhadores, sendo cada um responsável por uma tarefa específica<sup>211</sup> no processo de produção. Ao implantar a reengenharia, a empresa obrigou os trabalhadores a

[...] trabalhar na fábrica todinha [...] aprender desde a massaroqueira até as cardas, que a primeira passagem é as cardas, até o acabamento, mais ou menos umas 4 máquinas dessas, aprendendo

<sup>209</sup> Jornal da Fiec, ano: V, nº 70, março de 1994., p. 08.

<sup>210</sup> Eram três fiações (onde se produzia fios de algodão), uma de linhas para costura e uma de beneficiamento químico. Cada uma delas funcionava em galpão específico, além do que existia o maquinário completo para elaboração do produto final, fosse fio, linha ou beneficiamento de ambos.

<sup>211</sup> O processo físico da produção têxtil do setor de fiação, de acordo com o comando operativo, obedece à seguinte ordem: “1) Sala de abertura: esta fase é composta da operação de abridor e da operação de batedor. Ela se dá no momento inicial da elaboração industrial do fio. As máquinas abridores têm por função básica abrir e misturar a matéria-prima – o algodão – ao mesmo tempo em que retira grande parte de suas impurezas. Por sua vez, o batedor executa a limpeza final do material, através de golpes. Várias outras operações se dão antes da matéria-prima chegar ao processo de cardação. Mesmo antes de chegar ao batedor, o material passa pela condensação e pela alimentação – que tem por finalidade flocar o material e alimentar os batedores. Na tarefa de batedor, o material já passou por um processo de condensação e de limpeza por meio do movimento giratório, iniciando-se, assim, o preparativo para alimentação da máquina de fazer manta. Uma etapa intermediária, entre a sala de abertura e a carda, é a Máquina de Fazer Manta. Aqui, a função é receber o material flocado, transformando-o em rolo de manta, através de alta condensação; 2) Carda: nesta fase começa a se configurar fio. A carda tem por função esticar e cardar a manta, depois de executada a limpeza, transforma-se em véu e posteriormente em fita; 3) Passador: aqui, o material passa pelo processo de duplicação, estiramento e uniformização de suas fibras; 4) Penteadeira: nesta etapa se inicia o processo final de produção do fio. A máquina penteadeira estira e penteia a manta (rolo grosso), transformando-a em véu e, posteriormente, em fita. Eliminando-se, também, as fibrilas e as fibras curtas; 5) Maçaroqueira: a manta, que antes se transformara em fita, aqui se transforma em pávio, como resultado do estiramento da fita; 6) Filatórios: promove uma alta estiragem sobre o pávio, produzindo o produto final da fiação, o fio; 7) Conicaleira: se opera o acondicionamento do fio em cones, eliminando os pontos grossos do fio, e emendas mal feitas na fiação”. (FARIAS FILHO, 1990, PP. 96-97). As fábricas de fiação que investiram em modernização do maquinário, como a Finobrasa, usavam máquinas *open-end*, “[...] que subtrai tarefas na produção têxtil, pois a fita é transformada em fio sem passar pela penteadeira e a maçaroqueira”. (RAMOS, 1991, p. 37).

[...], ai eu fiz esse processo todinho, se você vê uma fábrica de fiação hoje, eu começo lá da abertura e vou até o acabamento [...]<sup>212</sup>.

Tarcísio Araújo, ao narrar sua impressão sobre a reengenharia, o faz como uma façanha, pois ele entende que estar apto a operar várias máquinas era uma qualidade. De certa forma, a sua narrativa apresenta uma perspectiva semelhante ao que fora apresentado pelo jornal patronal. Isto é, a associação entre multifuncionalidade e valorização técnica do trabalhador. Contudo, o que essas medidas de mudanças na matriz de produção instituem é o aumento do esforço físico e mental dos trabalhadores.

Induzidos a operar diversas máquinas, o pouco tempo livre que existia, entre uma operação e outra, desaparece. Nesse sentido, a adoção da reengenharia obrigou os trabalhadores a ficarem em estado de trabalho permanente. O próprio jornal institucional das indústrias evidencia esse aspecto. Afinal, ao falar dos “gargalos que entravavam a produção”, é provável que se refira aos defeitos na linha de produção, bem como às interrupções do processo de trabalho provocadas pela falta dos operários, pois como afirmou um dos trabalhadores da empresa: “O processo é assim, porque além dos grupos de folga, tem as pessoas que faltam, né?” (Entrevista com Valdeci Lopes, 01/10/2007).

Na perspectiva dos patrões, a existência de trabalhadores treinados no regime multifuncional significava certa regularidade da produção, na medida em que a falta de um trabalhador não implicaria a parada de uma máquina. Isso porque, a empresa teria condições de suprir aquela eventual ausência com a mão de obra de outro operário que estivesse presente. O qual ficaria responsável por realizar, além da sua, a função do trabalhador ausente. Não há dúvida de que, nessa circunstância, o trabalho tornava-se mais árduo e extenuante. Nesse caso, cabe também dizer, o acúmulo de funções não seria recompensado por qualquer gratificação. O que aumentava, aliás, era a alienação da força de trabalho.

Antes de a reengenharia ser implantada, a Finobrasa selecionou cinco supervisores para fazê-los passar por um treinamento, ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Esses foram preparados para repassar, aos operadores de máquinas, os conhecimentos adquiridos no curso. De acordo com o instrutor do SENAI, Adailton Viana, professor do primeiro módulo do

---

<sup>212</sup>

Entrevista com Tarcísio Araújo, concedida em 21/07/2008.

curso, o importante era que o operário ficasse sabendo “[...] por que está fazendo aquele trabalho daquela forma”. (JORNAL DA FIEC, 03/1994, p. 08).

Mais uma vez, como na implantação do Circulo de Controle de Qualidade, recorre-se ao discurso da participação: seria necessário ao trabalhador engajar-se no projeto da empresa. Não à toa, o primeiro módulo dado no treinamento versou sobre motivação. O curso, antes de repassar conhecimentos técnicos, buscou realizar uma operação ideológica de convencimento, de forma que os trabalhadores compreendessem a razão de realizar o trabalho de uma forma, não de outra. E, para tanto, caberia aceitar um axioma caro à visão patronal, os sentimentos de gosto e motivação.

Assim, ao implantar o novo modelo de organização da produção, a Finobrasa utilizou-se do que Ricardo Antunes denomina de “envolvimento cooptado”, mecanismos participativos, obedecendo a uma lógica manipuladora, capaz de apropriar-se do fazer e do saber do trabalhador<sup>213</sup>.

Em 1995, a Finobrasa passou por mais uma mudança, na medida em que passou a produzir fios de *nylon*. No ano de 1998, essa fábrica foi totalmente incorporada ao Grupo Vicunha, tendo sua razão social alterada para Vicunha Nordeste S/A. A reorganização societária ocorrida no Grupo Vicunha, entre novembro de 1999 e fevereiro de 2000, criou a *holding* Vicunha Nordeste S/A, que abrigou, até junho de 2001, todas as unidades industriais têxteis do grupo Vicunha no Nordeste<sup>214</sup>.

Contudo, a partir de primeiro de julho de 2001, visando atuar em mercados mais abrangentes, de se tornar um grupo multinacional, bem como de se consolidar no mercado interno<sup>215</sup>, todas as empresas do setor têxtil do Grupo Vicunha passaram a compor uma única empresa, a Vicunha Têxtil S/A, quando então a Finobrasa passou a responder como unidade IV<sup>216</sup> da Vicunha Têxtil S/A.

Ainda em julho de 2001, uma das três fábricas de fiação que faziam parte do complexo Finobrasa – a número dois, que era a segunda maior –, foi fechada,

---

<sup>213</sup> ANTUNES, Ricardo. (1995). op. cit., p. 34.

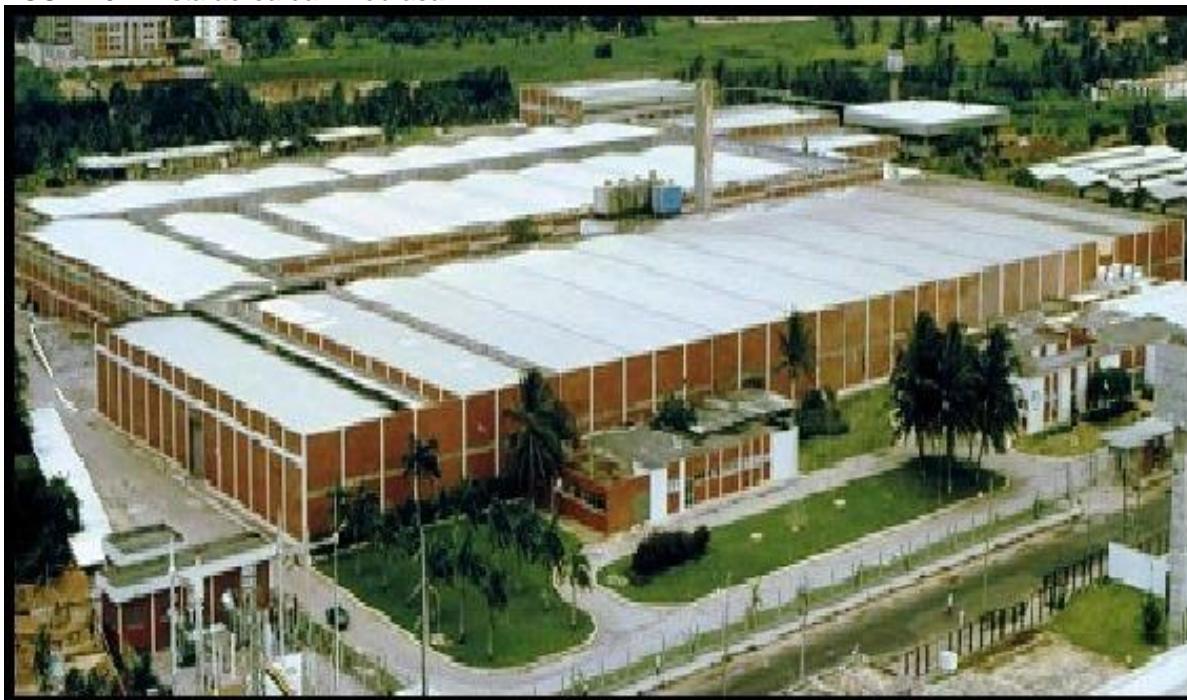
<sup>214</sup> O conglomerado Vicunha, além das unidades localizadas no Ceará, controla fábricas têxteis em outros Estados do Nordeste, na Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

<sup>215</sup> APOLINÁRIO, Valdênia. op. cit., p. 73.

<sup>216</sup> O grupo Vicunha Têxtil S/A era formado por um conjunto de 15 unidades fabris em todo o Brasil, cada uma das unidades recebeu uma denominação em algarismos romanos, além da IV, no Ceará existiam, e ainda existem, outras três unidades fabris: a I, a III e a V, duas localizadas na cidade de Maracanaú e uma em Pacajús. Para que o texto fique mais compreensivo, a unidade IV continuará sendo denominada por Finobrasa.

deixando 450 trabalhadores demitidos<sup>217</sup>. Em 31 de junho de 2003, fechou-se a número um, a maior delas, mais uma vez havendo centenas de demissões. A empresa alegou que o fechamento das fábricas se deveu à dificuldade em alcançar as metas de racionamento de energia determinadas pelo Governo Brasileiro<sup>218</sup>.

FIGURA 6 – Vista aérea da Finobrasa



Fonte: ARAGÃO, 2002, p. 238.

Uma justificativa demagógica, haja vista o próprio governo, por meio de seus órgãos de desenvolvimento, haver disponibilizado vários mecanismos para que as indústrias não diminuíssem a produção sob a alegação de cumprir as metas do racionamento. Nesse sentido, as indústrias podiam contar com a Bolsa de Energia do Setor Industrial, que permitia a transferência de energia de setores de menor produção para as indústrias que funcionavam 24 horas por dia. Além disso, o Governo disponibilizou linhas de créditos especiais, através do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), às empresas atingidas pelo racionamento; bem como financiamento específico para a geração de energia alternativa<sup>219</sup>.

O fato é que, entre 2001 e 2004, todo o Grupo Vicunha foi alvo de um amplo processo de reestruturação, que envolveu o fechamento de várias fábricas e

<sup>217</sup> APOLINÁRIO, Valdênia. op. cit., p. 82.

<sup>218</sup> No período de junho/2001 a fevereiro/2002, todos os setores (industrial, comercial, residencial e público) do país (com exceção da Região Sul) foram submetidos a um racionamento de energia, em cumprimento a determinações do Ministério de Minas e Energia no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

<sup>219</sup> Jornal da Fiec, ano: XII, nº 158, junho de 2001., p. 02.

a demissão de 4.000 trabalhadores em todo o Brasil<sup>220</sup>. A Finobrasa também seguiu essa tendência e teve parte de seu complexo desativado, resultando na demissão de 1.500 trabalhadores. Como se vê, as demissões ocorreram devido à reestruturação em andamento no Grupo Vicunha. Portanto, foi a política de redução de custos, não o racionamento de energia, o que causou a dispensa de centenas de trabalhadores dos seus empregos.

A partir de então, a Finobrasa entrou em declínio e perdeu importância no cenário têxtil cearense. No início de 2008, os seus equipamentos começaram a ser transferidos para as demais Unidades do Grupo Vicunha no Ceará, localizadas em Maracanaú e Pacajus. Uma vez mais, a direção dessa empresa justificou a medida como sendo decorrente de problemas relacionados ao fornecimento de energia. Inclusive, chegou a informar na imprensa que tal situação se deveria, principalmente, à elevação do custo da energia elétrica em Fortaleza<sup>221</sup>.

Um artigo publicado no jornal O Povo, no dia 02 de abril de 2008, salienta a timidez dos lucros obtidos pelo Grupo Vicunha Têxtil naquele ano. Algo que o jornalista responsável considera como uma grande vantagem, vez que nos anos anteriores não teria sido registrado nenhum lucro – fato relacionado à concorrência dos produtos chineses. De acordo com a mesma fonte, a volta dos lucros seria uma consequência da reestruturação empreendida pela Vicunha<sup>222</sup>.

A versão jornalística procura legitimar, ante a opinião pública, as estratégias administrativas coerentes com a lógica perversa do desemprego estrutural. A busca por lucro exigia o desmantelamento de unidades fabris, conquanto isso se desse ao custo de muitos empregos e acarretasse o aprofundamento da precariedade das condições de vida do operariado. Aqui, convém situar o caso da Finobrasa, que fechou completamente no primeiro semestre de 2008.

O encerramento das atividades fabris da Finobrasa fez parte de uma conjuntura internacional de quebra de barreiras comerciais que favoreciam as empresas de determinados países, inclusive as brasileiras, mas que teve fim em

---

<sup>220</sup> SOUSA JÚNIOR, Kerginaldo Cândido. op. cit., p. 66.

<sup>221</sup> INVESTNE. **Energia, dólar e China desafiam setor têxtil cearense**. Fortaleza: PORTAL DE INVESTIMENTOS E INFORMAÇÕES DO NORDESTE, 22/02/2008. Disponível em: <http://www.investne.com.br>.

<sup>222</sup> O Povo, Coluna Vertical S/A, 02/04/2008. Disponível em: <http://www.opovo.com.br>.

2005. As mudanças na economia têxtil mundial, no final do século XX, estão ligadas à revisão de acordos comerciais internacionais, como

“[...] o fim do sistema das cotas que disciplinava o comércio mundial de têxteis [...] e que deixou de vigorar a partir de primeiro de janeiro de 2005. Quando a partir de então começa com liberdade total a disputa de mercados entre países. O sistema de cotas foi revisto, em 1995, através do Acordo Geral sobre Têxteis e Vestimentas (ATV), que estabeleceu prazo de 10 anos para suprimi-la, gradualmente, e preparar as indústrias para liberalização total do comércio têxtil. O resultado desta alteração é que desde primeiro de janeiro de 2005, grandes países exportadores têxteis como a China, Paquistão e a Índia, podem exportar livremente para os Estados Unidos, Europa, ou, finalmente, para qualquer parte do Globo”<sup>223</sup>.

A fim de manter os lucros, em meio à concorrência dos produtos asiáticos, principalmente chineses, o Grupo Vicunha promoveu reestruturação nos aspectos produtivos, administrativos e espaciais, quando então a Finobrasa conheceu o seu fechamento. Como consequência disso, 400 trabalhadores, dos 1.000 que ainda estavam em atividade, foram demitidos. Ora, o que o Grupo Vicunha classificou como reestruturação, significou a demissão de centenas de trabalhadores.

Para os trabalhadores da Finobrasa, a reestruturação pela qual passou a empresa, seja tecnológica, organizacional ou institucional, representou perdas salariais e sociais, intensificação das jornadas e dos ritmos de trabalho, ampliação do controle disciplinar e desemprego. Esses aspectos de um processo amplo de precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores, associados ao alto grau de repressão, a exemplo do impedimento da atuação sindical na empresa, fizeram da Finobrasa um cenário permanente de conflitos e tensões.

## **1. Aquela foi à campanha mais linda que eu já pude ver!**

Neste tópico, analisa-se a história recente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza, bem como o processo de sindicalização dos trabalhadores da Finobrasa. A atenção se volta inicialmente para a representação que se faz do passado recente da entidade (Sindicato). Da narrativa do sindicalista Antônio Ibiapino e de documentos oficiais do Sindicato, emerge um conteúdo evidenciando o

---

<sup>223</sup> COSTA, Marcos Antônio Bezerra. A cadeia produtiva têxtil: espaço da arena da produção e realização da mercadoria. In: **Sociedade & Natureza**. Uberlândia: UFU, v. 18, nº. 34, p. 05-22, 2006., p. 21.

“peleguismo” das diretorias que estiveram à frente do Sindicato, desde a intervenção do governo militar em 1964 até 1987.

Mais do que uma diferença entre as práticas políticas e administrativas da gestão anterior e as desenvolvidas pela diretoria eleita em maio de 1987, as fontes propõem uma nova marcação do tempo de luta sindical. Algo frequente nas disputas no âmbito dos sindicatos, essas discussões têm despertado interesse dos estudos sobre o mundo do trabalho – que é abordado a partir de aspectos relativos à investigação dos discursos contraditórios, das reinvenções sobre o passado e dos conflitos em torno da memória<sup>224</sup>.

No que se refere à utilização da entrevista do sindicalista enquanto fonte, o pesquisador da história oral, Paul Thompson, adverte que existe uma variedade grande de elementos no contexto da entrevista. Recomenda, ainda, que de seu controle depende a qualidade e a utilidade do depoimento oral<sup>225</sup>. Em se tratando de narrativas que visam estabelecer uma versão sobre a história de um determinado acontecimento em uma instituição, é imprescindível a análise do conceito de memória, seja considerando o plano individual, coletivo ou institucional.

Na história social, a categoria memória, ou mesmo tradição, é entendida como construção social. Resultado de embates e negociações, as memórias somente adquirem força na identidade que os sujeitos criam em relação aos outros<sup>226</sup>. Com base nessa premissa, é possível dar visibilidade aos fenômenos e relações sociais que permeiam o processo de construção e reconstrução das experiências que os indivíduos, por meio de narrativas, fazem sobre o passado.

---

<sup>224</sup> Pode-se afirmar que é vasta a literatura com relação a esta temática, abarcando desde questões mais abrangentes tais como: “a invenção das tradições” – ver: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcanti. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006; GOMES, Ângela de Castro. (2005). op. cit. Ou os conflitos em torno da reconstrução, destruição e reinvenção da luta sindical e operária – ver dentre outros: MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos**: Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.; SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em disputa: o ‘Novo Sindicalismo’ e a ideia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome. (Org.). **O Novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis: Vozes, 1999a, p. 133-161.; SANTANA, Marco Aurélio; NASCIMENTO, Regina Malta. Trabalhadores do Brasil e peões: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. In: **Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, v. 4, nº. 7, p.99-128, 1999b.; VIANA-TELLES, Helyom. **Um tecido encharcado de tensões**: as formas elementares da memória do Sinditêxtil - Bahia. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

<sup>225</sup> THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

<sup>226</sup> Ver: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). op. cit.; POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v. 5, nº. 10, p. 200-212, 1992.

De acordo com Antônio Ibiapino, na segunda metade dos anos 1980, os trabalhadores têxteis de Fortaleza passavam por intensa exploração:

Nós operários do setor têxtil éramos explorados mais do que todos os outros operários deste Estado; esta é uma interpretação minha, muito pessoal, porque eu não tenho nenhum estudo científico sobre isso. Na época não se tinha equipamentos de proteção individual, farda, serviço de saúde, refeição, água, realmente as condições eram insuportáveis, lembro que éramos obrigados pelas circunstâncias a trabalhar doentes, porque se não trabalhássemos teríamos descontado a diária no pagamento mensal<sup>227</sup>.

Antônio Ibiapino afirma que os trabalhadores têxteis eram os mais explorados do Estado. E mais, frisa que essa era uma interpretação particular, baseada na percepção e experiência pessoal, não em estudos acadêmicos. Segundo Ibiapino, em que pese o fato de o setor têxtil cearense ser então considerado um dos mais modernos do Brasil, no chão das fábricas, o que se via era uma completa ausência das mínimas condições de trabalho. Aos trabalhadores, faltava tudo: desde o fardamento até a água e alimentação. Além do que eram obrigados, ainda, a trabalhar mesmo doentes.

Tal situação tornava imprescindível a existência de um órgão de classe com postura atuante e combativa. Mas o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis estava distanciado da base, faltava comunicação com os trabalhadores, há muito sequer um boletim informativo era emitido pela entidade<sup>228</sup>. Nessas circunstâncias, um grupo de operários da fábrica Santa Cecília, liderados por Roberto Faustino de Sousa e William Gomes dos Santos, iniciou a construção de uma chapa de oposição sindical, para concorrer às eleições sindicais de 1987:

[...] um grupo de operários da Fábrica Santa Cecília começou a se organizar para participar da eleição do Sindicato dos Têxteis, os dois principais operários desse grupo eram: Roberto Faustino de Sousa e William Gomes dos Santos. Depois eles me convidaram para participar e também ser o candidato a presidente, inicialmente eu pedi um pequeno tempo para pensar, a resposta foi positiva [...], o Sindicato não tinha boletim, o Sindicato não tinha nada. Então a gente pouco ouvia falar do Sindicato, e com essa diretoria a gente ficou uns pouco de anos sofrendo, e aí a gente chegou a conclusão que tinha de fazer alguma coisa, aí nesse caso, lançamos a chapa de oposição [...]<sup>229</sup>.

<sup>227</sup> Entrevista com Antônio Ibiapino, concedida em 30/07/2008.

<sup>228</sup> Conforme Antônio Ibiapino, em 1986, por exemplo, o único material impresso que o Sindicato dos Têxteis distribuiu aos trabalhadores, foi calendários com imagens de mulheres nuas. No dia em que o entrevistei, o sindicalista levou alguns exemplares, mas infelizmente não os fotografei.

<sup>229</sup> Entrevista com Antônio Ibiapino, concedida em 30/07/2008.



A ascensão de Antônio Ibiapino à liderança da chapa oposicionista ocorreu a partir da escolha dos trabalhadores da base. A essa altura, o movimento já estava bem articulado e se espalhou pelas demais fábricas:

A luta era lá. O foco era lá. Mas nós conseguimos colocar algumas pessoas da Tomaz Pompeu e também da fábrica Santa Inês, nós tínhamos gente, pelo menos que eu estou lembrando, nessas três fábricas. A Erian foi fundamental lá na Fábrica Santa Inês do grupo Unitêxtil e eu fui fundamental na fábrica Santa Cecília<sup>230</sup>.

A mobilização teve início com operários da fábrica Santa Cecília, mas ganhou a adesão de trabalhadores de outras unidades fabris, a exemplo da Tomaz Pompeu e da Santa Inês, nesta, a operária Erian teve papel preponderante.

O período que antecedeu a eleição foi marcado por grande mobilização dos grupos que concorriam à direção do Sindicato. A chapa oposicionista foi à porta das fábricas, pois era por meio do contato direto com os trabalhadores que eles buscavam apoio para sua proposta sindical. Conforme relatou Antônio Ibiapino, “aquela foi a campanha mais linda que eu pude ver!”

A eleição foi marcada para o dia 20 de maio de 1987, dela participaram as seguintes chapas: nº 01, encabeçada pelo então presidente do Sindicato, Jonas Augusto Rocha, já há nove anos no cargo; nº 02, construída pela oposição sindical que representava a base; nº 03, formada por dissidentes da diretoria apoiados pela então prefeita de Fortaleza, Maria Luíza Fontenelle.

Mesmo sem contar com grande estrutura, o trabalho de base realizado pelo grupo de oposição surtiu efeito, pois:

Nessa eleição de 1987 que eu participei a minha chapa era a número dois, a chapa do atual presidente era a número um e tinha uma terceira chapa que era ligada ao grupo político da Maria Luíza, a chapa três. Então nós disputamos, inclusive, com a Prefeita. A Prefeita com uma estrutura boa e nós praticamente sem nada, aqueles que trabalhavam lá (no Sindicato), os demais que trabalhavam lá há muito tempo. Em maio de 1987, a nossa chapa de número dois ganhou com uma diferença de mais de quarenta votos, pela credibilidade pessoal que nós tínhamos com os trabalhadores. Aquela foi à campanha mais linda que eu já pude ver!<sup>231</sup>

A chapa oposicionista ganhou a eleição, vindo a tomar posse no dia seis de julho, com a seguinte composição: Antônio Ibiapino da Silva, presidente; Luiz Serafim Alves, vice-presidente; Francisco Antônio Mendonça da Costa, 1º secretário;

---

<sup>230</sup> Id., *ibidem*.

<sup>231</sup> Id., *ibidem*.

Roberto Faustino de Sousa, 2º secretário; Oliveira Martins de Sousa, 1º tesoureiro; Leomar Leite Eufrásio, 2º tesoureiro; Francisco Willians Gomes do Nascimento, diretor social; Elenir Rosa de Sousa, Francisco Evangelista da Silva e Maria Bezerra Paulo, primeiro, segundo e terceiro membros efetivos do conselho fiscal, respectivamente.

Ao assumir a direção do Sindicato, a chapa tinha como propósito romper com o modelo sindical anterior. Tal posição foi expressa nos documentos do Sindicato, como no caso do Livro de assinaturas dos associados, onde se lê: “A partir desta página começa a nova administração tendo a frente: Antônio Ibiapino da Silva. ‘Nossa proposta é reconstruir o Sindicato dos têxteis em um Sindicato de luta’”. (SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, 06/07/1987).

A reconstrução do Sindicato acenava para a ruptura com o sindicalismo corporativista que, distanciado do coletivo dos trabalhadores, encaminhava as reivindicações desses de modo burocrático, via órgãos do Estado. O que para nova diretoria constituía uma prática pelega. Na ótica dessa nova prática sindical, tratava-se agora de implementar a orientação dita combativa e classista da Central Única dos Trabalhadores:

Em 1986 o sindicato estava nas mãos de forças que representavam interesses que não eram os dos trabalhadores. Já se iam 22 anos de direções pelegas até que em 1987 conseguimos tomar o Sindicato das mãos dessas forças, com uma proposta cutista<sup>232</sup>.

A nova central foi fundada em 28 de agosto de 1983, num contexto de intenso movimento contra o autoritarismo e na luta pela redemocratização. A criação da CUT significou o rompimento com os limites da estrutura sindical corporativa predominante no Brasil, que proibia a existência de organizações interprofissionais<sup>233</sup>. A “proposta cutista” concernia à busca de apoio da base. Para tanto, os dirigentes sindicais deveriam ir às fábricas, passar a ouvir os trabalhadores e negociar a resolução dos problemas diretamente com os patrões.

No entanto, a diretoria do Sindicato logo percebeu que não seria nada fácil levar esse programa adiante. As dificuldades encontradas durante a campanha eleitoral, com efeito, eram mínimas diante do desafio que, de agora em diante, tinha pela frente. Dentre os diversos problemas, pode-se citar a queda na arrecadação do

<sup>232</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Histórico do Sindicato**. 05/07/1993.

<sup>233</sup> Para maiores informações sobre a fundação da CUT, ver dentre outros: GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.; RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

Sindicato, à medida que várias fábricas passaram a boicotar o desconto em folha da contribuição sindical, feito mensalmente:

Ao começar nossa luta no Sindicato, nós tivemos muitos problemas, primeiro porque muitas empresas quiseram suprimir os pagamentos do salário né? A fábrica Finobrasa e a Têxtil Bezerra de Menezes, elas não permitiam sindicalização [...] <sup>234</sup>.

A classe empresarial recorreu a seus mecanismos de controle para desarticular a mobilização dos trabalhadores em torno de seu órgão de classe. Os “modernos” industriais têxteis cearenses não titubearam em utilizar uma estratégia do mais baixo nível, para impedir a organização dos trabalhadores.

Essa, no entanto, não encerrou a única medida coercitiva tomada pelos empresários. Em algumas empresas, a investida contra a organização dos operários foi até mais reacionária: mencione-se, a propósito, que a Têxtil Bezerra de Menezes, bem como a Finobrasa, chegou ao ponto de não permitir a sindicalização dos trabalhadores. Quando se pensa nas bandeiras de luta do sindicalismo brasileiro dos anos 1980, vem logo à mente questões como o fim da estrutura sindical corporativista, a ampliação do direito de greve, o reajuste real dos salários e, entre outras reivindicações, a redução da jornada de trabalho.

Na ótica dos trabalhadores têxteis de Fortaleza, além dessas aspirações, impunha-se a luta pela defesa do órgão de classe e pelo direito à sindicalização. O discurso empresarial, que articula noções atinentes ao constante aperfeiçoamento do maquinário pelo uso de tecnologia de ponta, colide frontalmente com as esperanças e, amiúde, com a agência dos trabalhadores. Isso porque, aos operários era negada a cidadania fabril, que abrangia o direito de associação, como anotado na Constituição Brasileira.

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis recorreu a entidades da sociedade civil – a exemplo da Central Única dos Trabalhadores, a qual se filiou oficialmente em 25 de outubro de 1987 – para conseguir levar adiante sua proposta de luta sindical. A articulação desse sindicato com entidades tais como a CUT, o Partido dos Trabalhadores, a Pastoral Operária, assim como com militantes das causas sociais, constituiu algo fundamental para o êxito na construção de uma nova cultura política:

Começamos a conhecer essa cultura no Partido dos Trabalhadores, que nos deram apoio de assessoria e tal, formação política, muitas pessoas nos ajudaram. Neste período, também já tinha sido fundado a CUT, aí a gente começou a ter contato com todo mundo, que era aí

---

234

Entrevista com Antônio Ibiapino, concedida em 30/07/2008.

do movimento de esquerda e fomos, então, organizando o Sindicato, numa nova cultura<sup>235</sup>.

A “nova cultura”, aludida pelo sindicalista, pressupõe a inserção do Sindicato em uma nova estratégia de luta, na qual o recurso à greve ganhou papel central.

Na mesma assembleia em que foi aprovada a filiação à Central Única dos Trabalhadores, reafirmou-se o apoio do Sindicato à greve na fábrica Santa Inês – paralisação que configurou a primeira greve realizada com o Sindicato sob a nova direção. Esse movimento ensejou que a diretoria recém-eleita pusesse em prática a orientação de negociar diretamente com os patrões, bem como reafirmasse o apoio incondicional a movimentos grevistas:

Foi dado o informe de que a greve na Santa Inês continuava e que haveria negociação com os patrões na própria fábrica e que o Sr. Presidente do grupo Carlos Pinheiro havia chegado de viagem e queria um relatório completo e um pedido oficial do Sindicato para negociar. Portanto havia à disposição dos trabalhadores em continuar o movimento e o Sindicato permanecer firme junto aos trabalhadores [...] <sup>236</sup>.

A paralisação teve características semelhantes à de outras que ocorreram no setor têxtil cearense no período, no que se refere principalmente às reivindicações: “[...] redução da jornada de trabalho e outras coisas lá, o fim do trabalho aos domingos e etc”. (Entrevista com Antônio Ibiapino, 30/07/2008). Nesse sentido, convém sugerir que a luta sobre o tempo constituiu-se numa das principais fontes de conflitos na indústria têxtil, nos anos 1980.

Outro aspecto da greve dos operários da fábrica Santa Inês que a aproxima das greves realizadas em outras têxteis da capital ocorridas no período, trata-se da repressão policial. Com efeito, violência, intimidação e medo foram fatores presentes em todas essas manifestações:

E um dia a meia noite, nós estávamos em combate com a Polícia Militar, um combate muito pesado [...], pra você ter uma idéia, sete deles foram pro hospital [...]. E quando deu 20 minutos depois chegou a Maria Luíza, aí nós reagrupamos todo mundo, aí vencemos novamente essa batalha com a polícia, e entramos dentro da fábrica e a Maria Luíza pulou a cerca de arame, há uma hora da manhã, nós entramos, paramos toda a fábrica fizemos um discurso lá <sup>237</sup>.

---

<sup>235</sup> Id., ibidem.

<sup>236</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Ata de Assembleia Geral Ordinária.** 25/10/1987.

<sup>237</sup> Entrevista com Antônio Ibiapino, concedida em 30/07/2008.

Ao narrar um episódio da mencionada greve, Antônio Ibiapino revela as principais exigências dos grevistas: redução da jornada de trabalho e o direito ao dia do domingo. Quanto à violência do conflito, mencionou embates físicos entre trabalhadores em greve e policiais e, também, o apoio que os trabalhadores receberam da prefeita Maria Luíza Fontenelle. Se, por um lado, o Sindicato buscou apoio de pessoas e entidades para desenvolver suas lutas, por outro, os patrões recorreram aos órgãos de segurança do Estado para impedir a ação dos trabalhadores.

A Polícia Militar foi acionada para barrar a mobilização dos trabalhadores nas imediações da fábrica. Não obstante, numa determinada madrugada, após confrontos com policiais militares, Antônio Ibiapino, Maria Luíza e grevistas, furaram o cerco policial e proferiram um discurso dentro da fábrica. Imagine a importância de um ato como esse: trabalhadores, sindicalistas e a prefeita de Fortaleza, à uma hora da manhã discursando dentro de uma fábrica paralisada.

A ação significou uma conquista relevante para o Sindicato, tanto pontualmente, no sentido do fortalecimento da greve, como do ponto de vista simbólico. Era a direção do Sindicato que estava à frente do movimento. Ela recebeu o crédito por aquela vitória. Os sindicalistas passaram a ser respeitados e admirados, pois ficaram ao lado dos trabalhadores, foram para o *front* de batalha, enfrentaram a polícia e invadiram a fábrica.

Em criteriosa pesquisa, realizada nos jornais do período, não encontrei nenhum registro sobre a greve. Somente em novembro de 1991, em entrevista concedida por Antônio Ibiapino ao jornal O Povo, há alguma referência à paralisação da Santa Inês, em 1987. O sindicalista afirma que devido à eclosão da mesma “[...] os patrões forjaram umas provas e abriram processo contra quatro diretores do Sindicato alegando sequestro e cárcere privado” (O POVO, 23/11/1991, p. 03E).

O referido processo foi instaurado contra os sindicalistas Antônio Ibiapino da Silva, Maria Besenira Paulo, Francisco Antônio Mendonça da Cunha e Raimundo Nonato da Silva. Aparentemente, o processo não acarretou punição formal, nem por isso os trabalhadores deixaram de passar por diversos constrangimentos, idas e vindas a delegacias e tribunais, gastos com advogados e nomes fichados. A abertura dessa ação, contra os citados, permite ver que os patrões estavam inclinados a combater com vigor a nova postura do Sindicato; para tanto, seriam capazes de

qualquer artifício por meio do qual lograssem impedir a organização dos trabalhadores.

Seguindo a linha de marginalizar manifestações sindicais, pode-se aludir à Finobrasa, que concorreu como a empresa que mais envidou obstáculos à ação sindical, no final dos anos 1980. Afinal, esta era uma prática comum da Companhia: limitar e proibir a organização sindical dos operários. De acordo com Marcos Antônio da Costa<sup>238</sup>, àquela época, os trabalhadores, flagrados com materiais referentes ao Sindicato dentro da fábrica, passavam por vários constrangimentos e punições, como advertências, suspensões e demissões.

A direção da empresa proibia a circulação, distribuição e fixação de todo e qualquer tipo de material do Sindicato. Os supervisores eram orientados a “avisar” aos operários sobre o risco que correriam caso se envolvessem com o Sindicato. Constatada qualquer ligação com a entidade classista, perderiam a oportunidade de ascender profissionalmente na empresa. Podendo, ainda, perder até o emprego. Contudo, frente às ameaças e assédios, muitos trabalhadores não se intimidavam e se filiavam ao Sindicato, sofrendo, com isso, discriminação dentro e fora da empresa.

Dentre as restrições impostas aos sindicalizados, destaca-se o fim da concessão de empréstimos, já que este benefício estava ligado ao aval dos supervisores imediatos. Para obter o “benefício”, era necessário ser passivo, obediente e submisso. Perfil oposto ao do trabalhador sindicalizado, que seria considerado desobediente, portanto, desmerecedor do “auxílio” financeiro. Os “desobedientes” também não deveriam receber qualquer ascensão profissional, pelo contrário, constantemente eram punidos, inclusive, com demissão por justa causa<sup>239</sup>.

Todo e qualquer envolvimento com o movimento sindical era passível de punição, tanto enquanto trabalhavam na Companhia, como quando eram demitidos. Por ser a maior indústria têxtil do Ceará, a Finobrasa exercia sua influência sobre as demais empresas do ramo. Nesse sentido, repassava informações negativas sobre os trabalhadores demitidos às demais indústrias, o que praticamente determinava a exclusão daquele trabalhador do setor têxtil.

---

<sup>238</sup> COSTA, Marcos Antônio Bezerra. (2005a). op. cit., p. 127.

<sup>239</sup> Id., ibidem., p. 127-128.

As “listas negras”, artimanha patronal de largo uso no mundo trabalho desde o século XIX, tornaram-se comuns na Finobrasa. Marcos Antônio Costa sublinha que, de fato,

[...] a liberdade sindical era tolhida, [...]. Os sindicalizados eram vigiados de perto, os dirigentes sindicais tinham a sua liberdade de ir e vir bastante limitada, com ameaças de demissões, de afastamento, informações ou comentários negativos para novos empregos – quando conseguiam – destes trabalhadores<sup>240</sup>.

A julgar pelas considerações de Marcos Antônio Costa, a “maldição da Finobrasa” se estendida ao período pós-demissão. Para direção da empresa, envolver-se com o Sindicato era um ato imperdoável; portanto, esses trabalhadores eram perseguidos mesmo após serem demitidos. Tal acinte a liberdade sindical não foi tolerado pelo grupo de oposição sindical, que havia conquistado a direção do Sindicato. Dentre as primeiras ações da nova diretoria, mencione-se a campanha de sindicalização dos operários da Finobrasa, como se vê no tópico a seguir.

## **2. O Sindicato vai à fábrica**

A partir de 1987 houve sensível mudança nas ações do Sindicato em relação à Finobrasa. Os novos diretores realizaram um profícuo trabalho no sentido de conseguir sindicalizar os trabalhadores da Companhia. Na medida em que o Sindicato tinha suas atividades dentro da fábrica cerceadas, novas formas de mobilização foram articuladas. É Antônio Ibiapino quem revela os meios utilizados para mobilizar os operários da empresa: “[...] o Sindicato passou a ir à porta da fábrica, comprou um carro de som, a cultura de soltar um panfletinho, um jornalzinho todo mês ou então com mais frequência, na época de campanha salarial”. (Entrevista com Antônio Ibiapino, 30/07/2008).

Conforme Adelaide Gonçalves, “[...] fazer jornais no meio operário é uma tradição que vem de muito e se espalha por muitos países, difundindo a palavra impressa no jornal, no panfleto, no manifesto, no cartaz”. (GONÇALVES, 2003, p. 59). Com o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis não se deu diferente. Os dirigentes compreenderam a relevância da imprensa operária enquanto meio de comunicação com os trabalhadores. À medida que panfletos e jornais eram distribuídos na porta da fábrica, circulavam com maior eficácia no seio do público a que se destinavam.

---

<sup>240</sup>

Id., ibidem.

Assim, informações, denúncias e convocações circulavam de maneira mais consequente.

À época, cerca de metade dos trabalhadores da Finobrasa eram analfabetos ou tinham no máximo a quarta série do ensino fundamental<sup>241</sup>. Mas “[...] a dificuldade suplementar do analfabetismo era atenuada com o recurso à comunicação oral, à leitura ouvida”. (GONÇALVES, 2003, p. 61). As leituras coletivas foram fundamentais no processo de sindicalização. Os letrados liam para os demais a mensagem repassada pelo Sindicato. Caso a leitura fosse realizada no interior da fábrica (nos banheiros, refeitórios, cantos de parede, e em voz baixa) eram também clandestinas, pois os mecanismos patronais de vigilância se faziam sentir bem perto.

Se a imprensa operária, exemplo clássico da cultura radical dos trabalhadores, era uma invenção do mundo do trabalho desde o período de formação da classe operária, o “carro de som” era um recurso bem mais recente, mas tão importante quanto. Há que se levar em consideração que a compra deste veículo com som consistiu, ao mesmo tempo, um grande trunfo e um enorme desafio para Sindicato, haja vista a baixa arrecadação devido ao boicote realizado pelas empresas.

Segundo Evania Maria Oliveira, o Sindicato utilizou largamente o recurso do carro de som, no sentido de mobilizar os operários. Por meio dos alto-falantes, a “voz do Sindicato” era então propagada. Amplificou-se o debate em torno das dificuldades e sofrimentos que passaram a ser verbalizados. Tornou-se uma prática

[...] ouvir-se na porta da fábrica o Sindicato com sistema de som, repassar para o operariado análises do sistema de trabalho que enfrentavam, dando subsídios para entendimento da divisão de classes no sistema capitalista, e da escravidão a que eram submetidos, para o enriquecimento de uma pequena minoria da sociedade<sup>242</sup>.

A administração da empresa percebeu que a mobilização estava surtindo efeito e proibiu a realização de atividades sindicais no único local que era disponível ao Sindicato, a porta da fábrica. Veja-se o grau de repressão dos industriais têxteis de Fortaleza. Um desrespeito crasso a organização dos trabalhadores. O espaço

---

<sup>241</sup> APOLINÁRIO, Valdênia. op. cit., p. 66. Bem como: SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. “**A greve dos têxteis em maio/88 e sua repercussão no plano da consciência do operariado**”. 1989. TCC (Curso em Serviço Social) – Curso em Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1989., p. 17.

<sup>242</sup> SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. op. cit., p. 20.



defronte à fábrica, a Avenida Sargento Hermínio, embora fosse um local público, foi interdito à realização das atividades do Sindicato.

Em resposta à insistência dos sindicalistas nas manifestações, o carro de som do Sindicato foi quebrado pelos seguranças da fábrica; além do que, os primeiros trabalhadores que aderiram à convocação do órgão de classe foram demitidos imediatamente. Há um histórico que atesta tal medida coercitiva, documento que apresenta alguns aspectos da luta empreendida contra os desmandos da empresa:

Ao tomarmos o sindicato iniciamos o trabalho de organização e luta da categoria e logo tivemos os primeiros problemas com a FINOBRASA: Não era permitida a presença do sindicato na porta da fábrica; as sindicalizações eram proibidas; todas as demissões eram por justa causa ou pedido de demissão.

Apesar das proibições nosso trabalho continuou e devido nossa insistência tivemos um carro de som quebrado na porta da empresa e os primeiros sócios foram demitidos sumariamente. Mesmo assim continuamos o trabalho e conseguimos fazer mais de mil sindicalizações às quais entregamos de uma só vez à empresa para evitar demissões [...] <sup>243</sup>.

A despeito das investidas da empresa, a estratégia de mobilização possibilitou a construção de uma relação de confiança entre os operários e o seu Sindicato. Os discursos e panfletos na porta da fábrica instigaram a ida dos operários à sede da instituição. Ali, realizavam-se reuniões onde se discutia os problemas comuns vivenciados, ao mesmo tempo em que se preenchiam as fichas de filiação <sup>244</sup>. Para Eder Sader, nessas circunstâncias possivelmente se configurava

[...] uma forte coesão interna e um reconhecimento pessoal construído à base da confiança entre seus membros. É a partir dessa sociabilidade primária que seus membros efetuam uma reelaboração das experiências cotidianas de existência, com categorias para criticá-las e referências para ações coletivas visando transformá-las <sup>245</sup>.

Aos poucos, o Sindicato ganhava maior legitimidade junto aos trabalhadores, na mesma proporção em que as reuniões ficavam cada vez mais concorridas. Houve, paralelamente, grande número de filiações, de sorte que a empresa não pode demitir os sindicalizados, sob pena de ter suas atividades produtivas prejudicadas. Impingir tal situação à Finobrasa tornou-se possível apenas

<sup>243</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Histórico do Sindicato**. 05/07/1993.

<sup>244</sup> SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. op. cit., pp. 20-21.

<sup>245</sup> SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988., p. 162.

mediante o trabalho coletivo e as articulações que envolveram o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, partidos políticos, sindicatos de outras categorias, sacerdotes da Igreja Católica, Pastoral Operária e, em geral, os trabalhadores, por meio das comissões de fábrica secretas:

Ao assumir a direção do sindicato fomos percebendo os problemas. Primeiro, a Finobrasa era a maior empresa do ramo, com aproximadamente três mil trabalhadores e só tinha quinze sócios, então fomos saber por quê? Informaram-nos que a empresa não permitia associação ao Sindicato e que aqueles seriam gradativamente demitidos, vimos também que todos os funcionários daquela empresa só eram desligados por pedido de demissão. Um dia eu perguntei a um demissionário o porquê, ele não quis falar e, assim os outros. Eu fui olhar as cópias dos demitidos nos últimos cinco anos, todos, sem exceção, haviam pedido demissão. Então eu tomei a decisão de ser extremamente duro com os próprios operários e os obrigava a falar, do contrário, eu não fazia a rescisão, isso foi suficiente para eles falarem [...] as demissões eram justificadas pela sétima falta registrada em um período de 12 meses [...]. Primeiro nós tratamos de filiar os trabalhadores, isso não foi mérito meu, nem do Sindicato somente, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), a Pastoral Operária, o Sindicato dos metalúrgicos, o Padre Fernando Ferreira Pinto vigário do Carlito Pamplona e todo o movimento revolucionário da época foi de uma importância tremenda naquela luta. O PRC de forma disciplinada através do centralismo democrático deliberou como meta vencer todos os obstáculos. Então nós trabalhávamos de manhã, de tarde e de noite, fizemos as comissões de fábrica, fizemos os comandos secretos dentro da própria fábrica e tínhamos um forte comando externo representado pela diretoria do sindicato, esse atuava fora da fábrica. Desse modo em 90 dias nós filiamos 450 trabalhadores, foi um processo de agitação jamais visto neste Estado. Fomos à fábrica e obrigamos eles a receberem todas as filiações, nós nos apoiamos no grande número de sócios, como eles iriam demitir tanta gente<sup>246</sup>.

A narrativa tem profundo significado na reflexão sobre a experiência dos trabalhadores têxteis de Fortaleza. Para Edward Thompson<sup>247</sup>, é necessário verificar o quanto as vivências são indispensáveis para o processo de auto reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe. O relato de Antônio Ibiapino denota o processo de construção de uma luta e também de transformação dos costumes, o que permite pensar nos operários da Finobrasa em um processo de conscientização enquanto classe, a partir de suas vivências e no “fazer-se” cotidiano.

Parcela inexpressiva de sócios, perante a grande quantidade de trabalhadores, proibição da sindicalização, todas as demissões por justa causa,

---

<sup>246</sup> Entrevista com Antônio Ibiapino, concedida em 30/07/2008.

<sup>247</sup> Ver: THOMPSON, Edward Palmer. (2004a). op. cit., p. 09-11.

constituíam, enfim, alguns dos problemas existentes na Finobrasa, quando se iniciou a campanha de sindicalização. Vários atores participaram do processo, mas a narrativa privilegia o papel do Sindicato. Porque, a diretoria representava o comando. Esta, na verdade, uma nítida estratégia de apresentar o órgão como protagonista das ações. Mas é importante perceber que, para além de um discurso de autolegitimação, a versão do sindicalista apresenta contexto e experiência específicos que referendam as construções mais atuais sobre a história do Sindicato.

Antônio Ibiapino relata a dinâmica inicial da campanha de sindicalização e afirma que o trabalho devotado (cuja jornada, de 24 horas, fora cumprida todos os dias) logrou conseguir grande contingente de novos sócios – quatrocentos e cinquenta – em apenas três meses. Mas, no histórico apresentado anteriormente, as filiações teriam conformado um total de mil. Torna-se, por isso, válido lembrar de que o depoimento oral encerra, antes de tudo, um exercício de memória; que articula lembranças, esquecimentos, ênfases e exclusões<sup>248</sup>. A memória é o ponto de partida obrigatório para quem pretende refletir sobre um dado momento com base em fontes orais<sup>249</sup>.

Nessa perspectiva, é preciso atentar para o fato de que, como afirma Alessandro Portelli, o que as fontes orais revelam “[...] pode não ter se sucedido realmente daquela forma, mas está contado de modo verdadeiro”. (PORTELLI, 1992, p. 62). E mais, “[...] a primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados”. (PORTELLI, 1997, p. 31).

Portanto, mais relevante do que saber o número exato de trabalhadores associados à entidade de classe, naquele referido momento, é entender que só se configurou viável manter a quantidade de sindicalizados, quando se logrou sindicalizar um grande contingente de novos sócios num curto espaço de tempo. Entrar na fábrica no setor pessoal, entregar as filiações em bloco constituíram conquistas de considerável carga simbólica.

E foi justamente o que Antônio Ibiapino procurou demonstrar na entrevista. Isto é, que 450 novos filiados representavam um montante suficiente para

---

<sup>248</sup> POLLACK, Michael. op. cit.

<sup>249</sup> AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006., fl. XV.

a empresa não demiti-los. Nesse sentido, pode-se compreender que por meio das fontes orais os significados são fornecidos não só pelas palavras, que descrevem fatos ou revelam números, mas também pela própria construção da narrativa – processo que tem a ver com os caminhos pelos quais se conta o que se fez ou o que se imagina ter feito, incluindo os silêncios, os lapsos, os esquecimentos e as ambiguidades<sup>250</sup>.

A luta, visando à sindicalização dos trabalhadores da Finobrasa, fez parte de um contexto, no qual o sindicalismo consolidou-se como ator social importante no cenário nacional, tanto na defesa dos interesses imediatos da classe trabalhadora, como na sua participação na luta pela democratização da sociedade brasileira e pela redução das desigualdades sociais. Algo que pode ser confirmado pelos indicadores sindicais, como a taxa de sindicalização, que passou de 13 por cento, no final dos anos 1970, para 32 por cento dos trabalhadores formais, no final dos anos 1980<sup>251</sup>.

A mobilização para incluir os trabalhadores da Finobrasa nessa estatística não se deu de forma amistosa, apesar de bem sucedida. Tanto assim que, em 1989, dos 2.300 trabalhadores da empresa, 1.600 eram filiados ao Sindicato<sup>252</sup>. Além disso, na apuração dos votos referentes à eleição para direção do Sindicato, realizada no dia 18 de julho de 1990, constatou-se o seguinte:

Mesa Coletora nº 10, instalada na Fábrica Fiação Nordeste do Brasil S/A, aptos a votar, 684 associados e que votaram 339, que de tais votos 06 foram em separados, 03 foram nulos e 05 em branco, tendo a chapa 01 obtido 320 votos e a chapa 02, obteve onze votos. Concluído a contagem dos votos contidos nas dez urnas apuradas, foi constatado que a chapa 01 obteve 1.334 votos e que a chapa 02 obteve 159 votos. Houve ainda, 15 votos em branco e 41 nulos<sup>253</sup>.

A Finobrasa era a fábrica com maior número de sindicalizados aptos a votar, 684 no total. O documento revela, também, que na Finobrasa a chapa sob a liderança de Antônio Ibiapino recebeu uma das maiores votações dentre as dez mesas coletoras. Dos votos destinados à chapa número 01 (1.334), 320 deles partiram dos trabalhadores da Finobrasa. Mas isso, sem considerar as preferências de operários que estavam de folga no dia 18 de julho e os votos dos que depositaram suas cédulas na mesa coletora itinerante.

<sup>250</sup> Id., *ibidem*.

<sup>251</sup> OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Brasil**: sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Observatório Social, 2004., p. 16.

<sup>252</sup> SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. *op. cit.*, p. 29.

<sup>253</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Ata Geral de Apuração das Eleições**. 19/07/1990. *apud*. TRT7. Processo, nº 966/91., fls. 75-78.

Tais dados evidenciam o mérito do processo de sindicalização iniciado em 1987 e espelha a relação de confiança construída entre a direção do Sindicato e os trabalhadores da fábrica. Apesar de bem sucedido, o processo de sindicalização não foi acompanhado de melhorias nas condições de trabalho na Finobrasa. Ao contrário, mesmo com grande contingente de sindicalizados, a empresa continuou desrespeitando direitos e expondo os trabalhadores a um ambiente fabril repleto de doenças, acidentes e abusos.

### 3. A vida por um fio

Em uma indústria têxtil, dentre os inúmeros riscos aos quais os trabalhadores estão expostos, tem-se:

[...] risco físico (ruído, vibração, radiação e extremos de temperatura); risco químico (poeira, substâncias perigosas e corantes); risco mecânico (acidentes com máquinas e quedas); risco ergonômico (postura inadequada, movimentos repetitivos e esforço físico); risco psicossocial (estresse, cobrança e insatisfação) entre outros que traz malefícios a saúde que vão além dos visíveis e mensuráveis<sup>254</sup>.

No setor, as fábricas de fiação são consideradas as mais insalubres, registrando grande número de trabalhadores doentes. Ninguém melhor do que os próprios operários para descrever como eram as condições de trabalho na Finobrasa. Nessa perspectiva, convém conhecer a narrativa de Geraldo Ferreira, morador do Parque Santo Amaro, na periferia de Fortaleza. Quando foi entrevistado, estava há vinte e seis anos trabalhando na Finobrasa e organizando a documentação referente à aposentadoria.

Ao falar do processo de aposentadoria pelo qual passava então, o operário o relacionou com as condições de trabalho que existiam naquela fábrica, quando lá chegou em 1981. O quadro descrito pelo trabalhador parece se tratar de uma reprodução de certos filmes que abordam a configuração do mundo do trabalho no século XIX. Excesso de poeira, temperaturas elevadas, inexistência e precariedade dos equipamentos de proteção, foram alguns dos problemas que ele teve de enfrentar:

---

<sup>254</sup> ESPÍRITO SANTO, Aline de Freitas; PAULA, Janaine Aguiar de; PEREIRA, Orcione Aparecida Vieira. Percepção de trabalhadores de uma indústria têxtil sobre os riscos de seu ambiente de trabalho. In: **Revista Enfermagem Integrada**. Ipatinga: UNILESTE, v. 2, nº 1, p. 188-199, 2009., p. 189.

Eu achei muito quente e poeirento, que tem hora, por causa do pó, que escurece, ninguém vê nada. É, eu acho mais ruim a poeira, porque quando a gente termina de limpar as máquinas, você sai, é numa sala assim, escurece tudo dentro. Agora tá melhor né, que tem menos máquinas rodando, mas quando eu entrei lá eram muitas máquinas, a gente ficava suado, sujo [...]. No começo lá onde eu trabalhava, quando a gente terminava de soprar naquelas máquinas, a gente escarrava chega saia poeira, essas de agora são melhor, essa máscara que a gente tem agora são melhor, ninguém escarra não, mas tinha uma máscara lá que não prestava, quando a gente saia fora, pra lavar a boca, escarrando só saia poeira na garganta da gente. Era, uma máscara velha, uma máscara velha laranja [...]. Era pequenininha, aquela pequenininha, essa agora é grande de silicone, essa ninguém engole poeira não, só se tiver mal amarrado, mas se tiver bem acochadinha. Pois é, aquela mascarazinha ia lá pra nós e ela ficava velha, ficava dura, você amarrava, mas quando você terminava a poeira saia da garganta, só servia pra você engolir poeira, mesmo tendo a máscara. Aí onde eu trabalho, por causa da poeira, tem óculos de proteção. É isso aí que mata a gente, é por isso que eu não estou aposentado, é por causa disso. Pra gente se aposentar, se complica por causa disso né, por causa disso eles bota lá nos auto tudim [...]. Eles botam como se tivesse usado o abafador desde quando entrei lá, só que num usava né. Eu queria ver eles trabalhar numa sala dessa, diabo daquela máscara, engole poeira ainda. Ai agora pra se aposentar, tá complicado<sup>255</sup>.

As máquinas rodando a todo vapor; o calor infernal; nuvens de poeira escurecendo a vista e impregnando o corpo suado, antes de adentrar nos orifícios faciais (nariz, ouvido e boca). Da garganta, não saia gota qualquer de saliva, senão o sumo da poeira. Este o esboço da fábrica de fiação “mais moderna” do Ceará. Para completar o cenário dantesco, o uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI) não era obrigatório. E, quando usado, sua manipulação parecia inadequada, impedindo que o equipamento atingisse seu propósito: a proteção dos trabalhadores.

A maneira como Geraldo Ferreira narra suas primeiras experiências na Finobrasa remete diretamente à dificuldade em receber a aposentadoria. Ao se referir à angustiante rotina de trabalho, sua fala se reveste de emoção. De modo que, a tristeza logo fica evidente; principalmente, devido ao fato de, em que pese o fato de haver passado tanto tempo suportando um ambiente de trabalho completamente insalubre, não conseguir se aposentar com maior celeridade.

O senhor Geraldo associa a dificuldade da aposentadoria ao uso do Equipamento de Proteção Individual. Tudo indica que esses instrumentos só passaram a ser obrigatórios, e integralmente disponibilizados, após a completa

---

<sup>255</sup>

Entrevista com Geraldo Ferreira, concedida em 29/08/2007.

incorporação da Finobrasa ao Grupo Vicunha em 1998. Mas isso esclarece pouco acerca do problema suscitado pelo entrevistado. Em que, afinal, o uso do EPI atrapalhava a aposentadoria do senhor Geraldo?

Desde 19 de setembro de 1960, por intermédio do Decreto nº 48.959-A, do Regulamento Geral da Previdência Social, os trabalhadores que comprovassem o exercício de atividade profissional em ambientes considerados penosos, insalubres ou perigosos, durante 15, 20 ou 25 anos de serviço, passaram a ter direito à aposentadoria especial<sup>256</sup>. Quem comprovasse trabalhar nessas condições poderia aposentar-se mediante um tempo de serviço menor do que o exigido pelo tempo de contribuição.

Essa legislação começou a sofrer várias mudanças desde os anos 1960. Daqui em diante, as alterações no código legal perpassaram os anos que se sucediam, até que, no final dos anos 1990, determinou-se que, para conseguir o benefício especial, o trabalhador teria de comprovar a sua efetiva exposição a agentes nocivos. O que só poderia ser feito mediante apresentação de laudo técnico das condições do ambiente de trabalho, a ser expedido por engenheiro ou médico especialista nesse segmento da saúde. Tal documento deveria comprovar o uso (ou não) do EPI. Aí está toda sua relevância, pois, uma vez constatada a existência do recurso, poder-se-ia refutar eventual argumento de que determinado trabalhador tivesse sido exposto, sem qualquer proteção, a agentes nocivos<sup>257</sup>.

Por isso, conquanto tenha passado vários anos em contato diretos com “agentes nocivos”, Geraldo Ferreira não conseguiu antecipar a aposentadoria, vez que o laudo feito na empresa apontou a ocorrência, desde 1998, da obrigatoriedade quanto ao uso de materiais de proteção. De sorte que, de acordo com as contas feitas na Previdência Social, Geraldo ainda não tinha direito ao benefício especial. Em todo o caso, o que se vê é a legislação, bem como os órgãos do Estado, avalizando os desmandos patronais e justificando a exploração sobre os trabalhadores.

Entretanto, os técnicos da Previdência Social não levaram em consideração que, apesar do Equipamento de Proteção Individual, a exposição dos

---

<sup>256</sup> DONADON, João. **O benefício de aposentadoria especial aos segurados do regime geral de previdência social que trabalham sujeitos a agentes nocivos**: origem, evolução e perspectivas. 2003. Monografia (Especialização em Gestão Previdenciária) – Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003., p. 20.

<sup>257</sup> Id., *ibidem.*, p. 22.

trabalhadores a um ambiente de elevada temperatura causava acidentes, provocados por contato direto com as fontes de calor, como queimaduras e lesões de córnea.

Além disso, as temperaturas permanentemente elevadas no ambiente de trabalho causavam uma série de problemas, principalmente para os recém-contratados, que ainda não haviam se adaptado ao clima fabril. Entre demais lesões e sintomas, citem-se as câimbras, palpitações, febres, desidratação. Isso não significa que os mais experientes ficassem isentos de sofrer com as constantes náuseas, dores de cabeça, doenças de pele, palpitação e envelhecimento precoce.

A empresa justificava o calor constante na produção mencionando a necessidade de uma fábrica de fiação funcionar a uma temperatura média de 45° C, pois só assim os fios seriam produzidos com padrão internacional. Portanto, para Finobrasa pouco importava as doenças que atingiam os operários, desde que a qualidade dos fios preenchesse os requisitos exigidos para sua venda no mercado externo.

Quanto ao excesso de poeira, a pluma do algodão era a principal matéria-prima para a produção de fios na empresa e a lida com a mesma produzia uma quantidade muito grande de poeira, o que contribuía para piorar as condições de trabalho, principalmente porque não havia equipamento de proteção adequado. A exposição dos trabalhadores à poeira era responsável pelo desenvolvimento de doenças como a tuberculose e a sinusite.

No tocante a essa situação, o operário João Batista também denuncia a precariedade das condições de trabalho na Finobrasa. O próprio operário, inclusive, adquiriu sinusite devido ao excesso de poeira ao qual era submetido na fábrica: “[...] eu tenho os exames todos, eu sou alérgico a poeira, e o médico queria me afastar [...] porque deu um problema aqui, sinusite, problema de alergia”. (Entrevista com João Batista, 02/08/2008). Além da poeira, João Batista aponta outros problemas que existiam na empresa:

A gente se desgasta muito, porque você é ligado direto, você não pode se desconcentrar, desconcentrou, pode quebrar uma fita daquelas, ficar jogando fora, derramando fora, que chamam a lata fora do local, pode dar um defeito, uma série de exigências que o operador tem que ter [...], tem que fazer, e, além disso, o barulho né, a poeira [...]<sup>258</sup>.

---

258

Entrevista com João Batista, concedida em 02/08/2008.



A memória que João Batista tem do trabalho é de um ambiente extremamente extenuante, desgastante. Nessa circunstância, o trabalhador se percebe como parte da máquina, um apêndice dela. Para o bom funcionamento da máquina, seria indispensável o operador ficar “ligado direto”. Não deveria haver tempo para pensar. Restaria ao trabalhador agir em consonância com a máquina, potencializando sua capacidade mecânica através da concentração e da destreza. Do contrário, a produção seria prejudicada. O pior é que essa desgastante rotina ocorria em um ambiente com excesso de ruído e poeira.

O mundo da fábrica, para o ex-agricultor João Batista, era ao mesmo tempo lógico e irracional. As ações do operário deveriam ser perfeitas, sincrônicas, sequenciais, ajustadas à máquina. Por outro lado, esse era apenas um executor – suas ações eram mecânicas, destituídas de sentido. Essa ambiguidade essencial do mundo fabril, expressa na narrativa do trabalhador, também foi observada em outras experiências fabris, como afirma José de Souza Martins,

[...] mesmo assim a racionalidade da fábrica, da grande indústria, era em si mesma misteriosa para quem vinha do mundo mágico e místico da transição inacabada entre o campo e a cidade, entre o artesanato e a indústria. Tudo parecia tão certo e preciso e ao mesmo tempo tão incerto. Não raro o que se pedia ao trabalhador era que não pensasse muito, apenas fizesse. Era a lógica do processo de produção que regia o processo de trabalho, era a máquina que regia o corpo e a mente. Muita coisa estranha acontecia na fábrica que não podia ser explicada. Sobretudo muita coisa que não podia ser compreendida por quem trabalhava. O operário dividia-se entre uma herdada concepção de trabalho que ainda dependia de um certo saber do trabalhador e uma nova concepção de trabalho em que trabalhar tendia a reduzir-se aos gestos de um corpo complementar, da máquina. Se pensasse, interrompia o processo de trabalho e até podia provocar um acidente<sup>259</sup>.

Em uma fábrica de fiação, o operador de máquinas tinha a incumbência de realizar uma enormidade de tarefas. Não havia, com efeito, tempo para descuidos. Como afirmou João Batista, era preciso, portanto, “ficar ligado direto”. Nessa linha, inclusive as máquinas mais modernas, como a *open-end*, exigiam do operador um estado de constante alerta:

Fazer o patrulhamento da máquina, identificar as luzes acesas (nos boxes) que indicam as quebras de fios; abrir o box, onde está localizado o rotor. Fazer a limpeza do rotor com o uso do pincel; fechar o box corretamente; fazer emenda do fio, de acordo com a técnica; identificar o material nos latões, através das faixas; fazer a

---

<sup>259</sup>

MARTINS, José de Souza. (2011). op. cit., p. 343.

emenda da fita, de acordo com a técnica; efetuar a troca de latões vazios por latões cheios; colocar os latões vazios no local pré-estabelecido. Observar constantemente o diâmetro das rocas; fazer a medição das rocas com uso de calibre; preparar os tubetes em uso; etiquetar os tubetes, conforme a determinação, distribuindo-os na parte superior dos boxes; ligar a sucção de estopa e a esteira transportadora de rocas, quando estiver próximo da arriada, comunicar-se com o ajudante e o recolhedor de rocas sobre a arriada; fazer a arriada de acordo com a técnica; desligar a sucção de estopa e esteira transportadora e rocas, logo após a arriada; retirar a estopa da caixa de sucção, colocando-a no local apropriado; riscar o material, quando se fizer necessário; dar continuidade ao patrulhamento<sup>260</sup>.

Essas tarefas, acima de tudo, eram realizadas num ambiente de calor extremo, com níveis de ruído altíssimos e com chefes pressionando para que o trabalho fosse realizado com rapidez:

[...] temperatura em torno de 45°C [...], um ruído em torno de 120 decibéis; vale ressaltar que o ruído máximo suportável, sem protetores auditivos, é de 85 decibéis e os abafadores utilizados, produzem apenas uma diminuição mínima do ruído. Um aspecto a se considerar é que o ambiente possui um alto nível de insalubridade. No interior da fábrica, os operários são submetidos a trabalharem num regime de pressão, pois existe um supervisor que constantemente os impulsiona a elevar seu ritmo de trabalho, para aumentar a produtividade<sup>261</sup>.

Alguns estudos tem procurado relacionar mundo do trabalho e imaginário cristão a partir da imagem concernente ao inferno e ao diabo<sup>262</sup>. José de Souza Martins realizou estudo sobre trabalhadores de uma fábrica de cerâmica dos anos 1950, no Estado de São Paulo. Nesse trabalho, José Martins afirma que, enquanto ocorria a modernização dos equipamentos, o demônio aparece no meio da produção para algumas trabalhadoras, materializado na figura de engenheiro, a representar o distúrbio e a insegurança que as inovações na produção haviam introduzido<sup>263</sup>.

Ora, considerando o inferno a partir dos referenciais cristãos ocidentais (que o adjetivam como lugar insalubre, quente, nebuloso, barulhento e apinhado de demônios opressores, ou seja, um lugar de suplício onde se nega a vida), talvez não

<sup>260</sup> FARIAS FILHO, Zózimo. **Adequabilidade da força de trabalho ao processo de produção têxtil cearense**: uma qualificação da empresa para empresa. 1990. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990., p. 162.

<sup>261</sup> SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. op. cit., p. 17.

<sup>262</sup> Ver, dentre outros: LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.; MARTINS, José de Souza. (1993). op. cit.; PEREIRA NETO, Murilo Leal. op. cit.

<sup>263</sup> MARTINS, José de Souza. (1993). op. cit., p. 16.

se tratasse de exagero, da parte dos trabalhadores, compará-lo à Finobrasa. Um verdadeiro inferno. Esta é a imagem que ficou da indústria têxtil considerada a mais moderna do Ceará, no final do século XX. Um inferno que não concernia ao diabo, tal qual concebido no imaginário cristão, mas, antes, a um espaço edificado, e desde as suas fundações, sob a lógica capitalista, [...] que faz a abstração dos produtores diretos em benefício da preciosa matéria prima e dos maquinismos de valor. (LOPES, 1978, p. 90).

Essa dimensão de oposição da fábrica e das máquinas em relação ao trabalhador, como algo consciente, um imperativo da produção capitalista, foi percebida pelos trabalhadores têxteis de Fortaleza. O Sindicato da categoria registrou como esse imperativo acarretava consequências terríveis para os trabalhadores, inclusive na Finobrasa, apontando os casos mais comuns de doenças, tuberculose e surdez:

A saúde do trabalhador:

É muito comum os casos de doenças profissionais no setor, de certa forma a mais comum é a tuberculose como os dois casos que se seguem:

- a) Unitêxtil. (Santa Cecília): Francisco Correia do Nascimento (tuberculose), Roberto Faustino de Sousa (surdez).
- b) Finobrasa: Antônio Mauro de Sousa (tuberculose)<sup>264</sup>.

A incidência da tuberculose era uma consequência das elevadas temperaturas e do excesso de poeira nas fábricas têxteis. Cabe perguntar-se acerca do destino de um trabalhador acometido pela tuberculose, a exemplo de Antônio Amaro de Sousa, operário da Finobrasa. Será que continuaria trabalhando doente? Seria demitido? Conseguiria licença para tratamento? A julgar pela forma como a Finobrasa tratava os operários, o mais provável é que a maioria fosse demitida logo que a doença fosse descoberta, ou, então, que os operários doentes continuassem trabalhando.

Quanto à surdez, o problema se desenvolvia, em geral, por causa da inexistência ou ineficácia do Equipamento de Proteção Individual. Mas também é certo que os ruídos se tornaram altíssimos com a arquitetura das novas fábricas que facilitava a propagação do som e abrigava um grande número de máquinas em um mesmo galpão. Entre o final da década de 1980 e início da seguinte, a doença atingia cerca de 40 por cento dos trabalhadores das indústrias têxteis do Ceará:

<sup>264</sup>

Entre as diversas doenças ocupacionais, encontra-se a perda auditiva causada pelo ruído, considerada hoje internacionalmente como um dos mais graves riscos à saúde do trabalhador [...] segundo um estudo feito pela Comissão Técnica de Saúde Ocupacional do Sesi-Ceará, [...] a cada ano a perda auditiva aumenta em maiores proporções, em função do nível do ruído, da forma como são construídas as empresas, favorecendo uma maior flexibilidade do som, concentração de máquinas e condições individuais, além do desinteresse pelo uso da proteção [...]. Na indústria têxtil, entre o final dos anos 1980 e início da década de 1990, a proporção é de 40% de pessoas doentes<sup>265</sup>.

Conforme noticiou o Jornal da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, o número de trabalhadores que ficaram parcial ou totalmente surdos aumentou de modo significativo. Note-se bem, trata-se aí de um dado do órgão informativo da classe industrial, conseguido a partir de pesquisa realizada pelo Serviço Social da Indústria (SESI), também ligado aos interesses industriais.

De acordo com a referida pesquisa, uma das causas do aumento da surdez dizia respeito ao modelo arquitetônico das novas plantas industriais instaladas no Ceará, que favorecia a flexibilidade do som e possibilitava um maior número de máquinas em um mesmo espaço.

José Sérgio Leite Lopes, em estudo realizado sobre os operários do açúcar em Pernambuco, afirma que nas usinas a própria concepção das construções, o ambiente fabril e seus compartimentos, andares e seções eram comumente projetados sob a lógica produtivista, tornando os *metalúrgicos do açúcar* na parte vulnerável do processo<sup>266</sup>. O capital recorre aos mais diversos meios para aumentar a produção, neste sentido, o trabalhador, o produtor direto é sacrificado em prol da produtividade; esta, do ponto de vista capitalista, deve ser alcançada a qualquer custo.

Na indústria têxtil cearense, a espoliação do trabalhador não se deu de forma diferente daquela. No Ceará, a lógica produtivista das construções das novas fábricas, subsidiadas com fundos públicos, provocou um aumento dos casos de trabalhadores com surdez. Quase metade dos trabalhadores sofria com essa debilidade – Este é um dado que não aparece nos inúmeros estudos (alguns encomendados pelos empresários) sobre a indústria têxtil cearense nas últimas décadas do século XX.

---

<sup>265</sup> Jornal da Fiec, ano: IV, nº 43, novembro de 1991., p. 08.

<sup>266</sup> LOPES, José Sergio Leite. (1978). Op. Cit., p. 90.

Ademais, o informativo da Federação das Indústrias do Estado do Ceará escusa as empresas de suas ditas “responsabilidades sociais”, justificando com o ambivalente argumento do desinteresse dos trabalhadores com relação ao uso do equipamento de proteção. Noutras palavras, sobre os trabalhadores acometidos de surdez recairia a culpa de seu próprio infortúnio. Na mesma matéria, encontra-se ainda uma charge, que constitui um verdadeiro escárnio sobre um problema de saúde de consequências tão graves para os trabalhadores:

FIGURA 7 – Charge sobre surdez dos trabalhadores na indústria cearense



Fonte: Jornal da Fiec. Ano: IV, nº 43, novembro de 1991, p. 08.

Inúmeros trabalhadores da Finobrasa sofriam com problemas auditivos. Quanto mais tempo de trabalho na empresa, maior a possibilidade de contrair a doença:

O fonoaudiólogo da empresa, João Vicente Raupp Gurgel, disse [...] que a Finobrasa montou seu setor de audiologia em 1988, através da Área de Saúde Ocupacional do SESI, sendo a primeira a possuir tal serviço. Ele explicou que várias pesquisas mostram que, depois de anos trabalhados em locais de níveis de 95 a 96 decibéis, o operário pode começar um trauma acústico de primeiro grau. 'Na Finobrasa, uma parte dos operários já tem um trauma acústico a nível de primeiro grau, mas a grande maioria já apresentava o problema antes do setor ser montado', disse. Isso acontece também porque o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) não evita o agravamento do problema, ou seja, mesmo usando o EPI o operário ainda corre o risco de sofrer um problema auditivo.

Vicente Gurgel afirmou que na Finobrasa os exames audiométricos são rigorosos na admissão do operário. Mas eles também são realizados semestralmente e na demissão, havendo, assim um total acompanhamento do funcionário. Segundo Gurgel, se for constatada

progressão de algum problema auditivo, o primeiro passo é remanejamento para outro local da empresa com níveis de ruído abaixo de 85 decibéis.

O fonoaudiólogo da Finobrasa acha que a conscientização é muito importante, tanto para os empregados como para os empregadores. Para ele a legislação é falha e o operário deve se proteger utilizando o EPI, muito embora esse tipo de aparelho não resolva 100 por cento o problema. Há hoje no país cerca de 40.000 trabalhadores sofrendo de problemas de surdez auditiva em diversos graus.

Os operários da Finobrasa, segundo explicações de Vicente Gurgel, utilizam o melhor tipo de EPI, o concha. Ele disse também, que uma fábrica alcança níveis de ruído máximo de até 110 decibéis. Num nível de 85 decibéis, o operário suporta trabalhar às oito horas, mas acima, dos 90 decibéis, por hora, o tempo recomendável vai diminuindo, passando para 4 horas; 95 db, por 1 hora; 105 db, 30 minutos. Gurgel explicou que a Finobrasa tem uma média de intensidade de 95 decibéis<sup>267</sup>.

O peculiar trata-se do fato de ser o próprio órgão informativo da classe industrial no Ceará que revela como a surdez era uma doença recorrente na Finobrasa. Nesta empresa os trabalhadores estavam expostos a níveis insuportáveis de ruído. O Equipamento de Proteção Individual era ineficiente, pois “esse tipo de aparelho não resolve 100 por cento o problema”. As condições de trabalho seguiam uma lógica que privilegiava somente a produção, em detrimento da saúde dos trabalhadores.

A exposição dos trabalhadores durante um longo período a intensidades de ruído extremamente prejudiciais ao aparelho auditivo, fez com que vários deles ficassem doentes. O que o fonoaudiólogo da empresa denomina de “trauma acústico de primeiro grau”, para os operários significava surdez.

Mesmo ciente da situação, um quadro de trabalhadores formado por homens e mulheres deficientes, limitados, a Finobrasa não assumia a responsabilidade. Antes, justificava-se com a afirmação de que a moléstia foi adquirida antes da criação do setor de audiologia, como se isso resolvesse o problema dos operários que devido à surdez encontravam-se deslocados socialmente.

É válido ressaltar o ano de criação do setor de audiologia da Finobrasa, 1988, ano emblemático para trajetória da empresa e de seus trabalhadores, em virtude da greve ocorrida em maio daquele ano. A matéria não revela o mês da criação do setor, se foi antes ou depois da greve (de 23 dias). Mas, sem dúvidas, o

---

<sup>267</sup>

setor foi criado em virtude das reivindicações operárias, haja vista os operários estarem, nesse contexto, vivenciando amplo processo de mobilização e organização junto ao Sindicato dos Trabalhadores Têxteis.

Se as doenças eram frequentes, o mesmo pode ser dito sobre casos de acidentes. O trabalho na “grande indústria da mutilação”, como denomina o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, marcou para sempre a vida de vários operários que tiveram braços, mãos e dedos mutilados:

Acidentes de trabalho:

O setor é uma grande indústria de mutilação de trabalhadores, o número de trabalhadores que perderam algum membro é bastante elevado, dentre estes casos citamos dois:

a) Thomaz Pompeu: Francisco Aduino de Oliveira Ferreira.

\* Foi demitido logo após o seu retorno, sendo reintegrado mais tarde através de acordo.

b) Unitêxtil. (Santa Cecília): Francisco Cesar de Freitas.

\* Logo após o acidente em que perdeu a mão direita foi aposentado<sup>268</sup>.

O grande número de acidentes evidencia que a “modernização” da indústria têxtil no Ceará não conseguiu melhorar as condições de trabalho no setor. Todo o suporte tecnológico das máquinas não bastou para impedir que trabalhadores continuassem a ter partes do corpo decepadas enquanto trabalhavam – como no caso dos acidentes envolvendo Francisco Aduino de Oliveira Ferreira, da Thomaz Pompeu, e Francisco César de Freitas, do Grupo Unitêxtil.

O fato de o documento não relatar nenhum acidente envolvendo trabalhadores da Finobrasa não significa que eles inexistiam neste complexo fabril. No órgão de divulgação da empresa, o informativo *Viajante*, publicou-se uma entrevista com o operário Aduino Ferreira. Este, que então trabalhava na produção (máquina desfiladeira), foi indagado se gostava do seu local de trabalho, ao que respondeu: “gosto de onde estou. O serviço é calmo e tenho muito cuidado com acidentes”. (VIAJANTE, s/d). Ao afirmar que tinha muito cuidado com acidentes, o trabalhador dá pistas da existência dos mesmos. Se fosse diferente, Aduino Ferreira não teria dado ênfase ao constante cuidado a fim de evitá-los.

Valdeci Lopes, igualmente, ao narrar sua experiência de trabalho na Finobrasa, além de explicar o processo fabril de preparação do fio, revela a necessidade de constante atenção para evitar mutilações, pois se não “a pessoa perde um braço”:

<sup>268</sup>

Então, eu fui trabalhar na abertura. A abertura é justamente, o primeiro contato que a pessoa tem com o algodão, então ali ele é rasgado, tipo assim, em postazinhas, eles são aberto, colocados na esteira, então a esteira ali vai processando. O coordenador chegou pra mim com três dias que eu tava trabalhando: 'Olha Valdeci, eu vou lhe colocar pra você trabalhar em maçarqueira'. Primeiro eu vou por partes. Primeiro: o algodão vem na abertura, ele entra, tem umas maquinazinha chamada as cardas, é onde o algodão já começa a ser processado em fio, depois vai para o passador, ele tem duas passagens, tem a primeira, uma que a fita sai muito grossa e o passador já vai afinar, quando ele chega na primeira passagem, ele já sai bem fininho para as máquinas que se chamam maçarqueiras, que é a máquina que eu trabalho. Então, quando ele chega lá, são 96 fusos, todos automatizados, requer muita atenção, muito cuidado, pra que não haja acidente, porque se houver acidente, praticamente a pessoa perde um braço. Como todas as máquinas. Porque você sabe, que máquina tá dizendo, elas têm o seu respeito, a gente tem que respeitar elas e elas também tem que nos respeitar<sup>269</sup>.

Porque modernas, as máquinas automatizadas requeriam do trabalhador muito mais cuidado e atenção. Por um lado, aumentavam a produção, melhoravam a qualidade dos produtos, mas, por outro, poderiam arrancar o braço do operador a qualquer momento, "como todas as máquinas". O trabalhador fala da necessidade de respeitar a máquina, sob pena de ter que remediar consequências, muitas vezes irreparáveis.

Dando continuidade à narrativa, Valdeci Lopes refere-se aos programas de prevenção a acidentes instituídos na Finobrasa: capacitações, palestras e treinamentos para lidar com o maquinário. No entanto, a julgar pelo que o mesmo narra, essas iniciativas visavam "conscientizar" o trabalhador de que, caso sofresse acidente, a culpa seria do próprio operário. Pois, ao realizar a capacitação para o "bom" uso da máquina, a empresa se isentava de qualquer culpa:

A Finobrasa trabalha muito com a capacitação dos funcionários. É as máquinas uma parte já moderna, né, para que haja o quê? Uma melhora tanto para o funcionário, porque a empresa, zela muito pela parte física do funcionário, para que não venha a ocorrer nenhum acidente com ele. Porque a empresa faz de tudo para que o funcionário saia bem e não volte acidentado. Então nós temos palestra, um ensinamento [...]. Geralmente uma pessoa novata, o coordenador pede pra eu ficar olhando o serviço daquele rapaz; eu dou uma orientação, eu ajudo, por quê é uma coisa muito importante que a gente zela. Nossa vida e também a vida do funcionário. Porque tudo o que a gente vê é que o maquinário exige muita atenção, requer muito cuidado e quanto mais atenção você tem, melhor você vai trabalhando dentro da empresa<sup>270</sup>.

---

269 Entrevista com Valdeci Lopes, concedida em 01/10/2007.

270 Id., ibidem.



É evidente que a empresa não estava preocupada com a integridade física dos trabalhadores, os treinamentos visavam prepará-los para o uso eficiente das máquinas, de modo a extrair dela a maior e melhor produção. A preocupação da empresa em evitar acidentes não dizia respeito ao trabalhador em si, mas à produção que seria prejudicada, pois, até o “novato” realizar a atividade com a rapidez e qualidade do veterano, levava algum tempo.

Para ser um operador era necessário ter determinados conhecimentos, que exigiam certo tempo para ser adquiridos. Nesse sentido, a empresa procurou criar vários mecanismos para evitar acidentes:

Porque como eu lhe disse, quando eu cheguei com três dias o coordenador colocou pra mim aprender, porque eu não tinha conhecimento. Porque antes aqui eu trabalhava em fiação. Então eu fui começando a aprender, quer dizer, a gente requer um trabalho muito grande, porque a maçarqueira são duas máquinas com 96 fusos, então, e uma velocidade que ela roda com 360 graus. Então é preciso que você tenha realmente um conhecimento muito grande daquilo que você está fazendo [...]. Nelas todas existem umas lâmpadas, que elas indicam que uma fita quebrou que houve alguma quebra, se a máquina tá com defeito ela não roda. Imediatamente o operador da máquina comunica ao coordenador, chama-se o mecânico. Por que antigamente, a gente mexia alguma coisa na parte elétrica, uma coisa bem simples, mas hoje em dia não é mais permitido, tem que chamar o eletricitista para evitar um acidente, a pessoa não levar um choque e amanhã não venha a culpar a empresa. Então todos nós somos orientados, tem palestra, tem conversa, a instrutora, o coordenador, o pessoal da segurança também cuida dessa parte. Então, tudo o que eles veem de errado que vai prejudicar o funcionário, amanhã eles já tão antecipando alguma coisa. Uma coisa bem recente: foram colocado nas nossas máquinas umas fotocélulas, são duas luzinhas que ficam assim, em cada canto, como se fosse um visor, então tudo o que eles veem de estranho que não pertence a máquina, elas param a máquina na hora. Você tá do outro lado concertando alguma coisa e na frente à fita quebrou, então a máquina pára automaticamente, sem você precisar ir lá parar a máquina<sup>271</sup>.

A despeito do trabalho de “conscientização” e das medidas preventivas (luzes, foto-células), os acidentes não deixaram de acontecer. A atenção redobrada não era suficiente para controlar máquinas que giravam 360 graus à toda velocidade, com 92 fusos subindo e descendo. Some-se a isso a fadiga causada pelo trabalho em um ambiente insalubre e mórbido.

---

<sup>271</sup>Id., *ibidem*.

O trabalho intenso deixava os trabalhadores vulneráveis, de modo que a qualquer momento poderia acontecer um acidente. Neste sentido, a atenção se voltava tanto para segurança individual, como para dos companheiros:

Eu já tenho uma experiência boa. Todo dia pra mim eu tenho aquele cuidado de trabalhar direito. Trabalhar bem, para que não venha a acontecer um acidente e nem a pessoa que está do meu lado trabalhando, porque o que a gente vê a pessoa dizer: 'Ah, eu num tô acostumado com a máquina', mas a máquina não ela, permanece parada no seu lugar, nós é que comandamos ela. Então, se comandando direito, evita-se um acidente. E você rodando a máquina mal você pode ser prejudicado por ela mesma. O problema assim, a dificuldade, é por ser um trabalho corrido, né. Então a pessoa tem que ter aquela prática pra fazer o trabalho naquele tempo que é determinado. Porque a máquina é extensa, quando você for ligar ela, você tem que olhar o lado direito e o lado esquerdo, pra ver se não tem alguém colocando a mão dentro da máquina; porque se tiver, quando ela rodar, ela quebra o braço da pessoa. As dificuldades são essas no dia-a-dia. Em relação ao trabalho, a gente vê que lá o pessoal já tem mais de 10, 15, 8 anos. Então são pessoas que já estão bem abalizadas no trabalho. Tem uns dois que são novatos que a gente está sempre ali, sempre junto com eles: 'Rapaz isso é assim, vamos fazer desse jeito'. Pra poder eles não vim a se acidentar. Então, cada um, tanto é responsável por cada trabalho, como também somos responsáveis por cada máquina. Então um ajuda o outro. Então nosso sistema de trabalho é esse, sempre olhando, que a melhor maneira de trabalhar é você evitar um acidente<sup>272</sup>.

Mas nem sempre havia tempo para que “um ajudasse ao outro”. A qualquer momento a “fábrica das perdas” realizava a sua operação matemática, que, em relação aos trabalhadores, reduzia-se à subtração: “Perde a audição, perde o dedo, tem as máquinas lá, que corta os dedos, que corta as mãos, morreu até gente, a máquina, também, já matou gente lá dentro, a máquina puxou morreu”! (Entrevista com Geraldo Ferreira, 29/08/2007).

“Iam-se os dedos, ficavam as máquinas”! Estas puxavam, engoliam e sorviam o sangue, inclusive, dos trabalhadores mais experientes. Caso emblemático, a esse respeito, é o do mecânico de manutenção, José Bezerra de Lima, que trabalhou durante 15 anos na empresa até o dia em que foi “sugado por máquina no trabalho”, no dia 27 de agosto de 1997, tendo, assim, morte imediata:

O operário José Bezerra de Lima, 39, foi morto em acidente de trabalho na tarde da última quarta-feira nas dependências da empresa Finobrasa, na Avenida Sargento Hermínio, 2965. Segundo relatos de companheiros da firma, Lima fazia manutenção de uma máquina Carda quando o equipamento o sugou, fazendo com que

272

Id., ibidem.

tivesse morte imediata. O acidente aconteceu por volta das 16h30min. Em consequência, a vítima teve o braço esquerdo decepado e uma perfuração profunda na altura do pescoço.

No local da ocorrência estiveram presentes os peritos Lauro Rocha e Mário César Pereira, do Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania. O corpo somente foi retirado da parte de baixo da máquina com a ajuda de homens do Corpo de Bombeiros. Ele foi sepultado às 17h30min de ontem no Cemitério Jardim Metropolitano. Lima residia na rua NW6, bloco 22, apto. 11-A, no Conjunto Araturi, em Caucaia. Deixa viúva Maria José Alves de Lima, e os filhos Ana Paula, 15; Paulo Alves, 13; e Francisco Lucas Alves de Lima, 3.

Amigos e vizinhos da vítima informaram que ele trabalhava há 20 anos na Finobrasa, exercendo a função de mecânico de manutenção. A esposa, os filhos e o pai Valdemir Bezerra de Lima, que veio de Alto Santo para o sepultamento, não tiveram condições de falar. Por ocasião do acidente, Lima mexia sozinho na máquina. O companheiro que atuava com ele havia se ausentado da sala para pegar um material necessário para o trabalho que iriam executar.

Presentes no enterro do funcionário diretores da empresa disseram não ter condições de falar sobre a ocorrência. Um deles, que se identificou apenas como Alcides, se limitou a dizer que tinha sido um acidente de trabalho e que a Finobrasa não tinha nada a esconder. Garantiu que poderia dar informações posteriormente<sup>273</sup>.

Uma cena horrenda. José Bezerra de Lima foi sugado pela máquina de carda enquanto dava-lhe manutenção. O acidente foi tão violento que suscitou uma operação do Corpo de Bombeiros para retirar o operário das “entranhas do monstro carda”.

FIGURA 8 – Máquina de carda



Fonte: COSTA, 2005a, p. 100.

<sup>273</sup>

O Povo, sexta-feira, 29 de agosto de 1997., p. 17A.

Ao ser retirado da parte inferior da máquina, o corpo se mostrava completamente mutilado: um braço decepado e uma enorme perfuração no pescoço. O sangue esvaído do corpo do trabalhador escorria pelas engrenagens da máquina, como se fosse um lubrificante escarlate, que deslizava em direção ao mesmo “chão da fábrica” que por vinte anos sentiu o gotejar do suor de José Bezerra. Vinte anos de dedicação, trabalhando aos sábados, domingos e feriados, de repente foram interrompidos.

O pai de José Bezerra, ‘seu’ Valdemir, destacou-se de Alto Santo, no interior do Ceará, para prestar sua última homenagem ao filho. E ao ser procurado pela reportagem do jornal O Povo, nada quis dar declarações. A família emudecera diante da tragédia – pelo menos diante do órgão de imprensa. Aos companheiros de trabalho, à viúva Maria José e aos filhos órfãos (Ana Paula, Paulo Alves e Francisco Lucas), restaria apenas a lembrança do familiar “sugado pela máquina”.

Diante desse fato extremo, o diretor industrial da empresa, Alcides Julian, concedeu uma declaração lacônica. A morte do trabalhador, na sua perspectiva, teria significado apenas um acidente de trabalho, de sorte que a Finobrasa não teria nada a esconder. A declaração do diretor desvela o descaso dos patrões para com os trabalhadores. Ao afirmar que a empresa não estava escondendo nada com relação ao acidente, Julian, implicitamente, afirma que a Finobrasa não era responsável pela morte do trabalhador. Daí também se subentende que o diretor atribuía o fim trágico de José Bezerra a sua imperícia. O custo do trabalho mal realizado foi pago com a morte.

Já o chefe do Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho no Ceará, Francisco José Costa Oliveira, responsável pela fiscalização das condições de trabalho nas empresas, ao ser procurado pelo Jornal O Povo,

[...] disse que sempre que ocorrem acidentes, o órgão tem a obrigação de mandar um técnico para fazer a investigação do fato [...] quanto a Fiação Nordeste do Brasil (Finobrasa), empresa onde no último dia 27 o mecânico de manutenção José Bezerra Lima, 39, foi morto ao ser sugado pela máquina que estava trabalhando. Franzé disse que a DRT enviou uma equipe para apurar o caso. Até o último dia primeiro de agosto, o órgão havia feito cinco fiscalizações na Finobrasa, não constatando nenhuma irregularidade<sup>274</sup>.

---

<sup>274</sup>

O Povo, sábado, 30 de agosto de 1997., p. 18A.

Ao dar relevo às fiscalizações feitas recentemente na Finobrasa, bem como à inexistência de problemas de segurança no interior da fábrica, o fiscal procura, ali, isentar a Delegacia Regional do Trabalho de qualquer responsabilidade pertinente ao acidente. Assumindo tal postura, o representante do Estado, corrobora com o discurso do diretor da Finobrasa, a saber: se a empresa não apresentava irregularidades, ela não poderia ser responsabilizada pelo acidente.

Ora, esses discursos convergem para a conclusão de que não teria havido acidente. Se não se tratou de acidente, o que teria ocorrido? Como a burocracia classifica a morte do trabalhador? Se a máquina é infalível, a culpa, o erro, recai-se sobre o humano que a opera. Nesse caso exemplar, a máquina apenas cobrou “o tributo de sangue” do operário “negligente”. Conforme José Sérgio Leite Lopes, o que os patrões denominam de negligência é na verdade uma consequência do repetitivo e monótono trabalho realizado continuamente durante longas jornadas; somado ao fato de as máquinas, na produção capitalista, nunca incorporar o princípio da segurança física e mental de seu operador. De modo que, os acidentes tornam-se inevitáveis e frequentes<sup>275</sup>.

A ineficiência dos órgãos governamentais de “proteção” ao trabalhador era um dos fatores responsáveis pelas péssimas condições de trabalho nas indústrias têxteis de Fortaleza. A ineficiência da fiscalização e a ausência de punição às empresas que apresentavam irregularidades deixavam os trabalhadores à mercê de circunstâncias completamente precárias.

Ainda concordando com José Sérgio Leite Lopes, é comum, no mundo do trabalho, perceber certa encenação por parte das direções das empresas na ocasião de visitas de fiscais da legislação trabalhista. Para o antropólogo:

Esse poder de mediação para com os operários e o mundo exterior que têm os empregadores estende as propriedades de exterioridade com relação aos trabalhadores que tem à fábrica, as ferragens e as máquinas, também aos visitantes, principalmente os que têm poder legal, que passam alheios ao que ocorre com o objeto mesmo de sua proteção, a força de trabalho<sup>276</sup>.

Nesse sentido, a “dupla exterioridade” – a saber, aquela relativa às condições com as quais se apresenta ambiente de trabalho, amiúde criado para favorecer a produção, à revelia da capacidade do corpo e da alma do operário; e aquela concernente às fiscalizações do governo, que deveriam coibir a dilapidação

---

<sup>275</sup> LOPES, Jose Sérgio Leite. (1978). op. cit., p. 90.

<sup>276</sup> Id., ibidem., p. 89.

da força de trabalho, mas não o fazem – perpetua o sistema de exploração e esgota completamente a capacidade física e mental dos trabalhadores.

Cabe, ainda, destacar que se, por um lado, o setor têxtil cearense aumentou o número de fábricas – à medida que diversificou a produção, inseriu-se no mercado internacional, modernizou o maquinário e adotou novos modelos de gestão do trabalho e da produção –, produziu, por outro, um verdadeiro exército de mutilados. A decantada modernização do setor não reduziu a precariedade das condições de trabalho nos parques industriais têxteis. Pelo contrário, enquanto as empresas cresciam e auferiam lucros vultosos, os trabalhadores adoeciam de tuberculose, sinusite, surdez, quando não eram mutilados ou mortos.

No caso das mulheres operárias, além de ficar expostas às péssimas condições descritas até aqui, também sofriam assédio, preconceito e discriminação. Quando grávidas, o tratamento dispensado a elas era ainda mais intolerante:

Arbitrariedade contra a gestante:

a) Thomaz Pompeu: demitiu duas gestantes: Tânia Maria Maia da Silva e Eliane Meneses da Silva.

b) Unitêxtil. (Santa Cecília): demitiu uma, mas através de acordo aceitou-a de volta no seu quadro de funcionários<sup>277</sup>.

Para os empresários, o importante era a produção. Esta não podia ser prejudicada. Portanto, quem estivesse na fábrica teria automaticamente que realizar todas as tarefas cabíveis. O aumento do peso das gestantes e demais sintomas da gravidez, somados aos cuidados com a criança, dificultavam, quando não impediam, a realização de determinadas tarefas. Além disso, a gravidez dava direito à licença maternidade, pela qual as gestantes, durante alguns meses, receberiam salário sem trabalhar na produção da empresa. Este era, de certo, outro aspecto que os patrões não aceitavam de bom grado. Portanto, as operárias grávidas, na visão dos patrões e dirigentes, representavam gargalos que deveriam ser eliminados.

É difícil, mesmo recorrendo à imaginação, medir a pressão que as operárias grávidas sofriam. Quantas foram obrigadas a pedir demissão devido à gravidez? Norteadas pela lógica do lucro máximo, as empresas procuravam cercear uma condição natural da mulher. Também aqui, para retomar a analogia que os trabalhadores faziam da fábrica com o inferno, as empresas demonstravam seu compromisso com a negação da vida. Seguindo essa tendência, na indústria têxtil

---

<sup>277</sup>

de Fortaleza, as mulheres, na prática, tinham de escolher entre ser mãe ou operária. Pois, dentro da lógica patronal, as duas dimensões seriam inconciliáveis.

O documento do Sindicato não faz referência às operárias da Finobrasa, gestantes ou não. Mas o cotidiano de trabalho das mesmas assemelhava-se ao das demais operárias têxteis de Fortaleza, permeado por agressões, assédio, discriminação e constrangimento. As mulheres conformavam um percentual entre 30 e 40 por cento do contingente de trabalhadores da Finobrasa. Elas trabalhavam, principalmente, nas etapas de acabamento, fiação e, em menor grau, no beneficiamento químico e retorção<sup>278</sup>.

Na Finobrasa, os maus tratos sofridos pelas operárias partiam, em sua maioria, dos supervisores e chefes de seção:

O desrespeito, a desigualdade, a brutalidade, indo da agressão moral até, algumas das vezes, a agressão física [...] não era apenas para com os sindicalistas, mas de uma maneira geral, com as mulheres em particular [...] era tratamento comum dos supervisores imediatos para com seus comandados a arrogância, o desrespeito e o despotismo<sup>279</sup>.

O desrespeito aos operários se dava de modo geral, mas as mulheres eram as vítimas mais frequentes dos abusos. É claro que a atitude dos supervisores contava com a conivência da direção da Companhia, porque, sem o respaldo desta, não seriam corriqueiras as agressões morais e físicas. Esse problema era grave. Houve casos em que as operárias agredidas terminaram por abortar:

‘Lá no setor de retorção tem supervisor que chama as mulheres de puta e muitas delas começam a chorar’.  
(Trabalhadora da Finobrasa).

‘Uma mulher estava grávida de oito meses e durante o trabalho, alguém foi falar para o supervisor que ela estava fazendo coisa na máquina que não estava certo [...]. No outro dia [...] ele chegou e falou bastante coisa pra ela. Ela ficou muito nervosa, passou o dia chorando, aí quando foi mais ou menos como uma semana depois, o menino dela morreu [...]’.  
(Trabalhadora da Finobrasa).

‘Uma mulher disse que a máquina estava enrolando o material e ela pediu ao supervisor uma lasca para tirar, e ele disse que ela tirasse com os dentes’.  
(Dirigente Sindical da Finobrasa).

‘Vejo as companheiras reclamando do excesso de trabalho, máquinas demais, com velocidade muito rápida, enrolando demais,

<sup>278</sup> APOLINÁRIO, Valdênia. op. cit., p. 100.

<sup>279</sup> COSTA, Marcos Antônio Bezerra. (2005a). op. cit., p. 127.

quente demais e a pessoa não tem condição de acompanhar o ritmo da velocidade das máquinas. Aí os supervisores chegam, reclamam, humilham, às vezes, agridem’.  
(Trabalhadora da Finobrasa).

‘Ele (o supervisor) dá tarefa pesada para as mulheres, tarefa muitas vezes que as mulheres não conseguem realizar e ele chega dizendo palavrão, xingando, humilhando mesmo, dizendo que a mulher não pensa porque ela é burra’.  
(Dirigente Sindical da Finobrasa)<sup>280</sup>.

Como se vê, portanto, as operárias eram tratadas com extrema brutalidade e desrespeito. Elas sofriam agressões de toda natureza, como xingamentos, humilhações e uma insuportável pressão para acompanhar o ritmo das máquinas, excessivamente “rápidas e quentes”. Algumas tarefas exigiam esforço físico além da capacidade das operárias, que tinham, não obstante, que dar conta dos serviços exigidos, caso não quisessem sofrer a censura dos supervisores.

Na Finobrasa, a exploração inerente ao capitalismo se encaminhava absurdamente, pois o processo de extração da mais-valia se realizava em condições desumanas. A mesma empresa que adotava os modelos de gestão do trabalho e da produção mais “modernos do mundo”, por outro lado, adotava práticas despóticas, personalistas e autoritárias de gestão do trabalho. O que fomentou movimentos de contestação e um amplo processo de organização.

As reivindicações concernentes ao cumprimento dos direitos trabalhistas aliaram-se a outras exigências da classe, de modo geral, alusivas à necessidade de humanização das condições de trabalho. Daí o sentimento quase imperativo de mobilização para conquista de mudanças no chão da fábrica. A cultura da reivindicação de direitos denegados construiu diversos mecanismos e táticas de luta e enfrentamento: greves, manifestações, passeatas em frente às fábricas, ajuizamento de ações, alargamento da solidariedade, conexão com os movimentos populares; são os mais evidentes.

De fato, este processo mobilizatório contribuiu para que os operários conquistassem determinado poder de barganha junto aos patrões, mas, por outro lado, deu margem para que acontecessem reações conservadoras (às vezes sutis) e autoritárias da classe empresarial.

---

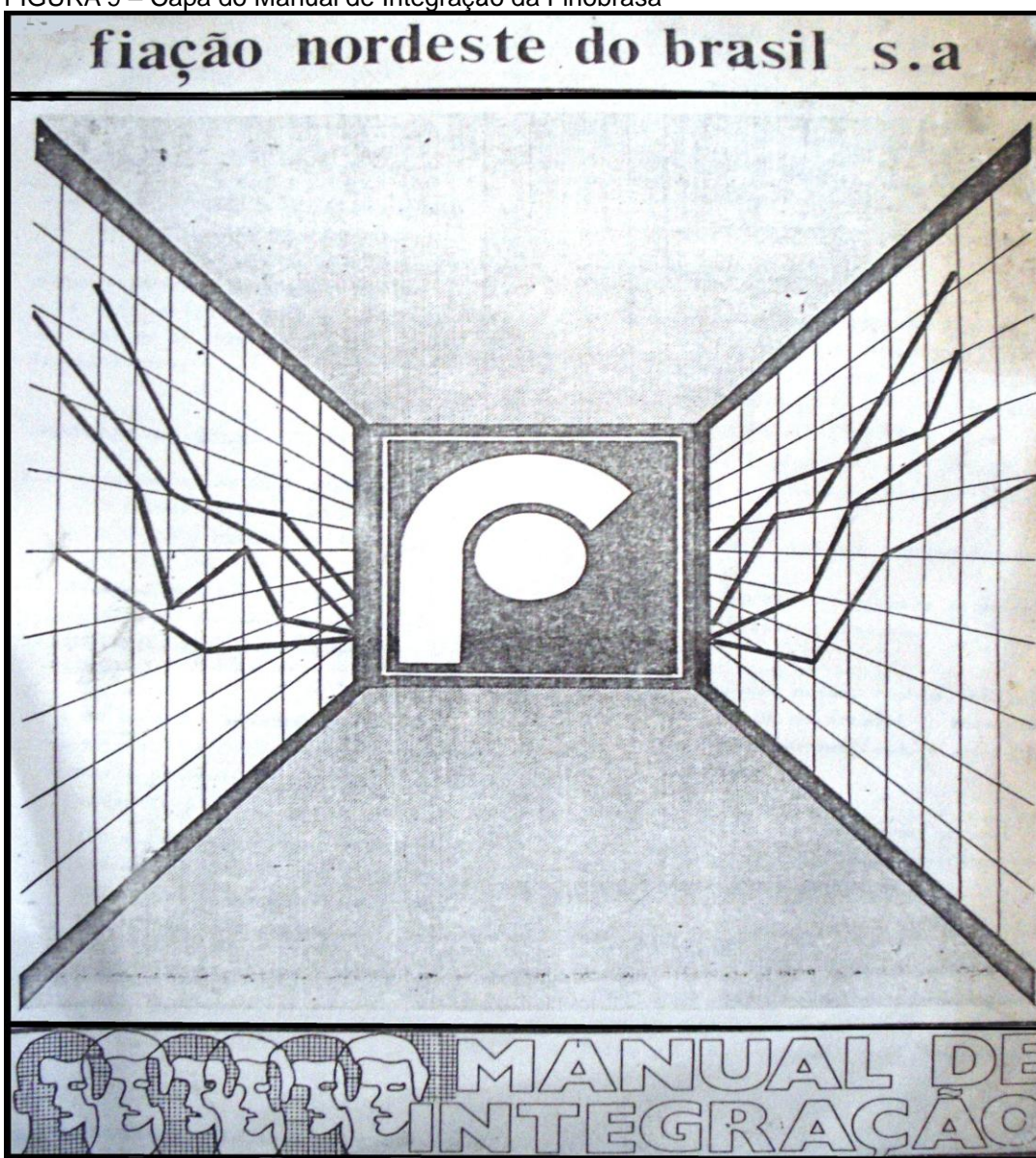
<sup>280</sup> Estas entrevistas foram realizadas em 2001 pela pesquisadora Valdênia Apolinário. Ela não cita o nome dos entrevistados. APOLINÁRIO, Valdênia. op. cit., p. 101-102.



#### 4. Disciplina, norma e controle

As dificuldades no cotidiano fabril dos trabalhadores da Finobrasa ultrapassavam a dimensão física. Como se viu até aqui, a afronta, o desrespeito e o tratamento indigno eram constantes no ambiente fabril. O controle, a disciplina e a norma também eram marcas do cotidiano na empresa. A “legislação interna” da empresa materializada em seu “Manual de Integração” é a expressão escrita da norma e do controle.

FIGURA 9 – Capa do Manual de Integração da Finobrasa



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis.

O mesmo acompanha a antiga tradição dos manuais de ofícios, ao passo que, agrega dos “novos tempos” este peculiar eufemismo: integração à máquina, à fábrica e ao regime de trabalho.

Ao observar a capa do manual um dos aspectos que chama a atenção é o título do mesmo. Ele poderia ser denominado de “manual de normas e regras”, ao invés de denominar-se “Manual de Integração”. De onde se enxerga uma estratégia paternalista de dominação. Um artilheiro do vocabulário produtivista, cuja lógica é integrar o trabalhador ao sistema fabril. A fábrica constituiria a grande família a ser integrada por todos, desde o mais “importante” diretor, até o mais “simples” operário.

Esse tipo de artimanha patronal é recorrente nas pesquisas em história social do trabalho. Paulo Fontes, por exemplo, no seu estudo sobre a Nitro Química e seus trabalhadores, constatou que “[...] um dos elementos centrais da ideologia empresarial na Nitro Química nos anos 50 foi o recorrente apelo à noção de família para denominar a comunidade fabril”. (FONTES, 1997, p. 47). Michelle Perrot, a esse respeito, analisando aspectos do paternalismo industrial na França, admoesta sobre a possibilidade de “[...] as relações sociais de trabalho s[erem] concebidas conforme o modelo familiar: na linguagem da empresa familiar o patrão é o pai, e os operários os filhos [...]”. (PERROT, 2006, p. 61-62).

Na Cerâmica São Caetano, nos anos 1950, a direção também procurou cultivar esse tipo de relação. A fábrica era uma grande comunidade, uma família extensa:

Ali não diziam habitualmente ‘a empresa’. Dizia-se a ‘fábrica’. E quando se dizia ‘a fábrica’, falava-se na comunidade de patrões e dos que ali trabalhavam, de quem mandava e de quem obedecia. ‘A fábrica’ era um grupo social, uma verdadeira sociedade, um mundo quase completo. E, em boa medida, era uma espécie de família extensa. Era também um ser vivo: ‘a fábrica mandou’, ‘a fábrica deu’, ‘a fábrica me aumentou o salário’, ‘a fábrica mandou embora’, ‘a fábrica me chamou’, ‘a fábrica quer’, ‘a fábrica está crescendo’, ‘a fábrica vai’, ‘vou pedir à fábrica’, ‘falei com a fábrica’<sup>281</sup>.

Mesmo com o manual da Finobrasa não referindo-se diretamente à palavra família, o modo como o título e as imagens da capa (desenhos de rostos adentrando uns nos outros formando uma intercessão) são dispostos dá margem a que se recorra a certa leitura, a partir do seu viés paternalista. Pode-se sugerir, nesse sentido, que o manual foi elaborado de modo, desde os seus caracteres visuais, a conduzir o seu possível leitor à informação de que a Finobrasa era uma grande família. E como tal, caberia ao seu operário a obrigação de entregar-se, por

---

<sup>281</sup>

MARTINS, José de Souza. (2011). op. cit., p. 380.

completo, ao objetivo institucional de alcançar o sucesso, de bater todas as metas de crescimento, além de outras exigências dessa ordem.

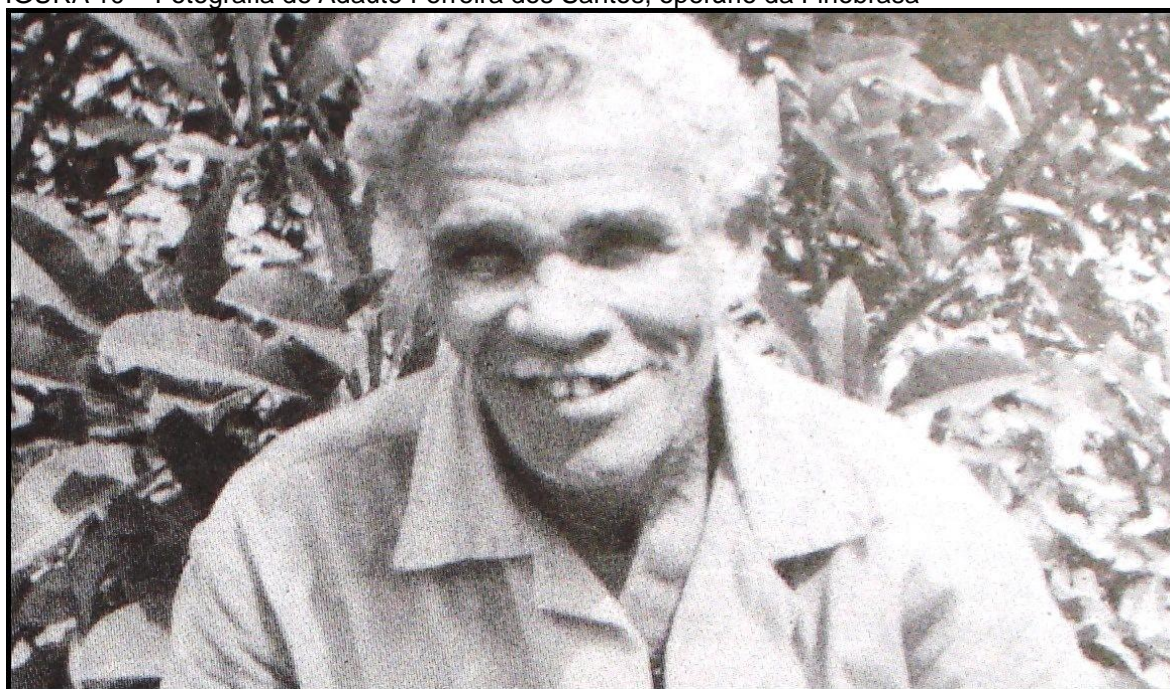
Na homenagem feita pela Finobrasa ao operário Aداuto Ferreira, registrada no informativo Viajante, a mesma lógica expressa no Manual de Integração volta a ser evidenciada:

Sr. Aداuto testemunha da história da Finobrasa

Toda empresa possui em seu quadro pessoal personagens que fizeram sua história. Na FINOBRASA o Sr. Aداuto Ferreira dos Santos, 62 anos, batedor da fábrica dois, turma A, é uma dessas pessoas. Ele conta com orgulho que ajudou a construir com suas mãos os alicerces e paredes da fábrica um e que há 17 anos vivencia o crescimento físico e produtivo de nosso parque fabril. Foram anos de uma vida simples, dedicada principalmente ao trabalho, que ajudou a engrandecê-lo como homem e a deixar suas marcas na história de nossa fiação<sup>282</sup>.

O texto reproduzido concerne à introdução de uma entrevista com Aداuto Ferreira dos Santos veiculada pelo informativo da Finobrasa. Na mesma, Aداuto Ferreira narra sua trajetória de vida, a experiência como trabalhador rural no município de Caucaia, bem como sua vinda para Fortaleza, cidade na qual trabalhou inicialmente como metalúrgico, indo depois vivenciar experiências em canteiros de obras, na construção civil. Nessa época começou a trabalhar na Finobrasa, primeiro na construção da fábrica, depois como jardineiro até chegar à produção.

FIGURA 10 – Fotografia de Aداuto Ferreira dos Santos, operário da Finobrasa



Fonte: FINOBRASA. Viajante, s/d.

Adauto Ferreira havia emigrado, do interior para capital, em busca de melhores condições de vida. Trabalhador rural de ofício, em Fortaleza virou “faz tudo”. Situação que ficou mais evidente quando começou a trabalhar na Finobrasa. Para ganhar a vida, topava qualquer “parada”: levantar paredes, plantar e cuidar do jardim, trabalhar na produção.

O senhor Adauto encerrava o perfil do típico funcionário padrão, segundo as expectativas da empresa. Ganhou, por isso, várias medalhas e prêmios. Tanto assim que, na homenagem a Adauto Ferreira, a Finobrasa procura incutir o ideal de integração entre trabalhador e empresa:

VIAJANTE: Como foi sua vida antes de trabalhar na Finobrasa?

Sr. ADAUTO: Nasci em Caucaia e sempre vivi da agricultura, plantando e vendendo uma parte da safra, até que a vida ficou mais difícil e decidi vir morar em Fortaleza.

VIAJANTE: Em que ano o Sr. Veio para cá e o que fez até ser admitido na empresa?

Sr. ADAUTO: Trabalhei no início ainda em 1962, quando cheguei aqui, na Ceará Gás Butano, como fundidor, depois entrei para construção civil e foi ai que vim para Finobrasa.

VIAJANTE: Como era a empresa quando começou?

Sr. ADAUTO: Cheguei aqui como operário para ajudar na construção da fábrica um. Naquela época só existiam as colunas da fábrica montada e eu ajudei a erguer o resto, e deixamos ela pronta para receber o maquinário.

VIAJANTE: O Sr. Foi então contratado para trabalhar na empresa?

Sr. ADAUTO: Isso mesmo. Trabalhei nos jardins, depois fui para os depósitos de fardo de algodão. Passei ainda três anos nas prensas e finalmente fui para desfiladeira, onde estou até hoje.

VIAJANTE: Com tantos anos na Finobrasa, o que foi mais importante presenciar?

Sr. ADAUTO: Minha maior alegria é ter visto a empresa crescer. Hoje fico contente de olhar para todas essas fábricas e saber que ajudei a construir com o meu trabalho um pouco disso tudo.

VIAJANTE: O Sr. Sente que é reconhecido?

Sr. ADAUTO: Estou satisfeito. Já ganhei três medalhas e alguns prêmios, mesmo porque só falto quando estou doente e estou contente de continuar na empresa.

VIAJANTE: E quanto a sua função atual gostaria de mudar?

Sr. ADAUTO: Gosto de onde estou. O serviço é calmo e tenho muito cuidado com acidentes. Além disso já estou perto da aposentadoria e me sinto bem. É bom amanhecer o dia e saber que se tem uma obrigação.

VIAJANTE: Em casa o que mais gosta de fazer?

Sr. ADAUTO: Moro com amigos. Minha mulher e dois filhos moram no Rio de Janeiro e há 15 anos não os vejo. Quando estou em casa só gosto de descansar e saber das notícias ou mesmo levar um papinho na calçada com os amigos.

VIAJANTE: O que há de mais importante para você atualmente?

Sr. ADAUTO: O trabalho e a saúde são as coisas fundamentais na minha vida e graças a Deus tenho as duas coisas.

VIAJANTE: O que mais quer no futuro?

Sr. ADAUTO: Meu maior sonho é poder rever os meus filhos e espero poder fazer isso um dia, talvez quando estiver aposentado<sup>283</sup>.

Adauto Ferreira era o trabalhador que ajudava a empresa a crescer. Não foi à toa, aliás, que Adauto Ferreira figurou nas páginas do informativo oficial da indústria, que se destinava aos trabalhadores, como um verdadeiro herói que imprimiu sua marca na história da Finobrasa. Mas como ele conseguiu essa distinção? De certo, integrando-se à família Finobrasa, conhecendo e respeitando as suas normas. Dessa forma, a Finobrasa dava voltas ao verbo e dizia como os operários deviam proceder: mirar-se naquele exemplo de vida dedicada.

Adauto Ferreira era de fato um homem bom. Dava forma às virtudes próprias do bom trabalhador. E, neste ponto, convém não tomar essa experiência pessoal como um caso exemplar de falsa (ou falta de) consciência, haja vista o que afirma José de Souza Martins:

O tempo me mostrou, já longe da fábrica, repensando minha vida e minha experiência, que havia uma consciência operária e uma consciência do trabalhador; a consciência da classe e a consciência da sociabilidade da fábrica e do bairro ao redor. Descontínuas entre si, modalidades de consciência que se estranhavam e não raro se repeliam, a consciência que o partido e o sindicato pretendiam e queriam e a consciência que o operário podia ter e entendia, a consciência do 'verdadeiro' operário e a consciência do operário 'alienado', mas real. Esse estranhamento, no fim das contas, negava o trabalhador de carne e osso, autor da consciência cotidiana de seu trabalho. Mas, na verdade, uma não existia sem a outra. A verdadeira consciência operária era um conflito de visões de mundo, uma alternância de percepções e vontades, um elenco de dilemas, uma disputa entre certezas cotidianas e incertezas históricas<sup>284</sup>.

Para Adauto Ferreira, sua honra consistia na condição de ser um trabalhador. Alquebrado, aos 62 anos e praticamente sozinho, esperava a hora da aposentadoria, quando talvez viesse a ter seu maior sonho realizado; um sonho simples, a saber, a possibilidade de rever os filhos, que haviam emigrado para o “distante” Rio de Janeiro há mais de quinze anos.

Feitas as devidas considerações acerca da experiência de Adauto Ferreira, faz-se necessário retomar ao manual do “bom trabalhador”, da Finobrasa, mais especificamente ao seu conteúdo:

#### MANUAL DE INTEGRAÇÃO

<sup>283</sup> FINOBRASA. **Viajante**. S/d.

<sup>284</sup> MARTINS, José de Souza. (2011). op. cit., p. 417.

Conhecer as normas políticas de sua empresa e cumpri-las é caminhar junto a ela. Portanto, observe os procedimentos de alguns aspectos que são importantes.

#### ATRASO

A sua pontualidade no trabalho é fundamental para o bom andamento do processo produtivo. Para que nossas metas de produção sejam atingidas, necessário se faz que você seja assíduo e pontual. Conheça nossos limites de tolerância e os padrões disciplinares.

#### ATRASO NO MICRO-PONTO

Concedemos, no mês, tolerância de:

- 5 (cinco) atrasos de 5 min.
- 2 (dois) atrasos de 10 min.

No caso de você ultrapassar o 7º atraso, baseando-se na concessão feita, serão aplicadas as seguintes punições:

- . 8º atraso – advertência verbal;
- . 9º atraso – 1 (um) aviso disciplinar e desconto da (a) hora (a) atrasadas (a);
- . 10º atraso – suspensão de um dia;
- . 11º atraso – suspensão de um dia;
- . 12º atraso – suspensão de um dia;
- . 13º atraso – demissão.

A contagem dos atrasos, para fins de punição, será feita bimestralmente.

Quando o primeiro atraso for superior a 10 minutos, são aplicadas as punições do item 1.2., sendo a contagem da advertência verbal como 1ª punição e assim sucessivamente.

Após 30 minutos de atraso, somente será permitida a entrada do funcionário com autorização da chefia.

#### ATRASO NA SEÇÃO

Após a batida do ponto haverá a tolerância de 10 (dez) minutos para seu comparecimento na seção. Ultrapassando esse limite, você estará sujeito as seguintes sanções:

- Até 3 atrasos – advertência verbal;
- 4º e 5º atrasos – 1 (um) aviso disciplinar;
- 6º e 7º atrasos – suspensão de um dia;
- 8º atraso – suspensão de um dia;
- 9º atraso – demissão.

As sanções acima, também serão aplicadas quando os atrasos acontecerem no intervalo destinado a refeição e descanso.

Não serão contados como atrasos na seção, os que foram computados no micro-ponto.

#### FALTAS

Caso você falte ao serviço e não justifique legalmente no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, submeter-se-á às condições:

#### NORMAS DISCIPLINARES

#### FALTAS

1. Não receberá o salário do dia não trabalhado e nem do repouso semanal.
2. Receberá um aviso disciplinar por cada dia de ausências nas 8 (oito) primeiras ocorrências.
3. Perderá o direito a alguns benefícios:  
Gratificação, abono de férias e redução no período de gozo, prêmios no final do ano, abatimento na cooperativa e pagará refeitório no mês da falta.

4. Terá seu contrato de trabalho rescindido por justa causa se atingir a 9ª falta sem justificativa.

5. A apuração das faltas, para efeito de demissão, será feita sempre dentro de um período de 12 meses.

6. Terá suas faltas anistiadas o funcionário que a partir de sua última falta passar 6 (seis) meses sem faltar ao trabalho, iniciando novo período com 0 (zero) faltas.

7. As faltas anistiadas permanecerão em registro.

\* Considera-se faltas justificadas:

- As que determinam o art. 473 da CLT, quando devidamente comprovadas.

#### NEGLIGÊNCIA E INDISCIPLINA

O seu desenvolvimento na empresa também depende do seu comportamento.

- Poderá a empresa aceitar uma outra justificativa não prevista no item anterior.

As indisciplinas que são desvios de conduta, e as negligências que representam descuidos no desempenho do trabalho, interferem na produção e conseqüentemente reduzem o seu conceito diante da empresa.

Acontecendo estes casos você estará sujeito às seguintes punições:

- Advertência verbal;
- Aviso disciplinar;
- Suspensão;
- Demissão.

As punições ocorrem da seguinte forma:

1. Primeira incidência.

O funcionário será repreendido verbalmente, desde que sua atitude não tenha efeitos expressamente negativos, e neste caso, será punido com um aviso disciplinar, suspensão, ou demissão sumária, de acordo com a gravidade.

Primeira reincidência.

O funcionário receberá um aviso disciplinar, de acordo com a ressalva do item 1.

Segunda reincidência.

O funcionário será suspenso por um dia, observando a ressalva do item 1, sempre que houver reincidência do ato. Será demitido ao completar a 4ª reincidência.

#### RECOMENDAÇÕES

Existem alguns atos que você venha a praticar poderão lhe trazer prejuízos, lembre-se de:

#### EVITAR

- . Apresentar-se ao serviço alcoolizado ou com sintomas de ingestão de bebida alcoólica;
- . Desenvolver atividades comerciais dentro da empresa;
- . Fazer listas, subscrições, sorteios, rifas e outras atividades semelhantes.

#### É EXPRESSAMENTE PROIBIDO

- . Portar arma de qualquer espécie nas dependências da empresa;
- . Usar material, equipamento, ferramenta ou veículo da empresa para fins particulares;
- . Promover briga ou discussão no recinto de trabalho;
- . Praticar jogos de azar no ambiente de trabalho;

. Promover ou participar de manifestações de ordem política, religiosa ou ideológica<sup>285</sup>.

Sua parte interna inicia com uma superposição de controle sobre o tempo. São descritas e comentadas as condições, as tolerâncias e as punições em relação a atrasos e faltas. É evidente o propósito da empresa em disciplinar o tempo, já que só assim seria possível garantir o bom andamento do processo produtivo. O tempo da empresa é o do cronômetro. Neste sentido, cada minuto de atraso é cronometrado, anotado e somado. A tolerância existe como regra; não obstante, o que importa ressaltar é o descumprimento. Diante do deslize em relação à norma, caberia certo constrangimento, tácita admoestação; já em caso de reincidência, o erro acarretaria punições, que iam da advertência à demissão.

Existe ainda um rigoroso acompanhamento dos passos do trabalhador. O tempo é cronometrado tanto para o controle da entrada na empresa, por meio da “batida do ponto”, como para o da chegada à seção de trabalho. Uma vez que assiduidade e pontualidade constituem regras fundamentais no capitalismo, o trabalhador precisaria pautar seu comportamento nesta relação entre tempo e dinheiro. Por essa razão, as faltas também não deveriam ser toleradas. Assim, quando alguém faltava, recebia um aviso disciplinar, comunicando que o mesmo ficava então sujeito às normas do regimento interno.

#### AVISO DISCIPLINAR

Fáb. I SEAC A

Ao(s) Sr(a): José Maria de Souza Mat. 6261-8

Tem o presente, o fim especial de comunicar-lhe que em virtude de V. Sa. ter faltado ao trabalho no dia 29.10.89 sem justificativa.

Fica por esta forma advertido disciplinarmente. Esperamos, portanto, contar com sua cooperação no sentido de que tai(s) ato(s) não se repita(m).

Outrossim, informamos que trata-se do. ( \_\_\_\_\_ ), advertência, assim sendo, pedimos observar as normas de nosso Regulamento interno.

Solicitamos a por o seu “Ciente” na cópia deste e na oportunidade apresentamos nossas cordiais saudações.

CIENTE 02/ 11/ 89. Fortaleza, 30 de Outubro de 1989<sup>286</sup>.

O aviso disciplinar é o mesmo o papel no qual o trabalhador dá o seu atestado de estar ciente das marcações que vão preenchendo o seu “prontuário”. Desse modo vão sendo criadas as condições para as demissões “por justa causa”,

<sup>285</sup> FINOBRASA. **Manual de Integração.** S/d.

<sup>286</sup> FINOBRASA. **Aviso Disciplinar.** 30/10/1989.



previstas no regimento interno. Quem escrevia este regimento? Onde era lido? Que tipo de fiscalização e controle externo era exercido sobre as “leis internas” do espaço fabril?

Atente-se, ainda, para o seguinte aspecto do problema. O aviso não descuidava de uma “norma de etiqueta social”: “[...] apresentamos nossas cordiais saudações”. Será uma ironia? Bem, o certo é que as cordialidades eram esquecidas caso o trabalhador continuasse faltando. A se confirmar a recorrência do “erro”, o faltoso seria suspenso e, ao mesmo tempo, avisado de que passaria a ficar submetido às medidas cautelares:

AVISO DE SUSPENSÃO

Fáb. I SEAC A

Ao(s) Sr(a): José Maria de Souza Mat. 6261-8

Pelo presente notificamos que a partir do dia 05 de novembro de 1989 V. Sa. estará suspenso do exercício de suas funções pelo prazo de um dia, ( \_\_\_\_\_ ) dias em razão da(s) irregularidade(s) a seguir discriminada(s):

devido incidência de atrasos (09) atrasos.

E que sua apresentação novamente ao serviço será no horário usual do dia \_\_\_/ \_\_\_/ \_\_\_.

Outrossim, informamos que trata-se do \_\_\_\_\_ suspensão, e assim sendo, pedimos observar as normas de nosso REGULAMENTO INTERNO.

Esperamos que V. Sa. não reincida em falta idêntica nem cometer outra de qualquer natureza, o que nos obrigaria a tomar medidas acauteladoras e outros interesses de conformidade com as disposições legais em vigor. Solicitamos a por o seu “Ciente” na cópia deste.

CIENTE 06/ 11/ 89. Fortaleza, 06 de Novembro de 1989.<sup>287</sup>

Far-se-ia necessário que o trabalhador percebesse a existência dos limites da tolerância. Quando esgotados tais limites, o operário ficaria exposto às punições (in)cabíveis, como as observadas nos documentos apresentados anteriormente.

Na Finobrasa, a disciplina, o controle e a coerção estavam na ordem do dia. Mas isso era apresentado para os trabalhadores por meio de eufemismos, isto é, com o uso de termos como integração, prezados funcionários, dentre outros. O trabalhador, com efeito, não poderia desobedecer às normas quanto a pontualidade e, sobretudo, frequência, pois a mesma família que acolhia de braços abertos os mansos e dóceis, punia com severidade as “ovelhas negras da família”.

## 5. O direito ao dia do domingo

Dentre os vários problemas enfrentados pelos trabalhadores da Finobrasa, a obrigatoriedade de trabalhar aos domingos destaca-se como fonte decisiva de conflitos. Para compreender a luta dos trabalhadores da empresa pelo direito ao domingo, valho-me da história de João Batista, morador do Bairro da Maraponga que emigrou, de Sobral para Fortaleza, no início dos anos 1970. Ao chegar a capital cearense, trabalhou oito anos como jardineiro antes de, em 1980, ingressar na Finobrasa – onde serviu como auxiliar de operador até ser promovido ao cargo de operador de máquinas.

No contexto de sua entrevista, João Batista organizava a documentação referente à aposentadoria, embora continuasse trabalhando no Grupo Vicunha, na unidade localizada no Bairro de Pajuçara, em Maracanaú, desde a desativação da Finobrasa, ocorrida no primeiro semestre de 2008. Seu relato evidencia uma das “reestruturações” mais significativas na empresa, realizada nos anos 1980, quanto ao modo de vida e trabalho dos operários.

Quando João Batista começou a trabalhar na Finobrasa, a indústria funcionava nos três turnos: manhã, tarde e noite. Lá existiam quatro turmas de trabalho: a turma A, pela manhã; a B, à tarde; e as turmas C e D, que trabalhavam no período noturno, na escala de dias alternados (um dia sim e outro não). Os trabalhadores que faziam parte das turmas A e B trabalhavam de segunda a sábado e folgavam todos os domingos, já os das turmas C e D trabalhavam um domingo a cada quinze dias. Portanto, já havia trabalho aos domingos na empresa, porém cerca de dois terços dos trabalhadores gozavam de descanso dominical integral, sendo que os demais, só aproveitavam esse direito a cada quinze dias.

Como visto, durante a década de 1980, a Finobrasa promoveu uma série de mudanças internas, dentre as quais, a modificação nos turnos e nas turmas de trabalho. É o próprio João Batista quem relata a mudança para o sistema cinco por um,

[...] de 83 pra 84 houve uma mudança lá, que nessa época que eu entrei em 80, eram quatro turmas, trabalhavam duas turmas à noite se revezando, uma trabalhava uma noite, a outra não. Em 83 acabaram uma turma lá do turno da noite, ai eles formaram esse sistema cinco por um. Eram quatro turmas e a gente da turma A, e da

turma B, trabalhávamos só até sábado, trabalhava os 6 dias, ai todos domingos era folga [...] <sup>288</sup>.

Conforme a narrativa de João Batista, a partir de 1983 a Finobrasa passou a desenvolver as atividades no regime de folgas cinco por um; funcionando com apenas três turmas de trabalho, turmas A, B e C. Cada turno passou a ter uma turma fixa: Turma A, pela manhã, B, à tarde, e C, à noite. Esses grupos trabalhavam todos os dias da semana – ou seja, de domingo a domingo –, vinte e quatro horas por dia. Mas, e as folgas? Cada operário trabalhava cinco dias corridos e folgava no sexto. Dessa forma, em cada turma, considerando todos os dias da semana, sempre se encontrava alguém de folga, enquanto a maioria estava trabalhando, mesmo que fosse sábado, domingo ou feriado.

Devido ao novo regime de folgas, todos os trabalhadores, sem distinção de turma ou turno, passaram a trabalhar aos domingos e a folga só coincidiria com este dia da semana a cada 42 dias. De sorte que, ficou muito mais difícil a participação dos trabalhadores em atividades tipicamente dominicais, como a prática de ir à Igreja, à praia, de visitar um compadre, de ir ao futebol, de organizar um churrasquinho com a vizinhança ou de cuidar da casa e do pequeno quintal, bem como de viver as *domingueiras* do bairro.

Não bastasse isso, como as folgas eram condicionadas ao sexto dia após cinco trabalhados, sempre que necessitava resolver algum problema num dia distinto do equivalente à sua folga, o trabalhador era obrigado a enfrentar toda uma burocracia, que incluía convencer um companheiro de folga a substituí-lo, assinar papéis no Sindicato e depois levá-los ao setor pessoal da empresa. Além disso, esse percurso deveria ser completado com antecedência:

O meu horário de trabalho é de três e cinquenta às vinte duas e nove. Nós trabalhamos cinco dias, com uma folga de um dia por semana. O meu grupo de folga é o grupo um. Então muitas vezes acontece de você ter uma necessidade e precisar trocar o dia de folga, você quer ir no Centro comprar uma coisa. A gente vem aqui no Sindicato, pega um papel, coloca o meu nome e o nome da pessoa com quem eu vou trocar, matricula e tudo, a gente assina, entrega na mão do coordenador, leva para o setor pessoal, porque é justamente lá que tudo é organizado, pra saber que naquele dia você não veio porque trocou de folga com o seu companheiro. Mas primeiro, é assim: 'Ô Angélico (o nome do meu coordenador) eu quero trocar a minha folga de sexta-feira para sábado'. Aí ele diz: 'Valdeci arranje uma pessoa, do trabalho, do mesmo setor'. Aí eu digo: 'Eu vou trocar com fulano'. Ele folga no grupo dois e eu folgo no

grupo um, então o que acontece: ‘Ele vai trabalhar no meu lugar e eu no lugar dele no sábado’<sup>289</sup>.

O sistema cinco por um investiu contra a autonomia dos trabalhadores sobre o tempo. Até as trocas de folgas teriam que ser avisadas com antecedência, exigindo uma série de ações burocráticas. Não bastava combinar uma eventual substituição com um companheiro de trabalho, vez que, caso o procedimento não fosse realizado de acordo com os trâmites definidos pela empresa, a permuta da folga consistiria uma “falta injustificada”, passível, portanto, das punições previstas no regimento interno da empresa.

Para completar o cenário de perdas, a participação em atividades sindicais também se tornou, praticamente, impossível. Ao investigar em quais dias da semana eram realizadas as principais atividades no/do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, no período entre 1983 e 1991, constatei que a maioria delas – como as assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, reuniões para distribuição de cargos ou para dar posse a diretorias – se realizaram quase sempre aos domingos. Destaque para as assembleias cujo objetivo era decidir a instauração do dissídio coletivo da categoria, entre 1983 e 1991, por exemplo, apenas uma não foi realizada aos domingos<sup>290</sup>. Algumas dessas atividades tiveram a convocação publicadas no órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis.

FIGURA 11 – Convocação para Assembleia Geral, domingo, 02 de abril de 1989

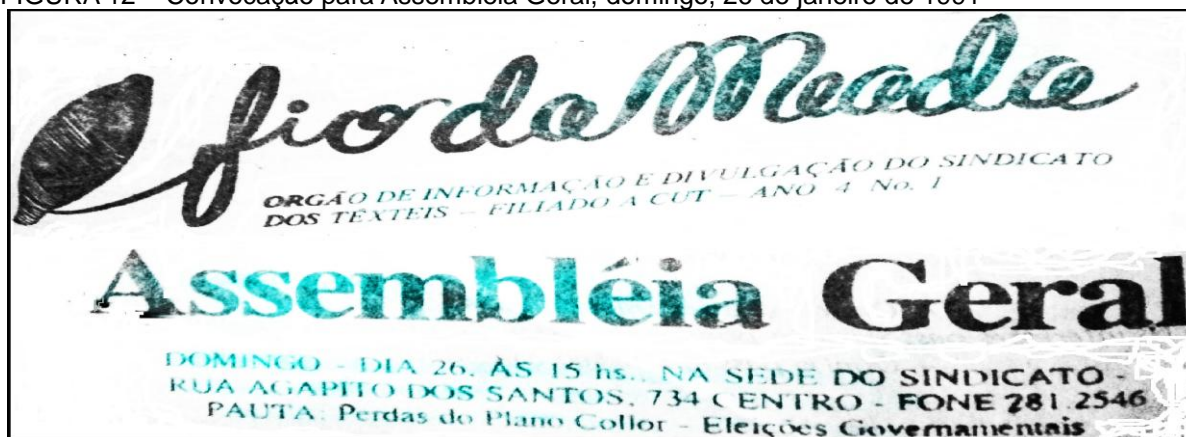


Fonte: Fio da Meada, ano II, nº 04, 1989.

<sup>289</sup> Entrevista com Valdeci Lopes, concedida em 01/10/2007.

<sup>290</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária.** 01/05/1983. *apud.* TRT7. Processo, nº 212/83., fl. 04.; **Ata da Assembleia Geral Extraordinária.** 08/04/1984. *apud.* TRT7. Processo, nº 556/84., fl. 11.; **Ata da Assembleia Geral Extraordinária.** 31/03/1985. *apud.* TRT7. Processo, nº 739/85., fl. 12.; **Ata da Assembleia Geral Extraordinária.** 06/04/1989. *apud.* TRT7. Processo, nº 419/89., fl. 12.; **Ata da Assembleia Geral Extraordinária.** 04/03/1990. *apud.* TRT7. Processo, nº 826/90., fl. 34.; **Ata da Assembleia Geral Extraordinária.** 31/03/1991. *apud.* TRT7. Processo, nº 966/91., fl. 32.

FIGURA 12 – Convocação para Assembleia Geral, domingo, 26 de janeiro de 1991



Fonte: Fio da Meada, ano: IV, nº 01, 1991.

A mudança no sistema de folgas remete ao estudo do sociólogo Mike Savage, realizado com trabalhadores de uma grande fábrica de chocolate no Sudoeste da Inglaterra. Nessa fábrica, adotava-se um estilo gerencial paternalista, de modo que o Sindicato não tinha permissão para atuar ali. Conforme Savage, nem por isso os trabalhadores mostravam-se indispostos com a Companhia. O domínio da firma em relação aos operários se expressava com maior contundência no tocante “[...] à operação do sistema de turno compulsório, que funcionava com ciclo de dez dias (no lugar de semanal)”. (SAVAGE, 2004, p. 37).

Para Savage, tal sistema, além de dificultar o convívio social dos trabalhadores, devido à incerteza quanto à folga no final de semana, facilitava a dominação; pois temporalidades instáveis gera uma classe também instável<sup>291</sup>. Depreende-se daí que para os trabalhadores o tempo é algo muito importante. “O processo de formação de uma classe implica a criação de ritmos e turnos temporâneos, rotineiros e típicos”. (SAVAGE, 2004, p. 37).

Na interpretação do operário João Batista, a implantação do sistema cinco por um foi também uma estratégia da Companhia para enxugar o quadro de trabalhadores, na medida em que a diminuição de uma turma implicava o desemprego de vários deles:

[...] eles acabaram uma turma, disseram que era a crise, aquela conversa de empresário, ficou só o turno C pra noite, na forma de cinco por um, sempre tem alguém folgando todo dia, mas tem que estar completo o quadro, aí nós também passamos a trabalhar, o turno A e o turno B, todos 3 turnos cinco por um, e a idéia deles era não desempregar ninguém, mas conversa porque houve muita gente

<sup>291</sup>

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de classe**. Campinas: UNICAMP, 2004., p. 38.

que saiu na época, tirava um pouquinho de uma, um pouquinho de outra, porque acabou uma turma né, ai ficou só os três turnos<sup>292</sup>.

O processo de reestruturação, implantado na Finobrasa, foi apresentado pelos patrões como um ajuste financeiro que evitaria demissões numa época de crise. Porém, João Batista desconfia da versão patronal e interpreta esse argumento como “conversa de empresário”, até porque ocorreu justamente o contrário, quando trabalhadores de ambas as turmas foram demitidos.

A desconfiança é legítima, pois, ao transformar a Finobrasa na primeira indústria têxtil do Grupo Vicunha a trabalhar vinte quatro horas por dia, sete dias na semana, os proprietários da empresa não estavam preocupados em manter o emprego dos trabalhadores. Suas intenções diziam respeito a medidas administrativas pertinentes ao corte de gastos e à elevação dos lucros. Mesmo que, para tanto, fosse conveniente sacrificar o direito ao domingo dos trabalhadores.

Atesta isso o fato de ter sido implantado o mesmo sistema em outras empresas do Grupo Vicunha. Além disso, a defesa desse sistema que pretendia controlar produtivamente o tempo ganha relevo no discurso dos empresários. Ali a estratégia de divisão dos operários em turmas ao longo dos três turnos do dia e de todos os dias da semana, de modo a fazer com que a produção nunca parasse, é louvada como uma estratégia pioneira, digna do empreendedorismo do Grupo Vicunha, como se depreende do dito de um dos Rabinovich:

A Finobrasa foi a primeira empresa têxtil do Brasil a trabalhar 24 horas, sete dias por semana. Economizamos um bom dinheiro de investimento e todas as nossas fábricas até hoje operam 24 horas por dia, sete dias por semana. Fomos nós que iniciamos esse sistema no Brasil<sup>293</sup>.

O discurso do empresário deixa claro o interesse da direção da Finobrasa/Grupo Vicunha de impor uma nova rotina fabril a seus trabalhadores que diminuísse investimentos. Isto é, ao possibilitar a produção ininterrupta, 24 horas por dia, sete dias na semana, o sistema “cinco por um” reproduzia o valor das máquinas mais rápido e, desse modo, o empresário recuperava o investimento em capital fixo mais depressa.

De acordo com Edward Thompson, a imposição de novas formas de disciplinarização do tempo no espaço da fábrica é sempre um processo difícil e

---

<sup>292</sup> Entrevista com João Batista, concedida em 02/08/2008.

<sup>293</sup> Entrevista com Jacks Rabinovich (sócio-proprietário da Finobrasa), concedida ao IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>

tenso, pois os trabalhadores não aceitam facilmente o novo modo de trabalho. Em seus estudos sobre a formação da classe operária inglesa, Edward Thompson mostra que inculcar a noção de tempo útil, ratificar a importância do trabalho e implantar o ritmo da máquina foram agências nas quais o sucesso esteve diretamente condicionado à ruptura da resistência dos trabalhadores a novos modelos produtivos que interferiam, inclusive, em seu sistema cultural, em seus costumes, enfim, em suas vidas.

Conforme o historiador inglês, o tempo mecânico passou a ser a principal característica da nova maneira de ordenar o tempo social e o relógio o objeto mais marcante da clássica transformação de uma noção de tempo mais maleável por outra noção de tempo cada vez mais controlado. Edward Thompson interliga trabalho e não trabalho em um mesmo plano, o da formação de uma nova noção de tempo social:

O que estamos examinando [...], não são apenas mudanças na técnica de manufatura que exigem maior sincronização de trabalho e maior exatidão nas rotinas de tempo [...], mas essas mudanças como são experienciadas na sociedade capitalista industrial nascente. Estamos preocupados simultaneamente com a percepção do tempo em seu condicionamento tecnológico e com a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra<sup>294</sup>.

Ao investigar a disciplinarização do trabalhador, por meio da introjeção da noção de tempo mecânico, Thompson argumenta que, no alvorecer da Revolução Industrial, os trabalhadores lutaram contra a introjeção dessa nova noção do tempo. Mas, uma vez consolidada tal noção, as lutas agora tomaram novo rumo, ou seja, não se dão mais contra, mas sobre o tempo:

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho [...]; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar golpes dentro desses preceitos. Havia aprendido muito bem a lição, a de que tempo é dinheiro<sup>295</sup>.

O regime de folgas, cinco por um, adotado pela Finobrasa, foi implantado nas demais empresas do Grupo Vicunha na Região Nordeste. Mas, diferentemente do que afirmou Jacks Rabinovich, nos Estados fora dessa região o mesmo não

---

<sup>294</sup> THOMPSON, Edward Palmer. (1998). op. cit., p. 289.

<sup>295</sup> Id., ibidem., p. 294.

ocorreu. Em São Paulo, por exemplo, no ano de 2002, apenas a fábrica, localizada no bairro de São Manuel, funcionava sob o regime cinco por um. Até porque, o sistema era proibido na Região Metropolitana da capital paulista e raro nas demais regiões daquele Estado<sup>296</sup>.

No Ceará, a partir do final dos anos 1980, a maioria das indústrias têxteis do Estado adotou o regime cinco por um – não apenas as empresas ligadas ao Grupo Vicunha. Numa entrevista de Ivan Bezerra, dada ao jornal O Povo, o presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis afirma que 90 por cento das 26 indústrias do setor de fiação e tecelagem do Ceará funcionavam aos domingos<sup>297</sup>.

O geógrafo Marcos Antônio Costa, nesse sentido, também afirma que o sistema foi generalizado nas indústrias têxteis do Estado:

O trabalhador da indústria têxtil cearense trabalhava, e ainda trabalha, em turno de oito horas por dia – T/A das 6:00 às 14:00 horas, à T/B inicia-se às 14:00 terminando às 22:00 horas, finalmente a T/C entra às 22:00 e sai às 6:00 horas do dia seguinte –, num regime de cinco dias trabalhados por um de descanso, portanto, são seis dias de trabalho semanais, perfazendo um total de quarenta e oito horas<sup>298</sup>.

Marcos Antônio Costa argumenta que, para cumprir a legislação estabelecida na Carta Constitucional de 1988 – que regulamentou a jornada de trabalho diária de oito horas e a semanal de quarenta e quatro<sup>299</sup> –, os empresários recorreram a uma artimanha cronométrica, haja vista encontrarem-se amparados por legislação que também definia como facultativa a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo.

Os trabalhadores da indústria têxtil cearense tinham direito somente a trinta minutos “remunerados” para o almoço, de sorte que foi feito um arranjo para que os mesmos passassem a contar com quarenta minutos. Este tempo, entretanto, deixaria de fazer parte da jornada diária de trabalho, ou seja, não seria cronometrado e muito menos remunerado. Nesse acordo, a jornada diária ficaria

---

<sup>296</sup> APOLINÁRIO, Valdênia. op. cit., p. 80.

<sup>297</sup> O Povo, sábado, 23 de novembro de 1991., p. 3E.

<sup>298</sup> COSTA, Marcos Antônio Bezerra. (2005a). op. cit., p. 126.

<sup>299</sup> Capítulo II: Dos direitos sociais. Art. 7º. Inciso XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. In: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Rio de Janeiro: FAE, 1989., p. 11.



com apenas sete horas e vinte minutos, que, multiplicados por seis, completaria a jornada de quarenta e quatro horas semanais<sup>300</sup>.

Na Finobrasa, o sistema de folgas cinco por um tolheu todo um modo de vida, no qual a referência de descanso era o domingo. Tal fato marcou profundamente os trabalhadores, nos seus modos de vida. O senhor Geraldo Ferreira, há 26 anos trabalhando na Companhia, afirma que seria uma perda de tempo alguém procurar emprego lá, principalmente se fosse jovem, solteiro, pois teria que trabalhar sábado e domingo. Um sacrifício que não valeria a pena: “O cara que tiver 25 anos for para ali, meu amigo, tá perdendo o tempo dele. Se o cara for solteiro, trabalhar sábado e domingo. Só isso aí, o cara não vem, eu porque já estou velho mesmo, tenho que aguentar”. (Entrevista com Geraldo Ferreira, 29/08/2007).

A idade avançada e a proximidade da aposentadoria eram os motivos pelos quais Geraldo Ferreira continuava trabalhando na empresa. Além do mais, “[...] o dia quando eu estou de folga, eu vou dormir, eu lá vou pra canto nenhum”. (Entrevista com Geraldo Ferreira, 29/08/2007). É evidente que o cansaço físico e mental, devido à extenuante rotina fabril, era a principal causa de o trabalhador ficar dormindo, “descansando” no dia da folga.

Como as folgas dificilmente coincidiam com o domingo, havia menos alternativas de lazer e diversão. Este mais um motivo para o trabalhador passar o dia da folga “dormindo”. Nada de jogar futebol, de aproveitar a descontração de uma rodada de “cana” ao pé do balcão de bar qualquer ou de pegar um ônibus lotado para ir até a Barra do Ceará e saborear um peixinho frito – isso nem pensar!

No mundo do trabalho, existem inúmeras formas da classe patronal controlar o tempo livre dos trabalhadores. Podemos incluir entre elas o sistema cinco por um, adotado pela Finobrasa. Para a empresa, o bom trabalhador seria aquele que não faltasse ao trabalho, não se atrasasse para o expediente e sempre estivesse apto para o serviço. Uma escala de trabalho que “botava os trabalhadores para dormir” durante a folga, de certo, constituiria o mecanismo ideal para os patrões, vez que, no dia seguinte, os operários estariam de volta ao batente.

No Brasil, a questão do trabalho aos domingos começou a receber atenção na esfera constitucional, nos anos 1930. Na legislação brasileira, a matéria

---

<sup>300</sup> COSTA, Marcos Antônio Bezerra. (2005a). op. cit., p. 126.

foi tratada pela primeira vez em 1932<sup>301</sup> e depois em 1943, quando aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, cujo conteúdo<sup>302</sup> referente ao assunto está em vigor até os dias atuais. A CLT, por intermédio do art. 67, condiciona o trabalho realizado aos domingos ao aspecto de sua conveniência pública ou à necessidade imperiosa do serviço.

Após a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho, outras leis e decretos trataram do tema, como a Lei nº 605/49, que se refere à concessão do repouso preferencialmente aos domingos. Com o fim de regular essa lei, promulgou-se o Decreto nº 27.048/49. Tal decreto considera que, de acordo com as exigências técnicas de algumas empresas, era imprescindível a continuidade do trabalho aos domingos. Esse mesmo regulamento ainda relacionou e concedeu autorização a diversos setores – indústria, comércio, transporte, comunicações, publicidade, educação, cultura, serviços funerários, limpeza, alimentação de animais, sendo que outros setores necessitam de autorização do Ministério do Trabalho –, a funcionar normalmente aos domingos<sup>303</sup>.

Portanto, o Estado, por meio de seu aparato legal, estabeleceu uma legislação e definiu certos órgãos que regulamentam o trabalho aos domingos. Ora, pode-se ver nisso uma forma de atender ao interesse do capital e de desarticular a luta dos trabalhadores que reivindicam o direito ao dia do domingo. No final dos anos 1980, para uma empresa funcionar aos domingos, “na forma da lei”, teria que receber autorização da Delegacia Regional do Trabalho, além de cumprir uma série de determinações, dentre elas:

- a) laudo técnico elaborado por instituição Federal, Estadual ou Municipal [...];
- b) acordo coletivo de trabalho ou anuência expressa de seus empregados, manifestada com a assistência da respectiva entidade sindical;
- c) escala de revezamento, observado o disposto na Portaria Ministerial nº 417, de 10 de junho de 1966.

---

<sup>301</sup> Art. 1º. § 2º O descanso semanal terá duração mínima de vinte e quatro horas consecutivas, e ser-lhe-á destinado o domingo, salvo convenção em contrário entre empregadores e empregados, motivos de interesse público ou de natureza da ocupação. In: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Decreto nº 21.364, de 04 de maio de 1932**. Rio de Janeiro, 1932. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

<sup>302</sup> Art. 67. Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte. In: BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

<sup>303</sup> BESSA, Cesar; PLATT, Adreana Dulcina. Intervenção contemporânea do Estado brasileiro: posituação dos ideais neoliberais trabalhistas. In: **Scientia Iuris**. Londrina: UEL, v. 12, nº. 24, 2008., p. 249.

Art. 3º A Delegacia Regional do Trabalho deverá inspecionar a empresa requerente, conforme as instruções expedidas pela Subsecretaria de Proteção ao Trabalho, e a autorização somente será concedida se não for constatada irregularidade quanto às normas de proteção, segurança e medicina do trabalho.

Art. 4º As autorizações serão concedidas pelo prazo de 02 (dois) anos, renováveis por igual período<sup>304</sup>.

Mesmo sem cumprir as prerrogativas da legislação, a Finobrasa funcionava vinte quatro horas por dia, sete dias na semana. A partir de 1987, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis elegeu como uma de suas principais bandeiras de luta o fim do sistema cinco por um na Finobrasa. A primeira greve realizada na Companhia, em 1988, teve como uma de suas principais reivindicações o fim do trabalho aos domingos: “Os operários têxteis da Indústria Finobrasa (Grupo Vicunha) reivindicam a implantação de salário fixo, direito a insalubridade, fim do trabalho no domingo e equipamento de proteção”. (O POVO, 19/05/1988, p. 08).

No contexto da greve, o então Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, emitiu uma nota oficial<sup>305</sup> relatando as péssimas condições de trabalho na Finobrasa e solicitando apoio dos párocos de Fortaleza ao movimento dos trabalhadores. Em determinado trecho da nota, lê-se que: “Além do mais, o trabalho é opressivo de tal forma que o operário goza raramente de um repouso dominical exigido pelo próprio senhor Deus”. (ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA, 07/05/1988).

O documento expedido pelo religioso salienta a questão do repouso dominical, um dos preceitos do cristianismo. Sabe-se que o descanso no dia do domingo tem forte influência da cultura cristã, embasada no relato bíblico presente no livro de Gênesis, segundo capítulo, versículo dois, onde se verifica que era necessário observar o dia do descanso: “[...] e havendo Deus acabado no dia sétimo a sua obra, descansou no sétimo dia”.

A greve de 1988, como veremos adiante, significou uma conquista dos trabalhadores, principalmente no aspecto político, pois os trabalhadores da Finobrasa perceberam que a luta por direitos e dignidade alcançou uma dimensão mais ampla quando se uniram. Porém, não foi possível conquistar o direito ao livre usufruto do domingo. Não obstante, a luta continuou. Um ano após a greve, “[...] a extinção dos trabalhos aos domingos se configura como uma forte reivindicação do

---

<sup>304</sup> Ver: BRASIL. Ministério do Trabalho. **Portaria nº 3.118, de 03 de abril de 1989**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/>.

<sup>305</sup> Mais adiante, em tópico sobre a rede de solidariedade construída durante a greve, esta nota será reproduzida na íntegra.

operariado. Com o apoio do Sindicato estão exercendo forte pressão à empresa”. (SEVERIANO, 1989, p. 16).

As tensões se intensificavam no período de nova autorização ou renovação do trabalho aos domingos. Esse processo devia ocorrer a cada dois anos, como determinava a Portaria nº 3.118. No caso da Finobrasa, em 1989, a licença para funcionamento aos domingos deveria ser renovada. Para receber o aval da Delegacia Regional do Trabalho a empresa era

[...] obrigada por lei a tomar uma decisão, vez que três condições básica possibilitam o funcionamento aos domingos. Estruturação do serviço médico na empresa; estruturação de um refeitório e anuência dos trabalhadores, sendo que no último aspecto a empresa não atende, sendo necessário haver um plebiscito entre o operariado<sup>306</sup>.

A Delegacia Regional do Trabalho determinou a realização do plebiscito, marcado para os dias 11 e 12 de julho de 1989. Neste ínterim, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis construiu uma campanha de mobilização com o objetivo dos trabalhadores votarem contra o trabalho aos domingos na Finobrasa. A campanha incluiu a distribuição de panfletos e adesivos, que, além de frases imperativas contra o trabalho dominical, retratava figuras representando uma família formada pelo pai, a mãe e o filho.

FIGURA 13 – Adesivo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis.

Dessa forma, o Sindicato passava a mensagem de que o dia do domingo deve ser dedicado à família e não ao trabalho. Portanto, aquela era a oportunidade dos trabalhadores se libertarem do regime de trabalho que os impedia de passar o domingo junto aos familiares. Seria a chance de conquistarem este direito.

A história assim se passou. O Sindicato fazia a sua parte. E a empresa? Nos dias antecedentes ao escrutínio, os trabalhadores sofreram enorme pressão para que votassem de acordo com o interesse da Companhia. Esta usou, como principal arma, a ameaça de demissão. O medo de perder o emprego deixou os trabalhadores diante de uma difícil decisão.

Nas conversas com os colegas, os operários ficavam a se perguntar: como ficariam as suas famílias, caso perdessem o emprego? Como pagariam suas contas? O que era mais relevante naquele momento, conquistar o direito de passar o domingo com a família ou cuidar em manter os meios (embora precários) de sustentá-la?

Os trabalhadores sabiam que, se a votação fosse desfavorável à empresa, as ameaças seriam cumpridas e o pior: a Finobrasa não sofreria qualquer punição por esse expediente. A votação ocorreu sob clima tenso, de um lado, a direção do Sindicato mobilizava os trabalhadores, do outro, os chefes de seção e os supervisores “alertavam” sobre o perigo de votar contra a empresa. Nessas circunstâncias, o resultado do plebiscito foi anunciado:

Concluimos que um total de 646 (seiscentos e quarenta e seis) empregados votaram a favor dos trabalhos aos domingos, e 548 (quinhentos e quarenta e oito) foram contrários aos trabalhos aos domingos. Assim sendo foi declarado por maioria o resultado favorável ao trabalho aos domingos<sup>307</sup>.

Ao todo, 1.194 operários participaram do plebiscito. Destes, 646 votaram a favor da continuidade do trabalho dominical e 548, contra. À primeira vista, o resultado significou uma derrota para o Sindicato e para os trabalhadores. Contudo, ao visualizar o percentual dos votos, observa-se que 54 por cento dos votos foram favoráveis e 46 por cento, contrários. Portanto, tratou-se de uma votação “apertada”, com apenas oito por cento, ou 98 votos, de diferença. Mesmo com o resultado final favorecendo a empresa, quase metade dos trabalhadores votou a favor do domingo livre, evidenciando que, a despeito da pressão patronal, uma boa parcela dos

---

<sup>307</sup>

trabalhadores encampou a proposta do Sindicato e posicionou-se contra o interesse da fábrica.

Outro aspecto a ser considerado, trata-se da tentação de atribuir a “derrota” no plebiscito à “passividade”, “não engajamento”, dos trabalhadores não sindicalizados. Ora, mesmo que se possa atribuir a essa realidade alguma influência no resultado da consulta, é preciso endossar que votar a favor da continuidade do trabalho dominical não significa, necessariamente, uma decisão tomada para “agradar” à empresa. É evidente que os trabalhadores que assim votaram, fizeram-no pensando na manutenção do emprego, em garantir a sobrevivência e o sustento da família.

Em algumas ocasiões, o instinto de sobrevivência se faz um comportamento preponderante. Nesses casos, as ações que podem ser vistas sob a ótica da “traição à classe”, na verdade, constituem atos deliberados de autodefesa. Portanto, convém relativizar as interpretações que supervalorizam o trabalhador identificado com o Sindicato. Aliás, é este que geralmente tem sido apontado como operário ideal,

[...] que o operário do sindicato não é o anódino, o incolor, o indefinível. Na teoria, operário é o trabalhador que sacode o pó do tempo, que se insurge. Operário é a minoria. Nessa perspectiva o operário não é, de fato, o homem que trabalha e sim o homem que se recusa a trabalhar, [...] nessa hora que ele alcança e preenche a concepção estereotipada de operário. Mas isso é só estereótipo. O operário de carne e osso regula sua rebeldia por sua sobrevivência. Mais do que personificar a certeza da revolta, ele personifica a incerteza da ambivalência. Ele não só produz as condições de transformação social, como não pode deixar de produzir, ao mesmo tempo, as condições de permanência, da repetição e da reprodução das relações sociais. E, portanto, de anular-se ao longo do dia todos os dias<sup>308</sup>.

Em 1991, passados dois anos, novamente era necessário renovar a autorização e a questão voltara a ser recorrente nas reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. Na pauta da assembleia, realizada em março daquele ano, constavam os seguintes pontos: “a) Conjuntura nacional; b) Campanha salarial de 1991; c) Fim do trabalho aos domingos na Finobrasa”. (SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, 19/03/1991).

À época o Sindicato exigiu que a realização do plebiscito sobre a continuidade do trabalho aos domingos na Finobrasa, seguisse determinados

---

<sup>308</sup> MARTINS, José de Souza. (2011). op. cit., p. 410.

parâmetros. Para discutir a questão, realizou-se uma reunião no dia 05 de junho de 1991, naquela empresa, com a participação de Antônio Ibiapino da Silva (presidente do Sindicato); Diogo Gomes Araújo e Fco. Adauto de O. Ferreira (diretores do Sindicato); Antônio Nunes de Menezes (representante da Finobrasa); José Coracy de Souza, José Aldamir da Costa e Fco. Werbster de O. França (representantes dos trabalhadores)<sup>309</sup>.

No intuito de evitar a mesma pressão do plebiscito anterior, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis propôs pontos que evitassem a coação dos supervisores e chefes de seção sobre os trabalhadores. Para tanto, a entidade classista conseguiu aprovar que, no local da votação, somente ficariam o chefe de Recursos Humanos da Finobrasa, Antônio Menezes, e o presidente do Sindicato, Antônio Ibiapino.

Mesmo tendo realizado diligente investigação, não encontrei qualquer documento referindo-se ao resultado da votação, realizada no dia sete de junho de 1991. Mas, ao que tudo indica, mais uma vez, o resultado foi favorável à empresa. Isto porque o Jornal da Fiec publicou uma matéria sobre a terceirização do serviço de cozinha na Finobrasa, onde é possível ler o seguinte:

Todo o trabalho é fiscalizado 24 horas pelos assessores de Leudo. O subgerente Rogério Marcos Melo está atento para manter a qualidade do setor, a exemplo da nutricionista Mônica Queiroz Otaviano. Todos cuidando para oferecer uma boa alimentação aos operários e funcionários de escritório das fábricas da Finobrasa. Além do almoço, são oferecidos um lanche forte (sopa), café da manhã, jantar e ceia. O funcionamento de 24 horas atende às necessidades da indústria que não pára um só segundo. 'Aqui trabalhamos todos os dias, sábados, domingos e feriados'<sup>310</sup>.

Portanto, em novembro de 1993, dois anos após o plebiscito, à Finobrasa continuava funcionando sem parar um só segundo, fosse sábado, domingo ou feriado.

A luta pelo direito ao dia do domingo alimentou de modo constante a pauta organizativa das lutas dos trabalhadores abordados neste estudo. O regime de folgas cinco por um, iniciado em 1983 perdurou até meados de 2008, quando a fábrica foi desativada. Contudo, a consulta sobre a continuidade, ou não, do sistema cinco por um, realizada a cada dois anos, era um dos raros momentos em que a

<sup>309</sup> FINOBRASA/SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Ata de reunião para definição dos procedimentos do plebiscito sobre a renovação dos trabalhos aos domingos na Finobrasa.** 05/06/1991.

<sup>310</sup> Jornal da Fiec. Ano: V, nº 66, novembro de 1993., p. 08.

diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis tinha acesso à empresa. Neste sentido, contribuiu para mobilização e organização dos trabalhadores.

Deste capítulo, como se vê, participaram a trajetória da fábrica Finobrasa, a história recente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza, e principalmente, a luta dos trabalhadores: pelo direito a sindicalização, por melhores condições de trabalho e pelo fim do trabalho aos domingos. Procurei mostrar que estas reivindicações, foram relevantes na construção da cultura de resistência dos trabalhadores têxteis em Fortaleza, em especial os da Finobrasa.

No capítulo a seguir a análise se dirige à greve da Finobrasa em maio de 1988, observando seu desenrolar como um processo de construção coletiva e tomando parte em um conjunto de lutas mais amplo no mundo do trabalho. Vários aspectos da greve serão destacados, dentre eles: a repercussão na cidade de Fortaleza, a repressão sofrida pelos trabalhadores e militantes das causas sociais; as expressões de apoio e solidariedade aos trabalhadores em greve e os conflitos quando do fim da greve.



## CAPÍTULO III

### O NÓ DA MEADA NA FÁBRICA DE CONFLITOS

Desde 1986, os trabalhadores da Finobrasa, juntamente com lideranças sindicais cutistas, planejavam a construção de uma greve. Em dezembro daquele ano, programou-se uma paralisação em todas as indústrias localizadas nas proximidades da Barra do Ceará, zona Oeste de Fortaleza, onde se situava a Finobrasa. Mas a classe patronal, para desarticular o movimento, antecipou o pagamento do décimo terceiro salário, justamente para o dia da paralisação, o que obrigou os trabalhadores a comparecerem nos locais de trabalho.

Além disso, a Polícia Militar foi acionada e ficou de prontidão nas imediações das maiores empresas evitando os piquetes. Nas duas maiores fábricas têxteis da região:

O piquete marcado para as 14 horas, nas indústrias têxteis Finobrasa e Ceará Têxtil, também não ocorreu. Na Finobrasa, a única dificuldade encontrada foi o transporte, mas a empresa conseguiu apanhar a maioria dos funcionários em casa, em carros próprios. Durante toda a manhã viaturas da Polícia Militar transitaram nas proximidades das fábricas, numa ronda que tinha finalidade de detectar o movimento dos grevistas<sup>311</sup>.

A estratégia patronal, de antecipação do décimo terceiro salário, bem como a atuação da Polícia Militar, impediu a paralisação dos trabalhadores.

Em maio de 1987, no ensejo da campanha eleitoral para direção do Sindicato, a categoria se articulou na tentativa de realizar uma greve geral. Cerca de dez mil trabalhadores preparavam-se para a greve:

Os trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem do Ceará iniciam, a partir da próxima segunda-feira, estado de mobilização de greve geral, caso os patrões não aceitem as propostas de reajuste salarial da categoria. A principal reivindicação econômica dos trabalhadores e reajuste salarial de 100% sobre o IPC – Índice de Preços do Consumidor – para todas as faixas salariais, a partir de 1º de maio próximo. Piso salarial desde o primeiro dia de admissão para qualquer atividade profissional na indústria têxtil, no valor de três salários mínimos; piso salarial para atividades especializadas, são também reivindicações dos trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem<sup>312</sup>.

---

<sup>311</sup> O Povo, sábado, 13 de dezembro de 1986., p. 09.

<sup>312</sup> O Povo, sábado, 02 de maio de 1987., p. 12.

A despeito da mobilização liderada pela oposição sindical que concorria à direção do Sindicato, a greve mais uma vez não ocorreu.

Entretanto, em maio de 1988, deu-se diferente. O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza realizava a campanha salarial anual. Os trabalhadores reivindicavam um salário de Cz\$ 35.868,84 mensais, mas os patrões só aceitavam pagar Cz\$ 11.500,00, pouco mais de um salário mínimo, que em maio de 1988 equivalia a Cz\$ 8.712,00. Na Finobrasa, foi combinado um reajuste que implicaria em ganhos reais para os operários, mas, no dia do pagamento, os patrões não cumpriram o acordo. Assim se iniciou o processo de articulação da greve.

A greve foi deflagrada no dia 03 de maio. Aderiram ao movimento, os operários das fábricas Santa Inês, Santa Cecília, Ceará Têxtil e Finobrasa. Destas, somente na Finobrasa, paralisaram praticamente todos os trabalhadores do setor produtivo, ou seja, algo próximo de 1.800 operários. Já entre os que trabalhavam no escritório e em serviços de apoio – como segurança, limpeza e manutenção –, não houve adesão ao movimento, exceto uns poucos eletricitistas, mecânicos e laboratoristas. Pela primeira vez, trabalhadores e empresa vivenciavam uma situação de conflito aberto.

A agenda de reivindicações dos trabalhadores em greve constava, dentre outros, dos seguintes pontos: acréscimo de vinte por cento de ganho real em cima dos cem por cento de Índice de Preços do Consumidor (IPC), adicional de oito por cento de produtividade, ganho adicional de insalubridade e periculosidade, fim das demissões por justa causa na condição de faltas, equipamento de proteção e fim do trabalho aos domingos. Esta, portanto, uma pauta que inclui a demanda por reajuste salarial, acompanhada de outras reivindicações, como as concernentes às condições de trabalho ou aquelas que se referiam aos direitos garantidos por dispositivos legais, mas desrespeitados pelos patrões.

As reivindicações dos trabalhadores da Finobrasa condiziam com o perfil das demandas apresentadas pelos trabalhadores que fizeram greves pelo Brasil no mesmo período. De acordo com Eduardo Noronha, nas greves ocorridas nos anos 1980, em 70 por cento delas, os trabalhadores apresentaram alguma reivindicação relativa a salários. Ainda segundo Noronha,

[...] o segundo tipo de cláusula mais comum eram reclamos contra o não cumprimento de leis e acordos coletivos (cerca de 17% das greves) ou relativas a condições de trabalho, de 10 a 20% conforme o ano. Porém, nos anos da crise de 1980 à 1984 as reivindicações

contra o desrespeito à lei (33,4%) se aproximaram das relativas a salários (47,2%)<sup>313</sup>.

Tão logo se iniciou a greve, o Sindicato patronal publicou nota oficial nos principais jornais comerciais de Fortaleza com o seguinte conteúdo:

#### NOTA OFICIAL

O Sindicato de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Ceará sente-se no dever de denunciar as autoridades e à opinião pública, a trama urdida, nas últimas horas, contra os interesses de patrões e empregados, no momento em que amplo acordo salarial já estava praticamente estabelecido para por fim a paralisação da classe.

Elementos useiros e vezeiros na impatriótica missão de promover a luta de classes, dentro do conhecido figurino marxista, infiltraram-se no movimento para torpedear uma solução acordada em discussão do mais alto nível e dentro das sadias normas que devem orientar as relações entre as duas categorias.

O que se lamenta e se condena, quando a Nação, para vencer a crise que a asfixia, reclama compreensão e espírito público de seus filhos, é a presença de certas autoridades municipais entre os promotores da agitação e do clima de baderna que se pretende criar, para confundir a população e gerar, entre empregados, o ódio com o qual esperam satisfazer seus objetivos inconfessáveis.

Os cearenses já identificam, sem qualquer esforço, os que, na ânsia de tirar proveito eleitoral entre os menos avisados, utilizam até o dinheiro público na mobilização de piquetes de greve e de insultos às autoridades.

Os responsáveis pelo setor de Tecelagem no Ceará, porém, jamais se deixarão intimidar pelo expediente eleitoral dos agitadores, pois confiam e acreditam no espírito patriótico dos trabalhadores, ontem como hoje sempre dispostos ao entendimento e a conciliação, em benefício do bem comum.

Fortaleza, 04 de maio de 1988<sup>314</sup>.

A nota é vazada em retórica ardilosa. Convoca autoridades e opinião pública a tomar conhecimento de certa “trama urdida” contra supostos interesses comuns entre patrões e trabalhadores. Bem ao estilo daqueles panfletos apócrifos anticomunistas, o texto (des)qualifica a greve como sendo de “inspiração marxista” e motivada por elementos estranhos à categoria têxtil, ou seja, procura convencer que a greve não tinha respaldo no cotidiano fabril. Sendo este um aspecto característico do “figurino em que se dá a luta de classes”.

Artificialmente o conteúdo também se depreende da passagem em que a nota alude ao corpo da Pátria, ao sentimento patriótico dos filhos da nação “asfixiada”

<sup>313</sup> NORONHA, Eduardo Garuti. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. In: **Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, nº. 76, p. 119-168, 2009., p. 149-150.

<sup>314</sup> A nota foi publicada nos jornais: Diário do Nordeste, quarta-feira, 04 de maio de 1988., p. 04.; O Povo, quinta-feira, 05 de maio de 1988., p. 01; e Tribuna do Ceará, quinta-feira, 05 de maio de 1988., p. 01.

pela crise. Para completar a diatribe de endereço certo, recorre-se aos adjetivos de sempre, (ab)usados há mais de cem anos: promotores de agitação, clima de baderna, expediente eleitoreiro e outras pérolas do jargão. Assim é a linguagem da luta de classes, fomentando discursos, articulando palavras-chave.

Enquanto a classe patronal procurava desqualificar e criminalizar o movimento dos trabalhadores, atribuindo a eclosão do mesmo à ação de elementos “useiros e vezeiros” que tinham por objetivo angariar prestígio eleitoral junto aos operários “desavisados”, os trabalhadores afirmam que a greve era fruto do acirramento dos conflitos, desde o “chão da fábrica”.

A greve foi deflagrada devido à própria realidade fabril, foram os muitos problemas enfrentados pelos trabalhadores que motivaram a paralisação, como afirma Antônio Ibiapino:

Exatamente, a greve aconteceu porque haviam muitos problemas na fábrica, o primeiro deles era a demissão por justa causa, falta de equipamentos de proteção individual, liberdade e dignidade no local de trabalho, não recebiam atestado médico, ameaça de todo tipo, e assim por diante. Em maio de 1988 começamos a campanha salarial, fizemos uma grande propaganda pelo fim da justa causa, pela refeição de qualidade, pelos equipamentos de proteção individual de boa qualidade, pelo reconhecimento dos atestados médicos, pelo fim do assédio sexual e moral, na época não se conheciam a palavra assédio moral e sim perseguição, de qualquer modo nós já combatíamos esses abusos. Uma das principais reivindicações era naturalmente o aumento de salário. Na negociação quase todas as reivindicações foram negadas, daí a frustração e a revolta<sup>315</sup>.

Para o sindicalista, a greve era um imperativo. Sem negociação, a frustração e a revolta acenderam o pavio da greve, vez que o rastilho de pólvora era conhecido: ameaças, demissões, baixos salários, jornadas extenuantes. Da palavra do líder sindical, salta uma das demandas mais recorrentes no vocabulário do protesto social. Faltava tudo, sobretudo, liberdade e dignidade no local de trabalho.

Tarcísio Araújo começou a trabalhar na Finobrasa, em 1983, exercendo a função de ajudante de operador, após alguns meses de aprendizado foi promovido à função de operador de máquinas. Para o operário, a opressão que eles sofriam das chefias, principalmente do chefe de Recursos Humanos, constituiu elemento fundamental para acender o fragor da greve. As atitudes e falas de Flávio Menezes funcionaram como detonador das frustrações e revoltas acumuladas:

---

<sup>315</sup>

Entrevista com Antônio Ibiapino, concedida em 30/07/2008.

O Flávio Menezes, que era o chefe, era o manda chuva da Finobrasa, depois do dono era ele, ai ele disse uma piadinha lá com os trabalhadores: ‘trabalhador que não quiser trabalhar aqui, eu piso no pescoço dele e mando ele pra fora’. Por causa dessa palavra foi que os ânimos da rapaziada aumentou: ‘rapaz vamos parar’. Ai pronto, foi o início, ai começamos [...]’<sup>316</sup>.

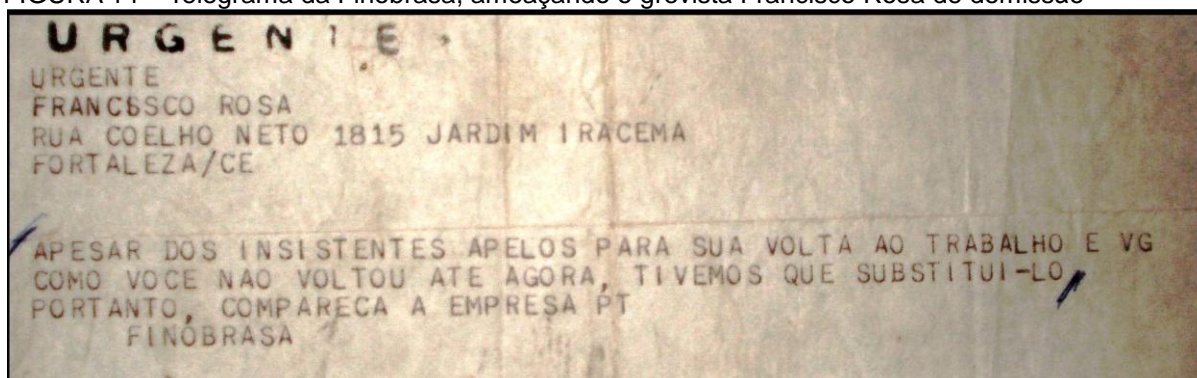
Essa narrativa remete à greve entendendo-a como um processo de construção coletiva. Ali, destaca-se a reação dos trabalhadores às humilhações que sofriam, bem como a passagem cogita pensar que os motivos pelos quais os trabalhadores vão à greve são plurais.

No caso da greve da Finobrasa, os conflitos com o chefe de Recursos Humanos da empresa acirrou os “ânimos da rapaziada” e, com isso, a eclosão da greve tornou-se uma realidade. A “piadinha” do chefe mexeu com os brios dos trabalhadores e quanto à ameaça – “trabalhador que não quiser trabalhar aqui eu piso no pescoço” –, o grito entalado do operariado respondeu: “rapaz, vamos parar!”

Portanto, pode-se afirmar que os motivos pelos quais os trabalhadores foram à greve não se resumem à reivindicação pela melhoria dos salários, mas abrangem também o desejo de obter vários direitos, como, por exemplo, o fim das demissões por justa causa na condição de faltas, equipamento de proteção e o fim do trabalho aos domingos. A greve dos têxteis, em maio de 1988, teve diversas motivações. E, mesmo com o relevo dado aos fatores econômicos, a dimensão do enfrentamento político também esteve presente.

A ênfase nesse último aspecto sustenta-se na narrativa de Tarcísio Araújo e, também, em outras tipologias de fontes. Dentre as tais, têm-se telegramas enviados pela Finobrasa ameaçando os grevistas de demissão e exigindo o seu retorno ao posto de trabalho, como o exibido a seguir:

FIGURA 14 – Telegrama da Finobrasa, ameaçando o grevista Francisco Rosa de demissão



Fonte: Arquivo da Pastoral Operária.

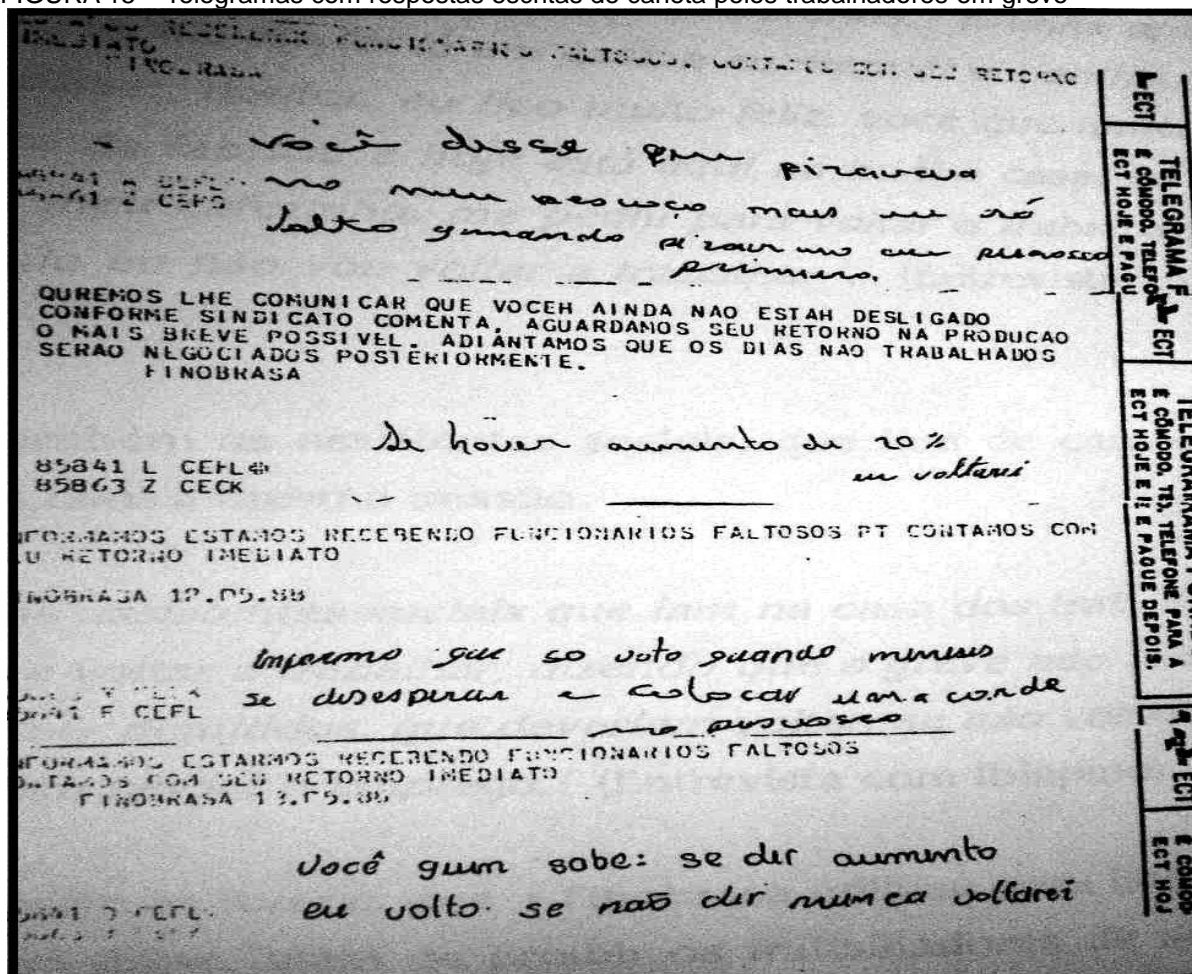
<sup>316</sup>

Entrevista com Tarcísio Araújo, concedida em 21/07/2008.

O envio dos telegramas expressa, dentre outros aspectos, as estratégias utilizadas pela Finobrasa para por fim à greve. Os telegramas foram enviados aos grevistas e também às suas mulheres e mães<sup>317</sup>. É provável que, ao se comunicar com as esposas, a direção da Companhia apelasse para o senso comum de que a mulher é uma figura mais sensível, além de ser a responsável pelo orçamento familiar. De sorte que, tenta-se convencê-las da situação insustentável a que se submeteriam, caso seus maridos perdessem a fonte de renda, a provisão de cada mês – apesar de tacanha. Diante das ameaças de demissão dos cônjuges e/ou filhos, elas poderiam fazer atinar aos trabalhadores em greve para as responsabilidades e riscos em jogo.

Os telegramas enviados pela empresa suscitarão respostas do próprio punho dos trabalhadores em greve.

FIGURA 15 – Telegramas com respostas escritas de caneta pelos trabalhadores em greve



Fonte: Arquivo da Pastoral Operária.

<sup>317</sup> CARNEIRO, Ana Joeline. "Fé e Política: A Pastoral Operária e a Greve da Finobrasa em Fortaleza-1988". 1995. TCC (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1995., p. 48.

Entremeando-se com os enunciados que estruturavam a forma e o conteúdo da comunicação oficial da empresa, nota-se a existência de “respostas” dos trabalhadores à intimação para o retorno ao trabalho, com os seguintes dizeres:

‘Você disse que pisava no meu pescoço só volto quando pisar no seu pescoço primeiro’;  
 ‘Se houver aumento de 20% eu voltarei’;  
 ‘informo que só volto quando o Menezes se desesperar e botar uma corda no pescoço’;  
 ‘você quem sabe: se der aumento eu volto se não der nunca voltarei’<sup>318</sup>.

A forma da escrita evidencia uma comunicação direta, uma fala endereçada ao chefe de Recursos Humanos, argumentando os motivos da paralisação e da continuidade da greve. E mais, reforça a luta pelo aumento salarial e apresenta as reações pontuais contra a opressão hierárquica do chefe. Para retomar a narrativa de Tarcísio Araújo, a ameaça de “pisar no pescoço” dos trabalhadores voltou-se contra a Finobrasa, na medida em que se tornou a senha do protesto.

Outro documento singular, quando se pensa na conflituosa relação entre os trabalhadores e o chefe de Recursos Humanos da Finobrasa, trata-se de um poema publicado no boletim da Pastoral Operária de Fortaleza:

Ceará Têxtil, Santa Inês, Santa Cecília  
 é triste o pai de família que trabalha nestas três  
 muito mais triste, muito mais se arrasa  
 é quem vai pra “Finobrasa” ser mandado por Menezes.

Pai de família sai de casa e deixa a mulher  
 sem açúcar, café e pão  
 e quando já quase de manhãzinha  
 acha a sua criancinha chorando estirando a mão.

Pai de família não vem mais de madrugada  
 que a empresa está parada e acabou-se a produção  
 vamos em frente companheiros corajosos  
 vamos ser vitoriosos prá derrota do patrão.

Já ouvi dizer que o Menezes perdeu o prazer  
 que já ouvi dizer que vai para o exterior  
 por que aqui tem que respeitar a louça  
 ele vai saber a força que tem o trabalhador.

Já ouvi falar que ele vai pro Equador  
 se pro Chile ou pro Japão

<sup>318</sup> Textos escritos por trabalhadores em cima de telegramas enviados pela Finobrasa durante a greve. Fonte: Arquivo da Pastoral Operária do Ceará.

nossa batalha sei que ele não aguenta  
 sei que vai numa jumenta  
 sem cela e sem direção<sup>319</sup>.

O autor do poema, o operário José Marcelo, trabalhava na função de distribuidor de materiais na Finobrasa e foi demitido devido à participação na greve. Seus versos foram escritos durante a greve e dela retira a carga semântica dos mesmos. Ali, destaca-se a conflituosa relação entre os trabalhadores e o chefe de Recursos Humanos da Finobrasa. Do poema, é possível extrair traços da tensão entre os operários e a chefia, assim como da real experiência vivida e dos anseios dos trabalhadores<sup>320</sup>.

Nesse sentido, é possível ler o verso: “ele vai saber a força que tem o trabalhador” como um momento de inversão das relações de poder, haja vista, ainda, haver aí uma alusão à greve, movimento concebido como expressão dessa anástrofe dos termos da relação. A greve encerrava uma forma de “resposta aos patrões”, e tinha por objetivo minar a intransigência patronal. Portanto, a luta em prol da conquista das reivindicações tinha também uma dimensão simbólica, a partir da qual se elaborava certa “medição de forças”<sup>321</sup>.

Essa disposição de enfrentamento, de “medir forças” com o patronato através da greve, estava presente na poesia do trabalhador, passando a ideia de que por meio da greve inverte-se a lógica da dominação capitalista – isto é, mostra-se o poder dos trabalhadores sobre a produção.

## 1. O pavio da greve

No mês de maio de 1988, Tarcísio Araújo teve que mudar toda sua rotina. Era a greve. Ao recordar aquele momento, Tarcísio Araújo faz um relato amplo sobre a dinâmica da paralisação, desde as motivações da greve, o seu desenrolar, até as consequências na vida dos trabalhadores:

Paramos geral [...], começamos a greve às dez da noite. Tem a turma que entra dez da noite e sai seis da manhã, essa turma não entrou. A turma que entrava as dez, ficou cem por cento fora. Quando chegou a turma que entrava às seis da manhã, o pessoal também não entrou. As duas ficaram cem por cento paradas. A turma que entrava

<sup>319</sup> Este poema foi publicado no Boletim da Pastoral Operária de Fortaleza, nº. 22, julho de 1988.

<sup>320</sup> JAMES, Daniel. Poesia, trabalho fabril e sexualidade feminina na argentina peronista. In: **Cadernos AEL**: mulher, história e feminismo. Campinas: UNICAMP, v. 2, nº. 03/04, p. 232-250, 1995/1996.

<sup>321</sup> SANTANA, Marco Aurélio; NASCIMENTO, Regina Malta. op. cit.



duas da tarde, também ninguém entrou. Então os três turnos ficaram parados. Eu sei que passou os cinco primeiros dias assim. Ai com cinco dias começaram a furar a greve. O pessoal fura greve, você sabe o que é furar greve? É voltar a trabalhar. Mas os cinco dias, foi cem por cento de paralisação. Não entrava ninguém, aqueles que queriam entrar, a gente não deixava. Na época, eu não era do Sindicato ainda não, era um trabalhador mesmo comum<sup>322</sup>.

A greve iniciou com ampla mobilização, cem por cento dos trabalhadores aderiram ao movimento<sup>323</sup>. A fábrica que não parava um só instante parou completamente e pela primeira vez, desde sua inauguração em 1973. Todas as turmas de trabalho, uma a uma, paralisaram as atividades. De modo inédito na história da empresa, a poeira não escurecia os olhos nem o estrepitoso ruído das máquinas podia ser escutado. As almas haviam sido resgatadas, o inferno estava deserto.

Nos primeiros dias houve piquetes na porta da fábrica, quem não aderiu ao movimento grevista foi impedido de entrar na fábrica. Após cinco dias, com o aumento da vigilância policial impedindo os piquetes, alguns operários voltaram ao trabalho (os fura-greve). Cabe ressaltar que Tarcísio Araújo não estava entre estes. O discurso do trabalhador evidencia o orgulho de não ser um “fura greve”, embora não sê-lo fosse arriscado, posto que ainda “não tinha muito tempo de empresa”. Sua narrativa é afirmativa e, através da mesma, Tarcísio se considera um “trabalhador comum”, mas que, mesmo antes de ser do Sindicato, não furou a greve.

Para Tarcísio Araújo, voltar ao trabalho e “furar a greve” era muito fácil, mas não compensava, pois:

Quem quisesse voltar era só telefonar, que a Kombi pegava, tinha várias Kombi, as peruas, ai ficava: rapaz eu moro no Conjunto Ceará, venha me buscar aqui, amanhã. O carro ia buscar lá, entendeu? Tinha gente que inclusive dobrava turno, pegava de seis às duas, ele fazia de seis às dez, muita gente fazia era se gabar: ‘rapaz foi a época que eu ganhei mais dinheiro’. Isso era os furão de greve, que tava lá dobrando turno e ganhando esse dinheiro, só que não compensa né, esse dinheiro, que a saúde dele cada vez tava ficando mais pior, porque oito horas dentro de uma empresa daquela já é ruim, imagine 16 horas<sup>324</sup>.

Furar a greve, nesse caso, não significaria apenas enfraquecer o movimento, mas também se expor a problemas em dobro. O objetivo da empresa,

<sup>322</sup> Entrevista com Tarcísio Araújo, concedida em 21/07/2008.

<sup>323</sup> SALES, Telma Bessa. Tecelões de histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias. In: **anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH**: história e ética. Fortaleza: ANPUH-CE, 2009

<sup>324</sup> Entrevista com Tarcísio Araújo, concedida em 21/07/2008.

em recuperar a produção, obrigou os que retornaram ao trabalho a cumprir dois turnos, para compensar o atraso na produção. Estes operários chegaram a passar até 16 horas na fábrica. Tarcísio Araújo é enfático quanto a essa situação: se a jornada de oito horas já era insuportável, imagine-a duplicada. O dinheiro extra, vindo da jornada duplicada, não compensava, pois era insignificante diante dos danos acarretados pela extenuante jornada.

Dentre os que voltaram ao trabalho antes da greve terminar, encontrava-se o operário Geraldo Ferreira:

Eu passei só 08 dias fora, foram em casa me chamar, eu voltei, mas teve uns que passaram 23 dias [...]. Porque nessa época eu tinha feito umas prestação, de umas coisas para casa que eu tinha comprado, ai eu digo: se eu sair, como é que eu vou pagar essas prestação. É eu tinha comprado um bocado de coisa pra casa, Era conta alta que eu tinha feito, era duas compras grande pra casa, ai eu digo: se eu sair, vai ser pior pra mim. Que eu vou ter de pagar de uma vez [...] <sup>325</sup>.

A narrativa traz à tona um dos aspectos marcantes na vida da classe trabalhadora, o endividamento. Esta uma das estratégias do capital, em seu sentido amplo, para controlar os trabalhadores (é, aliás, o que ocorre atualmente sob o discurso oficial do Governo no tocante à erradicação da pobreza, na medida em que se facilita o acesso ao crédito parcelado. De sorte que, o aumento virtual do poder de consumo do pobre não diz respeito ao seu bem estar, mas ao lucro dos grandes capitalistas, particularmente dos banqueiros).

O apelo ao consumo tem sido uma das maiores bandeiras do capitalismo, nesse sentido, um trabalhador endividado se torna mais vulnerável à pressão patronal. Geraldo Ferreira, assediado em sua casa pela direção da empresa para que voltasse ao trabalho, acabou cedendo à pressão, porque estava endividado. A opção pelo retorno levou em conta o medo de demissão, que significaria a falta de recursos pecuniários para quitar as “prestações” – que, acumuladas, perfaziam uma “conta altíssima”. Ora, sob a luz dessas circunstâncias, desvela-se aspecto capital da economia que propagandeia e incentiva o consumismo: apinhado em dívidas, o trabalhador se vê às voltas com um trabalho cada vez mais precário.

No entanto, Geraldo Ferreira não foi o único a receber visitas das chefias requisitando a sua volta ao trabalho. O relato seguinte confirma o esforço de convencimento dos trabalhadores no lugar certo, a saber, em casa, junto da família.

---

<sup>325</sup>

Entrevista com Geraldo Ferreira, concedida em 29/08/2007.

Afinal, o lar operário consistiria no lugar adequado para “quebrar a greve”. Longe das assembleias, do nervosismo característico dos piquetes, das palavras de ordem proferidas no coletivo de classe. Perto da família ficava mais fácil dizer que a greve não resolveria nada. Só resultaria em demissões. Nesse caso, quem haveria de pagar as prestações da geladeira, o carnê da televisão e do som três em um, os assessórios pertinentes ao vestuário dos filhos?

Objetivando por fim ao movimento a empresa utilizou-se de meios de persuasão e força. Todo quadro de supervisores, chefias foram em busca dos operários nas suas casas para convencê-los na presença das famílias, que com a greve não se resolve nada, que só faz é causar desemprego. O Serviço Social também foi solicitado na tarefa de visitar as famílias, levando uma carta redigida pelo gerente, que ameaçava o operário de demissão caso não retornasse até uma data estabelecida. O objetivo era levá-las a pressionarem o operário a retornar o trabalho; também solicitou do Setor Social uma posição sobre a greve, destacando causas e soluções<sup>326</sup>.

A Finobrasa colocou em campo seus quadros de gerência, supervisão e serviço social para assediar os trabalhadores em suas casas. Os trabalhadores eram pressionados com palavras persuasivas e/ou ameaçadoras. Ainda havia as cartas, advertindo sobre as consequências de sua participação na greve, pois fazer coagir por escrito e com papel timbrado ficaria mais solene. Documento oficial, nessa lógica, contém mais verdade. Parece até que pobre e trabalhador só recebe carta assim, impressa com notícia que mete medo: demissão, SPC, Serasa, cobrança, despejo. As pequenas e grandes tragédias da memória social dos trabalhadores.

Mas, a despeito da investida patronal, o processo de mobilização dos trabalhadores continuou, sendo que muitos permaneceram firmes. A greve procedia, como afirma o sindicalista Antônio Ortins:

[...] o gerente geral do Grupo Vicunha, que nunca tinha visitado e nem falado com os operários na fábrica. Quando a greve estava com 10 dias, ele, desesperado, pegou o carro da empresa e foi lá na favela falar com os operários. E tinha operário que dizia assim: - ‘Rapaz, ele foi lá em casa e eu mandei ele entrar, tomar um cafezinho, e disse: doutor, eu fico muito feliz, você que nunca falou comigo lá dentro da fábrica, e hoje está aqui na minha casa, eu fico muito feliz. Tomou meu cafezinho, me pediu para voltar a trabalhar, eu disse: doutor, só que eu não vou voltar a trabalhar<sup>327</sup>.

A narrativa de Antônio Ortins é de grande significado para a compreensão do que a greve representou na relação de poder entre os patrões e os trabalhadores.

<sup>326</sup>

SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. op. cit., p. 22-23.

<sup>327</sup>

Entrevista com Antônio Ortins. *apud*. CARNEIRO, Ana Joeline. op. cit., p. 49.

Seria impensável, em outras circunstâncias, que um operário não cumprisse a ordem do gerente geral da Finobrasa. O estado de greve deu respaldo e coragem para atitudes completamente inusitadas dos trabalhadores.

Ao perceber que grande parte dos trabalhadores estava resolvida no propósito de continuar a greve, até que as reivindicações fossem atendidas, a empresa passou a recrutar novos operários para substituir os grevistas: “Nesse ano ela parou completo mesmo. Geral! Ai depois, foi voltando um bocado, devagarzinho, ai eles pegaram uns novatos, ai voltou. Mas a maior parte só voltou mesmo com 22, 23 dias, por ai assim”. (Entrevista com Geraldo Ferreira, 29/08/2007).

Foram contratados em torno de 40 por cento de novos trabalhadores, muitos sem experiência no setor têxtil, outros com problemas de saúde e, curiosamente, pessoas que haviam participado de greves em outras empresas<sup>328</sup>. As “listas” ou “álbuns negros” foram esquecidos temporariamente. À Finobrasa, naquele momento, pouco importava o histórico dos recém-admitidos, contanto que a produção voltasse à normalidade e a greve perdesse seu sentido, esvaziando-se.

A paralisação modificou a rotina, inclusive, dos trabalhadores que não concordavam inteiramente com o movimento, como é o caso de João Batista, para quem

[...] a participação na greve era mais assim de, não vou dizer de apoio, mas era apoio, era realmente apoio porque eu não ia trabalhar. Nunca fui, no período todinho eu fiquei de fora. Mesmo sem fazer aqueles movimentos, assim de passeata, essas coisas, a única passeata que eu fiz, foi da Igreja de São Judas até a 24 de Maio, que a gente foi pra fazer um movimento lá em frente, foi o único que eu fiz, mas eu ia todo dia na Igreja, assim pra saber os assuntos, como tava acontecendo, informação até de quem furava a greve, isso aquilo outro [...]. Porque na minha turma mesmo, teve colega meu que era na minha mesma situação, não era muito a favor e tal, esse pessoal não furou a greve e quando foram voltar ao trabalho, esse pessoal foi demitido. Rapaz, eu acho que foi importante, mas teve alguém que pagou, por isso<sup>329</sup>.

Com a experiência de oito anos de trabalho na fábrica, João Batista acompanhou a construção da greve. Em seu relato, assinala a importância do movimento e deixa claro que, mesmo não apoiando diretamente, participou concretamente da greve, pois não foi trabalhar em nenhum dos 23 dias. Todos os dias “batia ponto” na Igreja de São Judas Tadeu, transformada em local de

<sup>328</sup> CARNEIRO, Ana Joeline. op. cit., p. 47-48.; Ver ainda: SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. op. cit., p. 23.

<sup>329</sup> Entrevista com João Batista, concedida em 02/08/2008..

concentração dos trabalhadores. Sua restrição à greve refere-se à demissão dos operários<sup>330</sup>, preço pago por muitos, inclusive por alguns que não concordavam com o movimento grevista.

Ao analisar as narrativas dos trabalhadores, identifica-se que existem os que participaram ativamente da greve, como Tarcísio Araújo. Existem, também, aqueles que retornaram ao trabalho antes do fim do movimento, como Geraldo Ferreira e outros que não foram muito ativos, mas “não furaram a greve”, a exemplo do Sr. João Batista. Essas diferentes reações têm motivos diversos entre si: o medo de ficar desempregado, dívidas contraídas antes da greve, a repressão violenta, o medo de perder os “benefícios” da empresa, a pressão familiar – enfim, a lista é enorme. A cultura do medo em sua potência ia minando “as artes da resistência”.

Passava o carro de som anunciando, quem não voltar ao trabalho amanhã, vai ser posto pra fora por justa causa. Ai a gente tinha esse medo né. E a gente tudo Leigo na época, mas só que o pessoal do Sindicato, dizia que não tinha perigo da gente ser expulso por justa causa, porque a greve era legal, e a greve sendo legal, a gente tinha todo um aparato jurídico, só que a gente não entendia de nada disso na época, ficava ali com medo, o meu medo era esse, ser expulso por justa causa, porque na época eu tinha 5 anos de empresa né, rapaz perder meus 5 anos, as vezes, vinha aquele medo<sup>331</sup>.

Convém estar ciente de que a pluralidade de ações dos trabalhadores no envolvimento com a greve seja uma realidade. Decorridos mais de vinte anos, vale cogitar o quanto foi complexo para aqueles sujeitos construir/continuar ou não a greve, pois, de certa forma, tal postura contribui para problematizar e demonstrar a heterogeneidade das vivências e dos conflitos frente à exploração no cotidiano da fábrica e na organização da greve dos 23 dias<sup>332</sup>.

Os patrões recusavam-se a negociar enquanto a greve continuasse. A empresa alegava que só atenderia as reivindicações se os operários retornassem ao trabalho. Mas, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, em decisão tomada em assembleia, não aceitou essa imposição, alertando que tal proposta era uma estratégia da empresa para desarticular o movimento grevista<sup>333</sup>.

Como trabalhadores e patrões não chegavam a um acordo, o pároco da Igreja de São Judas Tadeu, Abelardo Ferreira Lima, foi escolhido para intermediar as

---

<sup>330</sup> De acordo com Ana Joeline Carneiro, cerca de 800 trabalhadores foram demitidos pela Finobrasa, por participarem da greve. CARNEIRO, Ana Joeline. op. cit., p. 40.

<sup>331</sup> Entrevista com Tarcísio Araújo, concedida em 21/07/2008.

<sup>332</sup> SALES, Telma Bessa. (2009). op. cit.

<sup>333</sup> SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. op. cit., p. 22.

negociações, o que também não significou nenhum avanço<sup>334</sup>. Em protesto contra a morosidade das negociações, à meia noite do dia 19 de maio, décimo sexto dia da greve, os operários João, José, Adão e Assis iniciaram uma “greve de fome”:

Quatro operários das indústrias têxteis cearenses estão em greve de fome desde a manhã de ontem, como forma de protesto contra a morosidade com que estão se desenvolvendo as negociações salariais entre a categoria e os empresários do setor. Os trabalhadores, que preferem não se identificar, permanecem em regime alimentar até que os seus companheiros cheguem a um acordo com os patrões. Os trabalhadores em greve de fome resolveram optar por esta forma de protesto por iniciativa própria. Eles estão em repouso, no altar da Igreja de São Judas Tadeu, no bairro de São Gerardo. Os grevistas prometem ficar se alimentando apenas de líquidos, até que a categoria ponha fim ao movimento paredista<sup>335</sup>.

Os trabalhadores que faziam a greve de fome ficaram em repouso, no altar da Igreja de São Judas Tadeu, alimentando-se apenas de líquidos, água de coco, até que a greve chegasse ao fim. Dos quatro, três eram solteiros, sendo que somente João era casado e tinha filhos. Para João, a condição de pai de família era um motivo a mais para participar ativamente do movimento<sup>336</sup>.

Em entrevista publicada no jornal O Povo, João considera que, se a situação dos trabalhadores da Finobrasa continuasse como estava, ele não conseguiria sobreviver nem sustentar a família, portanto, qualquer esforço no sentido de conseguir melhores salários e condições de trabalho era válido:

‘Se eu tiver de seguir a maneira de trabalhar da empresa, não vou conseguir sobreviver com a minha família’ – desabafa o trabalhador João, deitado em um colchão, sob o olhar aprovativo dos companheiros. Falando baixo e pausadamente, ele garante que só tem forças para prosseguir por está dependendo de pouca energia. ‘Se eu estivesse me esforçando, eu estaria mal’ – completa<sup>337</sup>.

Também aqui, revela-se o quanto os trabalhadores da empresa eram explorados. Para o operário João, a situação pior do que já estava não poderia ficar. De sorte que, qualquer sacrifício em prol de melhorias era legítimo. A greve de fome foi espontânea, partiu deles a iniciativa, o que também indica o grau de engajamento dos trabalhadores no movimento.

---

<sup>334</sup> Diário do Nordeste, quarta-feira, 11 de maio de 1988., p. 11.

<sup>335</sup> Diário do Nordeste, sexta-feira, 20 de maio de 1988., p. 10.

<sup>336</sup> O Povo, domingo, 22 de maio de 1988., p. 11.

<sup>337</sup> Id., ibidem.

Após 18 dias de greve e cinco reuniões de negociações, sem que um acordo fosse firmado, foi solicitada a intervenção da Justiça do Trabalho. No dia 20 de maio, realizou-se a primeira reunião de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região. Na ocasião, enquanto os trabalhadores reivindicavam aumento de 100 por cento de Índice de Preços do Consumidor, mais oito por cento de produtividade, acrescidos de 20 por cento de ganhos reais, os empresários concederam apenas os 100 por cento do IPC, mais cinco por cento de produtividade.

FIGURA 16 – Trabalhadores em passeata na Av. Santos Dumont, em maio de 1988



Fonte: O Povo, 21/05/1988, p. 10.

No intuito de pressionar os patrões e o judiciário trabalhista, um grupo de trabalhadores saiu em passeata pela Avenida Santos Dumont nas imediações do prédio do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Na ocasião, houve tumulto

devido a Polícia Militar haver tentado impedir a circulação do veículo que deveria levar os trabalhadores de volta ao local de concentração da greve, a Igreja de São Judas Tadeu. O caso foi resolvido com a intervenção do presidente do TRT7, João Nazareth, que liberou a circulação do veículo<sup>338</sup>.

Note-se bem, na organização do movimento, existiu toda uma logística no sentido de que sempre houvesse o maior número possível de trabalhadores nos locais de negociação. O deslocamento de um grupo de trabalhadores do bairro Olavo Bilac até a Avenida Santos Dumont visava mostrar aos patrões e aos magistrados da Justiça do Trabalho que a comissão de negociação não estava só. Esses agentes do movimento contavam com o apoio da base, que estava ali bem perto. Que tal aspecto ficasse claro, e fosse escutado.

A continuidade do impasse devido “[...] os empresários recusaram-se a conceder reajustes além do que já foi dado, enquanto que o Sindicato dos Têxteis garante ter cedido demais, sendo impossível alterar as reivindicações que tratam dos salários” (O POVO, 21/05/1988, p. 10), fez com que o TRT7 decidisse pelo fim da fase de conciliação e concedesse três dias úteis, para que os empresários contestassem as demandas dos trabalhadores, assim como estes apresentassem a defesa em relação ao pedido de ilegalidade da greve encaminhado pelo Sindicato patronal.

Ali, ficou decidido, ainda, que haveria o julgamento do dissídio coletivo e, paralelamente, o julgamento da própria ilegalidade da greve. Mas se houvesse entendimento entre as partes durante os dias estabelecidos, o processo de ilegalidade da greve poderia ser retirado da pauta de julgamento<sup>339</sup>.

Às 15 horas do dia 25 de maio, os trabalhadores realizaram uma assembleia, na qual se decidiu o fim da greve. Na ocasião, os quatro trabalhadores que haviam iniciado a greve de fome, há seis dias, também voltaram a alimentar-se. Após a decisão de voltar ao trabalho, patrões e operários encaminharam ao TRT7 o pedido de desistência do dissídio coletivo. Contudo, o processo de ilegalidade da

---

<sup>338</sup> O Povo, sábado, 21 de maio de 1988., p. 10.

<sup>339</sup> Ver matérias publicadas nos jornais: Diário do Nordeste, sexta-feira, 20 de maio de 1988., p. 10.; O Povo, sábado, 21 de maio de 1988., p. 10.; e Tribuna do Ceará, sexta-feira, 20 de maio de 1988., p. 12.



greve permaneceu em trâmite, com previsão de julgamento para semana que se seguiria<sup>340</sup>.

No dia 26, os trabalhadores retomaram a vida na fábrica:

Os trabalhadores da indústria têxtil decidiram ontem á tarde, em Assembleia Geral, na Igreja de São Judas Tadeu, retornar hoje às atividades. Os quatro têxteis que há seis dias, haviam iniciado uma greve de fome, também voltaram a alimentar-se e quando estiverem em condições voltarão ao local de trabalho.

De acordo com o advogado do Sindicato da categoria, Aécio Aguiar, os trabalhadores até consideraram uma conquista os cinco por cento adquiridos como produtividade e os 100 por cento do IPC. 'Além disso, os patrões vão pagar os 23 dias em que estiveram parados, sendo que o desconto ocorrerá num prazo de cinco meses' – informou<sup>341</sup>.

A despeito das exigências não terem sido atendidas integralmente, o movimento proporcionou o fortalecimento e a união dos trabalhadores da Finobrasa, assim como de toda categoria têxtil do Ceará. Além disso, alcançou várias conquistas, tais como a não decretação de ilegalidade da greve, o pagamento dos dias parados – embora, descontados gradativamente em folha durante os meses seguintes –, percentual de cinco por cento de produtividade, reajuste de 47 por cento do salário bruto, o aumento de sete para nove faltas sem justificativas permitidas durante um ano e estabilidade de cinco meses para gestantes. Além disso, houve a instalação de uma comissão paritária entre patrões e empregados com o fito de discutir questões acerca da periculosidade, da insalubridade, da hora extra e do adicional noturno. E foi prometido pelos patrões que as refeições feitas nas fábricas seriam custeadas pelas empresas<sup>342</sup>.

## 2. E a peia comia!

Um dos aspectos que marcou de forma considerável a greve dos têxteis da Finobrasa, em 1988, consistiu na violência contra os grevistas. A greve é lembrada como um momento de extrema truculência patronal e repressão policial. Pode-se perceber esse fato observando a bibliografia<sup>343</sup> sobre a greve, as

<sup>340</sup> Ver matérias dos jornais: Diário do Nordeste, quinta-feira, 26 de maio de 1988., p. 11.; e O Povo, quinta-feira, 26 de maio de 1988., p. 11.

<sup>341</sup> O Povo, quinta-feira, 26 de maio de 1988., p. 11.

<sup>342</sup> Diário do Nordeste, quinta-feira, 26 de maio de 1988., p. 11.

<sup>343</sup> CARNEIRO, Ana Joeline. op. cit.; COSTA, Marcos Antônio Bezerra. (2005a). op. cit.; SALES, Telma Bessa. (2009). op. cit.; SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. op. cit.

narrativas dos trabalhadores e os jornais de circulação diária na época: Diário do Nordeste, O Povo, O Estado e Tribuna do Ceará.

A greve da Finobrasa foi permeada por uma série de atos de violência dirigidos contra os trabalhadores e militantes das causas sociais que apoiavam o movimento. Conforme Marcos Antônio Costa, dentre os casos lastimáveis daquela greve,

[...] destaca-se o episódio com a ex-vereadora Rosa da Fonseca, símbolo do radicalismo de esquerda do Ceará. Ela foi uma das lideranças de uma das inúmeras passeatas organizadas a época em apoio aos grevistas. Ao chegarem nas imediações do grêmio recreativo dos funcionários daquela indústria, que fica localizado nos fundos, ocorreu um conflito entre os manifestantes e tropa de choque da força policial a serviço da burguesia – este confronto não foi o único, como também não foi o mais violento – e a líder esquerdista foi covardemente agredida pelo diretor administrativo da empresa. Deve-se esclarecer que esta foi apenas uma das várias cenas que se teve, lamentavelmente, o desprazer de vivenciar<sup>344</sup>.

A repressão não se restringiu a agressões físicas, outra forma de violência foi a violação do direito de ir e vir. De fato, os trabalhadores não podiam sair do local de concentração, sob pena de sofrer agressões. Além disso, eram proibidos de realizar piquetes e manifestações no entorno da fábrica. Segundo o sindicalista Antônio Ortins, houve:

Muitas atitudes repressoras da polícia na greve [...] botar cavalaria, cachorro, não é para impedir piquete, não. É para intimidar os trabalhadores para que, no pânico, cedam frente as ameaças de demissão. Houve confronto [...], a polícia proibiu a gente de fazer manifestação, proibiu a gente de fazer passeata, proibiu a gente de sair da Igreja, e a gente saiu assim mesmo, fomos pro cacete [...]<sup>345</sup>.

Logo que se iniciou a greve, contrataram-se seguranças recrutados nas academias de artes marciais de Fortaleza, no que se vê uma explícita intenção de intimidar os trabalhadores. Conforme matéria do Jornal Tribuna do Ceará:

[...] é constante a presença não só de policiais, mas de ‘leões de chácara’, alguns deles contratados inclusive, junto as academias de caratê. Além disso há um grande aparato policial não só na frente das fábricas, mas inclusive nas diferentes ruas do bairro. ‘Tudo isso para amedontrar-nos visando o fim do nosso movimento’, afirmaram eles<sup>346</sup>.

<sup>344</sup> COSTA, Marcos Antônio Bezerra. (2005a). op. cit., p. 128-129.

<sup>345</sup> Entrevista com Antônio Ortins. *apud*. CARNEIRO, Ana Joeline. op. cit., p. 40.

<sup>346</sup> Tribuna do Ceará, sábado, 21 de maio de 1988., p. 03.

No intuito de intimidar ainda mais os trabalhadores em greve, os vigilantes da Finobrasa disparavam tiros de revólver para o alto, logo que o número de trabalhadores no entorno da fábrica aumentava.

Determinado dia da greve simboliza bem a severa repressão a que foram submetidos os trabalhadores. No dia 09 de maio de 1988, a despeito do policiamento ostensivo para impedir os manifestantes de circularem nas avenidas próximas à fábrica, foi organizada uma ação de mobilização em frente à Finobrasa, na Avenida Sargento Hermínio.

FIGURA 17 – Passeata rumo a Finobrasa no dia 09 de maio de 1988



Fonte: CARNEIRO, 2005, p. 40.

Quando se observa os relatos sobre o referido dia, bem como o que os jornais da imprensa comercial de Fortaleza noticiaram, torna-se possível identificar que a manifestação representou uma disputa pelo uso do espaço público, a frente da fábrica, na medida em que os operários pretendiam ocupar o local para intimidar os patrões e os “furões da greve” e, por conseguinte, evitar o retorno destes ao trabalho. Todavia, o aparato coercitivo do Estado acionado para salvaguardar os interesses dos patrões não admitia o uso deste espaço pelos trabalhadores. Nessa batalha, o Governo utilizou-se de seu tentáculo repressivo oficial, a Polícia Militar, para impedir as manifestações grevistas.

Como os trabalhadores não se intimidaram e continuaram a manifestação em frente à fábrica, foram agredidos com severa violência, como se vê nesta fotografia existente no arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza:

FIGURA 18 – Trabalhadores com pernas e braços quebrados por policiais no dia 09 de maio de 1988



Fonte: Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis.

Nas narrativas dos trabalhadores há destaque a brutalidade com que foram agredidos pela Polícia Militar. Tarcísio Araújo foi um dos trabalhadores que testemunhou a preparação, a prática e os momentos de tensão no referido dia da greve. Indagado a respeito da dinâmica do movimento eis o que relata:

A gente pra fazer manifestação, passava em frente à empresa, a polícia tentava impedir, começava aquele confronto e a peia comia [...]. Teve um dia que até um deputado chegou a apanhar da polícia, o Deputado João Alfredo. Eu tava no dia, só que na hora eu tinha [...], mas o João Alfredo apanhou, inclusive, no outro dia saiu uma manchete no jornal [...]. Teve colegas meus, que eu vi, eles apanharam mesmo, inclusive chegavam com hematomas [...] teve um colega nosso que apanhou, que chegou até a ir para o hospital [...] não faltava polícia lá, eram vinte e quatro horas, polícia em frente à empresa<sup>347</sup>.

No mesmo dia nove, o operário José Maria ajudou a socorrer vários trabalhadores espancados por policiais:

[...] ajudei a socorrer vários companheiros com pernas quebradas, braços quebrados, teve um dos colegas que desmaiou, foi numa hora de emergência, foi preciso nós pegarmos ele, quase

<sup>347</sup>

Entrevista com Tarcísio Araújo, concedida em 21/07/2008.

arrastamos, porque tínhamos que ser rápidos, por que se a polícia chegasse, até talvez terminasse por matar o rapaz, não podia deixar o rapaz desmaiado, e nós conseguimos escondê-lo numa casa que ficava próxima a fábrica [...], e ao final, a polícia viu que o rapaz estava escondido nesta casa e queria invadir a casa do cidadão [...]<sup>348</sup>.

Os acontecimentos daquele dia, também estão vivos na memória de João Batista. Ele não participou da manifestação em frente à fábrica, naquele fatídico dia, mas viu chegar ao local de concentração os operários que apanharam da polícia:

[...] a única greve que eu participei foi dessa, nesse sentido, de não ir trabalhar [...] de ir para Igreja, mas nunca acompanhei passeatas, graças a Deus. Passar pela frente da fábrica, eu nunca gostei também [...]. Um dia eu ia chegando lá na Igreja, com pouco tempo, lá vem gente com perna quebrada. Bateram nos trabalhadores, num movimento que eles passaram em frente da fábrica [...], tomaram até o crachá do João Alfredo que era deputado<sup>349</sup>.

A violência com que os manifestantes foram reprimidos também fica evidente no depoimento a seguir, que indica ainda novos elementos ao estudo das formas de repressão acionadas desde o Estado:

Na época da greve, o superintendente da Finobrasa se chamava Nahmi Jereissati, primo do Tasso Jereissati [governador do Estado do Ceará, à época], eles fecharam a Sargento Hermínio [...], o Tasso Jereissati mandou um enorme contingente de soldados para frente da fábrica, eram três batalhões: um bem no portão da fábrica, outro na Avenida Dr. Thenberge e outro na Avenida Olavo Bilac, de modo que a Avenida Sargento Hermínio ficou interditada, por ela não passava ninguém, isso durante 23 dias. Além do estado de sítio a violência era sem precedentes. Um dia nós tiramos a resolução de passar, mas não conseguimos, de um lado tínhamos dois mil trabalhadores desarmados e do outro um grande contingente de soldados armados, houve muitos tiros, resultando em várias pessoas feridas, entre os quais alguns foram hospitalizados [...] tivemos cerca de nove a doze pessoas feridas, foi perna quebrada, etc. e tal. De modos que teve esse combate e teve toda a violência, toda truculência [...]. Foi uma greve muito forte e terrivelmente violenta<sup>350</sup>.

Tal associação entre Tasso Jereissati e a direção da Finobrasa, frisada por Antônio Ibiapino, inclusive apontando o grau de parentesco entre o governador do Ceará e um superintendente da Finobrasa, também aparece na imprensa sindical e comercial do período. No informativo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis a associação é relatada da seguinte maneira: “[...] o governo do Estado [sob a figura de] Tasso Jereissati [está junto aos] patrões, que tratam uma greve legítima, num

<sup>348</sup> Entrevista com José Maria. *apud*. CARNEIRO, Ana Joeline. Op. Cit., pp. 45-46.

<sup>349</sup> Entrevista com João Batista, concedida em 02/08/2008.

<sup>350</sup> Entrevista com Antônio Ibiapino, concedida em 30/07/2008.

período de Campanha Salarial, como caso de política”. (FIO DA MEADA. *apud*. ARAÚJO, 2010, p. 21). E no jornal O Povo: “Operários da indústria Finobrasa entre dois fogos: fome e polícia. Não é de se estranhar, portanto, a amizade estreita dos donos com o Cambeba”. (O POVO, 22/05/1988, p. 06).

Portanto, as arbitrariedades do dia nove de maio ficaram enraizadas na memória coletiva<sup>351</sup> dos participantes da greve. A presença da polícia no entorno da fábrica e o grau de violência é marcante para trabalhadores e sindicalistas entrevistados. Violência que também foi registrada, ou silenciada, de formas diferentes no noticiário dos jornais.

### 3. ‘Dói no corpo e na alma’

Neste tópico a análise consiste na discussão acerca das versões da imprensa local: Diário do Nordeste, O Povo, Tribuna do Ceará e O Estado sobre os fatos referentes à manifestação dos grevistas e militantes sociais solidários aos trabalhadores. Da pesquisa nos periódicos, emerge um conteúdo de embates, tensões e violência, quando estiveram envolvidos, além dos trabalhadores em greve e administração da empresa, várias outras instituições, a exemplo da Polícia Militar, Governo do Estado, Igreja Católica, Prefeitura de Fortaleza, Poder Judiciário, bem como parlamentares e militantes de movimentos sociais.

O jornal Diário do Nordeste, por exemplo, não publicou nenhuma notícia sobre a violência praticada pelos policiais na segunda-feira, nove de maio. No dia seguinte ao episódio, terça-feira, o jornal não fez nenhuma referência ao fato. A única informação que o Diário do Nordeste apresentou sobre o conflito foi publicada dois dias após, na quarta feira, dia 11. Uma pequena matéria que não tratava do episódio em si, mas da não concretização de um acordo entre patrões e trabalhadores. Na última frase da matéria se lê: “o clima durante todo o dia [dia 10] esteve calmo, após o conflito entre policiais e trabalhadores ocorrido na última segunda-feira”. (DIÁRIO DO NORDESTE, 11/05/1988, p. 10).

---

<sup>351</sup> De acordo com Alessandro Portelli, a memória coletiva deve ser compreendida: “Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história ‘social’); mas do mesmo modo que langue se opõe a parole, ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. Ela só se torna memória coletiva quando é abstraída e separada da individual [...]”. (PORTELLI, 2006, p. 127).

O jornal O Povo, no dia 10 de maio, em manchete da capa, estampa a notícia: “Policiais militares agredem deputado”. Ainda nessa seção, uma nota assinada pelo comandante geral da Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCE), Coronel José Israel Cintra Austregésilo informa as medidas adotadas pelo Comando Geral da PMCE em relação ao episódio daquela data:

#### NOTA AO PÚBLICO

O conflito deflagrado entre patrões e empregados das indústrias têxteis tem exigido uma vigilância constante da Polícia Militar do Ceará, o que já dura uma semana.

Alguns incidentes já transcorreram. Ontem, um episódio mais grave ocorreu, resultando em atritos com o deputado João Alfredo e em ferimentos em 12 manifestantes, bem como em um policial e provocando danos no equipamento.

Em face de tais acontecimentos, o Comando da PMCE esclarece que as determinações do Governo do Estado é no sentido de coibir qualquer tipo de violência contra manifestações populares, agindo somente na estrita defesa da ordem pública.

O Comando da PMCE, assim já adotou procedimentos internos para apurar todos os fatos relacionados ao incidente e punir os responsáveis. Já determinou preliminarmente, o afastamento operacional do tenente Flares, comandante da tropa na ocasião, até que o caso seja elucidado em toda sua dimensão<sup>352</sup>.

Conforme a nota, o Tenente Flares, responsável pela tropa envolvida em conflitos com o deputado João Alfredo e os trabalhadores, episódio em que doze operários ficaram feridos, foi afastado, até que o caso fosse “elucidado em toda a sua dimensão”.

Na página dois, o jornal apresenta matéria completa sobre a agressão sofrida pelo deputado. Na mesma, informa-se que o parlamentar foi agredido com insultos e pancadas de cassetete nas costas, ao tentar socorrer um trabalhador desmaiado que estava sendo carregado por policiais militares. No episódio, o deputado teve ainda sua carteira parlamentar rasgada.

No dia 11 de maio, a principal manchete do jornal versa sobre as consequências internas à Polícia Militar, em relação aos acontecimentos do dia nove – “Violência causa punição de quatro coronéis da polícia”. A matéria completa está na página 14, onde a crise de insubordinação vivenciada na Polícia Militar, explicitada na ação do dia nove, quando um parlamentar foi agredido, ganhou relevo. A matéria enfatiza, também, as trocas ocorridas no comando de diversos setores da instituição, motivadas pelo fato. Ainda no dia 11, na página dois, dedicada

<sup>352</sup> O Povo, terça-feira, 10 de maio de 1988., p. 01.; Esta mesma nota também foi publicada no jornal Tribuna do Ceará da terça-feira, 10 de maio de 1988., p. 01.

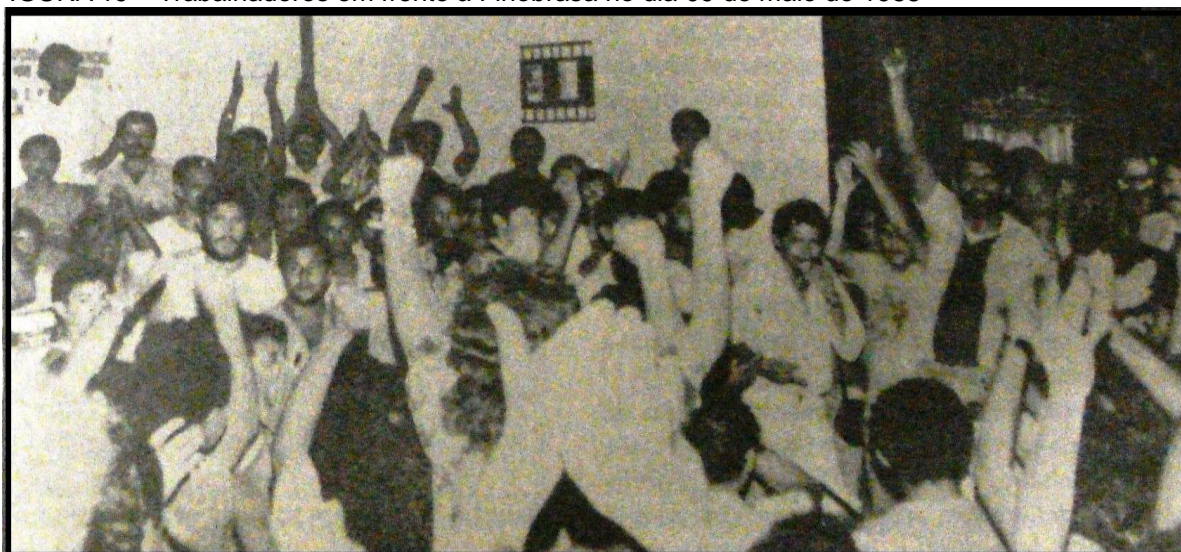
aos fatos políticos, aludiu-se à repercussão do caso na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Releva perceber as “nuances” do foco editorial do jornal O Povo. Ao noticiar a violência praticada pelos policiais, o periódico destaca o viés concernente à agressão ao deputado João Alfredo e a repercussão se dá como fato político no parlamento e na estrutura interna da Polícia Militar. Pouquíssima atenção foi dispensada à repressão contra os trabalhadores. Estes sim, o alvo da polícia acionada pelo Estado em salvaguarda à “ordem” requerida pelos patrões.

Uma ironia por impresso: não fosse a nota do Comando da Polícia Militar, publicada na edição do jornal no dia 10 de maio, o leitor do jornal não ficaria sabendo que 12 trabalhadores tinham sido espancados durante o episódio. Essa “dor não saiu no jornal”. No relato jornalístico é omitido, inclusive, o nome da empresa onde o fato ocorreu. Ao identificar o local onde os acontecimentos desenrolaram-se, indica-se ter sido em “uma indústria do setor têxtil”. Em nenhum momento há referência ao nome da Finobrasa.

Os desdobramentos da greve iam repercutindo na imprensa, as primeiras páginas dos jornais são ocupadas com imagens e notícias sobre o episódio do dia nove. No jornal Tribuna do Ceará, em uma das manchetes da capa do dia 10 de maio, anuncia-se: “Deputado agredido na greve dos têxteis”. Na mesma página, vê-se a nota de esclarecimento do Comando Geral da Polícia Militar, similar àquela publicada no jornal O Povo da mesma data, como ainda uma fotografia dos trabalhadores em greve na frente da Finobrasa:

FIGURA 19 – Trabalhadores em frente à Finobrasa no dia 09 de maio de 1988



Fonte: Tribuna do Ceará, 10/05/1988, p. 01.



Na página 12, tem-se a matéria completa sobre o episódio. O jornal narra o desenrolar dos acontecimentos do dia anterior, ressaltando a atuação da polícia, dos trabalhadores e de outras personagens que participaram do movimento, a exemplo do deputado João Alfredo e da sindicalista Rosa da Fonseca:

A Polícia Militar, por sua vez declarou, através do capitão Ferreira, do Comando Geral que, desde a terça-feira passada estava apreensiva com relação as manifestações por parte dos operários da Finobrasa e, visando zelar o patrimônio da empresa vários policiais ficaram no dia de ontem revezando o policiamento da fábrica para assegurar o livre ingresso ao trabalho dos que queriam trabalhar. O capitão Ferreira declarou que na ocasião da passeata, um grupo de cerca de 300 pessoas lideradas por Rosa da Fonseca, gritando palavras de ordem, se confrontaram, nas imediações da Avenida Sargento Hermínio, com os policiais que estavam em postos para impedir que a passeata se concentrasse em frente a Finobrasa, evitando que o trânsito fosse interditado. O capitão Ferreira continuou dizendo que os policiais foram agredidos, a princípio com palavras e depois foram jogadas pedras nos PM's. Na ocasião o Sargento E. [...], recebeu um soco na altura do estomago, por um dos líderes da manifestação. Segundo o capitão Ferreira, os policiais estavam desarmados, em termos [...] de equipamento de anti-tumulto, do [...] da bomba de gás lacrimogêneo. A tropa com cerca de 10 policiais foi esfacelada, pois a multidão, segundo o capitão Ferreira, chegava a 300 manifestantes. Foi imediatamente providenciada uma tropa de reforço para o local, munidos de cassetetes, capacetes e escudos. No confronto com os grevistas dois soldados foram lesados por pauladas e a Polícia Militar redobrou o efetivo durante a tarde de ontem na Finobrasa<sup>353</sup>.

A Avenida Sargento Hermínio foi transformada em uma praça de guerra. De um lado, o efetivo policial redobrado, que além das armas de fogo, utilizava vários equipamentos como capacetes, cassetetes e escudos; do outro, os trabalhadores com suas faixas, cartazes, bandeiras... Um confronto desigual. Mesmo assim, a versão do Comando da Polícia Militar põe em relevo o óbvio nesses episódios de desmando policial: primeiro teriam sido agredidos pelos trabalhadores e só depois revidaram. A forma como a matéria do jornal noticia o episódio, dá a impressão de que os trabalhadores não foram agredidos, somente os policiais.

Na quarta-feira, dia 11, o Tribuna do Ceará publica na sua capa as seguintes manchetes: “Têxteis não chegam a acordo para acabar a greve”; “Mudança no comando operacional da PM”. (TRIBUNA DO CEARÁ, 11/05/88, p. 01). As matérias completas estão na página 11. Na primeira, faz-se amplo relato sobre a violência sofrida por trabalhadores e pelo parlamentar João Alfredo, bem como traz novas informações sobre a continuidade da repressão no dia seguinte à

353

Tribuna do Ceará, terça-feira, 10 de maio de 1988., p. 12.

manifestação, quando “[...] um operário ao passar em frente à fábrica, na tarde de ontem foi agredido pela PM. O operário registrou queixa no primeiro distrito policial e foi encaminhado para o IML, onde realizou o exame de corpo de delito”. (TRIBUNA DO CEARÁ, 11/05/1988, p. 11). Na segunda, explicam-se as mudanças no comando de setores da Polícia Militar. Conforme a matéria desse jornal, essas alterações foram motivadas pela comprovação dos “excessos” praticados pelos policiais durante a manifestação dos trabalhadores da Finobrasa no dia nove.

As agressões a trabalhadores, assim como a militantes que os apoiavam, passaram a ser vistas e criticadas pela população cearense, principalmente a partir da divulgação na imprensa dos fatos ocorridos, como demonstra a manchete da capa do jornal Tribuna do Ceará do dia 12: “Povo condena violência da polícia”. Na página 11, vê-se a matéria completa, onde o periódico apresenta a opinião de vários fortalezenses condenando a ação da polícia, não só no episódio da greve dos têxteis, mas em outras situações cotidianas nas quais a polícia agiu de forma violenta.

Ao comparar a cobertura dos fatos feita pelos jornais Tribuna do Ceará e O Povo, por exemplo, observa-se uma diferença entre eles. Enquanto o segundo evidenciou a violência contra o parlamentar e a repercussão do fato na Assembleia Legislativa e na estrutura interna da polícia, com menor ênfase na repressão aos trabalhadores; o primeiro tratou dos fatos dando algum relevo à violência contra os trabalhadores e apontou a Finobrasa como local onde o episódio aconteceu. Isso pode ser observado no trecho a seguir:

[...] a manifestação transformou-se em tumulto quando a Polícia Militar foi acionada e entrou em atrito com os manifestantes. Tudo começou quando a passeata se encaminhava para Finobrasa, fábrica de fiação localizada à Avenida Sargento Hermínio<sup>354</sup>.

Em ambos os jornais, os excessos cometidos pelos policiais não foram questionados com veemência. É certo que, no jornal Tribuna do Ceará, há uma matéria com pessoas criticando a truculência da polícia; porém, trata-se ali de apresentar críticas genéricas à ação da polícia em geral, não à atuação específica na greve da Finobrasa.

Já o jornal O Estado, na primeira página do dia 10 de maio, apresenta em manchete a agressão contra o deputado estadual João Alfredo, mas também

---

<sup>354</sup>

Tribuna do Ceará, 10 de maio de 1988., p. 12.

estampa, em letras graúdas, a seguinte manchete: “Greve no setor têxtil: POLÍCIA REPRIME MOVIMENTO COM CASSETETE E LACRIMOGÊNICO”. (O ESTADO, 10/05/1988, p. 01). A violência contra os trabalhadores é notícia de primeira página:

Na Finobrasa, operários foram espancados por policiais [...], o deputado João Alfredo foi agredido moralmente e fisicamente por policiais em frente a Finobrasa [...] treze trabalhadores foram violentamente agredidos por um batalhão de choque, que usaram cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo para dispersar a manifestação dos grevistas [...] mil policiais, comandados pelo major Nilson, impediram acesso de todos que desejavam se aproximar da indústria Finobrasa. O carro que levava a reportagem de O Estado até o local teve seus quatro pneus furados, e ameaça de ser recolhido, caso permanecesse por mais tempo nas dependências da indústria<sup>355</sup>.

A matéria completa encontra-se na página 10, onde se lê que durante a manifestação, operários foram espancados pelos policiais e vários deles foram levados ao hospital Instituto José Frotta (IJF), quatro em estado grave. Pode-se ver ainda a solidariedade de setores da sociedade fortalezense, como membros da Igreja Católica e o grupo político da prefeita de Fortaleza, Maria Luíza Fontenelle. Na mesma página, O Estado registra imagens de políticos em um ato de apoio aos trabalhadores. Registra também o cerco policial que existia em torno da fábrica:

FIGURA 20 – Policiais militares interditando a Av. Sargento Hermínio em frente à Finobrasa



Fonte: O Estado, 10/05/1988, p. 10.

Policiais e viaturas fazendo “piquetes” para impedir a livre circulação dos trabalhadores. Se a organização dos operários encontrou nessa invenção do mundo

<sup>355</sup>

O Estado, terça-feira, 10 de maio 1988., pp. 01 e 10.

do trabalho (o piquete) uma das principais estratégias de mobilização durante a greve, o Estado atendendo ao pedido patronal utiliza bens e servidores públicos para o mesmo tipo de ação, só que com o objetivo de resguardar a propriedade privada.

No dia seguinte, 11 de maio, na primeira página, o jornal traz uma manchete sobre substituições em cargos de comando na Polícia Militar. Na mesma data, na página de número dois, uma matéria específica sobre a agressão ao deputado João Alfredo e a repercussão de tal ato no meio político cearense. Na página sete, tem-se a reportagem completa referente às mudanças na polícia, “[...] tendo em vista os últimos acontecimentos envolvendo policiais militares [...] onde, em princípio, ficaram comprovados os excessos praticados por parte de integrantes da PM”. (O ESTADO, 10/05/1988, p. 07).

Na quarta-feira, dia 12, o jornal O Estado continua a cobertura dos fatos referentes ao dia nove de maio. Na primeira página, estampa uma manchete sobre o ato de protesto realizado na noite do dia anterior, na Praça José de Alencar, no Centro de Fortaleza, em apoio aos trabalhadores que vinham sofrendo severa repressão, inclusive espancamentos. Um ponto alto do ato foi a presença de alguns dos operários que haviam sofrido agressões dos policiais:

FIGURA 21 – Trabalhadores espancados por policiais no dia 09 de maio de 1988



Fonte: O Estado, 12/05/1988, p. 01.

A reportagem completa encontra-se na página 10, na qual se noticia que o ato de protesto contou com a participação dos metalúrgicos, também em greve. Há registro das falas de sindicalistas e políticos presentes na manifestação, cobrando a

apuração dos fatos e a punição dos policiais responsáveis pelos atos repressivos da segunda-feira, bem como a posição de lideranças da Igreja Católica, no Ceará, em relação à atitude dos militares. Dentre as imagens publicadas no corpo da matéria, uma retrata os trabalhadores segurando uma faixa com a seguinte inscrição: “Abaixo a repressão do Gov. Tasso Jereissati”.

FIGURA 22 – Manifestantes em Ato de protesto contra violência praticada na Finobrasa



Fonte: O Estado, 12/05/1998, p. 10.

Ainda na matéria publicada no dia 12 de maio pelo jornal O Estado, são descritos outros casos de violência policial contra os trabalhadores, ocorridos posteriormente à manifestação do dia nove:

O advogado do Sindicato dos Têxteis, Alberto Fernandes, por sua vez, acusou a existência de duas novas arbitrariedades que foram praticadas por policiais militares contra os trabalhadores da Finobrasa. Uma aconteceu ontem [11/05/1988] à noite e a outra, ontem pela manhã. No primeiro caso ele disse que o funcionário Felipe Valdir, foi abordado por um PM, ao ter conhecimento de que ele participaria de uma assembleia de trabalhadores na Igreja de São Judas Tadeu, onde se encontra o comando de greve do Sindicato dos Têxteis, ele passou a ser espancado covardemente pelo policial. No outro caso, também ocorrido nas proximidades da mesma Igreja, ontem pela manhã, Valdir afirmou que o funcionário identificado por Valdivino foi arrastado a força do interior de uma mercearia por dois PMs à paisana<sup>356</sup>.

De certa maneira, O Estado é o jornal que dá maior relevo a repressão aos trabalhadores. Pelo que noticia o periódico, a violência policial tinha se tornado

<sup>356</sup>

O Estado, quinta-feira, 12 de maio de 1988., p. 10.

algo corriqueiro no período, além dos têxteis, outros operários, jornalistas, políticos, professores e estudantes foram vítimas da repressão policial. Segundo políticos entrevistados pelo jornal, as práticas violentas da polícia, deviam-se à conivência do governo do Estado – leia-se, governador Tasso Jereissati:

Já o presidente em exercício do PT, José Nobre Guimarães, responsabiliza diretamente o Governador pela repressão. Neste sentido, ele diz não aceitar a argumentação de que Tasso Jereissati não seja responsável pelo ocorrido porque, segundo ele, tanto a Secretaria de Segurança Pública, como todo o efetivo das Polícias Civil e Militar são subordinadas ao Governador. Afirma, ainda ser o Governador incompetente para julgar aos anseios trabalhistas, porém competente no sentido de promover espancamentos<sup>357</sup>.

A cobertura jornalística analisada aqui também recebeu atenção dos trabalhadores no período da greve. O noticiário era lido todos os dias, pelos operários. A greve ensejou também certa experiência de leitura. “Não tava trabalhando mesmo”, para quem não sabia ler havia as leituras coletivas, de forma que a greve por impresso foi sendo vista, lida e escutada:

[...] líamos jornal todo dia. Compravam cada tipo de jornal: Tribuna, O Povo e tinha o Diário. O pessoal da direção da greve, diziam: ‘vamos ver as manchetes hoje’. Aquele jornal ia passando, tinha o dia todinho pra gente ver, não tava trabalhando mesmo [...]. Dependendo do jornal, distorcia as coisas, por exemplo, o Diário do Nordeste, ele sempre puxava mais para o lado da empresa, nunca divulgava, os jornais que divulgavam mesmo na totalidade era O Estado e o Tribuna do Ceará, mas O Povo e o Diário, eles sempre distorciam algumas coisas<sup>358</sup>.

Na fala do operário, a greve emerge também em seu desdobramento de formação para a luta, como um processo educativo, quando se refletia, discutia-se sobre os diversos assuntos que matizavam a conjuntura, inclusive sobre a cobertura da imprensa local<sup>359</sup>. Mais de vinte anos depois daquela greve, Tarcísio Araújo rememora momentos vivenciados na Igreja de São Judas Tadeu, sendo um deles, aquele em que os jornais do dia passavam de mão em mão e os trabalhadores viam/liam a greve “por impresso”.

A forma do trabalhador tecer o comentário a respeito de como os jornais da imprensa comercial do Ceará noticiavam os fatos referentes à greve remete “pelo avesso” à análise que Francisco Foot Hardman faz de um conto do escritor Mário de Andrade sobre o Primeiro de Maio em São Paulo. Para Foot Hardman,

<sup>357</sup> Id., *ibidem*.

<sup>358</sup> Entrevista com Tarcísio Araújo, concedida em 21/07/2008.

<sup>359</sup> SALES, Telma Bessa. (2009). *op. cit.*

[...] o ato de ler e refletir sobre o jornal abre, no conto, o mundo das sensações interiores de 35. Mas o que é o jornal, nesse caso, senão o ‘retrato do mundo’? A sociedade, o governo, a classe operária, inclusive, chegam até a ‘consciência’ de 35 mediados pelo jornal: ‘[...] o 35 sabia, mais da leitura dos jornais que de experiência, que o proletariado era uma classe oprimida’. O mesmo jornal que lhe provocava raiva ou piedade trazia um certo ‘conhecimento do mundo’<sup>360</sup>.

Sendo o jornal um instrumento de mediação da realidade, a compreensão de Tarcísio Araújo é oposta a do operário 35. A consciência de que a classe trabalhadora era oprimida pelos patrões emanava mais da experiência, do que da leitura dos jornais. Tarcísio Araújo afirma que cada jornal fazia um “retrato do mundo” e/ou da greve à sua maneira. O Diário do Nordeste nunca divulgava, O Povo distorcia as coisas e, por sua vez, o Tribuna do Ceará e O Estado divulgavam os acontecimentos de forma mais ampla, segundo o depoimento.

Quando se observa o que os jornais publicaram, ou deixaram de publicar, chega-se a conclusão de que a interpretação de Tarcísio Araújo tem coerência, quanto ao conteúdo jornalístico sobre a greve. O trabalhador mostra que tinha plena consciência a respeito da diferença entre a greve vivenciada fio a fio e as diversas realidades enxergadas por meio da leitura dos jornais. A leitura permite ao trabalhador não somente o processo de auto formação, mas também a integração em uma prática social capaz de remodelar pensamentos e ações<sup>361</sup>.

Mesmo que muitos fortalezenses tenham sido informados sobre a greve através dos jornais, a forma como estes noticiaram, ou melhor, não noticiaram a luta dos trabalhadores, recebeu severa crítica de um dos personagens relevantes na dinâmica da greve, o arcebispo de Fortaleza Dom Aloísio Lorscheider. O religioso, após dez dias de paralisação, procurou abrir caminhos de negociação e divulgação na imprensa, quando então denunciou

[...] uma ‘conspiração do silêncio’ por parte da imprensa, quer falada ou escrita, que ignora os pleitos justos levados à frente pela classe. Para Dom Aloísio ‘não é simples o que os trabalhadores estão sofrendo’. Completou que ‘dói no corpo e na alma e não é justo que não haja cobertura e divulgação’.

Apesar de oferecer seu apoio, o Arcebispo de Fortaleza alerta para que não caiam na tentação de violência, pois a Igreja ‘não aceita qualquer tipo de agressão, mesmo estando ciente de que essa

<sup>360</sup> HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, nem Patrão!** Vida operária e cultura anarquista no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984., p. 158.

<sup>361</sup> GONÇALVES, Adelaide. Trabalhador lê? In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: UFC, v. 34, nº. 1, p. 59-72, 2003., p. 69.

tentação é natural por estes viverem oprimidos'. Ressalva ainda que a Igreja não quer ser juiz, mas tão somente fazer sentir que toda a sociedade deve acordar para o problema sério, não só relacionando a patrão e operário, mas sim de organização social e de convivência social solidária.

'A imprensa pode prestar um favor muito grande à sociedade, divulgando os movimentos dos trabalhadores, porque deixa que a sociedade sinta as situações erradas que ela própria vive' – acrescentou Dom Aloísio.

Ele acredita que a sociedade deva se interessar 'pelos desarcetos, para que estes sejam corrigidos'. Ele não imputa os erros 'a este ou aquele empresário, mas a todo o conjunto da sociedade, que apresenta sintomas de algo desorganizado e doente'<sup>362</sup>.

Para Dom Aloísio Lorscheider, "doí no corpo e na alma", "a conspiração de silêncio" que havia na imprensa. Esta deveria divulgar corretamente o movimento dos trabalhadores, pois suas reivindicações eram justas, diante dos horrores a que eram submetidos. Cabia a imprensa o importante papel de levar ao conhecimento da sociedade o sofrimento dos trabalhadores.

A crítica feita pelo religioso, diante da "parcialidade, passividade" dos órgãos de imprensa, se constitui em uma das manifestações de apoio que os trabalhadores receberam durante o período em que permaneceram em greve. Depreende-se daí que a onda de repressão acabou gerando um efeito contrário ao que era pretendido pela direção da empresa, ou seja, por fim à greve por meio da violência, do medo e do uso da força. As arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores estimularam a construção de práticas solidárias que envolveram políticos, religiosos, sindicalistas, trabalhadores têxteis e de outros setores industriais, gerando um efeito agregador, fortalecedor e legitimador do movimento grevista.

Se por um lado a repressão entremeou todo o período do movimento, por outro, durante os vinte e três dias da greve, os trabalhadores receberam manifestações de apoio e solidariedade por parte de vários setores militantes e socialmente engajados em Fortaleza, como veremos no tópico seguinte.

#### **4. Um fio de três dobras é mais forte: a solidariedade**

Dentre as instituições e pessoas que deram sustentação à greve dos 23 dias, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis teve papel preponderante. O órgão e

<sup>362</sup>

O Povo, quinta-feira, 19 de maio de 1988., p. 08.



sua liderança foram fundamentais na construção e realização da greve. É possível afirmar que a greve começou a ser construída desde o momento em que o Sindicato iniciou a campanha de sindicalização na empresa, ainda no segundo semestre de 1987, após a posse do grupo de oposição sindical que ganhou as eleições sindicais naquele ano.

Durante o conflito, o Sindicato assumiu o comando de greve, sendo responsável pelos encaminhamentos das negociações, organização de manifestações, divulgação na imprensa dos desmandos patronal, articulação dos grevistas com outras instituições e arrecadação de recursos para o fundo de greve e de donativos para alimentação dos operários e familiares.

A dinâmica da greve envolveu diversos segmentos como sindicalistas, religiosos, políticos e trabalhadores de outras fábricas, bem como de outras categorias; expressando em níveis e formas diversas sua solidariedade: declarações na imprensa em repúdio à violência, apoio logístico e simbólico, participação nas passeatas e atos públicos, doação de objetos para o fundo de greve, alimentação aos grevistas e suas famílias durante o período em que os “braços ficaram cruzados”, entre outras ações.

Em destaque, a atuação da Pastoral Operária. A entidade participou ativamente da greve, tendo sido responsável por uma série de ações que fortaleceram o movimento:

[...] participou nesta greve de forma ativa, ajudando os trabalhadores na conscientização daquele movimento, tentando arranjar mantimentos, vales-transporte e outras coisas. Já na imprensa, denunciou a situação que se encontravam os grevistas e referindo-se a ela como situação de miséria, violência e humilhação<sup>363</sup>.

Portanto, contribuiu no aspecto estrutural, inclusive, cedendo a sede – a casa paroquial da Igreja de São Judas Tadeu – para servir de base logística aos grevistas, em particular para a sua formação política, pois a Pastoral conseguia “[...] alcançar os trabalhadores não só nas portas das fábricas, mas na própria moradia”. (CARNEIRO, 1995, p. 53).

A relação de solidariedade da Pastoral Operária com os trabalhadores em greve foi respaldada pelo apoio irrestrito do então Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider. O cardeal participou ativamente da realização do movimento;

---

<sup>363</sup>

CARNEIRO, Ana Joeline. op. cit., p. 55.

sendo um dos personagens mais exaltados nas narrativas de trabalhadores e sindicalistas. Antônio Ibiapino, por exemplo, afirma que

[...] pessoa muito importante foi Dom Aloísio Lorscheider, ele pessoalmente foi visitar os trabalhadores em greve. Me lembro era noite, quando ele chegou. A igreja ficou lotada, linda. Então, nós organizamos uma celebração que iniciou-se, mas faltou energia, paramos um pouco até conseguir uma vela, eu fiquei segurando a vela ele lendo os textos que tinha que ler. Depois ele fez a doação de uma linda pulseira de ouro puro, propriedade dele, essa pulseira foi de grande importância para nós, fizemos uma rifa e com o dinheiro compramos alimentos para os filhos dos operários, essas crianças hoje estão com 21 anos, espero que estejam bem. Quero lembrar que ninguém ganhou a pulseira, então eu a devolvi para Dom Aloísio. Fiz isso através do Seu Joaquim da Pastoral Operária, foi outro que nos ajudou muito, ele era nosso diplomata, fazia o elo entre nós e a igreja<sup>364</sup>.

O religioso visitou os trabalhadores, rezou uma missa especial, fez a doação de um objeto pessoal (pulseira de ouro) para o fundo de greve e, ao ser solicitado pelos trabalhadores para uma posição pública no sentido de divulgar e fortalecer o movimento dos trabalhadores, Dom Aloísio divulgou, no dia 07 de maio, uma nota oficial da Arquidiocese de Fortaleza, com o intuito de apoiar o movimento dos trabalhadores:

Caríssimo Pároco,  
Peço que torne público, em sua comunidade paroquial, a organização que a pastoral operária de nossa arquidiocese faz em relação à greve dos trabalhadores da indústria têxtil em nossa cidade de Fortaleza.

Sabemos que as condições de trabalho e salários não correspondem às exigências de uma condição humana digna. Há indústrias em que os operários se vêm obrigados numa atmosfera de calor que alcança até 54 graus. Não se toma os necessários cuidados para coibir a grande poluição que se estabelece nos ambientes das indústrias, com sensível prejuízo da saúde dos operários. Igualmente o trabalho noturno feminino não pode ser apoiado. Além do mais, o trabalho é opressivo de tal forma que o operário goza raramente de um repouso dominical exigido pelo próprio senhor Deus. O operário doente não é sempre atendido com a diligência que a sua cura merece.

São apenas algumas indicações de elementos que tornam a vida do operário e da operária insuportável.

É, por isso que, recordando o que diz o Papa João Paulo II em sua Carta Encíclica 'Laborem exerceos' (o homem que trabalha) de 14 de setembro de 1981, nós vemos, em consciência, obrigados a solidariedade com os homens que trabalham. A Igreja considera tal solidariedade, como sua missão, seu serviço, como uma comprovação de sua fidelidade a Cristo. É preciso reafirmar o direito que o operário tem ao justo salário, a segurança de sua pessoa no trabalho que realiza e a sua organização no seu respectivo sindicato.

364

Entrevista com Antônio Ibiapino, concedida em 30/07/2008.

E é dever de todos cristãos, a começar pelos primeiros responsáveis das indústrias, fazer que este direito se torne também entre nós uma realidade.

Grato pela resposta positiva que a sua comunidade der ao clamor do nosso operariado<sup>365</sup>.

A nota endereçada aos párocos fortalezenses conclamava-os a divulgar em suas paróquias as arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores têxteis. Dentre os objetivos, estava o de informar a comunidade católica, sem dúvida o maior grupo religioso da capital, uma versão diferente daquela veiculada na imprensa, onde a causa da greve é resumida a reivindicação salarial.

O conteúdo da mesma, denuncia as péssimas condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores e reafirma todas aquelas arbitrariedades que foram relatadas nesta dissertação: excesso de calor, níveis altíssimos de ruídos, poluição causada pela poeira, incidência de doenças, exploração do trabalho feminino, exclusão do descanso dominical e falta de tratamento adequado aos operários doentes.

Portanto, a nota assevera que a luta dos trabalhadores era justa, eles tinham direito a melhores salários, a dignidade no trabalho e a livre organização em torno de seu órgão de classe. Cabia a comunidade católica, como referendava sua liderança máxima à época (Papa João Paulo II) em suas recomendações pastorais, ser solidária aos trabalhadores em greve, a fim de que seus direitos fossem respeitados.

Juntamente com Dom Aloísio e a Pastoral Operária, outros líderes e setores progressistas da Igreja Católica foram solidários aos trabalhadores em greve. Na proporção que a greve foi se tornando duradoura e as formas de repressão mais violentas, setores mais progressistas da Igreja Católica, reafirmaram a posição de apoio ao movimento. No dia 11 de maio, dois dias após o dia mais violento da greve, a Arquidiocese de Fortaleza, expediu uma circular reafirmando o apoio a greve. Na ocasião: “O arcebispo de Fortaleza, D. Aloísio Lorscheider declarou-se solidário aos operários e ressaltou o trabalho feito pela Pastoral Operária da Arquidiocese da capital. Um total de 22 padres assinaram o documento”. (O ESTADO, 12/05/1988, p. 10).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB`s) e outras pastorais, como a Pastoral da Terra, também manifestaram apoio aos trabalhadores. O Padre Ermano

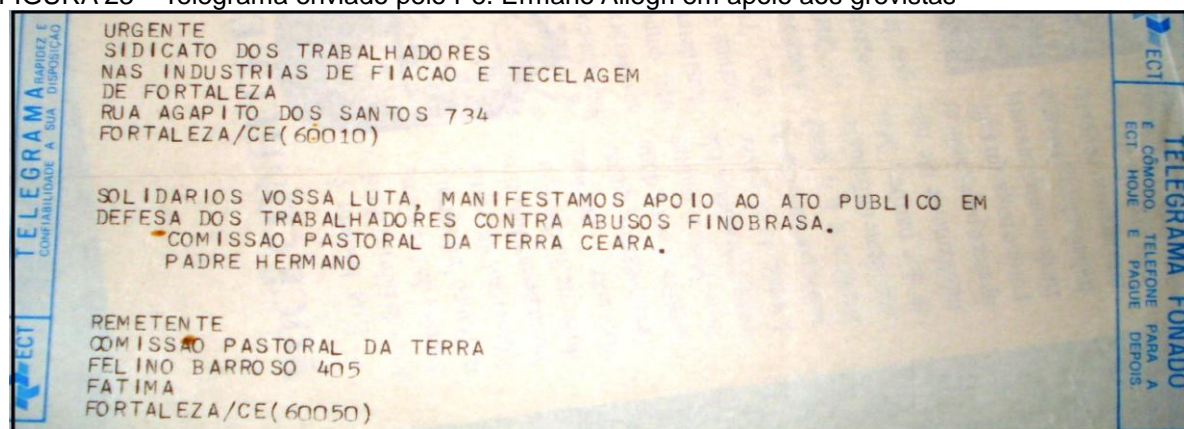
---

<sup>365</sup>

ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. **Comunicado aos párocos de Fortaleza.** 07/05/1988.

Allegri, coordenador da Pastoral da Terra no Ceará, chegou a enviar um telegrama reafirmando sua posição solidária aos operários agredidos:

FIGURA 23 – Telegrama enviado pelo Pe. Ermano Allegri em apoio aos grevistas



Fonte: Arquivo da Pastoral Operária.

Mas, dentre os párocos de Fortaleza à época, o Pe. Abelardo Ferreira Lima da Igreja de São Judas Tadeu, no bairro São Gerardo, foi o mais engajado no movimento. Ele permitiu que sua paróquia fosse transformada em local de concentração da greve. Uma faixa colocada na frente do altar da Igreja de São Judas Tadeu com o seguinte lema: “Eu ouvi o clamor do meu povo, e vou libertá-lo”, espelha muito bem a posição do pároco em relação ao movimento.

FIGURA 24 – Trabalhadores em Assembleia na Igreja de São Judas Tadeu



Fonte: Tribuna do Ceará, 11/05/1988, p. 11.

O pároco, foi um mediador das negociações junto aos patrões, recebeu a imprensa para registrar uma outra versão, diferente da patronal, sobre o movimento grevista, colaborou na arrecadação e distribuição de alimentos, realizou missas específicas com os trabalhadores em greve e seus familiares, convocou, juntamente com Dom Aloísio Lorscheider, os demais padres de Fortaleza a prestar sua

solidariedade ao operários da Finobrasa e articulou com o comando de greve algumas ações mobilizatórias, inclusive indo na casa dos operários.

A tessitura de apoio ao movimento contou também com a participação de familiares dos grevistas, como afirma Tarcísio Araújo:

Assim, também, era a minha esposa, do meio pro fim ela já tava me apoiando, ela dizia: 'você já começou, agora tem que ficar lá, com o pessoal [...]'. Algumas esposas, não eram todas, aquelas mais assim, como no caso da minha, ela sempre ia, quando tinha assembleia, ela ia, tinha missa, as vezes lá, no decorrer da greve teve duas missas lá, com o D. Aloísio celebrando, nessa época ele era arcebispo de Fortaleza [...], ele aproveitou e foi lá, e celebrou uma missa para os grevistas, inclusive minha esposa participou, nesse dia a Igreja ficou muito lotada, além dos trabalhadores, entendeu. Ai foi um dos dias, que a minha esposa foi, fora outras oportunidades que ela foi também [...]. Eu lembro do D. Aloísio, como uma pessoa que tava dando todo apoio a nós, porque se não fosse ele [...]. A Arquidiocese foi muito importante estruturalmente, porque é quem dava todo apoio a gente, tanto assim mentalmente, nas palavras, como financeiramente, contribuiu com cestas básicas, quentinhas, todos os dias tinham quentinhas, uma parceria da Arquidiocese com a Prefeitura. Na época a Prefeita era a Maria Luíza<sup>366</sup>.

Na tentativa de intensificar a solidariedade e estimulados pela dinâmica de intimidação utilizada pela empresa, a Pastoral Operária e demais lideranças da Igreja Católica realizaram uma missa em homenagem ao dia das mães, no segundo domingo de maio, dia oito<sup>367</sup>.

Quando se pensa na articulação entre o dia das mães e a greve dos têxteis da Finobrasa, é possível conjecturar que a missa do dia das mães espelha as táticas para fortalecer e potencializar o movimento. Um modo de articular o conjunto dos trabalhadores, desde o aspecto do apelo à religiosidade, à crença de cada trabalhador e de seus familiares<sup>368</sup>.

A celebração religiosa reflete ainda o compromisso ético da Pastoral Operária com os trabalhadores em greve, reafirmando seu compromisso em resultar da “[...] necessidade do cristão ser alguém que não impedisse a luta, mas que estimulasse o trabalhador a reagir, a lutar, a conhecer seus direitos e sua força, com o objetivo de construir uma sociedade justa e fraterna”. (COMISSÃO DA PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL. *apud*. CARNEIRO, 1995, p. 19).

<sup>366</sup> Entrevista com Tarcísio Araújo, concedida em 21/07/2008.

<sup>367</sup> CARNEIRO, Ana Joeline. Op. Cit., p. 41.

<sup>368</sup> SALES, Telma Bessa. (2009). op. cit.

O segundo domingo de maio de 1988, para algumas mães em Fortaleza, estava permeado de questões para além das comemorações pelo dia dedicado a elas. Aquele momento significou um chamado para que elas apoiassem seus maridos e/ou filhos. O oito de maio de 1988 foi um dia de apelo às mães para que se engajassem no movimento grevista. A missa procurou fortalecer a incorporação da figura simbólica da mãe ao movimento reivindicatório dos trabalhadores, que já se encontrava no quinto dia.

No meio político, também houve manifestações de apoio aos trabalhadores da Finobrasa. Nomes como Rosa da Fonseca, Dalton Rosado, Maria Luíza Fontenelle, João Alfredo e Ilário Marques apoiaram, em graus diferentes, os trabalhadores em greve. Destes, Maria Luíza e João Alfredo participaram ativamente do movimento, como relata o operário João Batista:

[...] aquela greve ela teve apoio da Maria Luíza, a prefeita e o João Alfredo era deputado [...]. A gente recebeu umas poucas de cesta básica, a Prefeita na época doava muitas cestas, tinha dia de manhã, por exemplo, que ia pra lá, pegavam leite ou pegava o almoço, tinha almoço também lá, quentinha que vinha [...], trazia quentinha, aquele pessoal que morava mais perto, as vezes ia, sabia os horários [...]<sup>369</sup>.

A prefeita de Fortaleza Maria Luíza é uma das figuras mais lembradas pelos trabalhadores, quando se trata do apoio recebido durante a greve. A frente da “administração popular” viabilizou a doação de alimentos aos grevistas, bem como se solidarizou moral e politicamente, a ponto de participar de manifestações e atos públicos organizados pelo comando de greve.

Tal apoio da prefeita certamente motivou denúncias e críticas, como a que se observa aqui:

O vereador Narcílio Andrade denuncia a utilização de veículos da prefeitura para fins escusos, não pertinentes à administração. Segundo ele o Detran apreendeu na última quarta-feira, a caminhoneta D-20 de propriedade da Emlurb, transportando piqueteiros para a Finobrasa, na Av. Sargento Hermínio. A apreensão se deu porque o veículo estava sem equipamentos obrigatórios e trafegava, superlotado, sem licença de transporte para capatazia. Andrade pede providências do Executivo para que atos desta natureza não se repitam, ao mesmo tempo em que elogia a ação do Detran, que deveria agir sempre da mesma forma<sup>370</sup>.

Os operários da Finobrasa contaram ainda com o apoio dos trabalhadores de outras fábricas têxteis de Fortaleza, principalmente os da Cia. Ceará Têxtil, que,

<sup>369</sup> Entrevista com João Batista, concedida em 02/08/2008.

<sup>370</sup> O Povo, sexta-feira, 06 de maio de 1988., p. 02.

mesmo de forma parcial, também paralisaram as atividades em solidariedade aos companheiros em greve. A ajuda também veio da Central Única dos Trabalhadores e de operários de outras categorias, dentre os quais metalúrgicos, então em greve.

FIGURA 25 – Manifestação de trabalhadores na Praça José de Alencar no dia 11 de maio de 1988



Fonte: O Estado, 12/05/1988, p. 10.

No dia 11 de maio, a Pastoral Operaria, a Central Única dos Trabalhadores, juntamente com trabalhadores têxteis e metalúrgicos, organizaram uma manifestação unificada, como se lê na matéria a seguir:

Cerca de mil e quinhentas pessoas, entre trabalhadores nas indústrias metalúrgicas e têxteis, em greve por tempo indeterminado, presidentes de sindicatos, Pastoral Operária, CUT, comunidades eclesiais de base e movimentos dos direitos humanos participaram ontem a noite, na Praça José de Alencar, de um ato de repúdio contra a repressão policial sofrida pelos trabalhadores da Finobrasa, na última segunda-feira, e que deixou um saldo de dezesseis pessoas feridas – a maioria com braços e pernas quebrados<sup>371</sup>.

A família, os políticos, os religiosos, os sindicalistas, demais trabalhadores, a imprensa, a sociedade fortalezense, enfim, todos esses setores organizados e segmentos da sociedade participaram de um movimento que foi muito além do chão e dos muros da Finobrasa. Os trabalhadores ganharam as ruas, paróquias, jornais, praças e casas. Travaram discussões a respeito do cotidiano da greve, das negociações e reivindicações.

<sup>371</sup>

O Estado, quinta-feira, 12 de maio de 1988., p. 10.

Lutaram por direitos em um contexto animador e peculiar. De maneira coletiva, teceram dias melhores com o “fio da meada” que eles mesmos produziam.

## 5. Um pé na frente e outro atrás

Demais problemas surgiram no retorno ao trabalho após o fim da greve; momento cheio de sentimentos de desconfiança, como relata o trabalhador João Batista: “um pé na frente e outro atrás”. Os conflitos com os “fura-greve” tornaram-se constantes logo após o término da paralisação:

[...] o pior que aqueles que estavam lá dentro já, ficaram querendo informação de como tinha sido lá fora, o que tinha acontecido, e alguns até se revoltaram com aqueles que tavam lá dentro, os fura greve. Eu não me irritei, porque cada um é que sabe. Teve alguns que disseram: João, rapaz eu tava na pior, já tava sem nada. Porque realmente nossa classe, é uma classe pobre, se atrasar dois, três dias o salário, sabe com é [...] <sup>372</sup>.

João Batista faz também uma interpretação que enfoca o momento posterior ao movimento, isto é, as consequências de envolver-se com a greve. Batista refere-se aos companheiros que eram contrários ao movimento e, ainda assim, foram demitidos: “E aí aquele pessoal, rapaz eu não sou a favor e tal, uns pouco deles [...] e alguns deles saíram, pai de família, e tiveram que mudar de profissão. Depois da greve, tem deles que no ramo mesmo, ele não arranjou mais nada”. (Entrevista com João Batista, 02/08/2008). Portanto, o medo do desemprego, de estar “marcado” por uma greve e não conseguir outro emprego, constituía sentimento bastante relevante na análise do operário.

Ao falar das consequências da greve, João Batista enfatiza o recrutamento de novos operários nas fábricas têxteis de Fortaleza. Em sua opinião, participar de uma greve significava ficar marcado para sempre; ou seja, corria o risco de nunca mais conseguir trabalho no setor têxtil:

Na função mesmo ocorreu isso, gente que fazia os testes todos e passava, diziam: ‘dia tal você venha aqui’. Dizem que eles ligavam pra empresa, pedindo informação: ‘e esse funcionário fulano de tal tava? Rapaz, esse aí foi um grevista’. Pronto, aquele já tava queimado. Que a Finobrasa foi uma empresa respeitada, naquela época, na década de 80, até 90 [...] <sup>373</sup>.

<sup>372</sup> Entrevista com João Batista, concedida em 02/08/2008.

<sup>373</sup> Id., ibidem.



Mais uma vez há referência à “lista negra”. Sem dúvida, este era um mecanismo de largo uso no setor têxtil fortalezense no final do século XX. A denúncia feita por João Batista é ratificada por Evania Maria Severiano:

Ao término da greve, a instituição continuou utilizando meios que tinha a sua disposição para prejudicar os grevistas. Utilizou a demissão daqueles operários considerados “cabeças” e enviou uma lista com a relação dos demitidos “considerados grevistas” para todo o Setor Têxtil e empresas que tinha influência, fazendo com que estes não tivessem outra oportunidade no mercado, isso como forma de amedontrar e colocar como exemplo para os demais. Cancelou os vales-transportes e comunicou que seriam descontados todos os dias parados, parcelado de três vezes no contra cheque daqueles que continuaram na empresa<sup>374</sup>.

Com o fim da greve, o Serviço Social da Finobrasa foi encarregado de elaborar uma lista com os nomes dos trabalhadores demitidos por participação no movimento. O documento deveria ser entregue às demais indústrias têxteis do Ceará. O objetivo era que os listados não tivessem mais oportunidade no mercado de trabalho. Portanto, vislumbrava-se, com isso, a uma punição exemplar, que tivesse efeitos práticos e simbólicos no seio dos trabalhadores – as consequências se pretendiam, para além de políticas, sociais e psicológicas.

Além do mais o setor de Recursos Humanos da Finobrasa elaborou relatórios com o objetivo de identificar as causas que levaram os operários a realizar a greve e o que deveria ser feito para evitar novas paralisações. Num desses relatórios, chegou-se à seguinte conclusão:

‘A greve na Finobrasa teve como ponto principal a questão salarial, embora outros fatores internos (falta de divulgação interna, resultado do Plano de Cargos e Salários, etc) e externos (trabalho de conscientização por parte do Sindicato e Partidos Políticos) tenham interferido consideravelmente. Com uma organização deste nível os operários são levados a serem mais críticos e exigentes com as determinações superiores. Embora as demissões sejam necessárias, somente estas não irão contornar a situação, havendo necessidade também de um trabalho mais ao nível ideológico, através da política de bem estar da empresa<sup>375</sup>.

Importa frisar o clima de instabilidade existente na fábrica naquele momento. Tanto dos trabalhadores que aderiram a greve, quanto dos contratados durante a greve; ambos estavam nervosos e apreensivos diante da incerteza de continuar ou não no emprego. A parte administrativa da empresa, também não

<sup>374</sup> SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. Op. Cit., p. 23.

<sup>375</sup> FINOBRASA. **Relatório do Recursos Humanos**. *apud*. SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. op. cit., p. 24.

estava preparada para tal situação, então “[...] foram promovidos cursos para gerentes, chefes de departamentos da indústria, assistência social, supervisores e instrutores com o seguinte tema: ‘Prevenção e Administração de Greves’”. (SEVERIANO, 1989, p. 25).

De acordo com o setor de Recursos Humanos da Finobrasa: “Os operários estão suscetíveis a uma nova greve; os insatisfeitos devem ser liberados com acordo, e jamais readmitidos [...]”. (Ata de reunião do RH da Finobrasa. 02/06/1988. *apud*. CARNEIRO, 1995, p. 51). Temendo outra greve, a empresa demitiu aproximadamente 800 trabalhadores e concorreu para manter policiais vigiando a fábrica durante os meses que se seguiram ao maio de 1988. Conforme Ana Joeline Carneiro,

[...] a vigilância contra os trabalhadores continuou por vários meses. Os policiais se disfarçavam em operários para não serem identificados, enquanto os trabalhadores eram proibidos de andar em grupos, os quais eram logo dispersados<sup>376</sup>.

Tal situação não passou despercebida pelos trabalhadores, como se vê na fala do operário José Maria:

[...] até o dia em que fui demitido, continuava a presença de policiais dentro da empresa, só que disfarçados de funcionários da empresa ou de outra empresa prestadora de serviços, só que nós, do movimento, conhecemos quase todas as pessoas que fazem parte efetivamente da fábrica<sup>377</sup>.

Mediante à continuidade das práticas coercitivas na Finobrasa, mesmo após o fim da greve, várias entidades da sociedade civil e dos movimentos sociais assinaram um nota de repúdio publicada no informativo da Pastoral Operária, onde se denuncia e faz-se uma severa crítica a postura da empresa, bem como ao poder público conivente com os desmandos patronais:

#### NOTA DE REPÚDIO A DIREÇÃO DA FINOBRASA E A REPRESSÃO POLICIAL

As entidades, personalidades e partidos abaixo-assinados vêm de público denunciar e protestar contra os últimos acontecimentos relacionados com a greve dos Trabalhadores têxteis da Finobrasa, ligada ao Grupo Vicunha.

Como se não bastasse a repressão que deixou um saldo de 15 operários feridos em período de greve, a Polícia Militar e Civil continuou dentro da fábrica após a greve, desfilando com armas e algemas impedindo qualquer aproximação entre os trabalhadores. Um verdadeiro campo de concentração.

<sup>376</sup> CARNEIRO, Ana Joeline. Op. Cit., p. 51.

<sup>377</sup> Entrevista com José Maria. *apud*. CARNEIRO, Ana Joeline. op. cit., p. 51.

Cerca de 250 trabalhadores foram demitidos sem que os patrões cumpram a legislação atual, feita pela própria burguesia.

O companheiro Argemiro, membro da Direção Estadual da CUT e assessor do Sindicato dos Têxteis, foi sequestrado no dia 04 por três elementos que o mantiveram preso clandestinamente por mais de 24 horas, numa operação paramilitar, sendo submetido a interrogatório sob tortura, inclusive com queimadura de cigarros e ameaçado de que “coisa pior poderia acontecer caso ele continuasse o trabalho junto aos operários da Vicunha”.

Além disso, vários fatos estranhos vem acontecendo com companheiros que apoiaram ou participaram da Greve da Finobrasa; Dom Aloísio teve sua residência invadida, o companheiro Antônio Ortins (o Gordo) teve sua casa assaltada, a casa da PO está sendo ameaçada de invasão e vários companheiros estão sendo perseguidos (São Judas).

Todos estes fatos se somam a repressão bárbara que vem acontecendo por parte do Governo do Estado, através da Polícia Militar na defesa dos interesses patronais contra o movimento dos trabalhadores. Foi assim, com os comerciários, com os bancários, com os professores, com os estudantes, com as comunidades em frente ao Cambéa com as várias entidades que se manifestaram contra o Caiado e a UDR, enfim, com todos os que protestam contra as duras condições de vida a que estão submetidos.

Tudo isso não está isolado e revela um recrudescimento da repressão política na “Nova República” que ora vem se abatendo com todo vigor contra o movimento dos trabalhadores do campo e da cidade, de norte a sul do país. O último exemplo disso, foi a pancadaria e prisões arbitrárias em S. Paulo durante as manifestações ecológicas presenciadas por milhões de brasileiros através da televisão.

O objetivo de tudo isso é tentar manter a qualquer custo os trabalhadores submissos e massacrados, sem reagir contra o arrocho salarial, a fome a miséria e o desemprego, consequência de uma política econômica genocida, imposta pelo FMI e seus aliados nacionais para continuar explorando e sugando o suor e o sangue das classes trabalhadoras.

Neste momento o congresso constituinte aprova um mandato de 05 anos para Sarney, numa escalada ofensiva da burguesia e dos latifundiários, que tentam de uma forma ou de outra, parar a roda da história e legitimar o projeto político de “Nova República” que representa a continuidade de todo este estado de coisas que ora vivencia o povo trabalhador.

E nesse sentido que queremos alertar o povo cearense para a consciência de que os acontecimentos de nosso Estado não estão desligados deste conjunto de coisas. Por isso protestamos, não só contra os patrões da Finobrasa, mas também contra o Governo Tasso/Sarney fiéis representantes da burguesia e do latifúndio aos quais responsabilizamos pelo que de mau venha a ocorrer aos companheiros comprometidos com a luta dos trabalhadores têxteis e de todos os trabalhadores do nosso Estado. Conclamamos também todos os democratas, todos os oprimidos e explorados, todos os que anseiam por uma sociedade nova para que cerremos fileiras na luta.

- pelo fim da repressão às lutas populares;
- pela apuração e punição dos responsáveis pelo seqüestro e tortura do companheiro miro

- pelas liberdades democráticas
- pelo fim da perseguição patronal e policial aos companheiros têxteis da Finobrasa e seus apoiadores
- por uma sociedade humana e justa, sem exploradores e explorados<sup>378</sup>.

O documento confirma o clima policialesco com o qual os trabalhadores foram obrigados a conviver no retorno ao trabalho. Além disso, revela novos elementos sobre a repressão aos militantes solidários aos operários da Finobrasa. De acordo com a nota, sindicalistas e religiosos foram sequestrados, torturados, perseguidos, tiveram casas invadidas e assaltadas, bem como passaram a sofrer constantes ameaças.

As reminiscências e lembranças da greve de 1988 ainda estão presentes nas memórias dos trabalhadores da Finobrasa. Tanto assim que, Geraldo Ferreira, quando foi indagado sobre como a greve era rememorada pelos operários, afirmou que

[...] aqui, acolá, a negrada fala da greve de 23 dias, quem trabalha lá na retorsão [...]. É porque a fábrica nunca tinha parado, em 1988 ela parou? Nesse ano ela parou, parou completo mesmo, geral. Ai depois foi que foi voltando um bocado, devagarzinho, eles pegaram uns novatos, ai voltou. Mas a maior parte só voltou mesmo com 22, 23 dias, por ai assim, parou a fábrica inteira<sup>379</sup>.

A maneira como os trabalhadores narram suas experiências possibilita identificar as formas diferenciadas de viver o chão da fábrica, de sentir a exploração do trabalho. Os depoimentos demonstram que a memória da greve ainda está presente de maneira específica para cada trabalhador. A pluralidade de memórias indica que antônimos como concordância e discordância, certeza e incerteza, coragem e medo constituem sentimentos que fizeram parte do processo de mobilização dos trabalhadores.

No diálogo com estes sujeitos, observa-se que através de suas memórias são contadas histórias significativas do local de trabalho, da paralisação, da força da

---

<sup>378</sup> Assinaram a nota, dentre outros: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Pastoral Operária de Fortaleza-Ce; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados; União das comunidades na grande Fortaleza; União dos Artistas do Povo; Partido Socialista Brasileiro (PSB); Comitê de Luta Pela Libertação Popular; Comunidades Eclesiais de Base (CEB's); Deputado Estadual Ilário Marques; União Nacional dos Estudantes (UNE); Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará (DCE-UFC); Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual do Ceará (DCE-UECE).

<sup>379</sup> Entrevista com Geraldo Ferreira, concedida em 29/08/2007.

greve e dos momentos pós-greve. As diversas experiências dos trabalhadores demonstram que existem diferentes maneiras de viver e interpretar o vivido.

São valiosas as reflexões sobre suas histórias de vida que, ora se completam, ora se contradizem. Sendo a memória um fenômeno construído, mesmo que na individualidade, consciente ou inconsciente, faz-se necessário reconhecer que existe um primoroso trabalho de organização quando a memória individual de cada trabalhador seleciona, relembra, recalca e exclui<sup>380</sup>.

Questionado sobre o período após a greve, Tarcísio Araújo faz uma avaliação positiva do movimento. Não custa lembrar o lugar de onde fala o trabalhador, que era membro da diretoria do Sindicato, na época da entrevista. Em sua perspectiva, a greve teve resultados práticos nas relações cotidianas dentro da fábrica, nos ganhos reais de salário e, principalmente, na demonstração de força dos trabalhadores. Por isso, Tarcísio Araújo, considera a greve uma vitória da organização da categoria:

Rapaz, depois da greve, como eu falei, melhorou assim cinquenta por cento, melhorou as condições de trabalho, insalubridade, discriminação [...], porque na época eles humilhavam muito a gente, na época da greve, eles viram que o trabalhador tem força, unido a gente tem força [...] no final das contas a gente não perdeu nada, o tempo que a gente passou, foi pago entendeu, e descontado em cinco meses<sup>381</sup>.

A primeira greve da Finobrasa representou um marco na trajetória dos trabalhadores têxteis no Estado do Ceará. Um momento em que diversos sujeitos, com suas respectivas experiências, articularam-se em torno de interesses comuns e plurais, mas, acima de tudo, em oposição a outros homens que tinham interesses opostos aos seus<sup>382</sup>. Nesse sentido, a greve dos têxteis da Finobrasa, em maio de 1988, mostrou-se capital para a construção da consciência dos trabalhadores têxteis cearenses.

## 6. Desembaraçando o nó

É certo que o contexto de redemocratização do final dos anos 1980 favoreceu a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores da Finobrasa. E mais,

---

<sup>380</sup> POLLACK, Michael. op. cit.

<sup>381</sup> Entrevista com Tarcísio Araújo, concedida em 21/07/2008.

<sup>382</sup> THOMPSON. Edward Palmer (2004a). op. cit., p. 10.

a relação de forças entre trabalhadores e empresa começou a pender um pouco mais ao favor dos operários, principalmente, após a participação direta do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, que mudou a forma de luta sindical a partir de 1987, porém logo no início da década seguinte, investidas autoritárias da empresa colocaram em xeque essas conquistas.

As eleições para direção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza ocorrem a cada três anos. Como a ocorrida em 18 de julho de 1990, na ocasião a chapa número 01, presidida por Antônio Ibiapino, foi reeleita. A diretoria tomou posse em 05 de agosto de 1990, com uma composição de aproximadamente 63 diretores<sup>383</sup>.

Tal fato desencadeou uma disputa judicial entre o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis e o Sindicato das Indústrias Têxteis. Os patrões consideraram excessivo o número de diretores e só queriam garantir “[...] estabilidade apenas para os 24 diretores previstos pela CLT. ‘É um absurdo tantos empregados ganharem sem trabalhar’”. (O POVO, 23/11/1991, p. 03E). Por outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis argumentava que a Constituição Federal de 1988, mais precisamente o artigo de número 08<sup>384</sup>, garantia a livre organização sindical dos trabalhadores.

A questão foi à Justiça e, em novembro de 1991, ganha em primeira instância pelo Sindicato patronal<sup>385</sup>. Entretanto, antes da sentença judicial, as empresas já haviam demitido vários sindicalistas. Conforme relatório do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, 16 membros da direção da entidade foram demitidos, logo após a posse:

Investida contra a organização dos trabalhadores:

Foram demitidos vários diretores do sindicato, numa tentativa de barrar a luta e desmotivar a categoria.

a) Thomaz Pompeu Fiação e Tecelagem S/A: foram emitidos 09 (nove) diretores: Raimundo Coelho da Silva, Maria Zélia Gomes, Francisca Eneusa da Costa, Edilson Pinto Ferreira, José Everardo Alves de Sousa, Francisco Adauto de Oliveira Ferreira, Maria das Graças da Costa, Joaquim Casemiro Guedes e Airton de Oliveira de Sousa.

<sup>383</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Ata de Posse**. 05/10/1990. *apud*. TRT7. Processo, nº 966/91, fls. 15-17.

<sup>384</sup> “Art. 8º: É livre a associação profissional ou sindical, observando o seguinte: [...] VIII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei”. In: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Rio de Janeiro: FAE, 1989., p. 12.

<sup>385</sup> O Povo, sábado, 23 de novembro de 1991., p. 03E.

\*Obs: estes companheiros estão sem nenhuma fonte de renda, estão passando por grandes necessidades financeiras.

b) União Industrial Têxtil S/A – Unitêxtil (Santa Cecília). As demissões nesta empresa atingiram o número de 3 diretores (empregados): Roberto Faustino de Sousa, Francisco Eudes Ribeiro e José Silva de Castro.

\*Obs: neste caso a empresa alega falta grave, (não provado em inquérito), para demitir os diretores (empregados).

Como se não bastasse a Unitêxtil ainda abriu um processo criminal por sequestro contra quatro companheiros diretores: Antônio Ibiapino da Silva, Maria Besenira Paulo, Francisco Antônio Mendonça da Cunha e Raimundo Nonato da Silva.

\*Este processo rola até o dia de hoje.

c) Fiação Nordeste do Brasil S/A – Finobrasa:

Também demitiu quatro diretores do sindicato, sendo que três destes já foram reintegrados via Justiça do Trabalho, um está brigando até hoje mesmo, já tendo perdido em primeira instância. São eles: Exedito Alves Pereira, Waldemir Catanho de Sena Junior, Damião Matos Coelho e Maria Nireuda Mesquita<sup>386</sup>.

Na Finobrasa, foram demitidos os trabalhadores Exedito Alves Pereira (tesoureiro geral); Waldemir Catanho da Sena Júnior (secretário de formação sindical); Damião Matos Coelho (secretário de política sindical) e Maria Nireuda Mesquita (secretária de assuntos jurídicos). Três deles foram reintegrados, em decisão tomada pela Justiça do Trabalho, mas um quarto ainda continuava pleiteando a reintegração, pois havia perdido em primeira instância a ação movida contra a empresa na Justiça Trabalhista<sup>387</sup>.

Mais uma vez a liberdade de organização sindical dos trabalhadores têxteis em Fortaleza é cerceada. Independentemente do que referendava a Constituição e antes da Justiça do Trabalho tomar uma decisão, os patrões demitiram 16 sindicalistas. Em suas empresas, eram eles que faziam a “lei”.

Mas a investida da Finobrasa contra a organização dos trabalhadores, não ficou apenas na demissão dos quatro sindicalistas. Em maio de 1991, realizava-se a campanha salarial dos trabalhadores têxteis. Na agenda de lutas, figurava a adesão à greve geral organizada nacionalmente pela Central Única dos Trabalhadores e marcada para os dias 22 e 23 de maio. Em matéria publicada no

<sup>386</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Relatório do Sindicato**. 26/06/1991.

<sup>387</sup> Em pesquisa realizada no arquivo do Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região, não encontrei nenhuma documentação referente ao (ou aos) processo(s) impetrados pelos trabalhadores. Caso, as reclamações tenham sido encaminhadas individualmente, é possível, inclusive, que a documentação tenha sido destruída. Pois, no TRT7, só são preservados na totalidade os dissídios coletivos, mas, as reclamações individuais, são preservadas apenas em parte.

jornal Tribuna do Ceará, o presidente da CUT, seção Ceará, Antônio Ortins, narra os preparativos dessa paralisação generalizada:

O trabalho de divulgação da greve geral está sendo executado em diversos bairros como: Antônio Bezerra, Carlito Pamplona, Messejana, Distrito Industrial, Castelão e Dias Macêdo [...]. Algumas categorias já decidiram que irão paralisar suas atividades durante a greve geral [...]. Segundo Antônio Ortins, Presidente da CUT – CE, afirmam aderir ao movimento os têxteis, trabalhadores das indústrias de confecções, metalúrgicos, previdenciários e ecetistas. Os telefônicos e várias outras categorias farão assembleias para discutir se participam ou não do movimento. Ortins informou ainda que ‘está sendo bastante difícil organizar os trabalhadores porque o medo das demissões e da repressão é verificado na maioria’<sup>388</sup>.

A adesão dos têxteis, referida por Antônio Ortins, pode ser confirmada quando se examina a Ata da Assembleia realizada no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, em 21 de abril de 1991. Ali, dentre os pontos discutidos, destaca-se a preparação da greve geral programada para o mês de maio. A assembleia foi convocada de forma extraordinária com o objetivo

[...] de discutir os principais itens acerca da minuta de reivindicações e ao mesmo tempo conscientizar os trabalhadores na preparação da campanha salarial de 1991 e também a preparação da greve geral organizada pela Central Única dos Trabalhadores [...]<sup>389</sup>.

A data base para reajuste salarial dos trabalhadores têxteis em Fortaleza é o dia primeiro de maio. Em 1991, as negociações com os patrões começaram no início desse mês e se estenderam até o período da greve geral. O principal impasse era de natureza econômica, os trabalhadores exigiam um aumento de 75 por cento e os patrões assinalavam, por sua vez, acréscimo de no máximo 45 por cento.

No dia 21, véspera da greve geral, os têxteis fizeram uma manifestação em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, onde também se localizava a sede do Sindicato das Indústrias Têxteis do Ceará. Os manifestantes interditaram a Avenida Barão de Studart, levando seus cartazes, bandeiras, entoando palavras de ordem, enquanto uma comissão participava da quinta rodada de negociações com os patrões.

Os trabalhadores foram mobilizados, “deslocados” até “o campo do inimigo”, a Avenida Barão de Studart, na Aldeota – bairro “nobre” de Fortaleza. Independentemente dos percalços enfrentados para organizar a manifestação, os

<sup>388</sup> Tribuna do Ceará, sexta-feira, 17 de maio de 1991., p.10.

<sup>389</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Ata de Assembléia**. 21/04/1991.



trabalhadores não abriram mão de mostrar que estavam do lado de seus representantes em negociação com os patrões. A atividade é expressão da concepção sindical que tem na base o seu poder de resistência. Esse padrão combativo forçou a abertura de canais de comunicação entre trabalhadores e o patronato, deslocando a resolução dos conflitos dos órgãos de Estado para a negociação direta.

Durante a manifestação, o sindicalista e trabalhador da Finobrasa, Waldemir Catanho, afirmou que “se continuar o impasse a greve deverá sair logo”. (Diário do Nordeste, 22/05/1991, p. 14). Ao término da reunião o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Luís Pinheiro, relatou que como não houve acordo com os patrões:

Então a categoria decidiu começar a paralisação a partir das 21 horas de ontem [21/05/1991], em todas as empresas têxteis, começando pela Fiação Nordeste do Brasil (Finobrasa), bem como as empresas do Grupo Unitêxtil, fiação e tecelagem, Tomás Pompeu, Fiação Jangadeiro, Ceará têxtil, entre outras. Durante os dias paralisado haverá aglomerações principalmente nas portas das fábricas para uma maior conscientização do movimento<sup>390</sup>.

Nos dias 22 e 23 de maio de 1991, deu-se a greve geral nacional e em Fortaleza. No setor têxtil, a primeira fábrica a paralisar as atividades foi a Finobrasa, inclusive, antes do início da greve generalizada em todo o país. De acordo com entrevista de Antônio Ibiapino, publicada no jornal Tribuna do Ceará, 70 por cento dos trabalhadores da Finobrasa aderiram ao movimento no primeiro dia da paralisação. Porém, no dia 23, segundo dia da greve, nenhum trabalhador havia aderido ao movimento. Para o sindicalista, esse fato confirmava a coação da qual os trabalhadores daquela empresa eram vítimas<sup>391</sup>.

Mesmo com a adesão parcial dos trabalhadores, a reação da Finobrasa foi imediata; os supervisores da Companhia comunicaram aos operários que a data limite para a desfiliação do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis seria o primeiro de julho. Caso não o fizessem, perderiam os “benefícios” que a empresa “oferecia”. Dentre os tais: a compra de gêneros de primeira necessidade na cooperativa da empresa com 40 por cento de desconto; compra de medicamentos nas farmácias conveniadas, também com descontos e pagamento deduzido direto da folha de remuneração; acesso a atendimento médico-odontológico pelo plano de saúde;

---

<sup>390</sup> Diário do Nordeste, quarta-feira, 22 de maio de 1991., p. 14.

<sup>391</sup> Tribuna do Ceará, sexta-feira, 24 de maio de 1991., p. 10.

auxílio funeral; material escolar para os filhos e, enfim, empréstimos com pagamentos divididos em até quatro parcelas.

Os acontecimentos referentes aos desdobramentos da adesão dos trabalhadores da Finobrasa – a greve geral de 1991 – são narrados em histórico elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis da seguinte forma:

Em 1991 fizemos uma forte campanha salarial na qual conquistamos um piso profissional indexado ao salário mínimo, nunca podendo ser inferior ao valor deste mais 27%. A campanha salarial culminou com a greve geral de 22 e 23 de maio onde tivemos uma boa participação com a paralisação de setores da empresa. Este fato deixou a empresa indignada, adotando como retaliação a campanha de desfiliação em massa dos associados de nosso Sindicato.

Em meados de junho de 91 os supervisores de produção da fábrica passaram a reunir os operários e comunicá-los de que tinham até o dia 1º de julho de 91 para se desfiliarem de nosso sindicato e que por ordem da direção da empresa aqueles que assim não procedessem seriam penalizados com: a) proibição de compra na cooperativa da empresa onde os empregados tinham descontos de 40% na compra de gêneros de primeira necessidade; b) proibição de compras na farmácia conveniada com a empresa onde trabalhadores adquiriam medicamentos com pagamento em folha; c) acesso a assistência médica-odontológica privada pela UNIMED cancelado; d) não recebimento de material escolar distribuído gratuitamente pela empresa; e) não liberação de empréstimos que a empresa fazia sem juros ou correção monetária em até 4 parcelas.

Além dessas sanções a empresa deixou claro que poderia haver demissões daqueles que não se desfiliassem até 1º de julho.

As desfiliações foram feitas no próprio setor pessoal da empresa. Lá chegando os trabalhadores encontravam uma ficha padronizada, feita pela empresa, onde o associado colocava apenas sua assinatura e a Finobrasa é quem se encarregava de levar cópias dessas fichas ao nosso sindicato. Temos em nossos arquivos 789 (setecentos e oitenta e nove) dessas fichas e esse foi o número de trabalhadores que se desfiliam do sindicato naquele primeiro momento.

Estamos enviando anexo a esse documento cópias dessas fichas, inclusive de associados que se desfiliam na empresa e estão pagando de forma autônoma, numa prova de que a desfiliação foi forçada. Segue também, uma lista com os nomes e as datas de desfiliação dos companheiros da Finobrasa, a mesma que enviamos à Polícia Federal. Observem o período em que ocorreu as desfiliações, logo em seguida à greve geral, nos meses de junho, julho e agosto.

Ao longo do tempo as desfiliações continuaram, mas não mais na empresa e sim no próprio sindicato, onde os trabalhadores passaram a ser obrigados a vir, pois não aguentavam a pressão da fábrica<sup>392</sup>.

Devido à ameaça, somente nos três primeiros meses após a greve geral, 789 trabalhadores se desligaram do Sindicato. Como reação a isso, o Sindicato foi à

<sup>392</sup>

fábrica munido de carro de som, dizendo palavras de ordem e orientando os trabalhadores que destruíssem a sede da cooperativa, símbolo da dominação que a empresa mantinha sobre os trabalhadores, por meio da política de “benefícios”.

Durante o processo de construção da greve em maio de 1988, a direção da empresa não acreditou no poder de mobilização do Sindicato, de sorte que pouco fez para atender as reivindicações, mesmo diante da iminência de uma paralisação<sup>393</sup>. Não obstante, em 1991, as coisas ocorrem de modo diferente dessa tendência. A direção da Finobrasa já conhecia a capacidade de mobilização do movimento sindical, por isso, procurou minar a atuação do Sindicato, desqualificando-o perante os operários, por meio de um comunicado:

#### A BEM DA VERDADE

Prezado funcionários:

Hoje, mais uma vez, estamos com a presença do sindicato dos trabalhadores na porta de nossa empresa, fazendo declarações inverídicas insuflando aos nossos trabalhadores para que eles depredem a cooperativa, um patrimônio que é reconhecidamente dos trabalhadores. Diante desse fato sentimo-nos na obrigação de questionar e informar alguns pontos que visam esclarecer quem está agindo de forma honesta e proveitosa para o trabalhador.

1. A empresa estranha tal atitude, uma vez que até o presente momento não foi procurada para um entendimento maduro e esclarecedor.

2. A empresa em nenhum momento agiu contra o trabalhador, pelo contrário, sempre com espontaneidade trabalha na busca de melhores condições de vida para todos. A prova está nos benefícios que mantém e que lhe custam cerca de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) por mês. A participação do trabalhador nesse custo chega a valores insignificantes, senão vejamos: refeitório, Cr\$ 0,10; Unimed, Cr\$ 1,71; cooperativa, Cr\$ 0,0; outros Cr\$ 0,0; total = Cr\$ 1,81.

3. O sindicato, conforme folha do estatuto anexo, deve prestar assistência ao trabalhador sindicalizado, e para tal cobra Cr\$ 340,00 por mês. Entretanto, o mesmo para fugir de suas responsabilidades estatutárias evita dar conhecimento dessas obrigações a seus filiados. Inclusive negando que o mesmo se encontra em vigor. Mais grave ainda é que esses recursos que deveriam ser aplicados em benefício do associado, o mesmo vem sendo desviado para outras atividades de cunho político-eleitoral e para, como estão fazendo agora, perturbar e prejudicar esses mesmos trabalhadores, dos quais se diz protetor.

4. Todos os benefícios oferecidos pela empresa (cooperativa, Unimed, aux. funeral, empréstimo, aux. doença, bolsa de estudo, material escolar e outros) são para nós encarados como patrimônio do trabalhador. Entretanto o sindicato não vê desta forma, pois hoje está ameaçando invadir a cooperativa para quebrar suas instalações e destruir as mercadorias. Diante desta ameaça e para preservar o patrimônio e a integridade física dos trabalhadores a empresa se vê

<sup>393</sup>

obrigada a suspender o funcionamento da cooperativa permanecendo fechada até vermos a garantia de que ela não será invadida.

5. Lamentamos profundamente que tudo isso esteja acontecendo, quando o momento pelo qual passa a Nação exige diálogo e entendimento. Mas fiquem tranquilo nossos trabalhadores que a FINOBRASA tudo fará para garantir a continuidade da concessão de seus benefícios e a manutenção do bom relacionamento com seus trabalhadores, apesar das atitudes contrárias e esse pensamento desenvolvido pelo sindicato laboral.

Atenciosamente,  
Diretoria<sup>394</sup>.

O comunicado foi uma forma da direção da Companhia “falar” diretamente aos trabalhadores. Seu título, “A bem da verdade”, expressa que o mesmo fundamentou-se em um argumento de natureza moral. Ou seja, a Finobrasa era a detentora da verdade e o “rival”, o Sindicato, era o enganador, o mentiroso. Além disso, obscurece a linguagem classista. Ao tratar os operários como “prezados funcionários”, a empresa procurava demonstrar que na Finobrasa todos eram iguais; típico exemplo de paternalismo, que se caracteriza, dentre outros aspectos, pela aparente diminuição da hierarquia nas relações de trabalho e, em alguns casos, por uma tênue barreira entre trabalhadores e patrões<sup>395</sup>.

A cooperativa local, onde os trabalhadores tinham acesso à política de “benefícios” da empresa – a concessão de benefícios aos trabalhadores por parte das empresas constitui-se em um trunfo empresarial basilar para os momentos em que é necessário legitimar a dominação<sup>396</sup>–, no discurso patronal, deixa de ser um mecanismo de dominação para se transformar em patrimônio dos trabalhadores. A Finobrasa refere-se ao grande investimento para manter os benefícios dos trabalhadores, de acordo com quem tal esforço não suscitaria nenhum ônus para os operários. Em todo o caso, pode-se enxergar aí uma nítida estratégia patronal visando apresentar os ditos benefícios como dádivas, o que deveria ser agradecido pelos trabalhadores, através da fidelidade e da obediência.

A empresa recorre ao discurso da filantropia, prática comum no mundo do trabalho desde os primórdios da Revolução Industrial. A diferença é que as concessões aos trabalhadores em determinadas contingências históricas eram

<sup>394</sup> FINOBRASA. **A bem da verdade**. 03/07/1991.

<sup>395</sup> PERROT, Michelle. op. cit.

<sup>396</sup> Sobre este tema ver estudos de: LOPES, José Sérgio Leite. (1988). op. cit. Bem como, FONTES, Paulo. **Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. São Paulo: Annablume, 1997.

personalizadas, ou seja, eram benevolências pessoais dos patrões, numa prática denominada por Edward Thompson de teatralização das relações sociais de dominação<sup>397</sup>. Para o caso do Brasil, José Sérgio Leite Lopes<sup>398</sup> foi quem analisou bem esse aspecto teatral das mesmas interações, em estudo cujo o foco voltou-se para a Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco.

Já na Finobrasa, o paternalismo assume outra faceta, ou seja, não é uma pessoa que doa os benefícios, mas sim a empresa que, ao gastar Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzados) por mês, provê os trabalhadores de benefícios. Os serviços disponibilizados pela Finobrasa são institucionalizados. Nesse sentido, os benefícios não advêm da bondade pessoal do patrão, mas da “política social” da empresa. O discurso patronal na Finobrasa é despersonalizado e institucionalizado. Embora trate de um período anterior ao desta pesquisa, Barbara Weinstein afirma que

[...] enquanto as firmas têxteis mais antigas apresentavam os serviços sociais como frutos da benevolência e da caridade do proprietário e identificavam tais benefícios com a figura do patrão, as firmas mais novas os apresentavam como símbolo das vantagens de trabalhar numa empresa industrial moderna e progressista. Significativamente, as firmas mais novas deixavam esses serviços a cargo dos departamentos de pessoal, que os administravam de forma racional e impessoal<sup>399</sup>.

De modo geral, este processo de impessoalização não passou despercebido ao mundo do trabalho. Já nos anos 1950 – à diferença do que aponta alguns estudos expressando que “[...] informados ainda por uma cultura da roça, os operários paternalizavam o patrão, porque incapazes de entender que na grande empresa, geralmente uma sociedade anônima, o patrão era uma entidade moderna e difusa” (MARTINS, 2011, p. 380) –, os trabalhadores

[...] tinham muita clareza de que ‘a fábrica’ era uma abstração viva, um poder, e exploravam claramente isso quando precisavam de alguma coisa, recorrendo a este ou aquele elo poderoso ou frágil da ‘fábrica’, dosando a escolha do intermediário conforme o tamanho do problema. Os operários sabiam exatamente quem personificava o poder da fábrica, o pequeno conjunto das pessoas que decidiam. Não era ‘o dono’. Escolhiam cuidadosamente a quem pedir o que fosse, evitando recorrer, por exemplo, a quem tivesse mais poder do que o necessário para resolver determinado problema pessoal<sup>400</sup>.

<sup>397</sup> THOMPSON, Edward Palmer. (1998). op. cit.

<sup>398</sup> LOPES, José Sérgio Leite. (1988). op. cit.

<sup>399</sup> WEINSTEIN, Barbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964**. São Paulo: Cortez, 2000., p. 41.

<sup>400</sup> MARTINS, José de Souza. (2011). op. cit., p. 380.

Voltando ao documento patronal, destaca-se que a taxa de sindicalização paga pelos trabalhadores era exorbitante, além do que não tinham nenhum retorno, pois os recursos do Sindicato eram utilizados para realização de “[...] atividades de cunho político-eleitoral e para, como estão fazendo agora, perturbar e prejudicar esses mesmos trabalhadores dos quais se diz protetor”. (FINOBRASA, 03/07/1991).

Para os patrões, o Sindicato deveria ser apenas uma entidade assistencialista e não um órgão de resistência. E tentam impor essa visão aos operários. Conforme Eder Sader, atitudes como a tomada pela Finobrasa expressam o despotismo da classe empresarial que costuma “[...] pulverizar os trabalhadores, aguçando os mecanismos de concorrência entre eles, de abandono de qualquer veicidade de resistência sindical e de integração às políticas patronais”. (SADER, 1988, p. 74).

Tal atitude chega ao extremo, pois a empresa anexa ao comunicado um trecho do antigo estatuto do Sindicato, em que são conferidas funções assistencialistas ao órgão:

#### ANEXO

- ➡ Art. 3º. – São deveres do Sindicato:
  - a) – Colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;
  - b) – Manter serviços de assistência médica hospitalar, assistência médica odontológica, assistência jurídica;
  - c) – Promover a conciliação nos dissídios coletivos de trabalho;
  - d) – Promover fundação de cooperativas de consumo e de créditos para os associados;
  - e) – Fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais. ↓
- ➡ Art. 4º. – São condições para o funcionamento do Sindicato:
  - a) – Observância das leis e dos princípios de normas moral e compreensão dos deveres cívicos; – Abstenção de qualquer propaganda, não somente de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses nacionais, mas também de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato;
  - b) – Inexistência do exercício de cargos eletivos cumulativos com os empregos remunerados pelo sindicato ou por entidade de grau superior;
  - c) – Na sede do sindicato, encontrar-se-á, segundo modelo aprovado pelo MINISTÉRIO DO TRABALHO, um livro de registro de associados, autenticada pela autoridade competente em matéria trabalhista e do qual deverá constar, além do nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão ou função e residência de cada associado, o estabelecimento ou lugar onde exerce a sua profissão ou função, o número e a série da respectiva carteira de trabalho e previdência social, número de inscrição na instituição previdenciária a que pertence;

d) – Gratuidade do exercício dos cargos eletivos, para os quais foram eleitos como diretores da referida entidade, ressalvada a hipótese de afastamento das atividades operacionais, para exercer a função de dirigente sindical<sup>401</sup>. (Marcações e grifos no original).

Conforme o comunicado patronal, a função assistencialista do Sindicato, prevista em estatuto, estaria sendo descumprida. Por seu turno, o Sindicato alegava que o estatuto invocado pela empresa não estava mais em vigor. De fato, o Sindicato tinha razão, pois, desde 18 de fevereiro de 1990, havia sido aprovado um novo estatuto que não excluía sua função assistencialista, mas definia finalidades, deveres e condições de funcionamento, diferentes dos previstos no antigo estatuto, anexado ao comunicado da Finobrasa<sup>402</sup>.

Concluindo o discurso patronal expresso no comunicado, a empresa atribui a responsabilidade do fechamento da cooperativa ao Sindicato. Isto é, seria em virtude da irresponsabilidade e imaturidade da entidade que a cooperativa estaria sofrendo interdição. Como a culpa seria do Sindicato, enquanto esse mal não fosse expurgado – e sua liderança continuasse ameaçando o patrimônio e a integridade física dos trabalhadores – a cooperativa permaneceria fechada. Mas a empresa faria todos os esforços possíveis para que a cooperativa reabrisse o mais rápido possível, para isso, os trabalhadores deveriam ficar ao lado da empresa e abandonar qualquer vínculo com o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis.

O que se percebe na leitura do documento é que a direção da Finobrasa usava o trunfo da política de “benefícios” para impor sua vontade e esfacelar a organização dos trabalhadores. Por meio do comunicado, a Finobrasa dizia aos operários o seguinte: uma empresa que vende alimentos e remédios mais baratos, empresta dinheiro, auxilia na doença e na morte e, inclusive, promove a educação dos filhos dos trabalhadores não pode ser contrariada, questionada. A verdade estaria ao seu favor, de sorte que continuar apoiando o Sindicato seria uma traição a quem supria os trabalhadores com vários “benefícios”.

Aliás, esses benefícios foram implementados pela Finobrasa a partir de meados dos anos 1980 e, ao que tudo indica, foram aprimorados após a greve de 1988. Como visto, os relatórios realizados pelo setor de Recursos Humanos da empresa, após a greve de 23 dias, apontaram para necessidade da implantação de mecanismos para evitar greves, pois somente à demissão dos trabalhadores mais

---

<sup>401</sup>

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Estatuto do Sindicato**. S/d.

<sup>402</sup>

Id., **Estatuto do Sindicato**. 18/02/1990. *apud*. TRT7. Processo. nº 966/91., fls. 35-62.

engajados no movimento sindical não seria suficiente. Os benefícios eram também um adicional aos ínfimos salários, já que apesar de adotar práticas “modernas” de gestão e organização da produção, a exemplo do CCQ, essa companhia não concedia participação nos lucros aos operários.

A concessão de bolsas de estudos aos filhos dos operários, por exemplo, era um dos “benefícios” mais requisitados. A perda do mesmo constituía motivo de grande preocupação para os pais, pois os baixos salários não lhes permitia manter os filhos matriculados em instituições de ensino particular:

A família é simples e não esconde o medo da batalha pela sobrevivência. Dona Raimunda já foi operária da Finobrasa e há um ano durante uma mexida na empresa foi demitida. ‘Eu fiquei muito preocupada porque meu dinheiro mesmo pouco, dá pra manter a escola dos meninos’.

Ela conta que embora tenha feito apenas o primário não queria que os filhos tivessem esse mesmo destino. Quando ela trabalhava na Finobrasa, eles forneciam todo o material escolar. Depois passaram a financiar. ‘A gente recebia e pagava aos poucos. Eu não desanimei e vejo que meus filhos têm gosto pelos estudos’.

A família é composta de quatro filhos e o marido. Dona Raimunda é maranhense de Lagoa Grande e Francisco dos Santos é cearense que emigrou para ao Maranhão, levando com ele os pais já idosos. Ele trabalha na Finobrasa há 17 anos. Porém diz orgulhoso que desde os sete anos estava no batente na roça do pai em Granja. Os filhos estudavam todos em colégio particular. A Finobrasa dava bolsas de estudo. Quando as bolsas foram retiradas, dona Raimunda foi forçada a colocá-las em colégios públicos, porque sua renda não dava para mantê-los na rede de ensino privada. ‘Não passamos por nenhum problema. Os meninos são estudiosos e aproveitam bem o que as escolas oferecem’.

Veridiane, 18, já concluiu o 2º grau, e pretende fazer o vestibular para medicina. Veranilde, 15, estuda na Escola Estadual Joaquim Nogueira, 1º do 2º grau e no pró-técnico na Escola Técnica Federal. Gabriel, 11, foi o único que se manteve no Colégio Padre Champagnat, porque a escola facilitou e cobra apenas uma taxa pelos seus estudos<sup>403</sup>.

A matéria trata da família cujos provedores eram dona Raimunda e Francisco dos Santos, este um operário e aquela, por seu lado, ex-operária da Finobrasa. O casal tinham quatro filhos e haviam estudado em colégio particular, com bolsas concedidas pela Finobrasa. Quando foi demitida, a maior preocupação de dona Raimunda não foi com a situação de desemprego, mas em com o modo com qual conseguiria manter os filhos estudando em um bom colégio. Embora tenha sido publicada em 1997, seis anos após o episódio investigado neste tópico, a

403

O Povo, segunda-feira, 26 de maio de 1997., p. 10A.



reportagem afirma a importância da política de “benefícios” da empresa na vida dos trabalhadores e seus familiares.

Fato reafirmado pelo operário João Batista, este revela ainda que os “benefícios educacionais” concedidos pela Finobrasa não se resumiam a educação básica, estendendo-se a educação profissionalizante – provavelmente com o objetivo de preparar mão de obra qualificada –, a empresa concedia bolsas de estudos em cursos profissionalizantes realizados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI):

[...] o meu menino quando ele tinha 14 anos eu peguei uma autorização pra ele fazer um curso no SENAI, levei ele lá, ai ele não quis, ele disse: ‘Não pai, eu tenho que estudar, fica muito cansativo’. Ai eu disse: ‘Tudo bem’. Eu também não vou forçar, eu não vou chegar pra um menino desse e dizer: ‘Você tem que fazer isso’. Eu nunca fui disso, eu dou a ideia e a pessoa faz o que é melhor. Eu disse: ‘É bom que você faça isso aqui’. Eu disse pra ele: ‘Vá lá no SENAI, passe lá veja lá o curso que você goste’. Porque tem de fazer o que gosta, não adianta, ‘há é porque o meu pai quer que eu faça isso’. Eu nunca fiz isso não, graças a Deus eu dei a ideia, ai ele teve uma oportunidade, eu levei ele lá, ele até tava meio animado, mais ele foi com outro colega, ai o colega desestimulou ele, e disse que não ia fazer, ele foi na onda também, ai um dia desse ele tava me dizendo: ‘Lá eram dois anos de curso, mas a empresa ajudava né pai?’ Mas ai tudo bem, ele não quis<sup>404</sup>.

Apesar da aparente conformação diante do fato do filho haver se recusado a matricular-se, no curso profissionalizante – opção influenciada por um “colega” –, João Batista realizou todos os encaminhamentos para que ocorresse justamente o contrário: deu a ideia, pegou a autorização da Finobrasa, abriu a perspectiva de escolha do curso que o jovem de 14 anos talvez mais gostasse e o acompanhou até ao SENAI.

A narrativa evidencia o quanto era relevante para o operário que seu filho tivesse um ofício. Conhecedor das condições de vida de uma família pobre em Fortaleza, a perspectiva de sua prole estar qualificada para enfrentar o mercado de trabalho, com a vantagem de possuir um curso do SENAI, significava um diferencial que não deveria ter sido desperdiçado.

Assegurar o futuro das jovens gerações representa uma preocupação dos trabalhadores em diferentes épocas e lugares. Em São Caetano-SP, nos anos 1950, por exemplo:

---

404

Entrevista com João Batista, concedida em 02/08/2008.

Ter um ofício e a perspectiva de um ofício desde cedo trazia aos pais de então a tranquilidade de que a vida dos filhos e dos netos não seria arrastada na pobreza histórica e biograficamente tão próxima e tão visível. Para o trabalhador daquela época, pobreza era não ter profissão e, portanto, a perspectiva de não ter um trabalho honrado<sup>405</sup>.

Com o devido cuidado de não incorrer na armadilha da generalização, a narrativa de João Batista sugere que a associação entre garantir um ofício ao filho e um futuro menos desditoso era também uma esperança dos operários da Finobrasa.

A par deste fato, a empresa, em 1991, aproveitou-se das circunstâncias para minar a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis junto a seus trabalhadores. Mas, que não se pense que a entidade ficou de braços cruzados a ponto de não tentar resistir à investida da empresa. Além de organizar manifestações na porta da fábrica, denunciando a atitude despótica da Companhia, a diretoria do Sindicato acionou a Polícia Federal, por meio de apresentação de queixa-crime, e pediu a instauração de inquérito para apurar a denúncia de crime contra a organização da classe trabalhadora, cometido pela Finobrasa.

A Polícia instaurou o inquérito e dois dirigentes da Finobrasa foram indiciados, o chefe de Recursos Humanos, Flávio Menezes, e o superintendente geral, Nahmi Jereissati. Mesmo com o indiciamento dos diretores, dois anos após o episódio, a Finobrasa ainda não havia recebido nenhuma punição. Cheguei a esta conclusão após encontrar ofícios que requisitavam a mobilização dos trabalhadores para apressar a conclusão do inquérito, haja vista o fato de que, em agosto de 1993, completaria dois anos de tramitação do processo, correndo, assim, o risco de prescrever sem que a Finobrasa fosse penalizada:

Como é de conhecimento dos companheiros desde agosto de 91 se arrasta na Polícia Federal um inquérito apurando a responsabilidade da direção da empresa Fiação Nordeste do Brasil S/A – FINOBRASA – em crime contra a organização do trabalho, quando mais de 700 (setecentos) sócios de nosso sindicato foram obrigados a se desfiliar sob pena de não mais terem acesso aos benefícios da empresa. Do inquérito resultou até agora o indiciamento do superintendente da empresa, Sr. Nahme Jereissati e do gerente de recursos humanos, Sr. Antônio Menezes.

Ocorre que com a demora na conclusão do inquérito os responsáveis podem ficar impunes em função da prescrição do crime que se dará em meados de agosto desse ano. Nesse sentido solicitamos dos companheiros que enviem telegramas a Superintendência de Polícia Federal do Ceará e a Procuradoria da República [...] <sup>406</sup>.

<sup>405</sup> MARTINS, José de Souza. (2011). op. cit., p. 128.

<sup>406</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Ofício de Waldemir Catanho**. 01/07/1993.

Para intensificar a dinâmica de mobilização, a diretoria do Sindicato conclamou os sócios a enviarem telegramas à Superintendência da Polícia Federal no Ceará, à Procuradoria Geral da República, ao Governo do Estado, ao jornal O Estado, ao jornal Tribuna do Ceará e à própria Finobrasa. Os sindicalistas solicitaram, ainda, que os trabalhadores se articulassem com outras entidades da sociedade civil fortalezense para que estas fizessem o mesmo.

Os apelos dos sindicalistas revelam que os trabalhadores não aceitaram o descaso dos órgãos governamentais de forma passiva. Esses buscaram meios de envolver a sociedade civil na sua causa para, com isso, acelerar a conclusão do inquérito. Infelizmente, apesar de criteriosa pesquisa, não encontrei documentos sobre a conclusão do inquérito. É provável que o prazo legal para julgar o processo tenha se esgotado e, com a sua conseqüente prescrição, a Finobrasa ficou sem punição.

A análise das fontes indica que, ao mesmo tempo em que se dava a profissionalização da prática assistencial na Finobrasa, um rigoroso sistema coercitivo, com padrões de comportamento e aplicação de penalidades aos “desobedientes”, também foi organizado. Enquanto estruturou um modelo assistencial peculiar, para os padrões empresariais do Ceará à época, a Finobrasa buscou controlar aspectos da vida do operário, desde a educação dos filhos até a alimentação dentro e fora da fábrica, bem como as relações de trabalho eram marcadas pelo autoritarismo.

À medida que os anos 1990 avançaram, a Finobrasa foi aprimorando o discurso da integração. Nesse intuito, procurou modificar a forma de relacionamento com os trabalhadores; para tanto, introduziu formas mais sutis de controle e dominação. Em 1995, por exemplo, durante a campanha salarial dos têxteis, “[...] os patrões diziam que não negociavam mais e não davam mais aumento de salário e nós fizemos este protesto para ver se revertíamos alguma coisa e deu resultado”. (Entrevista com Waldemir Catanho. *apud*. CARNEIRO, 1995, p. 60).

Como visto, a Finobrasa funcionava com três turmas de trabalho: turma A, das 6:00 às 14:00 horas; B das 14:00 às 22:00 e a C, das 22:00 às 6:00 horas. O protesto a que se referiu o sindicalista trata-se da paralisação das turmas B e C, por uma e duas horas, respectivamente, no mês de maio de 1995.

Diferentemente do final dos anos 1980 e início dos 1990, quando diante de greves e paralisações, a empresa utilizou várias formas de repressão para debelar o movimento dos operários. Em 1995, a Finobrasa concedeu um aumento de 14 por cento, “algo além do esperado”. Quanto aos que aderiram à paralisação, os trabalhadores foram advertidos disciplinarmente<sup>407</sup>. A atitude “amistosa” da empresa, em 1995, deveu-se ao fato de naquela época a Finobrasa estar “[...] buscando novas formas de entendimento com os trabalhadores, uma nova política de recursos humanos, onde a empresa é vista não só como pertencente ao patrão, mas também ao trabalhador”. (CARNEIRO, 1995, p. 61).

Importa insistir no fato dessa posição mais sutil da Finobrasa – inserida no contexto de mudanças nas formas de gestão do trabalho e da produção capitalista que caracterizaram o final do século XX – procurar captar a subjetividade dos trabalhadores e conseguir seu envolvimento. Para Ricardo Antunes, nesse processo as empresas diminuem ou mesclam,

[...] dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias<sup>408</sup>.

No entanto, conceber essa postura menos repressiva da Finobrasa, adotada a partir de meados dos anos 1990, não significa sugerir que os conflitos entre os trabalhadores e a empresa sejam datados – isto é, que tenham existido apenas entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Até encerrar as atividades produtivas, em meados de 2008, a Finobrasa continuou um celeiro de conflitos. A partir de meados dos anos 1990, os conflitos ocorreram principalmente devido à demissão de trabalhadores. Cabe, quanto a isso, dizer que o processo de terceirização adotado pela empresa constituiu um dos principais motivos dessas demissões.

A terceirização começou no setor de alimentação. De sorte que, desde nove de agosto de 1993, a cozinha do SESI passou a preparar as refeições dos trabalhadores da Finobrasa. Como mostra a matéria do Jornal da Fiec,

Terceirização é a transferência de serviços a terceiros, onde o preço é fator decisivo para a realização do negócio. A terceirização da Finobrasa para o SESI é baseada na parceria. É uma transferência de execução das atividades acessórias ao SESI com o objetivo de

---

<sup>407</sup> CARNEIRO, Ana Joeline. op. cit., p. 60.

<sup>408</sup> ANTUNES, Ricardo. (1995). op. cit., p. 16.

tornar a Finobrasa mais competitiva na sua atividade principal (fiação)<sup>409</sup>.

A competitividade que a empresa buscava significou à demissão de vários trabalhadores que desenvolviam atividades “acessórias”. A julgar pelo número de pessoas que trabalhavam na cozinha do SESI, 53, é possível sugerir que um contingente equivalente a esse, de trabalhadores da Finobrasa, tenha sido demitido.

Nas matérias veiculadas no jornal patronal, salienta-se a qualidade da alimentação e a satisfação dos trabalhadores com o serviço. Mas, as mesmas matérias deixam claro que, longe de uma preocupação com a boa alimentação dos operários, o verdadeiro objetivo da empresa com a terceirização era reduzir custos:

Na opinião da coordenadora de Administração de Serviços da Finobrasa, Maria Rogéria Rufino, o convênio de terceirização da cozinha é uma tendência que deverá ser seguida pelas empresas [...], isso porque diminui os custos de administração de estoque e compra de matéria-prima para este tipo de serviço. ‘Com isso, cada empresa pode dedicar mais esforço e recursos a sua finalidade. É uma tendência à especialização. Assim, o Sesi, como especialista produz as refeições e a empresa se dedica a sua finalidade’, explica<sup>410</sup>.

Como era de se esperar, diminuir custos e aumentar a produtividade eram os verdadeiros propósitos da Finobrasa.

FIGURA 26 – Trabalhadores no refeitório da Finobrasa



Fonte: Jornal da Fiec, 02/1997, p. 08.

<sup>409</sup> Jornal da Fiec. Ano: V, nº 66, novembro de 1993., p. 08.

<sup>410</sup> Jornal da Fiec. Ano: VIII, nº 105, fevereiro de 1997., p. 08.

A terceirização iniciada no setor de alimentação foi se estendendo a demais serviços como a limpeza e a segurança. A proposta administrativa da empresa visava eliminar todos os postos de trabalho, exercidos por trabalhadores “invisíveis”. Tal concepção fica evidente quando se observa a imagem anterior publicada no jornal da Federação das Indústrias do Estado do Ceará em fevereiro de 2007. Dentre os trabalhadores retratados no refeitório, tem-se uma mulher de costas, no canto direito da imagem, vestida com uma farda da Serval<sup>411</sup>. Evidenciando que o serviço de limpeza também foi terceirizado pela Finobrasa, o que significou a demissão de outros tantos trabalhadores.

Do ponto de vista da Finobrasa, a eliminação dos postos de trabalho era apenas uma consequência de seu processo de reestruturação. A intenção era reduzir a folha de pagamento e se desvencilhar de uma série de protocolos exigidos pela legislação trabalhista. Já para os trabalhadores, a terceirização representou perdas salariais e de direitos trabalhistas:

Para o sindicalista Airton Cruz, os trabalhadores demitidos perdem salário, porque as empresas terceirizadas não pagam os direitos trabalhistas. Uma delas, a Empt, segundo ele, não paga o adicional noturno nem a nona hora previsto na legislação trabalhista para quem trabalha de 22h às 6h da manhã. O salário, de acordo com ele, é de R\$ 136,00. Na Vicunha o empregado que desempenhava a mesma função recebia R\$ 170,00, além dos direitos trabalhistas<sup>412</sup>.

Os trabalhos acessórios, realizados por trabalhadores invisíveis, continuaram existindo; mas sob condições de trabalho muito mais precárias, com um nível de exploração ainda mais cruel. Conforme José de Souza Martins, um olhar mais apurado na direção desses trabalhadores invisíveis não tem frutificado nas investigações acadêmicas. Tem sido mais cômodo voltar-se para imagem típica do trabalhador visível junto à máquina:

[...] curioso que, quando na Universidade pensamos o processo de trabalho industrial, tenhamos como referencia típica a imagem de um trabalhador visível (e branco), ao lado da máquina que representa coisificação e sua exploração. Mas não se pensa nas formas cruéis de trabalho, [...] que anulam a visibilidade física do trabalhador e o dissolvem completamente no meio de uma nuvem de pó de carvão, tornando-o objeto de seu próprio trabalho. A própria sociologia tem

---

<sup>411</sup> Empresa de terceirização que presta serviços, principalmente, no setor de limpeza, com grande atuação em Fortaleza; inclusive, em repartições públicas, a exemplo da Universidade Federal do Ceará.

<sup>412</sup> O Povo, quinta-feira, 11 de dezembro de 1997., p. 09D.

sido omissa em relação às amplas e significativas revelações da invisibilidade e, portanto, da própria essência da alienação obreira<sup>413</sup>.

Entre janeiro e novembro de 1997, a continuidade do processo de terceirização na Finobrasa causou a demissão de mais 283 trabalhadores:

A empresa têxtil Finobrasa, a décima maior do Ceará em vendas no ano de 1996, demitiu 100 empregados desde o início deste mês. Só na quinta-feira passada, dia 20. Foram 10 demissões. O que fez saltar para 283 as dispensas da empresa no ano. Procurado pela reportagem do O POVO. A direção da Finobrasa preferiu não comentar as demissões<sup>414</sup>.

As demissões não se restringiram à Finobrasa, antes, elas atingiram também trabalhadores de outras unidades do Grupo Vicunha e demais fábricas têxteis do Ceará:

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis informou que o Grupo Vicunha está demitindo cerca de mil funcionários nas suas unidades localizadas no Nordeste. De acordo com a entidade, na última terça-feira, a subseção do Sindicato em Horizonte, onde o grupo mantém uma das suas fábricas, vai homologar 80 demissões. O Ceará é o Estado que concentra a maior parte da empresa na região nordestina. A Finobrasa, de acordo com o Sindicato, demitiu cerca de 100 funcionários em novembro. Além da Vicunha (que engloba as fábricas Elizabeth Nordeste, Finobrasa, Lee Nordeste e Vicunha Nordeste) a Companhia Têxtil do Ceará (Cotece) demitiu cerca de 300 funcionários nos últimos dois meses, segundo José Arimatéia de Brito, funcionário do Sine-CE de Maracanaú<sup>415</sup>.

No Grupo Vicunha, incluindo a Finobrasa, as demissões ocorriam devido ao processo de terceirização, que consistia em um dos aspectos da reestruturação, pela qual passava o Grupo:

As demissões na Vicunha, segundo sua direção, seriam motivadas por ajustes à terceirização, que está sendo implementada nas empresas do grupo.

Segundo o gerente de Recursos Humanos da Vicunha, Geraldo Oliveira, as dispensas fazem parte de um ajuste que o grupo está fazendo no Ceará. 'É um acerto para terceirização', disse. De acordo com ele, as demissões foram apenas de 150, e já teriam se encerrado. Além disso, Oliveira afirma que o Sindicato foi consultado, uma vez que parte dos demitidos serão utilizados pelas empresas terceirizadas que trabalham para o grupo. Junto com o ajuste, ele credita as demissões à competição com os países asiáticos.

'Nunca se demitiu tanto no setor têxtil como agora', disse o diretor do Sindicato dos Trabalhadores, Eudes Ribeiro. Segundo ele, foram cerca de 1,6 mil desde janeiro até ontem. Além das demissões, algumas empresas estão dando férias coletivas aos seus

<sup>413</sup> MARTINS, José de Souza. (2011). op. cit., p. 409.

<sup>414</sup> O Povo, domingo, 23 de novembro de 1997., p. 01E.

<sup>415</sup> O Povo, quinta-feira, 11 de dezembro de 1997., p. 09D.

empregados. A Vicunha Nordeste, por exemplo, concedeu férias coletivas de 6 de dezembro a 4 de janeiro próximo. A maior queixa dos sindicalistas é que ao contrário do que disse o gerente da Vicunha, as dispensas estão ocorrendo sem que o Sindicato seja ouvido.

Em Horizonte onde se localiza uma das unidades do Grupo Vicunha, as demissões, segundo Airton Cruz, chegam a cinco por dia<sup>416</sup>.

A terceirização, implantada na Finobrasa nos anos 1990, implicou a demissão de centenas de trabalhadores, além de ter sido “um grande golpe contra o Sindicato”. À medida que as demissões iam se dando, o Sindicato enfraquecia a sua base. Cada demissão representava mais um companheiro desempregado, entregue à própria sorte. Portanto, a luta contra a terceirização constituiu-se um dos principais pontos de conflitos na empresa nos anos 1990 e 2000.

Caso se compare o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 com os anos 2000, no quesito liberdade sindical, houve algumas mudanças. Em 2001, por exemplo, nove dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis eram trabalhadores da Finobrasa, sendo que dois estavam liberados do trabalho, mas os outros sete, mesmo fazendo parte da diretoria, continuavam trabalhando na produção. Além disso, 34 por cento dos 1.890 operários da empresa eram filiados ao Sindicato, isto é, 642 trabalhadores eram sindicalizados<sup>417</sup>.

Dirigentes sindicais e trabalhadores consideraram um pequeno avanço o fato da direção da empresa manter algum diálogo com o Sindicato; de certa forma uma mudança significativa, pois não existia nenhuma comunicação na passagem da década de 1980 para a de 1990. Mesmo havendo esta mudança quanto ao diálogo com o Sindicato, ainda existiam muitos entraves à liberdade sindical, a exemplo do tratamento dispensado aos sindicalistas, as chefias costumavam desqualificar as funções sindicais, afirmando que esses “[...] são dirigentes sindicais somente da porta da fábrica para fora”. (APOLINÁRIO, 2002, p. 82).

Propagandas, divulgação de eventos e demais atividades sindicais continuavam limitadas à porta de fábrica. Além disso, os trabalhadores seguiam temendo as represálias, como a demissão por envolvimento com o Sindicato. Trabalhadores entrevistados, em 2001, relataram situações semelhantes às que foram relatadas anteriormente, no que se refere à liberdade sindical na empresa:

---

<sup>416</sup> Id., *ibidem*.

<sup>417</sup> APOLINÁRIO, Valdênia. *op. cit.*, p. 82.



[...] dentro da empresa a gente não pode sequer entrar com um panfleto do sindicato entregue fora da empresa (no portão de entrada), que as pessoas começam logo a falar: 'não pode, a empresa não permite, você pode ser demitida!' Aí as pessoas ficam receosas<sup>418</sup>.

Minha chefia já fez muitas reuniões com a gente falando isso, discriminando as pessoas que participam do Sindicato, isso já aconteceu e eu sou testemunha de que ele já falou. Disse: 'não se envolva com o pessoal do sindicato, porque amanhã ou depois você pode ir pra outra empresa, vocês podem se prejudicar porque nenhuma (empresa) quer colocar pessoas que sejam sindicalizadas'<sup>419</sup>.

Como se vê, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis continuava enfrentando severa repressão patronal, sendo impedido de realizar minimamente as atividades sindicais na empresa. Portanto, Mais de dez anos após a primeira campanha de sindicalização na Finobrasa, a liberdade sindical naquele complexo fabril continuou inexistindo. As mudanças administrativas, organizacionais e societárias, pelas quais passou a Companhia, não possibilitaram as condições necessárias para os trabalhadores se organizarem em torno do seu órgão de classe.

Meu propósito ao realizar esta investigação é contribuir para o conhecimento dos trabalhadores têxteis cearenses no final do século XX, tantas vezes ocultado pelo discurso empresarial, pelo Estado e, em alguns casos, por determinados estudos, que enfatizam a tecnologia, a qualidade e produtividade do setor, o mercado internacional e, desconhecem a experiência de luta dos trabalhadores.

Tenho em mente que um estudo desta natureza pode ser útil tanto para ampliar o conhecimento sobre um grupo operário determinado – trabalhadores têxteis em Fortaleza, como para possibilitar [...] levar adiante comparações, através de regularidades e de discrepâncias especificadoras, com a experiência de outros grupos operários brasileiros ou de diferentes países. (LOPES, 1988, p. 15). Portanto, um estudo sobre, principalmente, os trabalhadores da Finobrasa, importa enquanto revelador das peculiaridades do processo em que suas experiências foram construídas, como ajuda a lançar luzes sobre questões mais abrangentes pertinentes ao mundo do trabalho.

---

<sup>418</sup> Entrevista com operária da Finobrasa. *apud.* APOLINÁRIO, Valdênia. op. cit., p. 83.

<sup>419</sup> Entrevista com operário da Finobrasa. *apud.* APOLINÁRIO, Valdênia. op. cit., p. 83.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Pelos caminhos que eu ando  
um dia vai ser  
só não sei quando.”*

(Paulo Leminski)

Um pesquisador em formação, e é assim que me vejo neste trabalho, chega ao fim de uma jornada, e sabe que tantas outras sendas de pesquisas podem ser abertas. É isto que nos dá consciência das possibilidades que a história social nos apresenta.

A ênfase desta pesquisa no conteúdo da experiência e luta operárias no mundo fabril trata-se de uma escolha, e não de uma desatenção às questões relacionadas à família, moradia, lazer e educação, cuja relevância no campo da experiência dos trabalhadores é reconhecida<sup>420</sup>. O caminho percorrido naquela direção decorreu também do rol e tipologia de fontes analisadas; como um imperativo, guiaram a sensibilidade do pesquisador ao descortino das relações de trabalho e à emergência das lutas travadas no período.

Algumas vezes me vi às voltas com textos que se contavam às dúzias: de analistas políticos, reflexões sociológicas, estudos acadêmicos da área de economia e administração, escritos com pronunciado teor jornalístico sobre o Ceará e, principalmente, de sua economia e do suposto desenvolvimento, para o período que abordamos nesta pesquisa.

O contraste entre algumas das leituras empreendidas e o teor dos documentos e entrevistas realizadas indica uma diferença substantiva de enfoque. As primeiras ressaltam, em muitos casos, o tom apologético aos “modernos” e “jovens empresários” do Ceará dos anos 1980, as virtudes do modelo de desenvolvimento, a ênfase na estratégia da atração de capitais, o discurso “modernizador” de uma nova “classe política” e a aliança explícita entre o Estado, sua infraestrutura, os agentes públicos e a camada empresarial.

No segundo caso emerge outra possibilidade de análise quanto ao modo como se realiza a extração da mais valia na indústria têxtil cearense. Pelo menos, as

---

<sup>420</sup> Ver, por exemplo: HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos. Tradução: Maria do Carmo Cary. Vol. I e II. Lisboa: Presença, 1973.

duas fábricas que receberam maior destaque neste trabalho, Finobrasa e Têxtil Bezerra de Menezes, consideradas exemplos da modernidade industrial do Ceará nos anos 1980, podem ser nomeadas como “fábricas da ausência”: de liberdade sindical, de respeito aos direitos trabalhistas e a dignidade dos trabalhadores, do direito de ir e vir, de condições de trabalho, entre outras.

Mas afinal, quem são estes homens e mulheres – Antônio, Erian, Geraldo, Aduino, Raimunda, João, Tarcísio, Valdeci, Cristina, Clemente, Conceição – que aparecem ao longo das páginas deste trabalho? De onde vêm? Quando chegam a Fortaleza? Farão parte dessa imensa legião de mulheres e homens trabalhadores desenraizados? Como terá sido a dura transição entre uma possível vida na roça e no cabo da enxada para o labor diário ao pé de novas e desconhecidas tecnologias?

É certo que o conhecimento acadêmico elaborou um complexo vocabulário para tratar da transição nestes modos de vida e das diferenças entre o mundo do campo e o mundo da cidade. Êxodo, migração, retirantes... Importa indagar se este vocabulário e seus modelos analíticos conseguem de fato narrar a imensa tragédia social de quantas vidas tragadas no cotidiano fabril, anônimo, infernal, insalubre, mutilador, mórbido.

O labor da história social, seu vocabulário analítico tentam dimensionar o drama destes homens, mulheres e crianças que vão na vida fabril perdendo um braço aqui, uma mão ali, a audição acolá – vidas mutiladas, segregadas socialmente, isoladas do convívio mais amplo, sem a fruição sequer de um dia de domingo!

A experiência da pesquisa abre novas indagações a este e outros pesquisadores voltados ao mundo do trabalho. Aponta para a necessidade de conhecer melhor as condições de sobrevivência dos trabalhadores da indústria no Ceará, e não somente da indústria têxtil, sua via cotidiana, os lugares de convivialidade, a vida no bairro, na rua, na família, as possibilidades de lazer, a relação com a cidade dos trabalhadores, a cultura operária e seu entremeio dos dois espaços: fábrica e cidade.

Importa conhecer, também, suas origens, suas travessias desde o mundo rural; neste sentido, as experiências perpassam a relação campo e cidade, conforme a abordagem de Raymond Williams:

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizam-se e generalizam-se atitudes emocionais

poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – paz, inocência e virtudes simples, À cidade associou-se a ideia do centro das realizações – de saber, comunicações, luz<sup>421</sup>.

Pensando nestes trabalhadores, uma pergunta tanta vezes formulada parece ser bem atual: em que medida a cidade com suas fábricas é, de fato, espaço de realização e de progresso? A resposta, ao que parece, não virá de considerações genéricas e abstratas. Ela depende da experiência dos trabalhadores que, em seu cotidiano de luta e desde sua cultura associativa, podem responder se o propalado progresso e as supostas virtudes desenvolvimentistas vêm para oprimi-los e explorá-los ainda mais ou melhorar sua situação<sup>422</sup>.

Como se tentou demonstrar ao longo deste trabalho, para os trabalhadores têxteis de Fortaleza a vida urbana, em muitas ocasiões se apresenta como na reflexão autobiográfica do “moleque de fábrica”, para quem a cidade por onde anda e vive, o trabalhador, é

[...] o lugar das coisas inexplicáveis. A cidade é kafkiana. Ninguém teme o desconhecido, porque o desconhecido ‘não é meu problema’. A cidade é sobretudo a realização da cultura da indiferença, da afirmação das particularidades inteligíveis e funcionais, dos recortes e fragmentos. [...] o lugar em que vivemos não como pessoa, mas como pedaço, como indivíduo, como ser que não se completa [...]<sup>423</sup>.

Talvez por isso, trabalhadores têxteis como Antônio Clemente, que emigrou da Serra da Meruoca para trabalhar em Fortaleza no final dos anos 1970, enxergue a cidade e a fábrica como um local de passagem, um “exílio” forçado pelas circunstâncias desfavoráveis, que deveria ser descartado logo que a situação melhorasse, como se vê no depoimento do operário:

[...] trabalhei na roça, plantando feijão, milho. Morava em sítio dos patrões, na terra dos outros, aí plantava e vivia disso. E a agricultura nesse tempo tava meio ruim e tava fraco, não dava dinheiro, aí eu vim procurar um meio melhor de se ganhar dinheiro, tirei meus documentos e vim pra cá. Comecei lá (na Finobrasa) de limpador geral, passei pra polivalente. Polivalente é quem trabalha em todos os setores, tirando a folga dos outros, trabalhei de reserva geral, que é quem tira as férias de quem sai de férias em todo setor. Trabalhei na máquina do passador, trabalhei na fábrica toda, todos os setores já trabalhei. Já estou perto de sair, de me aposentar e quando eu sair

<sup>421</sup> WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução: Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989., p. 11.

<sup>422</sup> CAMPINAS. Governo Municipal. **Trabalhadores**: fábrica e cidade. Campinas: Secretária Municipal de Trabalho e Desenvolvimento de Campinas, 1989., p. 01-02.

<sup>423</sup> MARTINS, José de Souza. (2011). op. cit., p. 182.

vou-me embora para o interior, vou viver na agricultura ou botar um comércio, isso é meu pensamento, é isso<sup>424</sup>.

Para Antônio Clemente, o tempo de “faz tudo” na Finobrasa estava chegando ao fim; aos 62 anos, aguardava ansiosamente a aposentadoria, para finalmente, fazer o caminho de volta. Retornar ao torrão natal e viver da agricultura ou do comércio, ou seja, continuar na labuta. Uma narrativa que remete a reflexão de José de Souza Martins:

Como acontecia e acontece ainda com outros migrantes vindos da roça, mesmo na permanência, a cidade é um lugar de passagem, a fábrica o lugar do ganha-pão temporário e difícil ou mesmo impossível por outro meio. Só nas pressuposições teóricas da sociologia as migrações para a cidade são irreversíveis. Uma vida inteira se passa e um belo dia muitas pessoas tomam o caminho de volta, mesmo no êxito econômico da condição operária. Para muitos, a fábrica e a cidade são lugares de onde querem escapar, lugares de exílio<sup>425</sup>.

Aliás, vários trabalhadores, principalmente da Finobrasa, que aparecem ao longo do trabalho – Aduino Ferreira, Antônio Clemente, Geraldo Ferreira, João Batista, Valdeci Lopes –, referiram-se a aposentadoria, como um momento bastante esperado. Inclusive, alguns tiveram que recorrer a Justiça para obter este direito, portanto, o direito a aposentadoria foi também um campo de conflitos entre os trabalhadores e a empresa.

Se por um lado, a relação campo e cidade surge como um relevante campo de investigação sobre os trabalhadores no Ceará, as fontes judiciais, também despontam como um caminho profícuo para aprofundar campos de pesquisas e estudos no mundo do trabalho. Uma sondagem preliminar realizada em documentos da Justiça do Trabalho, especificamente dissídios coletivos de trabalhadores têxteis, entre os anos 1976 e 1993, – existem centenas de processos, individuais e coletivos, também de outras categorias, e para outros períodos<sup>426</sup> – revela que as histórias cotidianas dos trabalhadores se refletem, também, nos autos processuais, permitindo que a partir de fragmentos da realidade se percebam traços dos embates que se estenderam até o judiciário trabalhista.

<sup>424</sup> Entrevista com Antônio Clemente, concedida em 04/10/2007.

<sup>425</sup> MARTINS, José de Souza. (2011). op. cit., pp. 258-259.

<sup>426</sup> Ver por exemplo: BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 7ª). **Inventário de reclamações trabalhistas**: fundo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (1938-1994). Fortaleza: TRT7, 2012.

Observada a hipótese de requerer direitos denegados, uma forma de resistência e ação, a Justiça do Trabalho pode ser entendida como um espaço de luta dos trabalhadores, como bem o demonstra vários estudos abordados neste trabalho. A legislação que regulamenta e formaliza as relações de trabalho, também, é disciplinadora. À medida que as leis trabalhistas se tornaram “populares” entre os trabalhadores, foram utilizadas de forma prática, no sentido de buscar alguma proteção ante a exploração do capital.

Mas, a “judicialização”<sup>427</sup> dos conflitos trabalhistas não foi um processo simples. É caminho complexo e contraditório, que incluiu o enfrentamento de interesses muitas vezes divergentes. Ao propósito da norma, do controle e das formas de submissão, os trabalhadores revidaram com sua própria agência. Se alguns estudos enfatizaram os aspectos do controle social da Justiça do Trabalho e da legislação trabalhista e a característica conciliatória que favorecia os interesses capitalistas, no plano da experiência, apropriada pelos trabalhadores, JT e Leis do Trabalho constituíram-se também em espaços de luta e resistência.

Como se observa, são muitas as possibilidades de ampliar a pesquisa histórica sobre os trabalhadores no Ceará. Novas pesquisas certamente se desenham em torno da ‘indústria da mutilação’, os chamados acidentes de trabalho, como ainda, sobre o trabalho infantil, a persistência do trabalho escravo, o trabalho das mulheres, as doenças do trabalho, o trabalho nas grandes obras de infraestrutura do capital, os conflitos cada vez mais acirrados brotando dos canteiros de obras, como nas lutas dos trabalhadores da indústria da construção civil. Ou da luta permanente dos trabalhadores no comércio, atualizando a velha pauta do século XIX e exigindo o fechamento das portas do comércio aos domingos. Como se vê o inventário é longo, variado e rico.

A abertura ou retomada de campos de pesquisa certamente observam a construção metodológica de fontes orais, da cultura jurídica, do modo de vida. Para isso, faz-se necessário um conhecimento mais apurado dos arquivos existentes, bem como, a abertura de novos arquivos. Novos repertórios carecem de urgente trabalho de inventário, catalogação, acesso e difusão; é tarefa urgente a formação e estabelecimento de acervos no Ceará. Parece ser uma tarefa também, nossa dos pesquisadores, dos historiadores de ofício, dos militantes sociais, lutar de modo mais

---

<sup>427</sup>

SOUZA, Samuel Fernando de. (2007). op. cit., p. 215.

permanente e mais firme para que as instituições públicas cumpram o preceito constitucional de preservação e difusão da memória arquivada.

Como exemplos, o arquivo da Secretaria Regional de Trabalho e Emprego (SRTE), antiga Delegacia Regional do Trabalho, onde os trabalhadores se queixam da burla e o descumprimento de convenções, como a jornada de trabalho, o que deveria ser exceção nas relações de trabalho se constituindo uma regra cotidiana. O que um arquivo dessa monta reserva à pesquisa historiográfica? Quais as demandas ali apresentadas pelos trabalhadores? Até que ponto suas expectativas são atendidas? Que estatísticas e quadros de análise saltariam dali, por exemplo, sobre os 'acidentes de trabalho'? São perguntas que podem abrir novos índices de investigação. Um fio da meada que deve ser desembaraçado.

Até aqui, a pesquisa elegeu apenas trabalhadores têxteis, mais especificamente os das fábricas Finobrasa e Têxtil Bezerra de Menezes. Enfatizou, principalmente, lutas específicas como o direito a sindicalização e o direito ao dia domingo, na Finobrasa, bem como, momentos de conflito aberto, a exemplo da greve dos trabalhadores da Têxtil Bezerra de Menezes em maio de 1986, dos trabalhadores da Finobrasa em maio de 1988 e a adesão dos últimos a greve geral de 1991.

O momento em que a abordagem foi mais ampliada, isto é, estendeu-se aos trabalhadores das demais indústrias têxteis de Fortaleza, foi no tópico sobre as condições de trabalho. Nele, foi visto que a incidência de doenças, a constância de acidentes e o desrespeito às leis trabalhistas, como as que protegiam as operárias grávidas, não se dava apenas no âmbito da Finobrasa ou da Têxtil Bezerra de Menezes, em empresas como Thomaz Pompeu, Santa Cecília, Ceará Têxtil, Santa Inês, o cenário arbitrário se repetia.

Meu objetivo enquanto pesquisador é continuar nesta seara, o mundo dos trabalhadores. Por enquanto, procurei investigar a natureza dos conflitos entre trabalho e capital engendrados no interior da maior indústria têxtil cearense nos anos 1980, durante o processo de implantação de novas máquinas, da reestruturação produtiva, de mecanismos de controle e dominação que proibiam a sindicalização, impediam as folgas dominicais e complementava os baixos salários com benefícios utilizados como moeda de troca nos momentos de conflito. Ao realizar este trabalho, espero está contribuindo com a historiografia sobre o mundo do trabalho no final do século XX, em especial dos trabalhadores têxteis em Fortaleza.

## FONTES

### **ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS:**

Atas de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias (exemplares variados entre 1987 e 1993), Atas de Apuração de Eleições, Atas de Distribuição de Cargos, Ofícios, Comunicados, Estatutos, Relatórios, Históricos, Telegramas, Folhetins de Campanhas Salariais, Adesivos, entre outros.

### **ARQUIVO DA PASTORAL OPERÁRIA DE FORTALEZA:**

Telegramas, Poemas, Fotografias, Notas de repúdio, Notas Oficiais, Circulares e Boletins Informativos.

### **DOCUMENTOS DA FINOBRASA:**

Manual de Integração, Ofícios, Comunicados, Históricos, Telegramas, Folhetins, Aviso Disciplinar, Aviso de Suspensão, entre outros.

### **DOCUMENTOS OFICIAIS:**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Rio de Janeiro, 1943.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Decreto Nº. 21.364, de 04 de maio de 1932**. Rio de Janeiro, 1932.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.070, de 15 de março de 1946**. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.632, de 04 de agosto de 1978**. Brasília, 1978.

BRASIL. **Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964**. Brasília, 1964.

BRASIL. **Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978**. Brasília, 1978.

BRASIL. **Lei nº 7.783, de 28 de Junho de 1989**. Brasília, 1989.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Portaria nº 3.118, de 03 de abril de 1989**. Brasília, 1989.

CEARÁ. Secretária de Indústria e Comércio. **Cadastro Industrial do Ceará**. Fortaleza, 1980 a 1990 (várias edições).

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Plano de Mudanças (1987-1991)**. Fortaleza: SEPLAN, 1987.

Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. In: **Comissão de expansão econômica do Brasil**. (Catálogo). Paris: A. Henalt, 1908. Fls. 813-840.



**FONTES IMPRESSAS:**

Boletim da Pastoral Operária de Fortaleza (edições variadas entre 1986 e 1991);  
Diário do Nordeste (edições variadas entre 1988 e 2008);  
Fio da Meada – do Sindicato dos Têxteis (edições variadas entre 1987 e 1993);  
Indústria Cearense – da FIEC (edições variadas entre 1967 e 1976);  
Jornal da FIEC (edições variadas entre 1986 e 2008);  
O Estado (edições variadas entre 1986 e 1991);  
O Povo (edições variadas entre 1970 e 2008);  
Revista da FIEC (edições variadas entre 2007 e 2010);  
Revista Indústria Cearense – da FIEC (edições variadas entre 1967 e 1976);  
Tribuna do Ceará (edições variadas entre 1986 e 1991);  
Viajante – da Finobrasa (edições variadas entre 1986 e 1991).

**FONTES JUDICIAIS:**

Processo TRT7, nº 265/76; Processo TRT7, nº 186/79; Processo TRT7, nº 175/80;  
Processo TRT7, nº 332/81; Processo TRT7, nº 370/82; Processo TRT7, nº 212/83;  
Processo TRT7, nº 556/84; Processo TRT7, nº 739/85; Processo TRT7, nº 350/86;  
Processo TRT7, nº 419/89; Processo TRT7, nº 826/90; Processo TRT7, nº 966/91; e  
Processo TRT7, nº 682/92.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 7ª). **Inventário de reclamações trabalhistas**: fundo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (1938-1994). Fortaleza: TRT7, 2012.

**FONTES ORAIS:**

Antônio Clemente Gomes, 64 anos, começou trabalhar na Finobrasa em 1979, entrevista realizada em 04/08/2007, pela Profa. Telma Bessa Sales;

Antônio Ibiapino da Silva, 49 anos, foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis entre 1987 e 1993, entrevista realizada em 30/07/2008, por Francisco Alexandre Gomes;

Antônio Ortins, sindicalista, um dos articuladores da greve na Finobrasa em 1988. *apud*. CARNEIRO, Ana Joeline. *op. cit.*;

Geraldo Ferreira, 56 anos, começou a trabalhar na Finobrasa em 1981, entrevista realizada em 29/08/2007, pela Profa. Telma Bessa Sales;

João Batista Rodrigues, 59 anos, começou a trabalhar na Finobrasa em 1980, entrevista realizada em 02/08/2008, por Francisco Alexandre Gomes;

José Maria, operário da Finobrasa. *apud*. CARNEIRO, Ana Joeline. CARNEIRO, Ana Joeline. “**Fé e Política**: A Pastoral Operária e a Greve da Finobrasa em Fortaleza-1988”. 1955. TCC (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1995.;

Maria Cristina da Silva Gomes, 27 anos, começou a trabalhar na Finobrasa em 2000, entrevista realizada em 04/08/2007, pela Profa. Telma Bessa Sales;

Tarcísio Araújo do Nascimento, 46 anos, começou a trabalhar na Finobrasa em 1983, entrevista realizada em 21/07/2008, por Francisco Alexandre Gomes, Telma Bessa Sales e Flávia Jordana;

Valdeci Lopes da Silva, 52 anos, começou a trabalhar na Finobrasa em 2000, entrevista realizada em 01/10/2007, pela Profa. Telma Bessa Sales.

Waldemir Catanho, operário da Finobrasa e sindicalista. *apud*. CARNEIRO, Ana Joeline. CARNEIRO, Ana Joeline. “**Fé e Política**: A Pastoral Operária e a Greve da Finobrasa em Fortaleza-1988”. 1955. TCC (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1995.;

Demais entrevistas de trabalhadores da Finobrasa citadas na dissertação foram retiradas de APOLINÁRIO, Valdênia. **Reespecialização industrial, emprego e práticas trabalhistas e ambientais**: o caso da Vicunha Têxtil S/A. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

Nas entrevistas realizadas por esta pesquisadora não há menção ao nome próprio dos entrevistados.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. (Org.). **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: BNB, 2005.

ALMEIDA, Cleyciane de Souza. **O impacto das políticas industriais na economia cearense**. 2001. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

ALMEIDA, Nilton Melo. **Rebeldes pelos caminhos de ferro: os ferroviários na cartografia de Fortaleza**. Fortaleza: Secult, 2012.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

AMARAL FILHO, Jair do. Ajuste no Estado e crescimento recente no Ceará: o papel dos “jovens empresários”. In: **Economia & Sociedade**, v. 4, nº 1, São Paulo: MACKENZIE, 1997, p. 63-80.

AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, Simone (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1989, p. 117-124.

ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. **Onde moram os operários... Vilas operárias em Fortaleza (1920-1945)**. 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

APOLINÁRIO, Valdênia. **Reespacialização industrial, emprego e práticas trabalhistas e ambientais**: o caso da Vicunha Têxtil S/A. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **O fiar e o tecer**: 120 anos da indústria têxtil no Ceará. Fortaleza: FIEC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Relações de trabalho na indústria de Fortaleza**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.

ARAÚJO, Jormana Maria Pereira. **Conflito e acomodação**: as operárias têxteis e a fábrica Santa Cecília em Fortaleza (1985-1990). 2010. Monografia (Licenciatura em

História) – Curso de Licenciatura em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Celso Furtado, o Nordeste e a construção do Brasil. In: ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. (Org.). **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: BNB, 2005, p. 209-236.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**. Heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BATALHA, Cláudio Henrique Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de classe**. Campinas: UNICAMP, 2004.

BERNARDO, Marcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível**: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BESSA, César; PLATT, Adreana Dulcina. Intervenção contemporânea do Estado brasileiro: posituação dos ideais neoliberais trabalhistas. In: **Scientia Iuris**. Londrina: UEL, v. 12, nº. 24, p. 235-255, 2008.

BIAVASCHI, Magda Barros. **O direito do trabalho no Brasil – 1930/1942**: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. 2005. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CAMPINAS. Governo Municipal. **Trabalhadores**: fábrica e cidade. Campinas: Secretária Municipal de Trabalho e Desenvolvimento de Campinas, 1989.

CÂNDIDO. Tyrone Apollo. **Trem da seca**: sertanejo, retirantes e operários (1877-1880). Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

CARNEIRO, Ana Joeline. “**Fé e Política**: A Pastoral Operária e a Greve da Finobrasa em Fortaleza-1988”. 1955. TCC (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1995.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. (Org.). **O Ceará na década de 1980**: atores políticos e processos sociais. Campinas: Pontes, 2009.

CAVALCANTE, Alexandre Lira. **O impacto da abertura comercial sobre a competitividade da indústria têxtil da região Nordeste**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

CECULT. Centro de Pesquisa em História Social da Cultura. **Trabalhadores do Brasil**: identidades, direitos e política (séculos XVII a XX). Campinas: UNICAMP, 2006.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos

1980. In: **Cadernos AEL: trabalhadores leis e direitos**, Campinas: UNICAMP, v. 14, nº 26, p. 11-46, 2009.

COSTA, Marcos Antônio Bezerra. A cadeia produtiva têxtil: espaço da arena da produção e realização da mercadoria. In: **Sociedade & Natureza**. Uberlândia: UFU, v. 18, nº. 34, p. 05-22, 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaço e trabalho na indústria têxtil cearense**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005a.

\_\_\_\_\_. Verticalização na indústria têxtil: o caso da Fiação Ceará. In: **Espaço & Geografia**, Brasília: UNB, v. 8, nº. 1, p. 71-98, 2005b.

CORRÊA, Larissa Rosa. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo – 1953 a 1964**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DE LUCCA, Tânia Regina. **O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo**. São Paulo: Contexto, 1990.

DONADON, João. **O benefício de aposentadoria especial aos segurados do regime geral de previdência social que trabalham sujeitos a agentes nocivos: origem, evolução e perspectivas**. 2003. Monografia (Especialização em Gestão Previdenciária) – Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ESPERANÇA, Clarice Gontarskia. **A greve da oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983-1984)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2007.

ESPÍRITO SANTO, Aline de Freitas; PAULA, Janaine Aguiar de; PEREIRA, Orcione Aparecida Vieira. Percepção de trabalhadores de uma indústria têxtil sobre os riscos de seu ambiente de trabalho. In: **Revista Enfermagem Integrada**. Ipatinga: UNILESTE, v. 2, nº 1, p. 188-199, 2009.

FARIAS FILHO, Zózimo. **Adequabilidade da força de trabalho ao processo de produção têxtil cearense: uma qualificação da empresa para empresa**. 1990. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

FONTES, Paulo. **Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50.** São Paulo: Annablume, 1997.

\_\_\_\_\_. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966).** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FORTES, Alexandre. **‘Nós do Quarto Distrito...’ a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas.** 2001. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FRENCH, John. **Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros.** Tradução: Paulo Fontes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. “Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos: a questão social como caso de polícia, 1920 – 1964”. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Nunes. (Orgs.). **Direitos e Justiça no Brasil.** São Paulo: UNICAMP, 2006, p. 379-416.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917 – 1937.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e direitos do trabalho.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

GOMES, Francisco Alexandre. Um fio da meada: experiência e memórias de luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987-1991). In: **Theomai.** Buenos Aires: UBA, v. 2, nº 24, p. 94-114, 2012.

GONÇALVES, Adelaide. **A imprensa dos trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920.** 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Ceará Socialista: anno 1919.** Edição Fac-Similar. Florianópolis: Insular, 2001b.

\_\_\_\_\_. Trabalhador lê? In: **Revista de Ciências Sociais.** Fortaleza: UFC, v. 34, nº. 1, p. 59-72, 2003.

GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allynson. **O Trabalhador Gráfico.** Edição Fac-Similar. Fortaleza: UFC, 2002.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. **Los caminos del paraíso**: para comprender la crisis y salir de ella por la izquierda. Barcelona: Laia, 1986.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, nem Patrão!** Vida operária e cultura anarquista no Brasil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcanti. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos. Vol. I e II. Lisboa: Presença, 1973.

\_\_\_\_\_. “Nós” E “Eles”. In: OLIVEIRA, Paulo Salles (Org.). **O lúdico na cultura solidária**. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 171-195.

INÁCIO, Pedro Henrique Dias. **Estado, Trabalho e Justiça**: trabalhadores do Recife no tempo de Pelópidas da Silveira (1955-1959). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

JAMES, Daniel. Poesia, trabalho fabril e sexualidade feminina na argentina peronista. In: **Cadernos AEL**: mulher, história e feminismo. Campinas: UNICAMP, v. 2, nº. 03/04, p. 232-250, 1995/1996.

JORGE NETO, Paulo de Melo. A estrutura produtiva do Ceará nas décadas de 1970-1980. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. (Org.). **O Ceará na década de 1980**: atores políticos e processos sociais. Campinas: Pontes, 2009, p. 31-53.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza**. São Paulo: Annablume, 2000.

LEITE, Márcia de Paula. **O movimento grevista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de; et. al. (Org.). **O mundo do trabalho**: crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994. p. 563-587.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis.** São Paulo: Annablume, 1995.

LIMA, Ana Cristina Pereira. **“Obreiros pacíficos”**: o círculo de operários e trabalhadores católicos São José. (Fortaleza, 1915 – 1931). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

LOBO, Valéria Marques. O processo trabalhista como fonte para a pesquisa em história. In: **anais do I Seminário Internacional de História do Trabalho: “Histórias do Trabalho no Sul Global”** – V Jornada Nacional de História do Trabalho. Florianópolis: UFSC, 2010.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.** São Paulo: Marco Zero, 1988.

\_\_\_\_\_. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARTINS, José de Souza. A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. In: **Tempo Social.** São Paulo: USP, v. 5, nº 01/02, p. 01-29, 1993.

\_\_\_\_\_. **Uma Arqueologia da Memória Social:** autobiografia de um moleque de fábrica. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

MASSUDA, Ely Mitie. Transformações recentes da indústria têxtil brasileira (1992-1999). In: **Acta Scientiarum.** Maringá: UEM, v. 24, nº 1, p. 243-251, 2002.

MATSUMOTA, Leandro. Dissídio Coletivo. In: **Revista Idea.** Uberlândia: ESAMEC, v. 1, nº. 2, p. 01-18, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH, v. 24, nº 47, p. 241-270, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Novos e velhos sindicalismos:** Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Trabalhadores em greve polícia em guarda:** greves repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004b.

MELO, Maria Cistina; ROSA, Antônio Lisboa. **A industria têxtil cearense:** um estudo de caso sobre a competitividade. Fortaleza: FIEC, 1994.

MENDES, Alexandre Marques. **Classe Trabalhadora e Justiça do Trabalho:** experiências, atitudes e expressões do operário do Calçado - Franca-SP, 1968-1988. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2005.



MORAIS, Nágila Maia de. **“Todo cais é uma saudade de pedra”**: repressão e morte dos trabalhadores catraieiros (1903-1904). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

MOREL, Regina Lucia M.; MANGABEIRA, Wilma. “Velho” e “Novo” Sindicalismo e Uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional. In: **Dados**. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 37, nº. 1, p. 103-124, 1994.

MOREL, Regina Lucia M.; PESSANHA, Elina G. da Fonte. A Justiça do Trabalho. In: **Tempo Social**. São Paulo: USP, v. 19, nº. 2, p. 87-109, 2007.

MOURA, Alessandro de. Movimento operário do ABC paulista: da disputa classista à dispersão neoliberal. In: ALVES, Giovani; FIGARI, Claudia. (Orgs.). **La precarizacion del trabajo em América Latina**: perspectivas del capitalismo global. Londrina: Praxis, 2009. p. 331-359.

MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. **Mutualismo ferroviário**: prover e proteger na sociedade beneficente do pessoal da estrada de ferro de Baturité de 1891 aos anos 1930. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MOTA, Kleiton Nazareno Santiago; VIRGÍNIO, José Hercílio Silvério. Tecendo a memória do Aracati: fábrica Santa Thereza. In: **anais do XII Encontro Estadual de História do Ceará – ANPUH-CE**: políticas públicas e práticas culturais. Crato: URCA, 2010.

NOBRE, Geraldo da Silva. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: FIEC, 2001.

NORONHA, Eduardo Garuti. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. In: **Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, nº. 76, p. 119-168, 2009.

\_\_\_\_\_. **Greves na transição brasileira**. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

\_\_\_\_\_. **“O modelo legislado de relações de trabalho e seus espaços normativos”**. 1998. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **O Diabo no imaginário cristão**. 2. ed, Bauru: EDUSC, 2002.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Brasil**: sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Observatório Social, 2004.

OLIVEIRA, Eurenice de. **Toyotismo no Brasil**: desencantamento da fábrica,

envolvimento e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os caixeiros no Ceará**: trabalho e educação na Revista Phenix (1891-1916). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

PACHECO, Jairo Queiroz. **Guerra na fábrica**: cotidiano operário fabril durante a Segunda Guerra – o caso de Juiz de Fora/MG. 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAOLI, Maria Célia. **Labour, Law and the State in Brazil**: 1930 – 1950. 1988. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, University of London, Londres: Birkbeck College, 1988.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 3, nº. 7, p. 40-66, 1989.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história do trabalho brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p. 53-101.

PAREDES, Hugo Leonardo Feitosa Albuquerque. **Os impactos da implementação dos programas da qualidade na indústria têxtil cearense – um estudo de caso**: Vicunha têxtil S/A. 2003. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em Movimento**: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceara Light (Fortaleza, 1917 – 1932). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **Anauê**: os camisas verdes no poder. Fortaleza: UFC, 1986.

PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, Hélio. **A administração do conflito trabalhista no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1987.

PEREIRA, Vera Maria Candido. **O Coração da Fábrica**: estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PEREIRA NETO. Murilo Leal. **A reinvenção do trabalhismo no “vulcão do inferno”**: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo – a fábrica, o bairro,

o sindicato e a política, 1950-1964. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas. In: **anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**: 50 anos. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

PINTO, Rodrigo Márcio Souza. **Do passeio público a ferrovia**: O futebol operário em Fortaleza (1904-1945). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POLLACK, Michael. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v. 5, nº. 10, p. 200-212, 1992.

PORTAL DE INVESTIMENTOS E INFORMAÇÕES DO NORDESTE. **Energia, dólar e China desafiam setor têxtil cearense**. Fortaleza: INVESTNE, 22/02/2008. Disponível em: <http://www.investne.com.br>.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, v. 1, nº. 2, p. 59-72, 1996.

\_\_\_\_\_. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed, Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 103-130.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto de História**, São Paulo: PUC-SP, v. 7, nº. 14, p. 25-39, 1997.

QUEIROZ NOBRE, Maria Cristina de. **Modernização do Atraso**: a hegemonia do CIC e as alianças eleitorais da “era Tasso”. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

RAMOS, Kátia Herlane Nepomuceno. **A introdução da automação no processo produtivo**: os casos da indústria têxtil e de cimento. 1991. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.

REZENDE, Vinícius Donizete de. **Anônimas da história**: relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980 (Franca – SP). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

RIO, Cristiane Porfírio de Oliveira do. **O movimento operário e a educação dos trabalhadores na Primeira República**: a defesa do conhecimento contra as trevas da ignorância. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT**: os militantes e a ideologia. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, Áurea Lígia Duarte. **Análise da competitividade dos segmentos de fiação e tecelagem no Brasil na década de 90**. 2002. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

SANDOVAL, Salvador Antônio Mireles. **Os trabalhadores param**: greves e mudança social no Brasil (1945-1990). São Paulo: Ática, 1994.

SALES, Telma Bessa. Tecelões de histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias. In: **anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH**: história e ética. Fortaleza: ANPUH-CE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Reestruturação Produtiva**: O caso da Volkswagen em São Bernardo do Campo/SP. São Paulo: Annablume, 2002.

SALLUM JR, Brasília; KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 5, nº. 13, p. 145-159, 1991.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em disputa: o 'Novo Sindicalismo' e a ideia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome. (Org.). **O Novo sindicalismo**: vinte anos depois. Petrópolis: Vozes, 1999a, p. 133-161.

SANTANA, Marco Aurélio; NASCIMENTO, Regina Malta. Trabalhadores do Brasil e peões: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. In: **Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, v. 4, nº. 7, p.99-128, 1999b.

SANTOS, Bárbara Cacau. **“Trabalhadores cearenses, uni-vos!”**: o Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha**: a militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-CE (1927-1950). Fortaleza: NUDOC, 2007.

\_\_\_\_\_. **Entre o porto e a estação:** cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE, 1920-1970. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos operários no Ceará:** “instruindo, educando, orientando, moralizando”. (1915-1963). Fortaleza: NUDOC, 2007.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de classe.** Campinas: UNICAMP, 2004, p. 25-48.

SCHMIDT, Benito Bisso. Trabalho, Justiça e Direitos: perspectivas historiográficas. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). **Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil:** pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 25-36.

SEVERIANO, Evania Maria Oliveira. **“A greve dos têxteis em maio/88 e sua repercussão no plano da consciência do operariado”.** 1989. TCC (Curso em Serviço Social) – Curso em Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1989.

SILVA, Claudiane Torres da. **Justiça do Trabalho e Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985):** atuação e memória. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Os doqueiros do porto de Santos:** direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

\_\_\_\_\_. **Operários sem patrão:** da Barcelona á Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras). 2000. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA, Marcos José Diniz. **No compasso do progresso.** A maçonaria e os trabalhadores cearenses. Fortaleza: NUDOC, 2007.

SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. **A organização dos operários têxteis, Fortaleza/CE (1933 a 1938).** 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

\_\_\_\_\_. Justiça e Trabalho: os processos trabalhistas de Fortaleza nos anos 1930 e 1940. In: **Revista de Humanidades.** Fortaleza: UNIFOR, v. 21, nº. 1, p. 39-50, 2006.

\_\_\_\_\_. Os trabalhadores têxteis e a Justiça do Trabalho: os processos trabalhistas nos anos 1950. In: **anais do XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH:** história e ética. Fortaleza: ANPUH-CE, 2009.

\_\_\_\_\_. A experiência dos trabalhadores no campo jurídico: dissídios coletivos de Fortaleza nos anos de 1946 a 1964. In: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região**. Fortaleza: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, ano: XXXI, nº 31, p. 109-130, 2008.

SOARES, Antônio Carlos Leite. **As recentes políticas de industrialização do Ceará**: uma análise sob a perspectiva da reestruturação produtiva. 1998. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

SOUZA, Ednaldo Antônio Oliveira. **Lei e Costume**: Experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Reconcavo Sul, Bahia, 1940-1960). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SOUSA JÚNIOR, Kerginaldo Cândido. **Gestão ambiental e competitividade do setor têxtil do Estado do Ceará**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2007.

SOUZA, Melina Telles de. **A indústria têxtil**: uma análise comportamental. 1993. Monografia (Bacharelado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1993.

SOUZA, Samuel Fernando de. **Na esteira do conflito**: trabalhadores e trabalho na produção de calçados em Franca (1970-1980). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2003.

\_\_\_\_\_. **“Coagidos ou subornados”**: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária Inglesa**: a árvore da liberdade. Vol. I. Tradução: Denise Bouttman. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004a.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária Inglesa**: a maldição de Adão. Vol. II. Tradução: Renato Busatto Neto; Cláudia Rocha de Almeida. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Tradução: Denise Bouttman. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história**: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. **Nos fios da resistência feminina**: o labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960-1964). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

VARUSSA, Rinaldo José. “Pela ordem geral do país, as leis não podem ser tão rígidas”: os debates da regulamentação do trabalho no Brasil. In: **anais do I Seminário Internacional de História do Trabalho**: “Histórias do Trabalho no Sul Global” – V Jornada Nacional de História do Trabalho. Florianópolis: UFSC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Legislação**: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Jundiaí-SP, décadas de 1940 a 1960). 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

VIANA, Carlos Negreiros. **A industrialização de algodão no Ceará (1881-1973)**: uma experiência de industrialização fora do Centro-Sul. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

VIANA-TELLES, Helyom. **Um tecido encharcado de tensões**: as formas elementares da memória do Sinditêxtil - Bahia. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964**. São Paulo: Cortez, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução: Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.